

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

PODER LEGISLATIVO

EM 3 DE MAIO DE 1936

PELO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Getulio Dornelles Vargas



RIO DE JANEIRO
IMPRESSA NACIONAL
1936

INTRODUÇÃO

***SENHORES MEMBROS
DO PODER LEGISLATIVO***

Em obediência ao preceito constitucional, cumpre-nos submeter ao vosso conhecimento os atos e realizações do Poder Executivo, no decorrer do exercício de 1935.

Encerrado o segundo período de trabalhos paralelos do Executivo e do Legislativo, sincera é a nossa satisfação ao verificarmos que, tanto quanto se pode desejar, a ação dos poderes institucionais se desenvolveu de forma altamente significativa, evidenciando não só exemplificante compreensão dos interesses superiores da coletividade, como ainda a existência de um ambiente de elevada cultura política, em condições de permitir que ao natural conflito das opiniões se sobreponha sempre, serena e construtora, a ascendência do verdadeiro espírito público.

A crítica fácil poderá apontar defeitos nesta ou naquela peça do mecanismo institucional. Si eles

existem, porque de imperfeições nunca estão isentas as obras humanas, não chegam, entretanto, a influir no equilíbrio e harmonia das relações existentes entre os diversos ramos do poder publico.

O aparelho do Estado, criado pela Constituição de 1934, vem demonstrando flexibilidade bastante para atender a todas as exigencias da ordem social.

O Poder Legislativo, lidima expressão da vontade popular e das classes representativas da vida nacional, desdobrou a sua atuação de modo sabio e patriótico, tomando iniciativas de grande relevo, como o foram, entre outras, as consubstanciadas nas recentes emendas constitucionais, tão necessarias á salvaguarda dos interesses supremos do país e á defesa da nacionalidade.

Quando na mensagem anterior salientavamos a importancia das experiencias que iam ser feitas, com o inicio dos trabalhos legislativos dentro da nova ordem legal, queriamos precisamente significar que do bom entendimento e colaboração dos dois poderes dependeria a propria sorte do regime recém-instituido.

E' confortador, portanto, registrar que, mesmo nos instantes em que mais delicada se apresentou essa tarefa, a consciencia das responsabilidades publicas inspirou os atos e deliberações tomadas pelos órgãos que encarnam o poder do Estado.

Queremos exprimir nessas considerações os nossos sentimentos de jubilo civico, na certeza que deles tambem havereis de compartilhar.

Passamos, agora, a referir os trabalhos do Poder Executivo dentro de cada setor da administração.

E' essa, tambem, a oportunidade apropriada para indicar, em resumo, e confiar ao vosso patriotismo e inteligencia as soluções de momentosos e urgentes problemas da vida nacional.

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS
INTERIORES

Num período de adaptação das novas instituições e de intenso movimento em todos os setores da atividade política, tal o que sobreveiu após o retorno do país ao regime constitucional, não podia deixar de ser absorvente a tarefa exigida ao Governo para acompanhar, com toda a atenção, as diversas fases do processo de instalação dos poderes locais. Ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores coube desempenhar-se desse trabalho, fazendo-o de forma inteiramente satisfatoria, como o comprovam a regularidade das eleições, em geral, e a normal organização dos governos estaduais e de grande numero de municipalidades.

1 — ORGANIZAÇÃO POLITICA

Sempre foi acusado o processo eleitoral, seguido até 1930, de tolher, como de fato acontecia, as atividades partidarias, no país. A experiencia seguida, a partir da Constituição de Julho, veio

demonstrar que, realmente, á antiga indiferença succedeu vivo interesse pela vida politica, em todos os seus aspectos, como é proprio dos regimes democraticos.

O respeito á verdade das urnas e ás decisões de judicatura eleitoral, o apêlo aos recursos estabelecidos no processo proprio, tudo indica um revigoreamento da confiança popular no sistema representativo e na sua execução dentro do quadro legal.

Ha quem aponte senões na organização vigente, acusando-a de morosa e pouco flexivel. Realmente, existiam falhas que foram, desde logo, corrigidas. Não se deve, contudo, exigir de um sistema que necessita mover-se acima das paixões e excitações do momento uma celeridade que possa, de alguma forma, comprometer-lhe a idoneidade dos resultados. Constitue, ás vezes, premissa do bom julgamento a demora que, indiretamente, concorre para arrefecer as paixões e criar ambiente mais sereno ás decisões definitivas.

A experimentação do sistema eleitoral em vigor, já feita em todos os circulos em que se divide o país, tem, incontestavelmente, provado bem, oferecendo uma serie de dispositivos de segurança que compensam, pela isenção e imparcialidade, os efeitos quasi sempre negativos dos processos que se recomendam apenas pela rapidez dos resultados.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTADOS

As eleições para as assembleias constituintes, nos Estados, decorreram em ambiente de maior segurança, apesar das naturais agitações sempre provocadas pela lutas partidárias.

Mais uma vez o sistema vigente demonstrou sua eficiencia, assegurando, com o maximo respeito ao pronunciamento das urnas, decorrente do voto secreto, a participação das minorias nas assembleias, como consequencia da representação proporcional.

As decisões e requisições da Justiça Eleitoral foram cumpridas escrupulosamente pelo Poder Executivo. Podemos afirmar á Nação que todos os casos politicos estaduais, motivo, ás vezes, para as mais apaixonadas campanhas, tiveram solução honesta e legal, respeitando-se rigorosamente a vontade das urnas.

Todos os Estados se acham atualmente organizados segundo os moldes politicos impostos pela Constituição da Republica e promulgaram seus estatutos proprios, na seguinte ordem:

Paraíba.....	12- 5-1935
Paraná.....	16- 5-1935
Amazonas.....	2- 6-1935
Rio Grande do Sul.....	29- 6-1935
São Paulo.....	9- 7-1935
Pernambuco.....	10- 7-1935
Sergipe.....	16- 7-1935
Piauí.....	18- 7-1935
Minas Gerais.....	30- 7-1935

Pará.....	2- 8-1935
Goiás.....	4- 8-1935
Espírito Santo.....	11- 8-1935
Baía.....	20- 8-1935
Santa Catarina.....	25- 8-1935
Alagoas.....	19- 9-1935
Ceará.....	24- 9-1935
Maranhão.....	16-10-1935
Mato Grosso.....	25-12-1935
Rio de Janeiro.....	22- 1-1936
Rio Grande do Norte.....	22- 2-1936

Está, assim, findo o ciclo de constitucionalização do país, hoje definitivamente reintegrado no regime da lei, com absoluta uniformidade de processo e sem conflitos jurídicos de monta, na passagem da situação anterior á situação atual.

2 — SEGURANÇA DO REGIME E ORDEM PÚBLICA

Já no início da sessão legislativa de 1935, o Poder Executivo apelava para o Legislativo, no sentido de obter uma lei especial capaz de garantir a eficacia dos meios repressivos contra os atentados á ordem constituida.

Essa lei, chamada de Segurança Nacional, e aprovada depois de amplo debate, representava premente necessidade, conforme o demonstraram os posteriores acontecimentos.

A situação que exigia essa medida agravou-se, porém, evidenciando a insuficiencia dos meios de aplicação das sanções ali consignados. Assim o

demonstrou o Poder Executivo, na mensagem dirigida ao Legislativo em novembro ultimo, encarrecendo a urgencia de autorização mais ampla, que lhe permitisse reprimir, com toda energia e rapidez, os surtos subversivos irrompidos em diversas regiões do país e na propria capital.

Dentro das suas atribuições, e com a prestesa que se fazia indispensavel, foram votadas as emendas á Constituição e aprovadas as medidas de suspensão das garantias constitucionais. Essas emendas deram ao Poder Executivo os meios de ação que o momento reclamava, providenciando igualmente para colocar na dependencia do Poder Judiciario a apuração definitiva da culpabilidade e julgamento dos responsaveis por crimes contra o Estado.

Pela permanente vigilancia exercida, verificou-se ainda, logo no começo do corrente ano, que os remanescentes do levante de novembro procuravam articular-se para um novo golpe subversivo. A prisão do chefe do movimento extremista e de outros elementos graduados trouxe ao conhecimento do Governo informações inequivocas sobre os planos e ligações dos conspiradores, entre os quais figuravam membros do Poder Legislativo que, a coberto das imunidades, vinham participando das atividades extremistas.

Para ultimar a repressão e alcançar todos os inculpadados, não hesitou o Poder Executivo em lançar mão da medida extrema que tão prevenida-

mente lhe outorgou o Legislativo, equiparando ao estado de guerra a comoção interna com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais em vigor.

Ao conhecimento da Sessão Permanente do Senado Federal levou imediatamente essa providencia e as provas em que se baseou para decretá-la, evidenciando, assim, a preocupação de agir sempre em colaboração estreita com o Poder Legislativo, e em forma perfeitamente juridica.

Pelos fatos expostos, e conhecidas amplamente, como são, as circunstancias em que se produziram, desnecessario se torna encarecer a urgencia de uma legislação mais completa e eficaz para garantir a segurança do regime e a propria ordem publica.

APARELHAMENTO REPRESSIVO E PREVENTIVO

Até aqui, as circunstancias de ordem politica não tinham exigido, no Brasil, a manutenção de organizações permanentes de facil e rapida mobilização, em condições de exercer vigilancia constante em todo o territorio nacional.

Os ultimos surtos extremistas, porém, colocam o poder publico na obrigação de sugerir ao Poder Legislativo a conveniencia de ser criado um aparelho mais amplo e completo para a prevenção e segurança da ordem publica, e das proprias instituições do pais.

Dentro das normas atuais, o que existe é bem precário, por falta de articulação e excessiva descentralização. Dispondo a União e cada Estado de uma polícia civil e quadros militarizados com função semelhante, mas na maioria dos casos sem equipamento técnico apropriado, os elementos subversivos, cuja esfera, modos e meios de ação diferem totalmente dos adotados pelos criminosos comuns, podem de varia forma burlar essas organizações não especializadas e desenvolver as suas atividades sem encontrar repressão imediata.

Na defesa do regime e da tranquilidade social, torna-se indispensável empregar, a cada passo, medidas de ação pronta e direta. Não será possível fazê-lo, entretanto, com o aparelhamento existente, mau grado a reconhecida dedicação e diligência com que as autoridades policiais vêm se desempenhando das suas obrigações.

Refundindo a atual legislação ou elaborando novas leis que satisfaçam esse objetivo de indispensável relevância, o Poder Legislativo terá prestado à Nação alto e patriótico serviço.

POLICIA CIVIL

Têm sido relevantes os serviços prestados pela Polícia Civil do Distrito Federal em defesa da ordem.

Pelo trabalho preventivo de investigação e intensa atividade repressora, quando foi da recente rebelião extremista, as autoridades policiais con-

tribuíram decisivamente para a segurança das instituições, tornando-se, por isso, merecedoras dos mais legítimos encomios.

Não é demais repetir que a função policial é, hoje, acima de tudo, eminentemente técnica, a reclamar organização e aparelhamento especializados, que vão desde a escola de policia até os mais variados gabinetes e laboratórios científicos. Os processos da criminalidade evoluem, utilizando os seus agentes todos os expedientes que melhor possam garantir os resultados anti-sociais que têm em vista obter. Daí a conveniência de uma equivalente organização policial, sem o que a sociedade jamais terá defesa eficiente.

Sob o ponto de vista administrativo, cabe registrar o recolhimento, ao Tesouro, das rendas policiais referentes aos anos de 1934 e 1935, num total de 3.423:285\$200 e de saldos orçamentarios no valor de 2.601:590\$800.

Merecem, ainda, destaque, dentro dos serviços gerais desse departamento, a remodelação geral dos trabalhos de estatística, o incremento dos serviços de identificação e medico-legal, a remodelação da Colonia Correccional de Dois Rios, a organização, embora incipiente, e funcionamento de uma escola de policia, com a frequencia média de 150 alunos, e, por fim, a realização de um curso de policia científica, a cargo de uma das maiores sumidades da materia, o ilustre professor Bischof.

A instalação da Policia Central exige nova sede, mais ampla e em proporção ao desenvolvimento de seus serviços. As proprias delegacias distritais, funcionando quasi todas em acanhados predios de aluguel, poderiam ser instaladas em predios proprios, a cuja construção se proveria com o montante atual dos alugueis. O Ministerio da Justiça está procedendo a estudos nesse sentido.

POLICIA MILITAR

Corporação totalmente votada ao cumprimento do dever, a Policia Militar do Distrito Federal, fiel ás suas tradições da mais estrita disciplina, colaborou com grande eficiencia na manutenção e defesa da ordem legal.

Os seus trabalhos internos tenderam a aperfeiçoar e desenvolver, ao mesmo tempo, a instrução individual e a de conjunto, visando o preparo eficiente dos quadros e da tropa. Organizou o seu comando, para esse fim, um plano de exercicios capaz de familiarizar a corporação com a vida da tropa em campanha e um plano de ensino tecnico e profissional, para officiais e praças, em escolas adrede criadas.

REGIME PENITENCIARIO

A necessidade de estabelecer diretrizes gerais e uniformes para o regime penitenciario, em todo o país, segundo orientação ditada por um órgão

central, foi objeto do decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934. Esse ato criou a Inspetoria Geral Penitenciária e instituiu um sêlo especial destinado a fornecer recursos para a remodelação dos estabelecimentos penais brasileiros. O respectivo regulamento acha-se em vias de ser promulgado, tendo o art. 24 da lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936, autorizado o Poder Executivo a aplicar, este ano, na construção de uma Penitenciária no Distrito Federal, o saldo que se apurar na arrecadação daquele sêlo.

O ante-projeto desse estabelecimento, organizado e reproduzido em "maquette", foi submetido ao exame de comissões de professores da Escola Politécnica, do Instituto da Ordem dos Advogados e do Conselho Penitenciário e deverá, logo, ser aberta a concorrência pública para a construção.

A reforma das leis processuais e o novo regime penitenciário exigem, porém, um complemento, qual seja a elaboração de um novo código penal, cuja necessidade inútil seria encarecer.

INSTITUIÇÕES CORRECIONAIS

Não existindo um estabelecimento central penitenciário, problema de cuja solução acima tratamos mais detalhadamente, os criminosos em processo ou já condenados são recolhidos á Casa de Detenção e á Casa de Correção.

Sobre a situação dos serviços desses estabelecimentos, reconhecidamente deficientes, passamos a dar noticia circunstanciada.

CASA DE DETENÇÃO

Os trabalhos de sua secretaria têm aumentado na proporção do acrescimento de serviços antes não executados. Possui, no entanto, um numero minimo de funcionarios, isto é, apenas nove servidores, auxiliados, porém, pelos presos de melhor comportamento.

Suas dependencias continuam superlotadas, agasalhando para mais de mil detentos e correccionais, estes aguardando sua transferencia, á medida das vagas, para a Casa de Correção.

Com o recurso das proprias verbas e o auxilio dos presos, a direção conseguiu realizar diversas obras e reformas.

CASA DE CORREÇÃO

Os respectivos serviços continuam a ser feitos com regularidade, não obstante o aspecto improprio de suas instalações e a redução sofrida pela verba de materiais que, sendo de 797:893\$600, em 1930, apenas alcança, no ano corrente, 359:736\$100.

Aos sentenciados vêm sendo distribuidas, com resultados satisfatorios, educação fisica e instrução primaria, esta, em duas escolas, uma das quais é mantida pela Cruzada Nacional de Educação.

As oficinas vêm completando a reeducação dos condenados.

INSTITUTOS DISCIPLINARES

O problema dos menores delinquentes ou abandonados reclama cada dia mais atento exame de parte do poder publico.

Faz-se preciso, inicialmente, remodelar a atual legislação, sob muitos aspectos incompleta e deficiente. E dizemos inicialmente, porque, para uma solução radical do problema, torna-se indispensavel instituir um reformatorio central, onde sejam reunidos e articulados todos os serviços indispensaveis á assistencia e reeducação dos menores delinquentes ou abandonados.

Semelhante solução está, no momento, fora de nossas possibilidades financeiras, dela só se podendo cuidar mais tarde, mediante o aproveitamento dos excedentes do sêlo penitenciario.

Sobre os estabelecimentos dessa natureza, mantidos pelo Governo Federal, passamos a dar uma rapida noticia.

ESCOLA JOÃO LUIZ ALVES

Sua adaptação ás finalidades do decreto n. 17.508, de 4 de novembro de 1926, exige uma remodelação completa de todas as atuais dependencias da escola, bem assim a melhoria das oficinas existentes e a criação de outras.

E' conveniente, ainda, proceder-se á revisão do regulamento em vigor, trabalho de que vem cogitando o Ministerio da Justiça.

ESCOLA 15 DE NOVEMBRO

Mau grado a compressão orçamentaria, a direção desse instituto conseguiu realizar varios melhoramentos e manter, com regularidade, cerca de 500 alunos internos.

INSTITUTO 7 DE SETEMBRO

Foi inteiramente remodelado o seu serviço medico, com a criação de novas enfermarias, laboratorio e sala de cirurgia. Os recursos orçamentarios permitiram realizar outras obras que melhoraram bastante as atuais instalações.

3 — CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

Para cumprimento de diversas disposições constitucionais, apressou-se o Governo em tomar as providencias necessarias, dando-lhes immediata execução, conforme se verifica a seguir.

COMISSÃO REVISORA

Pelo decreto n. 254, de 1º de agosto de 1935, foi instituida a comissão a que se refere o paragrafo unico, art. 18, das Disposições Transitorias de nossa Constituição. Para ela foram nomeados o ministro da Côrte Suprema, dr. Antonio Bento de Faria, o Procurador Geral do Distrito Federal, dr. José Philadelpho de Barros Azevedo, o 2º Procurador da Republica, deste Distrito, dr. Luiz Gallotti e os

Consultores Jurídicos dos Ministerios da Viação e Justiça, respectivamente, drs. Eugenio de Lucena e Fernando Antunes.

Sem despesa especial, o Ministerio instalou e organizou a Comissão e sua secretaria, que continuam em plena atividade, tendo processado, até agora, para mais de mil pedidos, muitos dos quais já foram julgados.

O Governo vem procurando atender, na medida do possível, aos pareceres finais que lhe são encaminhados e já aproveitou diversos funcionarios anteriormente afastados de seus cargos ou funções.

Na exposição de motivos com que o Ministro da Justiça fez preceder a publicação do decreto n. 254, acima referido, vem justificado por que se limitou a competencia da comissão ao exame das reclamações que lhe fossem encaminhadas pelos funcionarios federais, tão sómente, deixando-se aos Estados a organização de comissões proprias para a revisão dos atos que, por ventura, durante a vigencia do Governo Provisorio, hajam atingido os funcionarios dos respectivos quadros.

CODIGOS E ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA

A reforma da legislação processual foi iniciada com a elaboração dos projetos necessarios, alguns já remetidos ao Poder Legislativo e outros em estudo.

Com o fim de promover amplo debate sobre tão importante materia, o Instituto da Ordem dos

Advogados vai realizar, em breve, nesta Capital, um congresso judiciário. Diante dos benefícios que podem resultar dessa oportuna iniciativa, o Governo não hesitou em emprestar-lhe inteiro e decisivo apoio.

CODIGO DE PROCESSO PENAL

O respectivo projeto, já redigido e relatado pelo Ministro da Justiça, foi remetido, em fins de 1935, á Camara dos Deputados.

Compete, agora, ao Poder Legislativo o exame do trabalho assim elaborado, afim de que, aprovado o novo código, possam ser supridas, quanto antes, as falhas e lacunas de nossas leis processuais, em materia penal.

A unidade do processo não acarretará, apenas, as vantagens de ordem material que lhe são inerentes e dela imediatamente decorrem, mas, ainda, os benefícios oriundos de seu profundo sentido politico, pois um dos elos mais fortes de nacionalidade é, sem duvida, a maneira uniforme de aplicação das leis em todo o territorio do país.

No que se refere, particularmente, ao processo penal, não ha como desconhecer a necessidade premente de sua adaptação ás novas condições do nosso ambiente.

Instrução criminal puramente judiciaria, simplificação e economia do processo, eis os problemas fundamentais a resolver, permitindo-se, ao mesmo

passo, a reorganização da policia em moldes tecnicos, modernos e capazes de lhe assegurarem inteira eficiencia em sua função investigadora, livre das peias e tropeços resultantes da elaboração dos inqueritos, por toda parte condenados.

Não bastará, porém, a aprovação do novo código, nem a reorganização da policia, para integrar-se o quadro de nosso aparelhamento defensivo. A outras medidas faz-se preciso recorrer, tal a elaboração de uma lei de segurança publica, que defina e puna, entre outros, os pequenos delitos, criando, para julgá-los, processos rapidos e economicos, perante juizes ou tribunais correccionais.

Quanto ao código já elaborado, o trabalho da comissão, ora sujeito ao conhecimento do Poder Legislativo, representa, desde logo, preciosa contribuição para a projetada reforma.

CODIGO DE PROCESSO CIVIL

Está terminada a elaboração de seu projeto, que espera, apenas, redação final. Será, em breve, remetido ao Poder Legislativo, devidamente relatado pelo titular da pasta da Justiça.

CODIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITORIO DO ACRE

Já elaborado, redigido e relatado, seu projeto vai ser remetido sem mais demora ao conhecimento e exame do Poder Legislativo.

4 — DIVERSOS SERVIÇOS

PROPAGANDA E DIFUSÃO CULTURAL

A organização dos serviços de propaganda e difusão cultural, compreendidos num departamento especial, teve em vista estender a ação do poder publico sobre atividades que se exerciam, até então, de forma dispersiva e inteiramente alheia aos superiores interesses da coletividade.

E' conhecida a poderosa ascendencia da publicidade sobre o espirito publico, sobretudo nos dias que correm, quando os processos de divulgação passaram a utilizar o radio e o cinema, nas suas modalidades mais variadas.

Não se compreenderia a abstenção do poder publico diante das multiplas possibilidades que se lhe apresentam para orientar, pela imprensa, a radiodifusão e a cinematografia, os assuntos de immediato interesse social, como são todos os que se referem á educação, á assistencia e á cultura popular.

Em toda parte, onde esses meios de publicidade adquiriram grande amplitude, as iniciativas governamentais procuram aproveitá-los em beneficio da sociedade.

Assim tambem procedeu o Governo, criando o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que vem estendendo a sua atividade com fins civicos e educativos a todo o país, num trabalho já

notavel de fortalecimento das ideias e sentimentos conformadores da unidade nacional.

Completando esse trabalho de intercambio intensivo, orientado no melhor sentido, dentro das fronteiras do país, procura, ao mesmo tempo, levar ao exterior os indices reveladores do nosso progresso material e cultural, fazendo ainda por atrair, para os aspectos tipicos da nossa natureza, a curiosidade e o interesse das correntes de turismo.

A serviço assim, de tão evidente utilidade, não se deverá negar os recursos que são indispensaveis para um aparelhamento mais completo, que permita realizar o programa traçado e até agora reduzido a um minimo de desenvolvimento.

As indicações a seguir podem dar ideia da proveitosa atividade que vem empenhando esse departamento:

— pelo serviço de imprensa, distribue aos jornais do país, inclusive o das mais longinquas localidades, um largo noticiario economico e cultural;

— seu serviço de radio é retransmitido por uma rede nacional de radio-transmissores, composta de 43 estações, podendo este numero ser elevado a 52, com a instalação de distribuidores, amplificadores e repetidores, em São Paulo e em Pernambuco;

— o serviço de radio em onda curta transmite para o Exterior em inglês, francês, espanhol,

alemão e outras linguas, cumprindo lembrar, como prova da eficiencia dessas irradiações, que só em um mês foram respondidas 1.457 cartas vindas do estrangeiro, sendo enviados aos seus signatarios folhetos, mapas e material de propaganda do Brasil;

— está iniciado um serviço de intercambio radiofonico com a Alemanha e a Italia, achando-se em estudos propostas de permuta de programas com a Argentina, Holanda e Inglaterra;

— através da estação do Arpoador fornece, diariamente, aos navios em trafego, um serviço de informações sobre o Brasil;

— a secção de cinematografia promove e estimula a produção de filmes nacionais e tem facilitado a vinda de operadores estrangeiros, afim de dar divulgação mundial aos aspectos, belezas e atrativos do país e ás suas possibilidades economicas de expansão no campo industrial e agricola;

— mantém e constantemente desenvolve sua secção de turismo.

IMPrensa NACIONAL

A Imprensa Nacional tem correspondido, da melhor forma, ás necessidades dos serviços publicos, fornecendo, dentro de prazos razoaveis, as encomendas officiais de todo o país.

Sem referir os trabalhos, sempre crescentes, do serviço eleitoral, destacam-se, entre suas publicações, as duas diferentes tabelas do reajustamento

dos funcionarios civis, de difficil confecção e da maior responsabilidade. Além desse, outros foram executados em curto prazo, tais os relativos ás tabelas do orçamento geral, a concurrencia de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, etc.

Medida de excepcional importancia para a Imprensa Nacional é a que tomou o Governo, ordenando a padronização do material de expediente nas repartições publicas federais. Essa padronização virá facilitar extraordinariamente a sua tarefa, permitindo, até, organizar depositos de material para entrega immediata, com economia de custo e de tempo.

Foram apurados, em 31 de dezembro de 1934, nas respectivas verbas, os seguintes saldos:

Pessoal.....	409.432\$100
Material.....	55.067\$100

No exercicio de 1935, os saldos são os que se seguem:

Pessoal.....	855.744\$700
Material.....	41.359\$300

E' do dominio publico que o Ministerio da Justiça entrou em entendimento com o da Fazenda e a Caixa Economica, para que esta permutasse o seu predio com o da Imprensa, pagando em dinheiro o excesso de valor do ultimo. Com o numerario assim apurado deverá ser construido, em terreno da União, já escolhido, o novo edificio da Imprensa

Nacional, visto faltarem ao atual as indispensaveis condições de espaço e higiene para o trabalho das oficinas. A construção, porém, só poderá estar concluída dentro de dois anos. Por esse motivo, foi autorizada a abertura de concorrência para a execução de obras consideradas de urgência, no atual edificio.

ARQUIVO NACIONAL

Utilizando as oficinas graficas, ultimamente ampliadas, concluiu esse departamento a importante publicação anotada "Processo dos Farrapos", em tres volumes.

O movimento da secretaria e das secções continua a aumentar consideravelmente, bem como o intercambio de publicações. A sala de consultas vem sendo cada vez mais procurada pelos estudiosos da historia patria.

Entre as maiores necessidades do estabelecimento, figura a instituição do curso tecnico para a formação de bons archivistas. Essa iniciativa vai ser, em breve, executada, dentro dos moldes mais aconselháveis e sem grande acrescimo de despesas.

DEPOSITO PUBLICO

O Deposito Publico continua regulamentado pelo decreto n. 2.818, de 23 de fevereiro de 1898, que, de ha 38 anos para cá, foi alterado, apenas, nos arts. 2º, § 3º, letra a, e 6º, isto é, somente quanto á

forma de se proceder á venda de bens com o prazo de deposito já vencido.

A pratica de longos anos vem demonstrando a necessidade de uma reforma neste estabelecimento, de maneira a que sejam ampliados os seus serviços, tornando obrigatorios os depositos dos bens de qualquer especie suscetíveis de apreensão e posse, por ordem das autoridades judiciais ou administrativas e admitindo, tambem, os depositos particulares. Aumentaria, dessa forma, a renda do serviço, podendo-se cogitar da aquisição de proprio para o seu funcionamento.

TRABALHOS DE ESTATISTICA

A Diretoria de Estatistica Geral vem desenvolvendo, de modo satisfatorio, os seus trabalhos.

Para melhor executá-los deverá, porém, passar por uma radical reorganização, logo que o Ministerio da Justiça fique autorizado a proceder da mesma forma quanto a varias repartições que necessitam ser remodeladas.

CORPO DE BOMBEIROS

O estado de conservação em que se achavam os quartéis do Corpo de Bombeiros, em 1930, era de verdadeiro abandono, tal o vulto de reparos e reformas necessarios.

Grandes foram, por isso, os esforços dispendidos pelo comando da corporação para colocá-la

na excelente e louvável situação em que hoje se apresenta, esforços que crescem de vulto quando se pondera, de um lado, o crescente desenvolvimento da cidade e, de outro, a constante redução das dotações orçamentarias.

Basta ponderar que, naquela época, os recursos para a conservação e manutenção do material ascendia a 829:900\$, ao passo que, atualmente, essa verba se apresenta reduzida a 380:400\$000. Mas, apesar de semelhante redução, foi possível manter e remodelar todas as dependencias e viaturas e realizar uma serie de construções, reconstruções, remodelações e reparos, todos dignos de particular registo.

MELHORAMENTOS MATERIAIS

Dentro da mais severa economia, e sem aumento de despesas, o Ministerio da Justiça realizou, nas instalações de muitos dos seus serviços, obras de construção e reparos que se faziam urgentes, conforme se verá a seguir:

— no Corpo de Bombeiros foram criados dois novos postos em bairros diferentes da cidade, e, no quartel central, reformadas as instalações internas, com recursos, exclusivamente, da Caixa de Economias;

— na Policia Militar, sem onus direto para o Tesouro, concluiu-se a reforma geral do quartel dos Barbonos, obra, esta, de valor superior a

1.300:000\$, que veio trazer consideraveis beneficios á Corporação. O quartel do 5º batalhão, por sua vez, foi inteiramente reformado e acrescido de instalações modernas, ampliando-se de 1.548 metros quadrados a área coberta;

— na Casa de Correção reformaram-se os velhos predios de residencia do diretor e sub-diretor e da Administração, e outras obras de vulto foram executadas;

— o Arquivo Nacional sofreu reparos gerais e sensivel melhoria no material de guarda dos documentos e papeis arquivados, tendo sido instaladas, junto a esse departamento, a Comissão Revisora e sua Secretaria;

— na Côrte de Apelação tambem se realizaram reparos gerais;

— na Escola 15 de Novembro completou-se a construção do grande pavilhão de oficinas, dando-se nova e mais eficiente instalação á enfermaria e farmacia;

— na Escola João Luiz Alves, além de outras obras, construiu-se novo pavilhão destinado, exclusivamente, ás instalações de higiene;

— o velho edificio da rua de São Cristovão, occupado pela Secção Feminina do Instituto 7 de Setembro, foi totalmente reformado, instalando-se ali o Laboratorio de Higiene Infantil, dotado da mais moderna aparelhagem. Trata-se de um estabelecimento modelar, no genero.

O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral ficou definitivamente instalado no antigo edifício do Almirantado. Além das obras de adaptação, o Ministerio forneceu, dentro de seus proprios recursos, o mobiliario;

— acha-se concluido o ante-projeto de construção do novo predio destinado á Imprensa Nacional;

— na Policia Civil, assinalam-se a reforma completa da Colonia Correcional de Dois Rios, a melhoria dos meios de transporte da Policia Central e da Assistencia e outras obras;

— cumpre, finalmente, salientar a mudança da Secretaria de Estado para sua nova sede, especialmente construida para este fim. Restituído ao Senado o Palacio Monroe, o Ministerio da Justiça ficou provisoriamente instalado no antigo edificio da Marinha Mercante, até a construção do novo predio. Durante esse periodo, com instalação, moveis e mudança, não se gastou um real. A construção do novo predio foi terminada diretamente pelo escritorio de obras do Ministerio, por haver sido decretada a rescisão do contrato com a firma vencedora da concorrência. O total geral das despesas atingiu a 2.227:393\$600, compreendendo, além da construção da nova residencia do Comandante da Policia Militar, a construção da Secretaria de Estado e seu mobiliario para o Gabinete, as tres diretorias, a Consultoria Geral da Republica e mais dependencias.

EXECUÇÃO DE LEIS E DECRETOS

Durante o ano o Ministerio da Justiça teve oportunidade de promover a execução de 44 leis e decretos, de importancia varia, conforme se verifica pela relação abaixo:

Lei n. 48, de 7 de maio de 1935 — Modifica o Código Eleitoral.

Decreto Legislativo n. 1, de 16 de maio — Autoriza o Presidente da Republica a se ausentar do país durante o prazo de dois meses.

Lei n. 55, de 23 de maio — Autoriza o Governo a confiar a uma associação civil a direção e administração da Secção Feminina do Instituto 7 de Setembro, e dá outras providencias.

Lei n. 61, de 4 de junho — Estabelece normas para o provimento dos officios de tabeliães de notas.

Lei n. 63, de 10 de junho — Fixa a data para a terminação do mandato do Prefeito do Distrito Federal.

Lei n. 65, de 13 de junho — Estabelece a competencia do juiz de menores do Distrito Federal, para processar e julgar as infrações de leis e regulamentos de assistencia e proteção a menores, e dispõe sobre os exames a que devem ser submetidos os menores processados.

Lei n. 64, de 13 de junho — Declara feriado nacional o dia 14 de junho de 1935.

Decreto n. 229, de 11 de julho — Ordena o fechamento, em todo o territorio nacional, dos nucleos da "Aliança Nacional Libertadora".

Decreto n. 246, de 19 de julho — Ordena o fechamento, em todo o territorio nacional, dos nucleos da "União Feminina do Brasil".

Decreto n. 254, de 1 de agosto — Institue uma Comissão Revisora dos atos de afastamento de funcionarios, de seus cargos ou funções publicas.

Decreto n. 309, de 26 de agosto — Ordena o fechamento, em todo o territorio nacional, dos nucleos da "União e Luz Operaria Russo-Branca-Ukraniana".

Lei n. 91, de 28 de agosto — Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade publica.

Lei n. 93, de 5 de setembro — Declara feriado nacional, somente para efeitos escolares, o dia 6 de setembro de 1935.

Lei n. 101, de 9 de outubro — Revigora, por dois anos, a validade do ultimo concurso para medico da Policia Militar do Distrito Federal.

Decreto Legislativo n. 3, de 21 de outubro — Prorroga, até 31 de dezembro de 1935, a secção legislativa.

Decreto n. 394, de 28 de outubro — Declara de utilidade publica o Liceu de Artes e Officios de São Paulo.

Lei n. 108, de 29 de outubro — Estabelece os diversos feriados nacionais.

Decreto Legislativo n. 5, de 25 de novembro — Autoriza o Presidente da Republica a declarar em estado de sitio, durante 30 dias, o territorio nacional.

Decreto n. 457, de 26 de novembro — Declara em estado de sitio todo o territorio nacional, por 30 dias.

Decreto n. 462, de 28 de novembro — Suspende o estado de sitio nos Estados do Pará e de Goiaz, nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro, respectivamente.

Decreto n. 464, de 30 de novembro — Suspende o estado de sitio nos municipios de Misericordia e Pombal, no Estado da Paraíba, respectivamente, nos dias 1 e 6 de dezembro.

Decreto n. 474, de 6 de dezembro — Suspende o estado de sitio no Estado de Alagoas, durante o dia 15 de dezembro.

Decreto n. 487, de 10 de dezembro — Suspende o estado de sitio no Estado do Espirito Santo, durante o dia 15 de dezembro.

Decreto n. 498, de 13 de dezembro — Confia ao patronato de menores a direção e administração da Divisão Feminina do Instituto 7 de Setembro, a partir de 1º de janeiro de 1936, e dá outras providencias.

Lei n. 136, de 14 de dezembro — Modifica varios dispositivos da lei n. 38, de 4 de abril de 1935, e define novos crimes contra a ordem politica e social.

Decreto n. 501, de 16 de dezembro — Suspende o estado de sitio, em todo o territorio nacional, nos dias 17 e 18 de dezembro.

Decreto Legislativo n. 6, de 18 de dezembro — Promulga e manda publicar emendas á Constituição da Republica.

Decreto n. 524, de 23 de dezembro — Suspende o estado de sitio no Estado de Mato Grosso, durante o dia 25 de dezembro.

Decreto n. 532, de 24 de dezembro — Prorroga o estado de sitio, em todo o territorio nacional, pelo prazo de 90 dias, e dá outras providencias.

Decreto n. 533, de 24 de dezembro — Suspende o estado de sitio nos municipios de Corrente, Parnaguá, Gilbués, Santa Filomena, Floriano, São Pedro e Porto Alegre, no Estado do Piauí, durante o dia 26 de dezembro.

Decreto n. 534, de 24 de dezembro — Suspende o estado de sitio no municipio de Rio Azul, comarca de Iratí, no Estado do Paraná, durante o dia 29 de dezembro.

Decreto Legislativo n. 8, de 21 de dezembro — Autoriza o Presidente da Republica a prorrogar o estado de sitio, em todo o territorio nacional, pelo prazo de 90 dias, e a equiparar ao estado de guerra a comoção intestina grave.

Decreto n. 571, de 31 de dezembro — Suspende o estado de sitio no dia 5 de janeiro de 1936, no municipio de Parintins, e no dia 1º de fevereiro,

nos municípios de Borba, Manacapurú, Codajás, Coarí, Urucua e Labreia, no Estado do Amazonas.

Lei n. 161, de 31 de dezembro — Regula a expedição de cartas de provisionados e solicitadores e o exercício dessas profissões.

Decreto n. 574, de 8 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no município de Aracajú, capital do Estado de Sergipe, durante o dia 10 de janeiro.

Decreto n. 575, de 8 de janeiro — Suspende o estado de sitio no Estado da Baía durante o dia 15 de janeiro.

Decreto n. 576, de 8 de janeiro — Suspende o estado de sitio nos municípios de Jeromenhas, Floriano, Picos, Porto Alegre e São Pedro, no Estado do Piauí, durante o dia 20 de janeiro.

Decreto n. 581-A, de 10 de janeiro — Suspende o estado de sitio, durante o dia 12 de janeiro no Estado da Paraíba.

Decreto n. 590, de 15 de janeiro — Suspende o estado de sitio no município de São João de Camaquan, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 19 de janeiro.

Lei n. 191, de 16 de janeiro — Regula o processo do mandato de segurança.

Lei n. 192, de 17 de janeiro — Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares, sendo consideradas reservas do Exército.

Lei n. 196, de 18 de janeiro — Institue a Lei Organica para o Distrito Federal.

Decreto n. 595, de 18 de janeiro — Suspende o estado de sitio no municipio de Urucariaca, Estado do Amazonas, durante o dia 1º de fevereiro.

Decreto n. 596, de 20 de janeiro — Suspende o estado de sitio no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 22 de janeiro.

Decreto n. 604, de 24 de janeiro — Suspende o estado de sitio no municipio de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 26 de janeiro.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O ano de 1935 ficou assinalado por acontecimentos de grande repercussão no campo das relações internacionais. Em face desses acontecimentos, temos permanecido inflexivelmente fieis às diretrizes estabelecidas desde os primeiros tempos da nossa vida de nação independente. Examinando-se a conduta coerente da nossa convivência com os outros povos, impõe-se, desde logo, a conclusão de que a política externa do Brasil, tanto nos seus objetivos como nos seus processos, adquiriu um cunho de firmeza capaz de inspirar confiança nas iniciativas em que tenhamos de empenhar-nos, pela manutenção da paz e dos princípios da bôa vizinhança.

Salta á evidencia que as nossas atividades internacionais têm de exercer-se, com maior amplitude, dentro do Continente, por motivos de ordem historica e social que nos colocaram entre os membros de uma comunidade politica, com interesses comuns e idênticas aspirações. Os atos circunstanciados no decorrer desta exposição provam, de forma inequi-

voca, a extensão e o alto grau de cordialidade a que atingiu a politica exterior do Brasil, no trato das questões relativas á vida dos países americanos.

POLITICA CONTINENTAL

Os esforços desenvolvidos em 1934, no sentido de harmonizar as republicas irmãs do Perú e Colombia, mais uma vez lograram exito, restabelecendo a paz no seio das nações americanas.

Foi com sincera satisfação que, ao lado dos representantes de países amigos, nos empenhamos pelo termo das hostilidades entre o Paraguai e a Bolivia, que desde anos anteriores lutavam pela posse do Chaco Boreal. Multiplas circunstancias favoreciam, felizmente, a nossa intervenção diplomatica. Não era, entre elas, das menos importantes a presença do Chefe do Governo Brasileiro na capital argentina, onde, com a colaboração leal e decisiva do Primeiro Magistrado da nação irmã, propugnou, através de palavras e atos publicos, pela paz e pela maior coesão de todas as nações do Continente, em torno de seus problemas vitais. Depois de negociações que se prolongaram, sempre num ambiente de grande expectativa e simpatia, assinou-se o protocolo que pôs fim ao grande conflito, o maior que neste seculo fez correr o sangue de povos frateros em plagas americanas. E' oportuno salientar a atuação serena e eficiente da Chan-

celaria Brasileira, já dirigida pelo atual titular, que pessoalmente participou das gestões diplomáticas.

A atuação confiante do Governo Brasileiro nessas generosas iniciativas de conciliação não se limita a concorrer para extinguir desconfianças e desentendimentos; propicia, também, tentativas mais vastas de aproximação, de entrelaçamento maior de relações, tanto políticas como econômicas, entre as nações sul-americanas, cujos problemas e condições de vida apresentam inegável similitude. Esses nobres propositos encontraram eco imediato em todos os setores da opinião continental e espontâneo apoio de numerosos e eminentes homens de Estado, podendo ser considerados triunfantes, com a feliz iniciativa do presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Franklin D. Roosevelt, convocando as nações americanas para, conjuntamente, estudarem os meios que melhor possam assegurar a paz e o progresso das suas atividades. Em oportunidade tão significativa, pôde o Chefe do Governo Brasileiro reiterar mais precisamente os pontos de vista já expendidos sobre o assunto, sugerindo rumos práticos á política econômica dos países americanos, como contribuição ao programa que venha a ser fixado para oportuno exame e discussão.

E' ainda de ontem o exemplo da grande guerra de 1914, que assolou o velho continente, ocasionando á economia mundial profundas perturbações. Por

imposição das circunstancias, os países do nosso hemisferio tiveram de prover as proprias necessidades, quanto ao consumo de produtos manufacturados. Data daí o crescimento global do parque industrial americano, não sómente no Norte, onde o aparelhamento se tornou mais completo e capaz de satisfazer todas as exigencias tecnicas, como no Sul, onde o Brasil pode servir de exemplo, pela expansão das chamadas industrias de consumo, que lhe garantem hoje relativo equilibrio, entre os valores da produção, no setor agrario e no industrial. De modo semelhante, em varios outros países americanos, desenvolveram-se as industrias, estimulando simultaneamente o progresso das actividades agricolas e o aparelhamento mais eficiente das explorações extrativas de materias primas e combustiveis.

Não se verificou, entretanto, após esse periodo anormal, o restabelecimento das antigas correntes de intercambio. Muito ao contrario, as tendencias que se impuseram e vêm sendo seguidas pelos países de velha civilização tomam rumos completamente opostos. Por meios artificiais, através de medidas de coerção do aparelho do Estado, as nações industriais do velho continente procuram limitar o mais possivel o movimento natural das trocas mercantis. Dessas medidas, diasticas na sua maioria, a repercussão chega a ser desastrosa para a economia mundial, apresentando, quanto

á forma, uma variedade de causar assombro e compreendendo numerosas gradações, que vão do estabelecimento de quotas e contingentamentos ao bloqueio direto das moedas e aos convenios de compensação.

As nações novas, fornecedoras de produtos basicos, são as mais expostas aos efeitos dessa politica de confinamento e compressão economica, que lhes acarreta dificuldades de toda sorte, em consequencia do abaixamento do nivel das exportações e da queda forçada da balança geral dos valores.

Tudo indica, portanto, a necessidade de um movimento de cooperação capaz de neutralizar tão perturbadores efeitos. Mais como defesa, legitima e urgente, do que como reação, esse movimento se impõe, principalmente com o fim de ajustar esforços dispersos e desenvolver os mercados internos em condições estaveis e compensadoras. Os países americanos não são apenas produtores de materias primas, formam, tambem, solido bloco economico, dispondo de 250.000.000 de consumidores, com uma capacidade crescente de absorção de produtos manufaturados. Existindo, com efeito, no Continente, uma grande nação com aparelhamento completo de grande industria e outras parcialmente industrializadas, facil se torna entrelaçar os interesses comerciais e constituir uma verdadeira comunidade economica, á margem dos

processos estranguladores utilizados pelos países que se isolam comercialmente.

As circunstâncias justificam, pois, os esforços e a bôa vontade dos homens responsaveis pela direção dos negocios publicos, para a consecução de objetivo de tamanho alcance. A formação de um bloco das nações americanas constitue um imperativo de ordem social e equilibrio politico. Integrados, num orgão de defesa comum, os interesses e aspirações continentais, será possível marchar com segurança para o futuro, transmitindo, ao mesmo tempo, á posteridade, um alto exemplo de cooperação internacional, baseado no trabalho construtivo, e de repudio sincero ás conquistas cruentas, aos choques armados, a tudo o que ameaça destruir a obra multi-secular da civilização cristã.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Os trabalhos de demarcação de fronteiras, si bem que arduos e dificeis, continuam a ser feitos sem esmorecimento, apesar dos obstaculos de toda ordem, principalmente os naturais, que se antepõem ás respectivas comissões. E' de esperar que, mantida a mesma atividade, seja possível, em breve, delimitar e caracterizar completamente as nossas fronteiras terrestres.

Em relação á Republica do Uruguai, acha-se essa delicada missão quasi encerrada, faltando apenas ligeiros trabalhos complementares, de menor im-

portancia, tais como o embelezamento da praça internacional de Livramento-Rivera e a fixação dos limites de soberania sobre a ponte Mauá, para o que é intuito do Governo Brasileiro propôr ao do Uruguai o exame em conjunto desses aspectos da vida fronteiriça dos dois países.

Nas nossas fronteiras com a Republica do Paraguai foram iniciados os trabalhos de levantamento topografico, numa extensão aproximada de 200 quilometros, a partir do *divortium aquarum*, na serra do Amambai, atingindo a vila de Santa Catarina, o que faz esperar a possibilidade de se convidar brevemente o Governo daquela Republica amiga para entendimento definitivo sobre pequenas dificuldades ainda não resolvidas.

Desde o ano findo, ininterruptamente, a Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana permanece em atividade, apesar dos obstaculos encontrados. As ultimas divergencias surgidas, de pouca monta e simplesmente derivadas das dificuldades de aplicação das linhas rigidas dos tratados e convenções á realidade do terreno, foram liquidadas por forma altamente cordial, fato que a todos proporcionou viva satisfação.

Na Guiana Britanica, o trabalho da comissão mixta vai sendo atacado com vigor. Infelizmente, a morte de um chefe da Comissão Britanica acarretou a sua interrupção, nos ultimos dias de 1934, reiniciando-se em junho de 1935 os trabalhos de

campo, já a esse tempo em conjunto com a comissão holandesa, de modo a ser determinada a trijunção das divisorias. Dessas fronteiras estão já demarcados e caracterizados 1.200 quilômetros, faltando ainda cerca de 300, que, com os elementos atualmente em trabalho, poderão ser concluídos durante o ano próximo de 1937, tomando-se em conta que esta região é tecnicamente a mais difícil.

Depois que a comissão britânica suspendeu os trabalhos, a brasileira permaneceu na fronteira, dedicando-se à abertura de um trilho paralelo à linha, no divisor de águas do Amazonas e do Essequibo, entre os marcos 34 e 39, procedendo ainda ao levantamento topográfico dos rios Mapuera, Tauiní, Tutumó e Cumunó, numa extensão total de 360 quilômetros.

No que respeita à fronteira com a Guiana Holandesa, apesar das protelações havidas, aliás sem qualquer discordância, foi finalmente assentada a adaptação do Protocolo de Instruções, de 22 de setembro de 1931, às contingências do atraso verificado, combinando o nosso Governo e os da Holanda e Grã-Bretanha empreender os trabalhos na trijunção, de modo a ser levantado pelos três o marco comum. Dividiu-se, então, a comissão brasileira, indo uma parte colaborar com as comissões neerlandesa e britânica, enquanto outra atacava, apenas, com a comissão holandesa, alguns setores mais a leste. Nesta parte, cumpre notar que os trabalhos são difíceis em extremo, bastando lembrar

que, para atingir a fronteira, é necessario percorrer 2.500 quilometros de rios encachoeirados, através de um territorio inhospito e insalubre, o que não somente dificulta o transporte de cargas, mas põe em risco a propria capacidade da comissão, visto a frequencia com que o pessoal é atingido pela malária e outras enfermidades.

Continua pendente de aprovação do Poder Legislativo da Republica Argentina a Convenção Complementar de Limites, assinada em Buenos Aires, em 1927, e relativa á Ilha Brasileira.

Com as Republicas da Bolivia e do Perú é intenção do Governo Brasileiro, no primeiro caso, promover o encerramento dos dois trechos ainda pendentes de caracterização, sendo um entre a nascente do Rapiirran e a cabeceira do igarapé Baía, e o outro entre o ponto extremo da demarcação de 1877 e a nascente principal do Rio Verde; no segundo, e logo que esteja terminada a demarcação com a Republica da Colombia, sugerir a nomeação de uma comissão mixta, para fazer uma vistoria geral, reparando marcos e praticando as caracterizações complementares que se façam necessarias.

INTERCAMBIO COMERCIAL

As atividades do Governo Brasileiro em materia de comercio exterior foram, durante o ano ultimo, acentuadas pela premencia de medidas,

acauteladoras nuns casos, propulsoras noutros, imprescindíveis todas á bôa marcha dos assuntos mercantis. Por intermedio do Departamento de Serviços Economicos e Comerciais, atendeu-se a numerosos trabalhos nesse sentido, incluindo-se entre eles a assistencia prestada a duas missões comerciais que nos visitaram e a representação enviada á Quinta Conferencia Comercial Pan-Americana, reunida em Buenos Aires.

Foram, ainda, estudados e encaminhados quatro acordos internacionais para liquidação de creditos mercantis estrangeiros, retidos no Brasil em consequencia do desequilibrio cambial, um convenio com o Uruguai, para desenvolver as trocas de produtos da fruticultura, e dois tratados comerciais.

No fim do ano ultimo, tomou-se a resolução de denunciar os acordos concluidos antes de 1934, expedindo-se, para isso, o decreto 552, de 30 de dezembro de 1935, que imprimiu novos rumos á politica comercial do Brasil. Essa medida se impunha diante da orientação adotada por muitos países, com os quais mantinhamos acordos na base chamada "de nação mais favorecida", condição que se tornou inoperante, em face dos obices criados pela maioria das nações, que ora decretavam tarifas proibitivas para os nossos produtos, ora recorriam ao contingentamento, ou faziam convenios com clausula de compensação, e, por fim,

bloqueavam a saída de divisas internacionais para o pagamento de suas compras.

O acôrdo para a liquidação dos créditos comerciais italianos foi concluído em janeiro do ano findo, e, pelos seus dispositivos, o Brasil se comprometeu a transferir para a Itália somas correspondentes áqueles créditos, desde que não ultrapassem 30.000.000 de liras; no caso de haver excedentes, as liquidações respectivas serão feitas com as importancias provenientes de mercadorias exportadas do Brasil para a Itália.

Com a Suecia concluímos também um acôrdo de finalidade identica ao que fizemos com a Itália. Por ocasião da visita da nossa missão financeira, enviada aos Estados Unidos da America do Norte e aos países europeus, teve o Ministro da Fazenda do Brasil, que presidia a nossa representação, oportunidade para assinar um convenio com os credores comerciais suecos, em virtude do qual o Governo Brasileiro assumiu o encargo de remeter a soma de £ 10.000 em mensalidades de £ 1.000 a partir de maio de 1935.

Em 27 de setembro de 1935 tratou-se de resolver a situação dos créditos comerciais noruegueses. Pelos termos desse entendimento, obrigou-se o Governo da Noruega a adquirir café brasileiro na importancia de 2.200.000 corôas, não sendo, entretanto, a mercadoria equivalente computada na importação normal do produto brasileiro naquele

país escandinavo. O importe da venda do café será depositado no Banco da Noruega, a credito do Banco do Brasil, que o aplicará na liquidação dos creditos comerciais atrasados.

Com o Governo da Dinamarca foi concluido um acôrdo, fixando as normas para a liquidação das dividas comerciais retidas no Brasil, obtendo o nosso governo uma quota suplementar em favor do café brasileiro, para a quantidade equivalente a 1.200.000 corôas dinamarquesas, ou sejam £ 55.000. Dada essa preferencia, o Governo Brasileiro tomou o compromisso de remeter mensalmente £ 5.000 até liquidação final dos atrasados comerciais.

O convenio com a Republica do Uruguai foi estabelecido á base da isenção de direitos para as frutas frescas brasileiras, exceção feita de laranjas, tangerinas e bananas, que gozarão apenas 50% de redução, sendo concedida inteira liberdade de entrada no Brasil ás frutas uruguaias. Ainda foi incluido um dispositivo, pelo qual o pinho brasileiro terá livre entrada no país vizinho.

Entre os novos convenios considerados vantajosos está o que fizemos com a Republica da Finlândia. Com a presença do Sr. Hjalmar Johan Procopé, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, personalidade de relevo e antigo Ministro das Relações Exteriores daquela Republica do Baltico, estudaram-se os meios e modos de afastar os obstaculos ao aumento de inter-

cambio comercial dos dois países, resultando um entendimento, já ratificado por ambos os Governos, e consequentes medidas capazes de facilitar a introdução de produtos nos respectivos mercados, com a mais ampla liberdade. Obteve-se, ainda, do Parlamento Finlandês, uma redução de 25 % na tarifa que incidia sobre o café brasileiro, entrando em vigor a 1º de janeiro do ano corrente. Em reciprocidade, o Governo Brasileiro prometeu acompanhar com simpatia o projeto de lei apresentado no Congresso Nacional, concedendo isenção de direitos ao papel de imprensa de fabricação finlandesa.

TRATADOS DE COMERCIO

Merece especial referencia o trabalho feito para a conclusão de dois tratados comerciais, revestindo-se ambos de alta importancia, tanto pelo volume de interesses em questão, como pela significação das partes contratantes, com as quais a Nação Brasileira manteve sempre as melhores relações de cordialidade.

O primeiro dos referidos tratados, firmado com o Governo dos Estados Unidos da America do Norte, em fevereiro de 1935, recebeu ratificação no fim do mesmo ano. É um substitutivo ao convenio de 1923, julgado inadmiavel em face das numerosas e ponderaveis mudanças verificadas nesse intervalo, na vida economica e comercial das duas nações.

Depois de acurado estudo e negociações prolongadas entre a nossa Embaixada, na capital norte-americana, e o seu Departamento de Estado, além da colaboração de técnicos comerciais e especialistas em tarifas de uma e outra partes, foi, afinal, redigido o texto definitivo, ficando favorecidas 19 utilidades da nossa produção e exportação, das quais 12 obtiveram isenção completa de direitos, tres foram beneficiadas com taxas de 5% *ad valorem* e quatro outras com apreciaveis reduções sobre as antigas tarifas. Note-se que os produtos isentos de taxas de importação, na America do Norte, são precisamente os que entram com maior contingente para o volume das nossas exportações, a saber: café, borracha, cacau, madeiras, oleos e ceras vegetais, cera de carnauba, pedras preciosas brasileiras, ferro, cobre, cobalto e peles. As reduções foram concedidas aos seguintes produtos: manganês, mate, castanhas do Pará, castanhas de cajú, coco babassú.

As concessões feitas aos Estados Unidos da America favorecem, apenas, os produtos industriais que recebemos habitualmente daquele país.

O outro Tratado, que é de Comercio e Navegação, foi assinado em Buenos Aires, por ocasião da visita de cordialidade do Chefe do Governo Brasileiro ao Prata. Constituindo mais um passo para o estreitamento dos laços de amizade entre o nosso país e os vizinhos do sul, virá forçosamente estimular as nossas relações comerciais e incentivar as comu-

ficações e troca de produtos. Esse ato pende ainda do exame e aprovação do Legislativo Brasileiro.

Quanto á nova politica comercial, ficou asentada a designação, aliás já feita, de funcionarios e especialistas em materia comercial para, em conjunto, apreciar e encaminhar, com os representantes dos diversos países interessados, novos convenios, dentro da orientação referida anteriormente.

CONFERENCIA SUL-AMERICANA DE METEOROLOGIA

Em cumprimento á XXXVIIIª resolução da Conferencia Pan-Americana de Comercio, reunida em Buenos Aires, foi convocada e esteve reunida no Rio de Janeiro, entre 26 de outubro e 4 de novembro do ano findo, a primeira Conferencia de Meteorologia e Serviços Radioeletricos, á qual compareceram delegados e tecnicos de todos os Estados americanos. Foram aprovadas 46 resoluções de relevante importancia, em que colaboraram os delegados estrangeiros e a Comissão Especial Brasileira, composta de representantes dos Ministerios da Viação, Guerra, Marinha, Justiça, Educação e Relações Exteriores.

Ficaram, ainda, fixados os rumos para a proxima reunião, que se efetuará na capital da Republica do Perú, em 1936, visando sistematizar os serviços aéreos pan-americanos, unificando metodos e processos.

VISITA DO CHEFE DO GOVERNO ÀS REPUBLICAS PLATINAS

Com o alto proposito de estudar em conjunto problemas sul-americanos, estreitar laços de amizade e retribuir as visitas feitas ao Brasil, pelos Presidentes General Agustin P. Justo e Doutor Gabriel Terra, empreendeu o Chefe do Governo Brasileiro, em maio do ano findo, uma viagem ás capitais da Argentina e do Uruguai.

Durante os dias em que ali permaneceu, teve o Presidente da Republica a grande satisfação de manter trato direto e amistoso com as altas autoridades e estadistas das nações do sul, verificando, assim, pessoalmente, através de excepcionais manifestações populares de simpatia e cordialidade, partidas de todas as classes, como é acatado e apreciado o nome do Brasil, que ele representava.

Esse acontecimento repercutiu de forma invulgar em todo o Continente, produzindo, além de resultados imediatos, tais como o Tratado de Comercio e Navegação com a Argentina, e as negociações de paz entre a Bolivia e o Paraguai, o avivamento de sentimentos de solidariedade que se vêm impondo, de longa data, aos povos americanos.

Participaram dessa visita o Embaixador J. C. de Macedo Soares, Ministro do Exterior, o Almirante Protogenes Pereira Guimarães, represen-

tante da Armada e titular da Pasta da Marinha, e o General Pantaleão Pessoa, representante do Exercito, sendo todos alvo de homenagens especiais, muito significativas. Tambem, como os precedentes, fez parte, oficialmente, da comitiva, a divisão da esquadra brasileira, sob o comando do seu chefe, Almirante Raul Tavares, que foi acolhida, cordialmente, pela Marinha e povo, nas republicas platinas.

Foram assinados, nessa ocasião, além do tratado já mencionado, varios outros atos de apreciavel importancia, a saber: o Protocolo Adicional ao Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Argentina; o convenio para o intercambio de professores e estudantes brasileiros e argentinos; o convenio sobre lutas civis no Brasil e na Argentina; o convenio para facilitar a visita reciproca de tecnicos fito-sanitarios brasileiros e argentinos.

VISITAS ILUSTRES

Foram numerosas e procedentes de varios países as visitas que recebemos, quer para o trato de negocios comerciais, quer no desempenho de missões culturais ou simplesmente de cordialidade.

Entre elas contam-se duas missões comerciais e economicas: uma Missão Japonesa, composta de vultos preeminentes do comercio e das finanças do seu país, a qual percorreu grande parte do Brasil, verificando as possibilidades efetivas do intercambio

nipo-brasileiro e os meios de promovê-lo com êxito; uma Missão Económica Francesa, sob a chefia de Mr. Julien Durand, antigo Ministro do Commercio da França, que visitou varios dos principais institutos e corporações commerciaes e industriaes da Capital Federal, examinando os meios de fomentar os negocios franco-brasileiros.

Em setembro de 1935, visitou-nos oficialmente a Delegação Cultural Paraguaia, chefiada pelo Ministro da Educação e Saude da republica vizinha, Dr. Justo Prieto, tendo ainda como membros o Professor Gustavo Gonzalez, docente da Faculdade de Medicina de Assunção e o Coronel Abdon Palacios. Com esta oportunidade organizou-se um programa de visitas a instituições culturais na nossa Capital e em São Paulo, seguindo depois a referida missão para assistir ás comemorações do Centenario Farroupilha.

A convite do Governo Brasileiro, estiveram nesta capital os seguintes peritos europeus, que servem junto ás organizações subsidiarias da Liga das Nações e vieram participar dos trabalhos da comissão encarregada de redigir um projeto de Convenção Universal para proteção ás obras literarias e artisticas: senhor Ostertag, diretor do Bureau Internacional para a proteção da propriedade literaria; senhor Weiss, Consultor Juridico do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual; senhor Stephen Valot, delegado da

Federação Internacional de Jornalistas; senhor A. Asquini, representante do Instituto de Direito Internacional Privado de Roma.

O Embaixador Salvador de Madariaga, antigo delegado da Espanha junto á Liga das Nações, foi hospede oficial do Governo Brasileiro.

Tambem visitaram o Brasil o senador italiano e eminente sabio Guillermo Marconi, acompanhado do Senhor Arturo Marpicati, Secretario Geral da Academia Real da Italia, e o diretor do Bureau Internacional do Trabalho, senhor Harold Buttler.

Cumpre, ainda, registrar a estadia entre nós, com carater de visita especial, de diversas unidades de esquadras estrangeiras, contando-se entre elas o submarino holandês *K XVII*, o navio-escola argentino *Presidente Sarmiento*, os cruzadores ingleses *Dundee* e *Dragon*, o guarda-costas americano *Cauyuga*, o navio-escola hespanhol *Juan Sebastian Elcano*, o navio-escola venezuelano *Bolivar* e uma esquadilha mexicana de guarda-costas.

MINISTERIO DA GUERRA

Em mais de uma oportunidade, tratando de assuntos que dizem respeito á defesa nacional, tenho acentuado que a preocupação de melhorar o aparelhamento tecnico das forças armadas se acha justificada pelas nossas excepcionais condições geograficas e pela necessidade de fortalecer os vinculos da propria unidade politica da nação.

Pacifistas por tradição, infensos ás imposições da força e do arbitrio para dirimir quaisquer desentendimentos ou conflitos internacionais, pautamos sempre os nossos atos de politica externa dentro de um espirito de inalteravel respeito aos direitos alheios, que não permite presumir intenções agressivas ou de predomínio, principalmente em relação aos povos do Continente, aos quais temos dado inequivocos testemunhos de estima e cordialidade.

E' evidente que a existencia de um exercito, nos moldes em que procuramos organizar o nosso, nenhuma ameaça pode traduzir á tranquilidade continental, ainda mais quando, adstrito a efetivos limitados, poderá atuar apenas como fator indis-

pensavel para a segurança da nossa ordem interna, e nucleo, ao mesmo tempo, de ação civica, educativa e disciplinadora das energias do povo brasileiro.

Cumpre-nos, por conseguinte, empenhar decisivos esforços para que, fieis ás suas tradições de dignidade e dedicação aos mais altos deveres para com a Patria, possam as nossas forças armadas realizar os seus objetivos de aperfeiçoamento profissional, garantindo, simultaneamente, a expansão das nossas atividades, tanto de naturcza politica como economica.

DISCIPLINA E POLITICA

Nas altas esferas da administração militar continua a fazer-se sentir a louvavel preocupação de afastar os militares das lutas partidarias, cuja influencia sobre a disciplina e as atividades profissionais evidenciou-se como prejudicial sob todos os aspectos. Mantendo firmemente essa orientação, tem-se permitido apenas aos oficiais o exercicio de mandatos eletivos, de acôrdo com determinação expressa de lei. A conservação das normas disciplinares, com o alheamento da atividade politica, só poderá trazer beneficios á organização das forças armadas, e á manutenção da ordem publica.

As ltuosas ocorencias de novembro do ano findo constituem, a respeito, dura e proveitosa lição. Não fosse a facilidade com que os contumazes agitadores conseguiram insinuar-se junto a alguns oficiais inteiramente divorciados dos sentimentos

da classe, e difficil se tornaria a eclosão de surtos de rebeldia, como os verificados em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

A reacção que se lhes opôs não deixa duvidas, felizmente, quanto á vigorosa repulsa com que as nossas forças armadas receberam essas explosões de indisciplina e desvario, desencadeadas para servir a interesses politicos, impatrioticos e condenaveis, nos seus processos e objectivos, pois que visavam subverter as instituições para implantar no país o regime comunista.

Identificados, desde logo, os cabeças e mentores do movimento, ficou ele circunscrito em suas lamentaveis consequencias, embora acarretando perdas de vidas preciosas e avultados prejuizos materiais.

O perigo ainda não está de todo afastado, apesar do trabalho perseverante e sistematico das autoridades incumbidas de zelar pela segurança da ordem publica. Os atos de repressão continuam a ser postos em pratica e serão completados com a punição rigorosa e inflexivel dos responsaveis.

ORGANIZAÇÃO MILITAR

No decorrer do ultimo bienio, cogitou-se seriamente da reforma da organização militar do país, expedindo-se para isso algumas leis de importancia fundamental, tais como:

Lei do Ensino Militar;

Lei de Organização dos Quadros e Efectivos;

Lei de Organização do Ministerio da Guerra;
Lei de Movimento dos Quadros;
Lei de Promoções.

Como era natural, em reformas dessa natureza, as leis postas em execução evidenciaram, desde logo, falhas que a administração militar procurou remediar, enquanto preparava e submetia ao Poder Legislativo as modificações julgadas indispensáveis pelos órgãos técnicos e do alto comando. Foram, assim, encaminhados diversos projetos de lei que, por motivos de ordem superior, tiveram o seu andamento retardado, logrando apenas aprovação o que autorizava a modificar os regulamentos e normas de ensino de alguns estabelecimentos militares.

Reiniciados agora os trabalhos legislativos, é de esperar que esses projetos mereçam devido exame e alcancem aprovação definitiva, dentro do mais curto prazo possível, principalmente os considerados de maior urgência, entre os quais figuram o que suspende a lei de movimento de quadros até 1939 e o que modifica a lei de organização do Ministerio da Guerra.

APARELHAMENTO MATERIAL

Infelizmente, as condições financeiras do país não permitiram prosseguir, com a celeridade desejada, a obra de modernização do aparelhamento material do Exército, de modo a colocá-lo á altura das nossas necessidades, mesmo elementares, de segurança e defesa.

Os trabalhos iniciados desenvolvem-se regularmente, dentro das possibilidades das dotações orçamentarias, até que as circunstancias permitam elevá-las ao limite indispensavel. Os passos da nossa industria militar continuam lentos, mas seguros, e a preparação de tecnicos vai-se fazendo com rigor e cuidado.

ENSINO E INSTRUÇÃO

Dada a complexidade crescente do ensino militar, desdobrado em numerosas especializações, novas diretrizes foram traçadas, e até aqui seguidas rigorosamente, de modo que é possível anunciar progressos evidentes e compensadores dos esforços feitos. Em todos os setores dessa atividade já se revelam indices do aproveitamento recolhido do estudo da tecnica moderna e dos ensinamentos das organizações militares mais adiantadas do mundo. Para tanto, tem sido mantido no estrangeiro, na França e Estados Unidos particularmente, fazendo estagios de especialização, um grupo selecionado de oficiais; da mesma forma, continuam a prestar serviço os tecnicos contratados em diversos países. Os metodos de ensino vêm merecendo tambem cuidadosa atenção. As Escolas de Armas, consideradas onerosas e menos efficientes, em vista da sua descentralização, foram unificadas num unico instituto — a Escola das Armas — que tem apresentado otimos resultados.

As novas diretrizes dadas ao ensino nos demais estabelecimentos — Escola de Estado Maior, Escola Militar e Colegios Militares — têm sido igualmente proveitosas.

Pode-se afirmar, portanto, que são verdadeiramente animadores, em todos os seus aspectos, os índices da instrução profissional e de aperfeiçoamento.

A lei n. 189, de 16 de janeiro ultimo, solicitada ao Poder Legislativo no decurso de 1935, serviu para estimular tão promissoras transformações, assimilando a experiencia colhida em 15 anos de vida dos estabelecimentos instituidos sob as vistas da missão militar francesa e orientação dos ensinamentos diretamente ministrados pelos seus competentes instrutores.

Em todas as regiões militares observaram-se rigorosamente as instruções expedidas pelo Estado Maior, realizando-se com resultados excelentes exercicios de guarnição destinados a completar a instrução de 1935.

Ainda é preciso salientar que a educação fisica melhora cada vez mais, não havendo exagero em dizer-se que a Escola de Educação Fisica do Exercito é hoje uma instituição modelar.

REGIÕES MILITARES

Os trabalhos em todas as regiões militares decorreram normalmente, salvo quanto ás 1ª e 7ª Regiões, onde as lamentaveis occorrencias de novembro do ano findo levaram o Governo a extinguir as unidades re-

beladas, que foram o 3º Regimento de Infantaria, os 21º e 29º Batalhões de Caçadores, criando, porém, com pessoal inteiramente novo, o 14º Regimento de Infantaria, e os 30º e 31º Batalhões de Caçadores.

TRABALHOS DE ENGENHARIA

Foi de proveitosa atividade o ano findo para os serviços desse departamento, quer técnicos, quer administrativos. A Diretoria de Engenharia, que, em 1934, passou a superintender todas as obras planejadas e a executá-las, elaborou 123 orçamentos e projetos, que estão em andamento. Destacam-se, pelo seu vulto, a construção dos pavilhões no quartel ora ocupado pelo 14º Regimento de Infantaria, os do 2º Regimento de Infantaria e do Serviço Sanitário da 1ª Região; as obras do forte de Copacabana e fortaleza de Santa Cruz, bem como o abastecimento d'agua dos fortes do 1º distrito de Artilharia de Costa; reconstruções da Escola de Estado Maior e da Escola Técnica e Batalhão de Guardas. Foram ainda construídos quarteis para varias unidades nas 3ª, 4ª, 5ª e 7ª Regiões e realizadas obras complementares nas 8ª e 9ª Regiões.

AVIAÇÃO

Verifica-se, com satisfação, que os progressos da aviação militar correspondem aos esforços feitos: A organização que lhe foi dada, em 1933, continua a apresentar excelentes resultados.

O correio aéreo militar, cumprindo regularmente o seu programa, teve as respectivas linhas prolongadas, realizando, assim, uma finalidade superior, não sómente pelo seu aspecto tecnico, como tambem pelo fato de levar a regiões pouco exploradas do país noticias dos nossos mais importantes centros de civilização. Ultimamente, estendeu-se até Assunção, capital da Republica do Paraguai, a rede aérea militar do Brasil. Essa iniciativa merece especial destaque, por constituir acontecimento de lisongeira repercussão nas nossas relações internacionais.

Durante o ano de 1935, nas diversas rotas aéreas militares, que ligam os pontos principais do nosso vasto territorio, tanto no sentido dos paralelos como dos meridianos, foi coberto o percurso de 1.000.000 de quilometros, aproximadamente cerca de um terço mais do que no ano anterior, perfazendo 5.620 horas de vôo e o transporte total de 19.330 quilos de correspondencia.

Ainda é para salientar que, não obstante a falta de tecnicos de aeronautica em numero suficiente, o esforço do Serviço Tecnico de Aviação foi dos mais notaveis, tendo-se construido um tipo de avião nacional, destinado a treinamento, em condições de substituir os aparelhos de construção estrangeira.

Como se verifica, o Governo não poupa esforços para aumentar a eficiencia da aviação, bem

compreendendo o que representa o seu desenvolvimento em país vasto e de escassas comunicações como o nosso.

SERVIÇO MILITAR

E' animador referir que o serviço militar vem encontrando, nos ultimos anos, melhor aceitação. O fato é bastante significativo, por sabermos que a caserna de hoje não serve apenas como posto de exclusiva preparação militar, tendo sido transformada aos poucos numa verdadeira escola de cultura elementar e educação civica.

A estatistica regista apreciavel declinio no numero de insubmissos, concorrendo para isso não só os fatores já apontados, mas tambem o processo de alistamento que, cada vez mais apurado, dificulta, se não impossibilita, a impunidade dos refratarios ao cumprimento desse dever patriotico.

Atualmente, todo o trabalho referente ao assunto está a cargo da Diretoria de Serviço Militar e da Reserva, criada em virtude do art. 20 da Lei de Organização Geral do Ministerio da Guerra. Essa Diretoria foi organizada com o pessoal do extinto Departamento Central, da 6ª Divisão do Departamento da Guerra e da Diretoria Geral do Tiro de Guerra. O trabalho, a cargo de tres secções, está inteiramente em dia, produzindo resultados satisfatorios, apesar da criação recente desse departamento.

SERVIÇO DE SAUDE

Entre as medidas tomadas no ano findo, com o intuito de melhorar todos os serviços, cumpre referir o reaparelhamento do Serviço Medico de Aviação, que ficou em condições de atender satisfatoriamente às necessidades que se vinham fazendo sentir desde algum tempo.

Todos os institutos, escolas de saude, hospitais e sanatorios permanecem em regular funcionamento. Apenas os serviços odontologicos e farmaceuticos se ressentem ainda de algumas falhas, que deverão ser corrigidas logo que as circunstancias o permitam.

SERVIÇO DE SUBSISTENCIA

Tem sido util ao Exército a instituição desse serviço, de cuja execução resultaram economias apreciaveis. Estabelecido a principio apenas nas 1ª e 9ª Regiões, provou de tal modo a sua possibilidade de melhorar o tratamento da tropa, ainda com redução das despesas, que, no ano corrente, foi organizado para as demais Regiões.

SERVIÇO DE FUNDOS

Essa organização nova, criada pelo decreto n. 24.287, de 25 de maio de 1934, que extinguiu a Directoria Geral de Contabilidade, apresenta tambem excellentes provas do seu bom funcionamento. Des-

ligados das Delegacias Fiscais os serviços de pagamento da tropa nas diversas Regiões Militares, pôde ser dada maior celeridade aos processos, por intermédio dos Serviços Regionais de Fundos, que desempenham com presteza as suas funções de repartições pagadoras.

OUTROS SERVIÇOS

Além dos serviços de caráter profissional, inerentes à organização das forças militares, coube ao Exército colaborar na delicada e importante tarefa de demarcação das nossas fronteiras, como se verifica pelo relato das atividades do Ministerio do Exterior, e empreender a construção de varios traçados ferroviarios e de estradas de rodagem, conforme se faz referencia na parte dos trabalhos do Ministerio da Viação. Essas missões, cuja utilidade não é preciso encarecer, devem somar-se ás outras em que o Exército, de forma altamente patriótica, emprega o seu esforço para o fortalecimento dos vinculos da unidade nacional.

MINISTERIO DA MARINHA

Não pode ser considerada injustificável a insistência com que o Governo se refere às urgentes necessidades do reaparelhamento das nossas forças navais.

Houve, até 1930, completa indiferença a respeito, parecendo de somenos importância aos detentores do poder público o grau de ineficiência a que atingira o material em uso, mesmo o considerado indispensável ao serviço de simples vigilância marítima.

Não obstante os esforços empenhados pelo Governo Provisório, no sentido de modificar tão lamentável situação, iniciando diversos trabalhos de construção e reparação, a Marinha de Guerra não conseguiu ainda, por motivos de ordem superior, levar a cabo o programa de renovação que se traçou. São evidentes, entretanto, os progressos que vem realizando e para os quais têm concorrido decisivamente a dedicação e competência da oficialidade, secundadas pelo espírito de trabalho e disciplina mantido como tradição de honra pelos marujos brasileiros.

Desde 1932, pelo decreto n. 21.514, dispõe o orçamento da Marinha de um crédito anual de

40.000:000\$ para ser empregado na renovação da esquadra. Esse credito não teve ainda aplicação. Em 1934 foi aberta a concorrência, entre estaleiros navais, para a realização do programa estudado e aprovado. Diversas circunstancias, porém, impediram que se desse início às obras projetadas, muito concorrendo para essa dilação involuntaria as dificuldades surgidas quanto ao pagamento em divisas estrangeiras.

Permanece, contudo, persistente e patriótico, o interesse pela renovação do material flutuante. E tanto é assim que, sem abandonar o problema de reconstrução da esquadra, mantido em exame e cada vez mais proximo de solução, diante das novas possibilidades que se apresentam, a administração naval resolveu empreender imediatamente a construção de algumas unidades para a flotilha em serviço nas bacias do Paraná e do Amazonas.

Intensifica-se, para isso, a aparelhagem de algumas das oficinas já prontas e da carreira do novo arsenal, na Ilha das Cobras, de modo a permitir que ainda este ano seja batida a quilha de um monitor e de tres navios mineiros. Deverá iniciar-se, em breve, a mudança do velho arsenal para as instalações do novo. Com o aproveitamento dessas instalações e utilização do cais e dique construídos, tornar-se-á possível empreender trabalhos compensadores do capital ali empregado, além de proporcionar aos engenheiros, mestrança e operarios, ensejo de melhor applicarem a sua atividade profissional.

ENSINO NAVAL

Apezar de ressentir-se de numerosas falhas, que a Diretoria do Ensino Naval procura eliminar, padronizando os metodos adotados, mostraram-se efficientes os estudos no ano findo, com um aproveitamento medio muito animador.

O navio-escola "Almirante Saldanha" vem auxiliando eficazmente a parte pratica dos cursos, mediante viagens de instrução a portos nacionais e estrangeiros.

Os cursos de especialização anteriormente espalhados em varios navios e estabelecimentos, e agora reunidos num só edificio, funcionaram com regularidade.

Tambem demonstraram eficiencia os cursos de aperfeiçoamento e revisão do pessoal subalterno, instalados nas Escolas "Almirante Batista das Neves" e "Almirante Wandenkolk", o mesmo acontecendo com as Escolas de Aprendizes Marinheiros de Belém, Natal, Recife e Florianopolis, cuja matricula total atinge a 600 alunos.

MANOBRAS E EXERCICIOS

Não obstante o desgaste sofrido, ainda puderam os navios da Armada realizar os programas de exercicios fixados pelo Estado Maior e desincumbir-se satisfatoriamente de diversas comissões especiais. Foram efetuados tres periodos de treinamento na

Ilha Grande, com a esquadra completa capitaneada pelo encouraçado *São Paulo*, além de uma visita oficial ao Estado de São Paulo.

Para transportar ao Prata, com o fim de retribuir a visita dos Presidentes da Argentina e do Uruguai, o Presidente da Republica e sua comitiva, foi destacada uma divisão composta do mesmo encouraçado *São Paulo* e dos cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Baía*.

A esquadra esteve também representada, por uma das suas unidades, nas festas comemorativas do Centenario Farroupilha, em Porto Alegre.

ARSENALIS

Os trabalhos de construção do novo arsenal, na Ilha das Cobras, tiveram, no decorrer do ano de 1935, andamento normal, que vem seguindo desde o ano de 1930, quando foi reduzido de 21 para 9.000.000\$ a dotação para tal fim consignada em orçamento. O programa de obras estudado e previsto para o exercicio findo foi integralmente realizado e mesmo excedido em certos pontos.

Com a conclusão das obras hidráulicas das carreiras e o aparelhamento, embora parcial, de algumas das oficinas concluidas, está o Ministerio da Marinha tratando, para o ano de 1936, da construção, em seu proprio arsenal, de uma unidade para a esquadra. De acôrdo com a revisão ultimamente feita, mantidos os recursos financeiros necessários, a con-

clusão das obras, incluído o equipamento de oficinas, deverá verificar-se no decorrer do ano de 1939, quando entrará o novo arsenal em pleno funcionamento.

A orientação técnica seguida, na sucessão das construções constantes do projeto, visa concluir, de preferência, as obras cujas necessidades para a Marinha são cada vez mais prementes. Contudo, obedece-se ao plano de conjunto, para que a utilização da aparelhagem e das instalações existentes possa reduzir o custo final das obras.

Prosseguem, dentro dos recursos disponíveis, os trabalhos de construção do cais norte e oeste, para atracação de navios até 11 metros de calado, e as obras de prolongamento do dique "Guanabara". O cais norte-oeste, bem como as demais obras concluídas com equipamentos existentes, tais como: grande dique, guindastes elétricos, doca "11 de Junho", edifícios de alojamento, sub-estações, etc., já vêm sendo utilizados normalmente pela esquadra, com grande economia para o erário público e proveito para a Marinha. Em cooperação com a Prefeitura do Distrito Federal, foi projetado e está sendo construído o novo cais em frente ao edifício do Ministério da Marinha, que será entregue, em parte, á utilidade pública, com a praça aberta em virtude da demolição do antigo edifício do Ministério.

A construção dos edifícios e oficinas, concentrada na zona norte da ilha, desenvolveu-se com atividade

no decorrer do ano. Deu-se inicio ao grande edificio da administração do futuro arsenal, prosseguindo-se a construção das cinco oficinas do cais norte.

O fornecimento dagua na ilha foi iniciado com a construção do grande reservatorio de 3.000 metros cubicos, abastecido por gravidade do Mosteiro de São Bento e abastecendo, tambem por gravidade, toda a zona baixa do novo arsenal.

Foi tambem de grande operosidade o ano de 1935 para o antigo arsenal, onde se executaram trabalhos de vulto em numerosos navios da Armada. Entre as obras mais importantes merecem destaque:

1. As de transformação e modernização do encouraçado *Minas Gerais*, prestes a terminar. Tais obras constituem trabalho complexo, pela primeira vez empreendido entre nós, e que muito honra a nossa engenharia naval.

2. Conclusão das grandes obras de reparação do encouraçado *São Paulo*, começadas em 1934. Esse navio, depois de pronto, realizou, com exito, no ano passado, numerosas comissões, demonstrando assim a excelencia dos reparos que recebeu.

3. Reparos nos cruzadores *Baía e Rio Grande do Sul*, merecendo menção especial o empalhetamento da turbina de cruzeiro do *Baía*, serviço esse executado com toda a eficiencia.

4. Reparos em nove contra-torpedeiros, no tender *Ceará*, no N. A. *José Bonifacio*, em uma barca-oficina e em cinco rebocadores.

NOVOS EDIFÍCIOS PARA A ESCOLA NAVAL

Os trabalhos da construção dos novos edifícios para a Escola Naval prosseguiram regularmente durante o ano de 1935, de acôrdo com o contrato e as modificações feitas posteriormente no projeto.

Procedeu-se, para tanto, a uma revisão geral das plantas, sendo reduzido em suas dimensões o edificio do grupo esportivo, para que, dentro da verba do contrato, fossem atendidas outras necessidades no edificio das aulas, dos alojamentos dos alunos, da administração, da guarnição e das oficinas. Elaborou-se, na mesma ocasião, outro projeto para a piscina, de modo a torná-la comunicante com o mar. O abrigo de escaleres, previsto na planta inicial, não poderá ser construido, em consequencia do avanço que teve o aterro do aeroporto, estudando-se, por isso, a exequibilidade de substituí-lo por uma doca que aproveite, como lados, a muralha da ilha e a ponta existente.

Estão em periodo de acabamento os seguintes departamentos:

Corpo Escolar.

Alojamento dos alunos.

Serviços de Saude e Refeitório.

Administração dos Sub-oficiais e Guarnição.

Officinas e Usina.

Dada a impossibilidade da conclusão total das obras no exercicio de 1935, pelos motivos acima in-

dicados, foi solicitado ao Poder Legislativo o revigoro-ramento, para o exercício de 1936, do credito especial aberto pelo decreto n. 22.844, de junho de 1933, destinado a essas obras. Infelizmente, já em 3ª discussão, na sessão de 26 de dezembro, duas emendas obrigaram o respectivo projeto a voltar á Comissão de Finanças, onde permaneceu até o encerramento dos trabalhos. Torna-se indispensavel, portanto, que o saldo do referido credito, na importancia de 1.750.000\$, seja restabelecido na presente sessão legislativa.

AVIAÇÃO NAVAL

Durante o ano ultimo, de intenso e proficuo labor, a Aviação Naval estabeleceu o programa da sua reorganizaçã administrativa, a cargo da Diretoria de Aeronautica.

Do ponto de vista material foram salientes os melhoramentos conseguidos, sendo principalmente para notar os da base de Aviação do Rio, os da base de Florianopolis e de Santos e a continuação dos serviços da base de Ladario e inicio da construção da base de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Os trabalhos da Escola de Aviação Naval proseguiram regularmente no novo edificio onde está instalada, havendo sido renovado o material de aprendizagem com aquisição de mais alguns aparelhos.

CORREIO AÉREO NAVAL

Ainda não é satisfatória a situação do correio aéreo naval, por falta do material indispensável ao desempenho de suas atividades. Todavia, o esforço dos nossos pilotos navais conseguiu manter com regularidade o serviço, ligando todo o setor sul do país. Para melhorá-lo, faz-se necessário adquirir novo material de voo e de radiotelegrafia, o que igualmente contribuirá para os progressos do serviço de aerologia, a cargo da Diretoria de Meteorologia, com a qual já vem colaborando.

Apezar das falhas reconhecidas, as atividades da Aviação Naval atingiram desenvolvimento muito apreciável em 1935, sendo realizados 7.863 vôos, com a duração de 11.768 horas, num percurso de um milhão e meio de quilômetros, aproximadamente.

MARINHA MERCANTE

No cumprimento do decreto n. 24.683, foi mandada levantar a estatística geral do pessoal empregado na Marinha Mercante, estabelecendo-se um registro geral nominal de todos os que nela empregam a sua atividade.

A situação desse pessoal permanece ainda sem o controle desejado, por continuarem suspensas as matrículas e admissões. Nas capitânias, delegacias de trabalho marítimo e empresas de

navegação, prossegue, entretanto, o trabalho iniciado, que permitirá, em breve, á Diretoria de Marinha Mercante preencher os fins para que foi criada.

SERVIÇO DE SAUDE

Em 3 de maio, foi inaugurado oficialmente o Instituto Naval de Biologia, criado pelo decreto n. 23.854, de 8 de fevereiro de 1934. Anexo ao Instituto passou a funcionar, com a capacidade de 100 leitos, um hospital de doenças infecciosas e parasitarias, sendo para ele transferidos os doentes dessas molestias até então hospitalizados na Enfermaria Auxiliar de Copacabana.

O Hospital Central de Marinha, apesar de sua instalação vetusta e em local improprio, foi dotado de aperfeiçoamentos que lhe permitirão, enquanto se aguarda a construção do novo hospital, atender melhor ás multiplas exigencias dos serviços de saude da Marinha.

O laboratorio de analises clinicas do hospital foi completamente reformado e se acha em excelentes condições, o mesmo acontecendo com o serviço de radiologia, que teve substituido o aparelho de radiodiagnostico e foi dotado de um aparelho moderno de radioterapia.

Transitaram pelo hospital, em 1935, 4.561 doentes, dos quais faleceram 79.

TRABALHOS HIDROGRAFICOS

Os navios hidrograficos e faroleiros têm estado constantemente trabalhando no levantamento da costa sul e serviços de balisamento e faróis. Infelizmente, os materiais e dotações disponiveis não correspondem ainda ás necessidades dos trabalhos a efetuar para ultimação da carta hidrografica nacional.

TRIBUNAL MARITIMO ADMINISTRATIVO

A necessidade de um órgão tecnico, ao qual estivesse afeta a fixação da natureza e importancia dos accidentes de navegação, havia sido compreendida desde muito e do seu reconhecimento resultou a criação dos Tribunais Maritimos Administrativos.

O decreto n. 20.829, de 21 de dezembro de 1931, do Governo Provisorio, regulou-lhes o funcionamento, com jurisdição sobre todo o territorio da Republica, costas e vias navegaveis. Posteriormente, apurada a conveniencia de uma maior autonomia quanto ao processo e andamento dos serviços que lhes foram cometidos, resolveu-se desincorporá-los da Diretoria de Marinha Mercante, o que foi feito com o decreto n. 22.900, de 6 de julho de 1933, que mandou ficassem subordinados diretamente ao Ministro da Marinha.

Outras modificações se seguiram, com o decreto n. 24.585, de 5 de julho de 1934. O Tribunal Mari-

timo Administrativo passou a exercer, desde então, ação plena e de jurisdição própria em toda a extensão das vias navegáveis. Tratando-se, todavia, de uma organização importante, pela soma dos interesses afetos às suas deliberações, é possível que a prática venha aconselhar novas modificações, entre as quais, no momento oportuno, deverá acrescentar-se a faculdade de deliberar também, como órgão de recurso, para decidir em última instância acerca de toda sorte de acidentes marítimos e quaisquer outras pendências originadas de trabalhos inerentes às atividades do mar. Do mesmo modo que a Diretoria de Marinha Mercante é atualmente instância superior para as decisões das capitanias, no que se refere ao pessoal marítimo e questões de polícia naval, o Tribunal Marítimo Administrativo poderá tornar-se instância final, uma vez estatuido o recurso obrigatório das decisões regionais.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
PUBLICA

I

Em primeiro lugar, será feito, de modo sumario, o relato das ocorrências que, no ano de 1935, se apresentam mais dignas de nota.

1 — ADMINISTRAÇÃO GERAL

As atividades de administração geral do Ministerio da Educação e Saude Publica decorreram de forma normal e satisfatoria.

A situação do pessoal fixo e variavel, compreendendo trabalhadores e diaristas, foi objeto de detido estudo, que ainda continua a ser feito, tendo em vista verificar as deficiências existentes quanto á distribuição de funções e disparidade de remuneração.

Exame semelhante se procede quanto ao material, que, sendo complexo e numeroso, apresenta dificuldades de padronização, que deverão ser re-

movidas com vantagens de economia, rapidez e ordem para o serviço.

Procede-se ainda á remodelação dos serviços de contabilidade.

2 — SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADES DE DIREÇÃO

Segundo a organização vigente, são órgãos diretores dos serviços de educação a Diretoria Nacional de Educação, na Secretaria de Estado, e, no conjunto das repartições ministeriais, a Inspetoria Geral do Ensino Superior, a Inspetoria Geral do Ensino Secundario, a Inspetoria Geral do Ensino Commercial, a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo e a Superintendencia do Ensino Industrial, não se achando ainda instaladas a Inspetoria Geral do Ensino Superior e a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo.

DIRETORIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Criada pelo decreto n. 24.439, de 21 de junho de 1934, a Diretoria Nacional de Educação vem procurando realizar as suas finalidades essenciais, não só no tocante ás investigações e pesquisas dos assuntos tecnicos de educação, mas também no que se refere á parte puramente administrativa e de inspeção do ensino.

Duas secções técnicas conseguiram, em menos de um ano de regular funcionamento, focalizar assuntos de relevante importância, tais como:

- a) Realização de um inquerito sobre a situação dos professores do ensino secundário, para servir de base á regulamentação dos contratos a que se refere o art. 53 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932.
- b) Inquerito sobre a organização do ensino secundário em colaboração com as inspetorias regionais do Distrito Federal.
- c) Inquerito sobre o regime alimentar nos internatos do Distrito Federal.
- d) Lançamento de bases para um inquerito sobre programas do curso secundário fundamental.
- e) Plano de um estudo experimental sobre iluminação e ventilação das salas de aula.
- f) Estatística da distribuição, por sexo e idade, dos alunos do curso secundário.
- g) Estabelecimento das condições materiais e didáticas dos cursos secundários complementares.
- h) Pesquisas sobre a aplicação de 20 % das rendas estaduais nos serviços de educação.
- i) Estudo sobre as condições de eficiência do ensino primário no país.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO SECUNDARIO

O ensino secundário continua a ter desenvolvimento compatível com as possibilidades gerais do

país. A partir de 1932, período inicial da reforma elaborada em 1931, o numero de educandarios reconhecidos pelo Governo Federal foi o seguinte: em 1932, 277; em 1933, 315; em 1934, 382; e, em 1935, 440. Este ano atingirá, provavelmente, a meio milhar. A esse aumento corresponde elevação proporcional do numero de matriculas: 52.280, em 1932; 60.427, em 1933; 65.354, em 1934; e 79.835, em 1935.

Indagar-se-á, possivelmente, si a esse progresso de algarismos corresponde melhoria positiva nos metodos de ensino e no rendimento escolar. Seria precipitado responder pela negativa, sem embargo das conhecidas deficiencias do ensino secundario, que vem exigindo constante atenção dos poderes publicos. Ampliou-se, certamente, o circulo da cultura média geral, não podendo, entretanto, dizer-se que esta se haja aprofundado e sistematizado. A vida de ginasio afigura-se, ainda, á maioria dos estudantes, estagio forçado e pouco agradável. Domina-os a preocupação de passar o mais depressa possivel ao curso superior, onde, infelizmente, só uma restrita minoria consegue obter formação profissional completa e eficiente.

Procurando corrigir os efeitos dessa erronea concepção das finalidades do curso propedeutico, providenciou-se para a instalação das chamadas classes complementares nos estabelecimentos oficiais, equiparados e sob inspeção permanente, e nos cursos anexos ás escolas superiores.

Outras medidas foram e continuam sendo postas em pratica. Ativou-se o registo de professores, mediante mais rigorosa fiscalização de titulos e aptidões. Negou-se inspeção permanente a quasi uma centena de estabelecimentos, por falta do cumprimento de exigencias legais.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO COMERCIAL

O numero de escolas de comercio que, em 1926, atingira apenas a 26, com 911 alunos, eleva-se, hoje, a 236, com 24.349 alunos. O ensino tornou-se popular e vem interessando vivamente às classes medias, desejosas de obter melhor preparação tecnica.

Além de exercer ação fiscalizadora sobre os cursos de comercio, a Inspetoria Geral do Ensino Comercial tem procurado sugerir metodos de ensino, promovendo, tambem, inqueritos sobre o resultado da aplicação desses metodos.

SUPERINTENDENCIA DO ENSINO INDUSTRIAL

Esse departamento exerceu proveitosa ação coordenadora sobre as escolas profissionais mantidas pela União, cuidando da sua remodelação material e organizando planos de trabalhos educativos, que muito deverão contribuir para a racionalização desse ramo de ensino.

SERVIÇOS ESCOLARES

ENSINO SUPERIOR

Universidade do Rio de Janeiro

Os institutos congregados sob o título de Universidade do Rio de Janeiro tiveram funcionamento regular.

E' de assinalar que a Faculdade de Medicina passou a contar com amplas e modernas instalações no Hospital Estacio de Sá, onde se localizaram a 3ª cadeira de clinica cirurgica, a 5ª cadeira de clinica medica, a cadeira de propedeutica cirurgica e a cadeira de clinica ginecologica.

Inaugurou-se a Maternidade, em edificio especialmente construido para tal fim. Esse melhoramento veio satisfazer imperiosa necessidade do ensino, pois que permite aos alunos do 6º ano a pratica da clinica obstetrica, de que até então se viam privados. Atende, igualmente, aos reclamos da assistencia social, visto dispôr de mais 120 leitos destinados a parturientes.

Universidade Tecnica Federal

Não foi ainda instalada a Universidade Tecnica Federal, pelo fato de ter o Governo resolvido ampliar o plano relativo a essa parte do ensino superior.

Dentro da definição legal da Universidade Técnica Federal, figuram, presentemente, a Escola Politecnica e a Escola Nacional de Química.

A Escola Politecnica teve as suas instalações melhoradas mediante obras de remodelação, que não perturbaram a normalidade dos trabalhos escolares.

Na Escola Nacional de Química, também se fizeram obras destinadas a assegurar-lhe melhores condições didáticas e mais completo equipamento tecnico.

Faculdade de Direito do Recife e Faculdade de Medicina da Baía

Esses institutos funcionaram normalmente.

A Faculdade de Medicina da Baía foi inspecionada por um engenheiro do Ministerio, que verificou as suas grandes necessidades materiais.

Faculdade de Medicina de Porto Alegre

Este estabelecimento foi incorporado á Universidade de Porto Alegre, mediante acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

ENSINO SECUNDARIO

As duas secções do Collegio Pedro II, internato e externato, ministraram instrução, no ano findo, em tres turnos de aulas, a 2.333 alunos. Cursos

facultativos de grego e historia da America foram mantidos paralelamente ao curso fundamental e aos cursos livres de lingua e literatura italiana.

ENSINO PROFISSIONAL

A reorganização material das escolas de aprendizes artifices, mantidas pela União nos Estados, prosseguiu, em 1935, mau grado as restrições financeiras do momento.

E' assim que, em Recife, foi inaugurado um conjunto de seis edificios, em terreno doado pelo governo estadual, com a superficie aproximada de 7.000 metros quadrados. Trata-se de uma construção ampla, confortavel, cobrindo 3.004 metros quadrados de área, e em condições de atender perfeitamente ás exigencias da moderna escola profissional.

No Paraná, levantou-se outro edificio, abrangendo 2.252 dos 5.258 metros quadrados de terreno oferecido pelo governo estadual.

Planejou-se novo predio para o instituto existente no Piauí, sendo logo iniciadas as obras dos pavilhões e corpo central. A construção, dispondo de uma área de 3.158 metros quadrados, oferecida tambem pelo governo do Estado, ficará concluida este ano e cobre 880 metros quadrados.

Nos 19 estabelecimentos dessa natureza existentes no país, matricularam-se 5.596 alunos, mantendo uma média de frequencia de 67 % e produzindo mercadorias no valor de 560:265\$000.

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, no Distrito Federal, apresentou uma matrícula de 239 alunos, na maioria pertencentes ao sexo feminino.

ENSINO EMENDATIVO

Instituto Benjamin Constant

A pesar de possuir instalações materiais deficientes, esse estabelecimento desenvolveu útil atividade, difundindo em todo o Brasil milhares de alfabetos pelo sistema Braille, proporcionando trabalho aos cegos e buscando aperfeiçoar-lhes a instrução especializada.

Instituto Nacional de Surdos-Mudos

Novos programas foram aprovados pela congregação, para o ensino de linguagem, constituindo notável avanço prático no domínio da pedagogia dos surdos-mudos, adaptada às peculiaridades do nosso meio.

O cinema educativo passou a exercer papel saliente no ensino, associado a exercícios de redação, que muito contribuíram para o desenvolvimento mental dos alunos.

O ensino profissional foi reorganizado, mantendo-se a orientação já seguida em anos anteriores.

SERVIÇOS EXTRA-ESCOLARES**INSTITUTO OSWALDO CRUZ**

Durante cinco exercicios consecutivos, a atividade cientifica da casa fundada por Oswaldo Cruz permaneceu estacionaria pela exiguidade de recursos financeiros e materiais. Dotada agora de maiores possibilidades, a tradicional instituição amplia as suas pesquisas valiosissimas sobre questões de zoologia medica, bacteriologia, protozoologia, histopatologia, fisiologia, quimica e fisica biologicas, etc., interessando particularmente á patologia humana e á animal. Essas pesquisas foram, em boa parte, divulgadas nas *Memorias* do instituto e em jornais e revistas tecnicas, constituindo trabalhos originais, com merecida repercussão nos circulos scientificos especializados.

Para a colheita de material e estudos de patologia regional promoveram-se diversas excursões, no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e mesmo em países visinhos, como a Argentina e o Paraguai, todas com os melhores resultados e sem onus para o Tesouro Nacional, devido á espontanea colaboração de particulares e instituições científicas nacionais e estrangeiras.

O instituto colaborou ainda, eficientemente, nos trabalhos de outras instituições de ensino e assistencia medica.

É digno de menção o seu concurso á obra do Centro Internacional de Leprologia, cujos trabalhos se executam, em grande parte, com o auxilio do seu pessoal e nos seus laboratorios, onde continua a exercer a sua atividade um tecnico da Sociedade das Nações, que se dedica, particularmente, a pesquisas sobre a terapeutica da lepra. O Hospital de Doenças Tropicais, do instituto, prestou assistencia gratuita a mais de duas centenas de internados e a milhares de consultantes, prosseguindo, com eficiencia, o curso de applicação do ensino de biologia, que ha vinte e cinco anos vem prestando assinalados serviços. Vinte e dois estagionarios servem-se dos laboratorios do estabelecimento, entre eles estrangeiros vindos de diversos países.

Os serviços industriais apresentaram apreciavel rendimento, atingindo ao valor de 1.608:347\$000.

Como expressão do prestigio internacional do instituto, é oportuno registrar o convite da Real Sociedade de Medicina de Londres a um de seus tecnicos, o Dr. Magarino Torres, para expôr os seus estudos originaes sobre alastrim.

MUSEU NACIONAL

As suas atividades prosseguiram, realizando 13 excursões, publicando algumas monografias e catalogando novos especimes vegetais, cujo numero

já ascende a 29.613. Na secção de geologia foi inaugurada a coleção sistematica de mineralogia geral, a mais completa do Brasil.

MUSEU HISTORICO NACIONAL

Iniciou, no ano ultimo, a sua atividade sobre a conservação dos monumentos nacionais, aplicando em obras dessa natureza, na cidade de Ouro Preto, a verba orçamentaria de 100:000\$ para esse fim consignada.

OBSERVATORIO NACIONAL

Trabalhos de immediata utilidade e outros puramente especulativos foram desempenhados com proficiencia por este estabelecimento, no decorrer do ano findo.

CASA DE RUY BARBOSA

Tem sido preocupação do Governo conservar a Casa de Ruy Barbosa tal como serviu de ambiente á vida do grande brasileiro, preparando-a ao mesmo tempo para ser transformada em museu e centro de estudos. Iniciaram-se os trabalhos relativos á publicação das suas obras completas, continuando a fazer-se, tambem, a catalogação da biblioteca, bem como o inventario e classificação dos manuscritos.

BIBLIOTECA NACIONAL

Aumenta a visitação pública às valiosas coleções da Biblioteca Nacional, que, no ano findo, atendeu 81.977 leitores, fez aquisição de livros e documentos raros sobre o Brasil, e editou mais tres volumes dos seus *Anais* e dois da coleção *Documentos Historicos*.

ESTATISTICA EDUCACIONAL

Está normalizado o andamento da estatística do ensino, cuja elaboração ficou, pelo convenio de 1931, sob a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal. A parte que competia ao Governo Federal vem sendo regularmente levantada desde 1932. Quanto á dos Estados — estatística do ensino primario geral — executada, em começo, com sensíveis imperfeições e grande lentidão, começa a apresentar resultados satisfatorios. O Ministerio da Educação e Saude Publica vem prestando ás administrações estaduais toda a assistencia necessaria, facilitando até aos respectivos funcionarios estagios de aperfeiçoamento, mediante participação direta nos trabalhos que lhe cumpre executar.

3 — SERVIÇOS DE SAUDE

ATIVIDADES DE DIREÇÃO

Os serviços de saude publica e assistencia social foram intensificados, articulando-se com as diretorias estaduais de saude. Nota-se crescente interesse pelo

serviço a cargo dessas organizações, como se conclue do numero de pedidos de admissão para o respectivo curso de aperfeiçoamento da Faculdade de Medicina. Inscreveram-se, este ano, vinte tecnicos de dez Estados. Com a admissão, nos serviços federais, de 11 medicos, diplomados por aquele curso especializado, e que ingressaram de acôrdo com a ordem rigorosa da classificação, conseguiu-se um contingente de novos tecnicos, que se distribuiram pelos diversos serviços, possibilitando-lhes ácentuada melhoria.

A secção tecnica de saude publica prosseguiu na sua tarefa de elaborar instruções, promover inqueritos e pesquisas e fiscalizar serviços, reencetando tambem a publicação dos *Arquivos de Higiene*, em que se inseriram contribuições científicas de valor.

A secção de propaganda prosseguiu na sua tarefa educativa através do cinema, do radio, de conferencias em estabelecimentos de ensino secundario e de cursos destinados a diretoras e professoras de escolas primarias. Distribuiram-se para mais de 800.000 publicações, compreendendo cartazes, folhetos, comunicados avulsos para a imprensa e o publico.

SAUDE PUBLICA

SERVIÇO SANITARIO DO DISTRITO FEDERAL

Os serviços federais de saude publica, no Distrito Federal, se exerceram com um evidente aproveitamento durante o ano de 1935, atendendo

às necessidades do combate e profilaxia de alguns surtos epidêmicos de relativa gravidade.

Os trabalhos de saneamento anti-malarico, prosseguindo em Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba, concentraram-se especialmente nos rios e riachos tributarios das lagoas da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá, tendo sido tratados 12 deles, numa extensão total de 38 quilometros. Foi organizado, e vai ter rigorosa execução, um plano sistematizado de combate á malária no Distrito Federal, devendo ser feito entendimento com as autoridades sanitarias do Estado do Rio de Janeiro, para extensão desses serviços ás regiões limitrofes.

A profilaxia da lepra recebeu cuidados especiais da parte das autoridades sanitarias. Esse serviço conta com o concurso do Centro Internacional de Leprologia, organizado com a cooperação da Sociedade das Nações e do Sr. Guilherme Guinle. Além da parte de investigações científicas, que se intensificaram, e da metodização dos meios terapeuticos modernos, que vêm sendo largamente utilizados no hospital-colônia de Curupaití, forneceram-se recursos especiais para a ampliação de diversas e importantes dependencias desse estabelecimento, cuja área ficou aumentada com a aquisição de 83.000 metros quadrados de terreno.

Para o combate á tuberculose, foi aplicada a dotação de 598:000\$, que permitiu desenvolver, sob diversos aspectos, tão importante serviço.

A Inspetoria dos Centros de Saude, a que incumbe a execução mais direta dos serviços de medicina preventiva e de assistência higienica á população do Distrito Federal, manteve em funcionamento todos os centros de saude criados para esse fim.

Sofreu grande reforma o Laboratorio de Saude Publica. Melhor aparelhado, atende atualmente não só aos trabalhos de análise da sua especialidade, como também á preparação de diversas especies de vacinas de immediata e urgente applicação.

A Inspetoria de Alimentação e a Inspetoria do Exercício Profissional mantiveram-se em constante e proveitosa atividade durante o ano de 1935.

SERVIÇO DE POLICIA SANITARIA DOS PORTOS

A vigilancia sanitaria dos portos, confiada a esse departamento, vem se mantendo de modo satisfatorio. De acôrdo com a nova orientação adotada, foram fechadas, sem prejuizo algum, as sub-inspetorias dos portos de São Francisco, Paranaguá, Florianopolis, Amarração, São Luiz, Cabedelo, Vitoria, Aracajú e Maceió, distribuindo-se o pessoal e o material respectivo pelas estações sanitarias mais proximas.

SERVIÇO DE FEBRE AMARELA

As atividades do Serviço de Febre Amarela foram continuadas com a mesma eficiencia do ano anterior, distribuindo-se por mais de 1.660 localidades do país.

Nos laboratorios do Serviço, prosseguiram as

pesquisas para o aperfeiçoamento de uma vacina capaz de ser largamente aplicada.

Os trabalhos do ano absorveram a atividade de cerca de 3.000 pessoas, entre as quais figuram 80 médicos, custando 12.000.000\$ ao Governo Federal e \$235.000.00 à Fundação Rockefeller, que concorreu ainda com a colaboração de 13 especialistas e médicos estrangeiros.

ASSISTENCIA HOSPITALAR

O Governo procurou aparelhar de forma mais completa os serviços de assistência hospitalar, mantidos no Distrito Federal.

Cabe destacar, entre as iniciativas mais importantes, a instalação do Hospital Estácio de Sá, que, além de contar com acomodações de hospitalização numerosas e modernas, passou a servir a diversas clínicas da Faculdade de Medicina.

Os serviços de assistência a psicopatas executaram, através dos hospitais, ambulatorios e institutos que lhe estão subordinados, trabalhos que muito se recomendam pelos resultados obtidos.

Sendo absolutamente precária a situação do Hospital Psiquiátrico, resolveu-se transformar a colônia de mulheres Juliano Moreira, de Jacarepaguá, em hospital-colônia para ambos os sexos, dotando-o de instalações modernas. Já estão prontos 11 pavilhões isolados e outras dependências amplas e bem aparelhadas.

AMPARO Á MATERNIDADE E Á INFANCIA

A Diretoria de Proteção á Maternidade e á Infancia mantém, atualmente, no Distrito Federal, os serviços de lactantes e pre-escolares, o serviço pre-natal, o de oto-rino-laringologia, o de estomatologia e o de raios ultra-violeta. Executaram-se obras de vulto no Hospital Arthur Bernardes. Intensificou-se, por outro lado, a divulgação de noções praticas de puericultura, por meio de cursos populares e ilustrações expostas ao publico, iniciando-se, tambem, inqueritos sobre asilos e instituições de socorro á infancia, alimentação das crianças nas classes proletarias e alimentação infantil.

O apêlo feito aos chefes de governos estaduais, aos prefeitos municipais e ás autoridades ecclesiasticas permitiu que se articulassem com o Ministerio 450 municipios e cerca de 500 instituições, das quais mais de 20 criadas por efeito da campanha. Além de publicações especiais, largamente difundidas, conseguiu a Diretoria de Proteção á Maternidade e á Infancia que cerca de 300 jornais do interior instituíssem uma secção de puericultura.

SERVIÇO DE AGUAS E ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL

O problema do reforço do abastecimento de agua para o Distrito Federal foi, afinal, encaminhado para uma proxima e definitiva solução.

Depois de longos estudos, aprovado o projeto de adução do ribeirão das Lages, que a Inspetoria de Aguas e Esgotos organizou, realizou-se, a 2 de maio do ano passado, a concorrência para a execução das obras. Apresentaram-se nove concorrentes: oito, para a construção por conta do Governo e mediante pagamentos á medida do andamento do serviço; e um, para arrendamento da obra, cabendo ao Governo efetuar o pagamento da agua fornecida. Recebido o parecer da comissão encarregada do estudo das propostas, e feito o necessario exame da materia no Ministerio da Educação e Saude Publica e no Ministerio da Fazenda, ficou resolvido aceitar a proposta para arrendamento.

Para atender ás necessidades mais urgentes do fornecimento de agua, já fôra construida, ha dois anos, a usina elevatoria do Acarí, que, além de melhorar consideravelmente as condições de duas grandes linhas adutoras, reduzindo-lhes os accidentes de 50%, determinou o acrescimo de 20.000.000 de litros no suprimento diario da cidade, proveniente de sobras não aproveitadas do Xerém e do Mantiquira.

No tocante a esgotos, iniciou-se o necessario serviço nos bairros de Ipanema e Leblon, por administração direta da Inspetoria de Aguas e Esgotos que, em um mês de trabalho, assentou, no primeiro daqueles bairros, 374 metros de coletores e cinco poços de inspeção.

Acham-se em estudo já adeantado as bases de revigoração do contrato com a The Rio de Janeiro City Improvements Ltd, para a fixação da taxa definitiva, em moeda nacional, por predio esgotado, cumprindo-se, assim, o disposto no art. 137 da Constituição e compondo-se a situação criada pelo decreto n. 23.501, de 27 de novembro de 1933. E' intuito do Governo aproveitar a oportunidade dessa revisão para aliviar o Tesouro Nacional de certos onus resultantes do contrato atual, por forma que o resgate final das obras e a reversão dos serviços á União, em 1947, se façam sem embaraços.

Até bem pouco tempo, a empresa concessionaria só applicava, em suas canalizações, tubos de ferro e material ceramico de procedencia estrangeira, o que se justificava pela falta de similares nacionais de boa qualidade. A baixa cambial, agravando os preços dos artigos de importação, levou-a a cogitar do emprego de material nacional, de preferencia ao estrangeiro. Com esse objectivo, foram primeiramente adotados os tubos de ferro fundido centrifugado e recozido das usinas de Caeté e São Paulo, devendo acontecer o mesmo com as manilhas de barro vidrado de varias marcas, provenientes dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, depois de um periodo de experiencia a que foram submetidas. Com essas medidas se logrará, ao mesmo tempo, reduzir o custo das obras, restringir a importação e estimular a industria nacional.

4 — COOPERAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO

AUXILIO FEDERAL AOS ESTADOS

Para a educação — Com os serviços de nacionalização do ensino, nas regiões de colonização do sul do país, a União dispendeu, em 1935, a importância de 558.000\$, sendo 342.000\$, para auxílio ao Estado de Santa Catarina, e 216.000\$, para auxílio ao Estado do Paraná.

Em virtude do contrato existente, concedeu-se à Universidade Técnica do Rio Grande do Sul o auxílio de 978.000\$000.

Para a saúde — A vários Estados foram fornecidos auxílios para a luta contra a malária, as helmintoses e a boubá. Para permitir a elaboração de um plano de combate sistemático à peste bubônica no nordeste do país, organizaram-se cinco comissões de estudos, que se distribuíram, respectivamente, pelos seguintes Estados: Maranhão e Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte e Paraíba; Pernambuco e Alagoas; Sergipe e Baía. Essas comissões finalizaram os seus trabalhos em 31 de dezembro de 1935, coligindo dados e observações que nortearão a campanha empreendida no corrente ano.

Distribuíram-se a seis Estados, para a campanha contra a lepra, 510.000\$, de auxílio, tendo sido inaugurado, graças à cooperação federal, o hospital-colônia de Itanhenga, no Espírito Santo.

SUBVENÇÃO FEDERAL ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES

A ação do Governo Federal foi grandemente ampliada, em 1935, em materia de amparo aos serviços de iniciativa privada relativos á educação e á saúde. A população dos Estados, do Distrito Federal e do Territorio do Acre auferiu beneficios da União, que distribuiu 7.888.000\$000 a 571 instituições, pela forma abaixo discriminada:

ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITORIO DO ACRE	SAUDE	EDUCAÇÃO	TOTAL
Amazonas.....	40.000\$000	370.000\$000	410.000\$000
Pará.....	115.000\$000	98.000\$000	213.000\$000
Maranhão.....	46.000\$000	66.000\$000	112.000\$000
Ceará.....	242.000\$000	260.000\$000	502.000\$000
Piauí.....	38.000\$000	—	38.000\$000
Rio Grande do Norte.....	61.500\$000	7.500\$000	69.000\$000
Paraíba.....	3.000\$000	5.000\$000	8.000\$000
Pernambuco.....	195.000\$000	155.000\$000	350.000\$000
Alagoas.....	69.000\$000	23.000\$000	92.000\$000
Sergipe.....	66.000\$000	18.000\$000	84.000\$000
Baía.....	223.000\$000	186.000\$000	409.000\$000
Espírito Santo.....	7.000\$000	16.000\$000	23.000\$000
Rio de Janeiro.....	128.000\$000	218.000\$000	346.000\$000
Distrito Federal.....	993.000\$000	1.012.000\$000	2.005.000\$000
São Paulo.....	589.000\$000	369.000\$000	958.000\$000
Paraná.....	82.000\$000	270.000\$000	352.000\$000
Santa Catarina.....	21.000\$000	25.000\$000	46.000\$000
Rio Grande do Sul.....	179.000\$000	191.000\$000	370.000\$000
Minas Gerais.....	741.000\$000	407.000\$000	1.148.000\$000
Goiás.....	6.000\$000	30.000\$000	36.000\$000
Mato Grosso.....	132.000\$000	110.000\$000	242.000\$000
Acre.....	15.000\$000	—	15.000\$000
	4.051.500\$000	3.836.500\$000	7.888.000\$000

5 — CONSELHOS TECNICOS

No ano de 1935, realizou o Conselho Nacional de Educação 64 sessões, para exame de diversos e importantes assuntos de interesse educacional.

Reuniu-se cinco vezes o Conselho Nacional de Belas Artes, tratando de questões relativas ao desenvolvimento das artes plasticas no país.

O Conselho Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social, de que trata o decreto n. 24.438, de 21 de junho de 1934, não foi ainda organizado.

II

Relatado sucintamente o desenvolvimento dos serviços a cargo do Ministerio da Educação e Saude Publica, durante o ano de 1935, cabe agora registrar, tambem de forma resumida, o plano geral das suas atividades, traçado para ter execução continuada, de acôrdo com as possibilidades financeiras do país.

Na mensagem anterior, tive ocasião de acen-tuar a necessidade de uma reforma geral dos ser-viços de administração da educação e da saude.

Feitos os estudos indispensaveis, de acôrdo com as atividades a elles relativas, o plano de remodelação transformou-se no projeto apresentado, no ul-timo mês do ano de 1935, ao exame e aprovação do Poder Legislativo. Circunstancias, entretanto, de força maior, não permitiram que ele tivesse anda-mento completo.

E' de esperar que, reabertos os seus trabalhos, o Poder Legislativo retome o projeto, encerrando-o definitivamente, com as modificações que julgar necessarias.

1 — ATIVIDADES DE DIREÇÃO

Segundo o plano de remodelação, constante do projeto já enviado ao Poder Legislativo, a Secretaria de Estado deverá ter uma estruturação racional, de modo que as atividades administrativas de ordem geral, relativas ao pessoal, ao material e á contabilidade, perfeitamente articuladas, se processem com maior rendimento e celeridade. Por outro lado, as atividades administrativas de ordem especial, destinadas a cuidar da educação e da saúde, constituirão dois órgãos fundamentais, a saber: o Departamento Nacional de Educação e o Departamento Nacional de Saúde.

Para regularizar a situação anormal, que se vem agravando, por motivos facilmente compreensíveis, com a dispersão dos órgãos componentes da Secretaria de Estado, ocupando atualmente dez locais diferentes, distantes e mal instalados, deverá construir-se, em breve, o edifício destinado a receber todos os serviços pertencentes a este setor da administração pública.

2 — EDUCAÇÃO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O plano nacional de educação, mandado organizar pela Constituição de 16 de julho de 1934, mereceu toda a atenção do Poder Executivo, que

está tomando, com segurança, as providencias da sua alçada, afim de apressar a sua execução, tornando-a possivel ainda no corrente ano. Está sendo constituido o Conselho Nacional de Educação, ao qual foi confiado o encargo da elaboração do respectivo projeto. Promove-se, em todo o país, amplo e minucioso inquerito, cujas bases foram largamente publicadas, com o objetivo de recolher, sobre o assunto, elementos seguros de informações, bem como sugestões e ideias de utilidade, ao mesmo tempo, para os trabalhos do Conselho Nacional de Educação e do Poder Legislativo.

Parece superfluo encarecer a importancia e oportunidade dessa iniciativa. Trata-se de reunir, sob uma orientação unica, disciplinada e metodica, todas as atividades educacionais do país, o que constituirá, sem duvida, obra da mais decisiva significação para a vida nacional.

EDUCAÇÃO ESCOLAR

UNIVERSIDADE DO BRASIL

A' União incumbe dar a todo o país o padrão do ensino superior. Decorre daí a necessidade de manter estabelecimentos modelares de cada modalidade de curso superior prevista em lei. Até agora essa atividade se restringia aos aspetos imediatamente profissionais, sem acentuada preocupação cultural. Os homens de estudo, no Brasil, tinham

está tomando, com segurança, as providencias da sua alçada, afim de apressar a sua execução, tornando-a possivel ainda no corrente ano. Está sendo constituido o Conselho Nacional de Educação, ao qual foi confiado o encargo da elaboração do respectivo projeto. Promove-se, em todo o país, amplo e minucioso inquerito, cujas bases foram largamente publicadas, com o objetivo de recolher, sobre o assunto, elementos seguros de informações, bem como sugestões e ideias de utilidade, ao mesmo tempo, para os trabalhos do Conselho Nacional de Educação e do Poder Legislativo.

Parece superfluo encarecer a importancia e oportunidade dessa iniciativa. Trata-se de reunir, sob uma orientação unica, disciplinada e metodica, todas as atividades educacionais do país, o que constituirá, sem duvida, obra da mais decisiva significação para a vida nacional.

EDUCAÇÃO ESCOLAR

UNIVERSIDADE DO BRASIL

A' União incumbe dar a todo o país o padrão do ensino superior. Decorre daí a necessidade de manter estabelecimentos modelares de cada modalidade de curso superior prevista em lei. Até agora essa atividade se restringia aos aspetos imediatamente profissionais, sem acentuada preocupação cultural. Os homens de estudo, no Brasil, tinham

COLEGIO PEDRO II

A melhoria de qualidade do ensino secundario impõe-se como necessidade inadiável. Para conseguí-la não se deverá medir esforços. Sejam, porém, quais forem as normas legais existentes, é fora de duvida que a eficiencia desse ensino depende, em grande parte, das instalações do estabelecimento onde fôr ministrado. O Colegio Pedro II, padrão do ensino secundario nacional, não se pode dizer que preencha rigorosamente as condições que se devem exigir de institutos dessa natureza, pela deficiencia das acomodações destinadas quer ao internato quer ao externato. Cogita-se, por isso, de remodelá-lo, substituindo as suas atuais edificações por outras mais amplas e modernas. As obras de contrução deverão iniciar-se ainda este ano, caso o Governo possa dispôr dos recursos indispensaveis, dependentes de autorização legislativa, já solicitada.

FACULDADES SUPERIORES ISOLADAS

Mantidos, assim, no Distrito Federal, os estabelecimentos padrões do ensino superior e do ensino secundario, obrigação que incumbe á União, caber-lhe-á, ainda, a titulo de ação supletiva, manter, providenciando para melhorá-las, as faculdades superiores que funcionam nos Estados, até que seja possível transferí-las ás administrações locais.

FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Incumbindo também á União, no cumprimento de preceito constitucional, fiscalizar os estabelecimentos não federais de ensino superior e secundário, tratar-se-á desde logo de reorganizar esse serviço, atualmente pouco satisfatório quanto aos resultados que vem apresentando.

Relativamente á fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, aguarda-se que o Poder Legislativo resolva acerca do que dispõe o art. 150, letra b, da Constituição, quando tiver de manifestar-se sobre o plano nacional de educação.

ENSINO PROFISSIONAL

No terreno do ensino profissional, a ação do poder publico ainda não se fez sentir de forma completa e sistematizada. Sabe-se, entretanto, o que ele representa como instrumento de preparação dos trabalhadores urbanos e rurais. Não teremos encarado o problema a serio, enquanto não conseguirmos difundir pelo país escolas profissionais, de todos os tipos e graus. Com os recursos orçamentarios existentes, e outros que venham a ser autorizados, cuidar-se-á, desde já, de uma melhor organização desses institutos, aumentando-lhes o numero e equipando-os convenientemente.

ENSINO PRIMARIO

Ha, finalmente, um setor importante da educação popular, onde a iniciativa federal não se tem feito sentir com a intensidade necessaria: o do ensino primario. Constituindo o primeiro degrau, a base da educação, sua disseminação reveste-se, entre nós, de particular importancia, pelo fato de existir consideravel parcela de população não alfabetizada, á margem, portanto, da vida economica e politica do país. Difundir e melhorar o ensino primario é tarefa premente, a que não pode fugir o poder publico federal, tomando, a respeito, iniciativas proprias para suprir as deficiencias locais, onde se mostrem mais graves, por falta de meios e orientação. O Governo espera poder intervir, imediatamente, nesse terreno, logo que seja autorizado a aplicar, por conta da quota de educação e cultura, os necessarios recursos, já solicitados.

INSTITUTO NACIONAL DE PEDAGOGIA

Não possue, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inqueritos, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. Tais atividades têm sido tentadas, sobretudo nestes ultimos anos, no Distrito Federal e nalguns Estados, mas de modo incompleto e sem a necessaria coordenação. E' evidente a falta

de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos varios setores do problema educacional, e, ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagogicas, publicas ou particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercambio no terreno das investigações relativas á educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado da parte dos poderes publicos ou das entidades privadas. Para preencher lacuna tão sensível, já se acha em estudo a organização de um instituto especializado, cujo projeto será submetido oportunamente á consideração do Poder Legislativo.

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

As instituições escolares não bastam, geralmente, aos fins educacionais que ao Estado cumpre realizar. Suprem, até certo ponto, a inexistencia da escola e concorrem para ampliar os conhecimentos nela ministrados os serviços extra-escolares. Tais serviços podem ser os mais diversos: institutos de pesquisa, museus, bibliotecas, publicações, cinema, radio, teatro, conferencias, exposições.

Incumbe, certamente, á União promover o desenvolvimento dessas instituições educativas extra-escolares, quer indiretamente, por meio de auxilios e subvenções, quer diretamente, mantendo-as e diri-

instrumento de educação. Cuidar-se-á, ainda, de pôr em dia todas as publicações, periodicas ou não, dos varios serviços do Ministerio, bem como de publicar grande numero de obras raras e uteis. Entre as ultimas merece destaque a organização de uma *Enciclopedia Brasileira*, que seja ao mesmo tempo repositório de conhecimentos completos sobre assuntos de interesse nacional e obra de vulgarização cultural.

Empenhar-se-á, finalmente, o Governo em outros esforços relativos á educação extra-escolar: serão tomadas medidas diversas para o desenvolvimento do teatro nacional; aplicar-se-á a radiofonia, como instrumento da educação; far-se-ão conferencias em torno dos magnos problemas da educação e da cultura; preparar-se-ão exposições.

ESTATISTICA EDUCACIONAL

Prosseguirão, no corrente ano, os trabalhos relativos ao serviço de estatística educacional, compreendendo os levantamentos concernentes ao ano de 1935 e a publicação dos resultados completos dos anos de 1932, 1933 e 1934.

3 — SAUDE

LEI FEDERAL DE SAUDE

Os serviços publicos relativos á saúde publica e á assistência social não se acham ainda articulados e coordenados, em todo o país. Isso acontece, em grande

parte, por faltar uma lei federal que consubstancie as disposições essenciais que devem presidir, em todo o território nacional, á sua organização. Trata-se de uma lei de urgente necessidade, cuja elaboração se impõe em cumprimento da propria Constituição, a qual, além de dar á União competência concorrente com os Estados para os serviços gerais relativos á saúde (arts. 10, n. II, e 138), atribue-lhe privativamente faculdade de legislar sobre normas fundamentais da assistência social (art. 5, n. XIX, letra c) e lhe confere o encargo de organizar o serviço nacional de combate ás grandes endemias do país (art. 140). Depois dos estudos indispensáveis, que ora se fazem, o respectivo projeto será submetido á consideração do Poder Legislativo.

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Os problemas de proteção á saúde exigem, em nosso país, uma ação vigilante e persistente, pela imperiosa necessidade de prevenir e combater endemias e surtos epidêmicos que se apresentam frequentemente em épocas e localidades diferentes. Diante das vultosas despesas, que muitas vezes se impõem, e da impossibilidade em que se encontram muitas das administrações locais para atendê-las, a União não pode fugir ao dever de chamar a si a realização de grande parte desses serviços, onde isto se fizer necessário. Desta

maneira, para não permanecer adstrito aos imprevistos, precisa organizar um aparelhamento de prevenção e assistência que possa cuidar normalmente do combate aos males que afligem as nossas populações, melhorando as condições higienicas de sua existencia. Para tanto, é evidente, não bastam os recursos ora consignados no orçamento. Torna-se, sem duvida, necessario instituir, mediante lei que regule a sua applicação, o fundo nacional de saude, constituido dos recursos especiais já existentes e de outros que forem estabelecidos pelo Poder Legislativo.

SAUDE PUBLICA

INSTITUTO NACIONAL DE SAUDE PUBLICA

A pesquisa é base da boa administração. Para bem se administrar a Saude Publica, é preciso fazer seguros estudos de seus problemas. Daí a necessidade de se instituir um órgão destinado a realizar investigações sobre os nossos problemas sanitarios e a coordenar os resultados das pesquisas realizadas, esparsamente, por todas as instituições existentes no país. E' para preencher tão alta finalidade que se promove atualmente a fundação do Instituto Nacional de Saude Publica, a ser instalado ainda no corrente ano. Fará parte desse órgão um grande laboratorio para pesquisas sobre a febre amarela, organizado em cooperação com a Fundação Rockefeller.

SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

O serviço de saúde pública do Distrito Federal, a cargo da União, continuará a ser organizado, nas bases da reforma decretada pelo Governo Provisório, em 1934. Cogitar-se-á de dar instalações convenientes aos centros de saúde. Também o curso de enfermagem será ampliado paralelamente, de modo que não falte pessoal habilitado, capaz de atender às necessidades do serviço.

SERVIÇO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL

O serviço de águas e esgotos do Distrito Federal será, neste ano, consideravelmente melhorado.

Terão início imediatamente as obras de adução do Ribeirão das Lages. São obras de grande vulto, que virão resolver o problema do abastecimento de água do Rio de Janeiro, pelo período de cerca de 25 anos. O projeto está dividido em três etapas, em cada uma das quais serão aduzidos 150.000.000 de litros diários. Serão ao todo, portanto, 450.000.000, os quais, somados aos 300.000.000 ora existentes, darão o abastecimento total de 750.000.000 de litros diários.

Por outro lado, estão sendo realizados serviços numerosos de revisão, bem como de prolongamento da rede distribuidora, de modo que as canalizações se ramifiquem, cada vez mais, pela cidade.

Será, ainda, ampliado, no corrente ano, o serviço de análise e de cloração da água. Prosseguirá, também, com intensidade, o assentamento de hidrometros, em lugar dos registos de pena dagua, fazendo-se, ao mesmo tempo, a regularização dos hidrometros existentes.

Quanto a esgotos sanitarios, serão, no corrente ano, concluidas as instalações necessarias aos bairros do Leblon e Ipanema, atingindo as rêdes projetadas a extensão de 35.523 metros. Em seguida, terão inicio as obras de esgotamento do bairro da Urca.

POLICIA SANITARIA DOS PORTOS

A policia sanitaria dos portos receberá, no ano corrente, diversos melhoramentos. Em lugar das antigas sub-inspetorias e inspetorias, deverão instalar-se estações sanitarias, com aparelhamento completo e capacidade para atender a todas as exigencias do movimento portuario.

COMBATE ÀS GRANDES ENDEMIAS DO PAÍS

E', sem duvida, necessario que se elabore o plano geral de combate às grandes endemias do país. Este plano deve ser organizado no correr deste ano.

Cumpre, entretanto, enquanto, isto se faz, não interromper a atuação, que deve ser cada vez mais viva, contra as endemias que, entre nós, se revestem

de maior gravidade. Assim, a lepra. O Poder Executivo, com os recursos ora dispensáveis e com os demais já pedidos ao Poder Legislativo, fará, neste ano, a profilaxia daquela doença, com redobrado esforço. No Distrito Federal, será consideravelmente ampliado o hospital-colônia de Curupaití. Em vários Estados, serão feitos leprosários, com a cooperação dos respectivos governos. Cumpre que continue a campanha, nos anos subsequentes, com multiplicada intensidade. Até o ano que vem, deverá estar resolvido o problema de leprosário, na capital da República. E não deve tardar muito que o mesmo aconteça no resto do país.

Outra endemia que cumpre combater ativamente é a tuberculose. No Distrito Federal, as cifras de mortalidade têm sido alarmantes. É preciso, pois, que, aí, não se dê tregua ao combate: deve ser montado, cada vez com maiores recursos, o armamento anti-tuberculoso. É o que se está fazendo e se continuará a fazer no corrente ano. Nos demais pontos do país, a ação do Governo Federal terá que limitar-se à prestação de auxílios e subvenções, na medida das disponibilidades existentes.

Trabalhos consideráveis que ainda serão feitos neste ano: combate à malária no Distrito Federal e em outras regiões do país; combate à peste nos Estados do Nordeste.

Certamente, os serviços mencionados poderão ter maior desenvolvimento, e muitos outros poderão

ser tentados. Para tanto, porém, é preciso que recursos especiais sejam constituídos.

Finalmente, prosseguirá o Governo Federal na campanha contra a febre amarela, com a cooperação da Fundação Rockfeller, e segundo o contrato vigente, nos varios pontos do país, onde a endemia exista, salvo nos Estados, cujos governos possam, com os proprios recursos, dar-lhe eficiente combate.

EDUCAÇÃO SANITARIA

Outro serviço que, no correr deste ano, pretende o Governo Federal ativar consideravelmente é o da educação sanitaria das populações. Serão utilizados, nesse terreno, todos os recursos que a tecnica da publicidade aconselha: o radio, o cinema, a imprensa, a escola, etc.

ESTATISTICA VITAL

A estatistica vital é uma das atividades fundamentais da saude publica. Sem ela, investigações seguras, neste terreno, não se podem fazer. Ora, entre nós, pouca estatistica vital se tem produzido. Além disto, não ha um serviço nacional de coordenação e sistematização dos trabalhos realizados aqui e ali.

Tal assunto, que está sendo devidamente estudado, terá, neste ano, inicio de satisfatoria solução. O serviço federal de estatistica vital, ora existente

e cuja ação se circunscreve quasi que só ao Distrito Federal, entrará a atuar em todo o país, no sentido de instituir a área de registo e fazê-la progressivamente maior.

ASSISTENCIA HOSPITALAR

A assistência hospitalar, nos seus varios aspectos, será objeto de cuidadoso estudo no corrente ano. O Governo Federal não poderá manter hospitais comuns de assistência, nem no Distrito Federal, nem nos Estados. Entrará, todavia, a exercer uma ação cada vez mais intensa, relativamente aos hospitais dessa natureza, existentes em todo o país, não sómente para auxiliá-los, mas ainda para dar-lhes a orientação tecnica de que necessitam para a sua maior eficiencia.

Continuarão as obras, começadas no ano passado, na colonia de Jacarepaguá, e outras na colonia de Engenho de Dentro, destinadas a abrigar todos os psicopatas que ora se acham no velho hospital da Praia Vermelha, no Distrito Federal.

Terá inicio de realização o Instituto Nacional de Psiquiatria, de que trata o projecto de lei apresentado ao Poder Legislativo, em dezembro do ano passado. Anexo a esse instituto, que terá a finalidade de realizar e coordenar pesquisas e de ser

um centro de esclarecimentos e orientações, deverá ficar o Hospital Psiquiátrico, destinado ao tratamento de doentes agudos. Tratar-se-á ainda de dar novas instalações ao Maniconio Judiciário do Distrito Federal.

AMPARO À MATERNIDADE E À INFANCIA

Autorizada por lei a aplicação dos recursos já consignados no orçamento vigente, dar-se-á início, em todo o país, à execução de um grande programa de amparo à maternidade e à infância. Serão instituídos, onde se façam necessários, e com a cooperação das entidades locais públicas e particulares, serviços das várias modalidades, que visem a proteção da saúde da criança.

E' este, sem dúvida, um empreendimento da mais alta significação para os interesses do país, uma vez que se trata de melhorar as condições de vida daqueles que justamente constituem a sua mais preciosa parcela. Por outro lado, vai-se, com isto, concorrer para debelar um dos mais terríveis flagelos que atormentam as nossas populações, isto é, a mortalidade infantil.

No Distrito Federal, além dos serviços comuns destinados ao amparo à maternidade e à infância, que se estabelecerão, por toda a cidade, em conjugação com os que instituírem os poderes públicos locais e as entidades particulares, tratará o Governo

da instalação, em bases definitivas, de um órgão de estudos e pesquisas, destinado a orientar, em todo o país, a obra de proteção da saúde da criança.

4 — AÇÃO SUPLETIVA DA UNIÃO

A União tem a sua esfera própria, constituída de serviços que somente a ela cabe realizar. Com relação á educação e á saúde, tais serviços são aqueles que se revestem de um sentido marcadamente nacional.

Fora daí, a União atua supletivamente, ante as deficiências locais de iniciativa ou de recursos, e o faz, ou por forma direta, mantendo e dirigindo ela própria os serviços, ou por forma indireta, pela concessão do auxílio ou da subvenção federais.

Desta forma, duas leis conviria que se fizessem neste ano: uma, regulando o processo da concessão do auxílio federal aos Estados; outra, dando nova forma ao processo da concessão da subvenção federal ás instituições particulares. Desta o Governo já apresentou um projeto ao Poder Legislativo, em dezembro do ano passado. Daquela está-se estudando o respectivo projeto.

5 — CONSELHOS TECNICOS

Na forma do que a respeito dispõe o art. 103 da Constituição, dois conselhos técnicos devem ser instituídos no Ministerio da Educação e Saúde

Publica: o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Saúde. O primeiro, organizado em novas bases, dentro em pouco, estará funcionando regularmente; o segundo, cuja organização já foi proposta ao Poder Legislativo, em fins do ano passado, poderá, ainda no corrente ano, entrar em funcionamento.

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA
E COMERCIO

Os serviços a cargo do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio crescem dia a dia, registrando-se, no ano de 1935, intensa atividade em todos os seus departamentos.

1 — AÇÃO SOCIAL

As atribuições do poder publico tomam cada vez maior amplitude, em materia de organização do trabalho. Nenhum país de governo estruturado nos moldes democraticos pode alhear-se, hoje, dos problemas dessa natureza, tanto eles influem na estabilidade da ordem politica e no progresso das atividades economicas.

Por isso mesmo, o Governo persiste na orientação traçada desde 1930, procurando, através de medidas oportunas, elevar a consciencia do trabalhador nacional: protegendo-o, primeiro, contra a concurrencia do braço estrangeiro, que entre nós demanda colocação mais facil e bem remunerada; poupando-o, logo, á fadiga, pela regulamentação das horas de trabalho; e dando-lhe, finalmente,

tranquilidade, com o amparo contra os riscos profissionais, e assistência, nas molestias, velhice e invalidez.

Podemos afirmar que a noção cristã do trabalho e da justiça preside e norteia a nossa legislação trabalhista. Os fatos já se incumbiram de provar o acerto dessa orientação. Basta lembrar as condições em que se produziram os acontecimentos de novembro ultimo. Embora se tratasse de uma tentativa de subversão das instituições em vigor, para implantar o regime comunista, o operariado nacional alheou-se direta ou indiretamente das responsabilidades na trama e deflagração dos levantes verificados, mostrando, com essa atitude, que as suas reivindicações de classe não podem servir de pretexto a semelhantes explosões de anarquia e brutalidade, pela circunstancia muito simples de já constituírem garantias legais dentro da ordem politica existente.

A chamada questão social não tem, no Brasil, os aspectos agudos que apresenta nos países superpovoados e de grande industrialização. Isso não autoriza a negar, entretanto, a sua existencia, evidente por si e explicavel nas suas origens, si atentarmos para o surto crescente das nossas atividades industriais. Talvez por se mostrarem ainda predominantes, em nossa vida economica, os fatores agro-pecuarios, aparecem imperceptiveis á observação superficial as modificações operadas, nesse

setor da vida nacional, durante e após os anos de guerra de 1914-1918.

Pelo efeito conjugado das oscilações de valor monetário, da política tarifária e do entrelaçamento dos mercados interiores, constituiu-se, desde então, dentro do país agrícola, e vem crescendo notavelmente, um parque industrial bem apreciável, pelo volume e variedade da sua produção. Pode-se avaliar as proporções desse surto manufatureiro pelos dados do capítulo próprio, que adiante se encontrará. Basta, entretanto, notar o salto brusco operado de 1889 a 1935: existiam, no país, naquele ano, apenas 626 empresas industriais, enquanto, no ano último, representavam um total de 30.000. Esse desenvolvimento, em menos de meio século, concentrando o trabalho, criando novas formas de vida, alterando a composição das camadas sociais, fixando as populações nas cidades e aumentando-as, alterou, e nem podia deixar de fazê-lo, a estrutura social. Por outro lado, as nossas fábricas, devido a condições de transporte, estabeleceram-se, de preferência, nas capitais, acelerando o desenvolvimento urbano, a tal ponto que já se impõe às cogitações da administração pública o problema da redistribuição das populações.

As agitações das ideologias de direita e esquerda refletem de certo modo, através de deformações doutrinárias e de deficiências culturais, o fenómeno da industrialização e do crescimento

da vida nacional. Erradas, falhas e perigosas nas suas conclusões e metodos, essas ideologias determinam, por isso mesmo, a ação dos governos e das elites culturais, que devem defender-se contra a sua influencia dissolvente, adotando medidas de reação e profilaxia social que evitem e tornem impossivel a sua nefasta propagação. Não fossem as classes operarias e patronais articuladas pelo Estado através da atual organização sindical, composta de órgãos com funções publicas definidas, e os extremismos encontrariam certamente campo aberto para a desordem e a anarquia.

2 — PREVIDENCIA E ECONOMIA

Os institutos de previdencia e economia, em funcionamento no país, estão destinados a exercer larga influencia, quer social, como já o vêm fazendo, quer economica, mobilizando os valores pelo desenvolvimento e acumulação das reservas.

O patrimonio das caixas de pensões e aposentadorias atingiu, em 31 de dezembro de 1934, a 348.926:315\$300, sendo 238.743:850\$600 aplicados em titulos da divida publica federal, 28.933:567\$300 na carteira de emprestimos e 5.732:166\$100 de imoveis (carteira predial).

O saldo a aplicar do balanço geral apurado em 31 de dezembro de 1934 é de 61.136:822\$500. Si se acrescentar áquela soma o saldo da receita do Instituto dos Comerciarior, na importancia de

50.000:000\$, e do Instituto Nacional de Previdência na de 90.000:000\$, verificamos que o capital acumulado nas nossas caixas de seguro social já atinge a meio milhão de contos.

INVERSÃO DE FUNDOS

De acôrdo com a legislação em vigor, as reservas dos institutos são aplicadas em títulos da dívida pública federal, imóveis urbanos e empréstimos aos associados. Parece aconselhável, entretanto, a mudança de semelhante orientação. Resguardadas as condições de máxima garantia e igualmente de máxima utilidade coletiva, torna-se necessário examinar a possibilidade de um emprego mais produtivo desses avultados fundos, por forma a fazê-los voltar ao meio circulante e incrementar diretamente a riqueza geral.

O exemplo de numerosos países estrangeiros induz, todavia, á multiplicidade de aplicações, primando as que proporcionem maior numero de vantagens sociais, a par de perfeita segurança.

Entre essas, podem ser mencionadas:

- a) inversões de capital destinadas a compensar a desvalorização da moeda;
- b) empregos destinados a atender ás funções sociais dos institutos;
- c) utilizações para o barateamento e racionalização dos seguros sociais;
- d) aplicações para simples obtenção de rendas.

Qualquer das soluções apontadas, requerendo exame acurado, não exclue, entretanto, outra medida, que é primaria, e urge ser tomada: é a da constituição de um órgão tecnico centralizador, que coordene as aplicações dessas reservas, utilizando-as pelo modo mais consentaneo com os interesses em jogo.

A organização de um banco ou de outro aparelho apropriado para manejar as disponibilidades dos 6 institutos de formação profissional e das 144 caixas de aposentadorias atualmente existentes, virá dar-lhes a unidade e orientação de que carecem, evitando, por outro lado, os onus das administrações autonomas, cuja dispersão, algumas vezes, pode ser prejudicial ao patrimonio social.

ASSOCIADOS E BENEFICIARIOS

O numero atual de associados em todos os institutos de que se fez menção atinge a 400.000, incluindo os trabalhadores maritimos e os comerciaros, havendo, até 31 de dezembro de 1934, um total de 25.932 beneficiarios, a saber: 12.763 aposentados e 13.169 pensionistas.

Os beneficios concedidos, pelas caixas e institutos existentes, no referido ano de 1934, atingiram ao total de 59.209:376\$200, sendo 28.379:441\$800 em aposentadorias ordinarias, 11.611:509\$ em aposentadorias por invalidez, 10.237:285\$ de pensões

a orfãos e viúvas e 8.830:596\$200 para serviços médicos e hospitalares.

O Instituto dos Bancários dispendeu, no ano findo, a quantia de 679:139\$850 em assistência médica, maternidade, aposentadoria por invalidez e pensões, e o Instituto dos Marítimos assegurou benefícios no valor de 365:061\$, e concedeu empréstimos na importância de 845:800\$000.

No mesmo ano, o Instituto Nacional de Previdência distribuiu 7.044:527\$135, atingindo com essa parcela o total de 34.239:701\$104, pagos em pecúlios desde a sua fundação. Na verba de pensões, o dispendio foi, em 1935, de 549:889\$221, e a rubrica de empréstimos atingiu a 28.285:905\$800 no Distrito Federal e nos Estados, além de 344 cartas de fiança, no valor de 72:597\$000, que forneceu aos seus associados. Quanto aos empréstimos hipotecários, ascenderam a 9.958:000\$, garantidos por imóveis avaliados em 14.782:532\$710.

A carteira predial desse instituto recebeu nova orientação, mais acôrde com as finalidades sociais a que se destina, ampliando-se as suas operações e modificando-se o sistema de aquisição de imóveis residenciais. Ao modo antigo de operar, na base de hipoteca do terreno adquirido, substituiu-se outro mais eficiente, consistindo na venda do imóvel com reserva de domínio e por um prazo bastante para o serviço de amortização e juros.

SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

O seguro privado continua a ser explorado por empresas particulares, existindo 80 sociedades, 34 estrangeiras e 46 nacionais.

Em 31 de dezembro de 1933, havia em vigor 87.000 apolices de seguro de vida, representando um capital segurado que se elevava aproximadamente a 1.400.000:000\$000.

Registrou-se, então, a média de uma apolice para cada grupo de 500 habitantes, calculada a população do país em 44.000.000, sendo o valor medio de cada apolice de 16:000\$000. Já em 31 de dezembro de 1934, o numero de apolices em vigor era de 93.500, representando o capital segurado cerca de 1.600.000:000\$000.

Verifica-se, nessa data, a vigencia de uma apolice de seguro para um grupo de 500 habitantes, estimada a população em 46.000.000, valendo cada apolice o capital segurado medio de 17:000\$000.

Observa-se, pois, que no periodo de um ano não houve o aumento da média de seguro de vida por habitante, e apenas uma pequena elevação do valor medio do capital segurado por apolice.

Varios fatores atuam para a lenta difusão do seguro, no Brasil.

Destacam-se, entre outros, a ausencia da propaganda necessaria para estimular o espírito de previdencia e economia do nosso povo, as tarifas elevadas,

os premios anuais, quando deveriam ser fracionados, a desconfiança nas companhias e a falta de riquezas.

A Constituição estabeleceu, no art. 17, a nacionalização das empresas de seguros, em todas as suas modalidades. Esse dispositivo ainda não foi regulamentado pelo Poder Legislativo. Apesar disso, nenhuma companhia estrangeira foi autorizada a operar, no país, negando-se, às que já funcionam, licença para realizar novas especies de seguro.

OPERAÇÕES DE SEGURO

A receita de premio dos contratos de seguros de vida efetuados no Brasil foi, em 1934, de 85.000:000\$, apurando-se para as reservas matematicas de tais contratos a soma de 290.000:000\$000. Dessa receita, coube apenas às sociedades estrangeiras pouco mais de 5.000:000\$000.

Foram emitidas pelas sociedades nacionais mais de 19.500 apolices de seguro de vida, representando o capital segurado de 331.000:000\$, ao passo que, pelas estrangeiras, foram emitidas apenas 2.700 apolices, sendo o valor do capital segurado de 57.000:000\$000. O valor medio das apolices emitidas no mesmo ano, pelas sociedades estrangeiras, foi de 21:000\$, enquanto o das emitidas pelas sociedades nacionais foi de 17:000\$000.

Verifica-se, assim, que as sociedades estrangeiras, no tocante a seguros de vida, diminuem cada vez mais as suas operações no Brasil.

Os seguros componentes do grupo A, dos quais se sobrelevam, entre nós, os de fogo, transportes, automoveis e accidentes pessoais, produziram, em 1934, a receita em premio de 126.500:000\$, dos quais 78.500:000\$ couberam ás sociedades nacionais e 48.000:000\$ ás estrangeiras.

Os estudos realizados pelos órgãos competentes da administração, sobre a materia em apreço, indicam a necessidade de uma reforma completa na legislação vigente. Na parte especial, entre as medidas de carater urgente que o Poder Executivo aconselha, está a criação de órgãos novos de controle, capazes de evitar os prejuizos até aqui sofridos pela economia nacional, em consequencia dos defeitos da legislação de seguros, que já não corresponde ás necessidades.

APLICAÇÃO DE FUNDOS

Os fundos das sociedades de seguros foram applicados, em grande parte, em titulos da divida publica federal, 81.000:000\$, e da estadual e municipal, 13.000:000\$, existindo elevadas somas depositadas nos bancos, em conta corrente e a prazo.

As sociedades nacionais adquiriram imoveis, no valor de 38.900:000\$, titulos da divida publica federal, na importancia de 27.000:000\$, e applicaram em emprestimos hipotecarios, 17.800:000\$, ficando em caixa e em bancos, 23.500:000\$000.

As sociedades estrangeiras inverteram as suas disponibilidades em titulos da divida publica, especialmente da divida externa, na importancia de 54.300:000\$, conservando depositados, em caixa e bancos, 19.400:000\$000.

Por esses dados se demonstra quanto é urgente a reforma da nossa legislação, no sentido de dar ás reservas dos seguros, quer privados, quer sociais, uma aplicação mais economica e mais proveitosa á coletividade.

IMPOSTOS SOBRE OS PREMIOS DE SEGUROS

O imposto sobre os premios de seguros elevou-se, em 1934, a 13.000:000\$, sendo 9.500:000\$ referentes ao grupo de seguros A, e 3.500:000\$ aos de vida.

Não se pode determinar quanto rendeu esse imposto, em 1935, porque ainda não terminou o prazo legal para o pagamento dos premios recebidos em outubro. Mas, o apurado em relação á receita de premios, até setembro, orça em 10.600:000\$000.

O imposto de apolices de seguro de vida sorteadas, e que incide, tambem, sobre os valores dos titulos de capitalização sorteados, alcançou, em 1935, 909:930\$000.

A arrecadação do imposto de selo sobre contrato de seguro e de capitalização produziu réis 9.000:000\$000. Assim, as operações de seguro, como as de capitalização, proporcionaram ao Tesouro Nacional, uma receita aproximada de 23.500:000\$000.

OPERAÇÕES DE SEGUROS DE ACIDENTES
DO TRABALHO

O decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, reformou o regime do seguro de acidentes, e foi regulamentado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

A reforma encontrou, de início, grandes dificuldades e obstáculos á sua execução, os quais, mercê da intelligencia e espirito de cooperação dos empregadores, já estão vencidos.

Instalou-se a Primeira Camara da Comissão Permanente de Tarifas, constituída de representantes das sociedades seguradoras e de tecnicos do Ministerio do Trabalho, que estudou todas as reclamações sobre as novas tarifas, alterando as taxas de premios relativas a 30 classes de riscos.

Além das seis sociedades anonimas e de uma cooperativa, que já exploravam esse ramo de seguros, foi concedida autorização, em 1935, a duas sociedades anonimas, as quais neste exercicio deverão iniciar as suas operações.

A lei atual, si impôs aos empregadores o onus de garantir aos empregados, por meio do seguro ou do deposito, a prestação da assistencia medica e das indenizações decorrentes dos accidentes do trabalho, procurou, entretanto, atenuar esse onus, permitindo que os sindicatos profissionais organizem cooperativas para a responsabilidade de tais riscos.

Compreendidas essas vantagens por parte dos empregadores, acentuou-se um movimento de organização bastante animador, já tendo 11 sindicatos profissionais solicitado o arbitramento e depósito do capital mínimo, exigido para fundação de cooperativas, nos termos do decreto n. 164, de 5 de maio de 1935.

RECEITA DOS PREMIOS DE SEGUROS CONTRA ACIDENTES

Em 1934, a receita total dos premios liquidos dos seguros de acidentes foi de 16.500.000\$ aproximadamente, tendo as sociedades dispendido cerca de 9.700.000\$ em indenizações, inclusive assistência medica e farmaceutica.

Apezar de serem as despesas totais das sociedades inferiores a 40 % dos premios liquidos, percentagem permitida atualmente, o custo do risco foi além de 60% dos mesmos premios.

OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

As operações de capitalização iniciaram-se no Brasil em 1929, e estão sendo exploradas apenas por quatro sociedades.

O capital realizado dessas sociedades é de 5.850.000\$, e a receita proveniente das contribuições dos titulos em vigor atingiu a 42.400.000\$000.

O pagamento por liquidação de títulos, quer antecipado por sorteio, quer pelo resgate, elevou-se a 10.400.000\$000. As reservas matematicas, que eram em 1933 de 40.500.000\$, alcançam hoje 61.900.000\$000.

SERVIÇO TÉCNICO ATUARIAL

O Conselho Atuarial constitue, hoje, um dos órgãos técnicos de maior eficiência do Ministerio do Trabalho. Cabe-lhe a função de assistir e orientar, na parte atuarial, os serviços de seguro social, a cargo dos institutos e caixas, assim como os de seguros privados e capitalização. Entre os trabalhos mais importantes até agora realizados, deve ser mencionado o da regulamentação das operações de seguro contra acidentes, com as respectivas tabelas de calculo. Ainda no que se refere á lei de indenizações sobre acidentes, o trabalho do Conselho tem sido proveitoso, não só no seio da comissão de tarifas, como fora dela, estimulando e presidindo á organização das caixas de acidentes, entre as quais devemos mencionar, como padrão, a dos trabalhadores em estiva do Rio de Janeiro.

Compete, também, ao mesmo Conselho a apuração do custo do risco dos seguros contra acidentes realizados pelas companhias e cooperativas, para o fim de orientar a revisão anual das tarifas de premios.

3 — ORGANIZAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO

Apresenta, até aqui, os melhores resultados a obra iniciada com o advento da revolução de 1930, no sentido de organizar e defender o trabalho nacional. No setor industrial, o movimento associativo crescente, as numerosas caixas de aposentadorias e pensões e o socorro medico justificam de sobra, como se verá adiante, todos os esforços que se fizeram e os que continuam sendo feitos.

O mesmo não acontece, infelizmente, quanto às atividades agrarias. Seja pela disseminação dessas atividades através de um vasto territorio não articulado por completo, ou em consequencia das formas muito variadas da organização agraria, ou por outras causas ainda não elucidadas, a verdade é que se mostram aquém dos esforços empreendidos os efeitos das providencias tomadas pelo poder publico.

Já se transformou em crença generalizada o preconceito da incapacidade de fixação e de progresso do nosso trabalhador rural. Não parece demais afirmar que as causas autenticas desse pressuposto derivam da falta de organização do trabalho, no campo. Desorganizado, o trabalhador rural procura defender-se pelo nomadismo e a instabilidade, demonstrando, em relação ao ambiente da sua existencia e aos assuntos da sua atividade, desinteresse flagrante e acentuado.

O reflexo imediato dessa suposta inaptidão atinge mesmo outras camadas da nossa população agrária. Si no simples trabalhador observamos tal displicencia e falta de encorajamento para progredir, os pequenos lavradores, desamparados do credito agrícola, não se mostram menos rotineiros, aferrando-se a velhos habitos de cultura e sem vontade para aumentar e melhorar a produção.

De qualquer forma, examinados uns e outros fatores, a conclusão que se impõe, afinal, é sempre esta: a existencia de uma massa estimada em 9.000.000 de brasileiros, que, embora afeita aos trabalhos agrícolas, não cessa de se deslocar, á procura de outras occupaões, afluindo geralmente para os centros urbanos, onde se proletariza em condições economicas ainda mais precarias.

MOVIMENTO SINDICAL

A Constituição de 16 de julho, em varios dispositivos, alterou a legislação social decretada pelo Governo Provisorio.

A base dessa legislação era o sindicato, como órgão de disciplina das classes, controlado e dirigido pelo Estado. A nova lei fundamental, entretanto, no art. 120, § 1º, estabeleceu a pluralidade sindical e a sua completa autonomia.

Em face disso, teve o Governo de desenvolver uma ação doutrinaria sistematizada e intensa, man-

tendo-se o Ministerio do Trabalho em contacto direto com as associações de classe, aproximando patrões e empregados e resolvendo todos os dissídios, sem choques, nem alteração da ordem.

A politica sindical, desta forma orientada, desfez as desconfianças que provocavam animosidades entre patrões e empregados, integrando os sindicatos como forças do Estado, coordenadoras dos fatos sociais. Circunstancia digna de assinalar é que num total de 685 sindicatos de empregados, apenas em 15 se verificou infiltração de celulas extremistas.

O desenvolvimento sindical assume de ano para ano as mais animadoras proporções, registando-se, em 1935, um aumento de 56,98 sobre o ano anterior, quanto a empregados e de 37,35 no que diz respeito aos empregadores. Existem atualmente 449 sindicatos patronais e 685 sindicatos operarios. Considerando-se o valor economico das forças sindicalizadas — produção e trabalho — verifica-se que elas se equilibram pela associação.

Outro fato que merece ser mencionado é o ambiente de concordia e confiança que se verifica entre os sindicatos de empregados e os de empregadores, cooperando uns e outros para o cumprimento das leis sociais. Indice animador, a esse respeito, é o que nos oferece o numero de convenções e acordos realizados no ano de 1935, em todo o país, sendo que só no Distrito Federal esses acordos e convenções subiram a 7.648.

No que se refere á lei dos dois terços, atendendo á dificuldade que vinha surgindo para a sua eficiente fiscalização, o Ministerio do Trabalho solicitou o concurso dos sindicatos patronais, que promoveram eles proprios o recebimento das relações de nacionalidade dos empregados, exigida pelo decreto n. 20.291, de agosto de 1931, atingindo, nesta capital, a 20.000 as relações assim obtidas, contra 16.000 do ano anterior.

Dessarte vão sendo desfeitos os mal-entendidos, e vencidas resistencias que a legislação trabalhista encontrou nos seus primeiros tempos, o que revela o espirito de associação e de ordem das classes que estruturam a nossa organização social.

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Serviço de Identificação Profissional, criado pelo decreto n. 23.513, de 28 de novembro de 1933, compreende o serviço da carteira profissional, o registo de livros e o de fichas de matricula de anotações para o transporte, a que se refere o decreto n. 23.766, de 19 de janeiro de 1934, e a Portaria de 30 de agosto de 1935.

Esse serviço vem apresentando apreciavel rendimento, o que mostra como está sendo compreendida a importancia de que se reveste, assegurando ao trabalhador em geral, pela carteira e registo do livro para seus assentamentos, direitos e garantias

na defesa dos salarios, das férias e da sua propria estabilidade no emprego.

Desde a sua fundação até o ano de 1935, o Serviço de Identificação Profissional expediu 458.980 carteiras, sendo que em 1935 se expediram mais 68.200 carteiras do que em 1934. No que diz respeito aos livros de assentamento, foram registados 10.695, em 1935. O Serviço de Identificação arrecadou o ano passado a importancia de 1.294:389\$500.

JUSTIÇA

A Constituição Federal, no art. 122, instituiu a Justiça do Trabalho, para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social.

A organização dos Tribunais do Trabalho e das Comissões de Conciliação e Julgamento ficou subordinada, de acôrdo com o paragrafo unico daquele artigo, ao principio de elegibilidade de seus membros: "metade pelas associações representativas dos empregados e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo, escolhido dentre pessoas de experiencia e notoria capacidade moral e intelectual".

E' fora de duvida, pois, que a Carta de 16 de julho criou uma jurisdição especial para resolver os dissídios do trabalho, adotando, na composição dos tribunais, o principio paritario.

DA LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Governo Provisório já tinha instituído uma jurisdição para as questões do trabalho com os decretos ns. 21.396, de 12 de maio de 1932, e 22.132, de 25 de novembro do mesmo ano, que criaram as Comissões Mixtas de Conciliação e, as Juntas de Conciliação e Julgamento, destinadas estas a dirimir os dissídios individuais, e aquelas os coletivos.

A estabilidade dos empregados e outras questões resultantes da aplicação das leis de previdência social continuaram afetas ao Conselho Nacional do Trabalho, reformado pelo decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, que lhe atribuiu mais a competência para "decidir, funcionando como tribunal arbitral e irrecorrível, os dissídios entre empregados e empregadores, quando houver falhado o recurso legal da conciliação". Essa competência, entretanto, não pode ser exercida pelo Conselho Nacional do Trabalho por não ser este constituído de forma paritária, de acordo com o art. 122, parágrafo único, da Constituição.

As decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento, como as do Conselho Nacional do Trabalho, e as multas impostas administrativamente, na fiscalização das leis sociais, são executadas na justiça ordinária. O sistema atual é assim complexo, e se caracteriza por duas jurisdições: uma, especial, de julgamento, e outra, ordinária, que é a de execução.

Ocorre, ainda, para agravar o sistema em vigor, a circunstancia de ter deixado a nossa legislação outras questões, como a de férias, sob a jurisdição administrativa.

CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

Os decretos ns. 21.396 e 22.132 estabelecem a conciliação como preliminar. Nos dissídios individuais, não sendo possível acôrdo, as Juntas proferem o julgamento. Mas, nos dissídios coletivos, não sendo aceita a proposta conciliatoria, e recusado o juízo arbitral por uma das partes, encerra-se a instancia, ficando o conflito sem decisão. É a arbitragem facultativa, apesar da competencia concedida ao Ministro, no art. 15 do decreto n. 21.396, de nomear, quando houver recusa do Juízo arbitral, uma comissão "que, sobre o dissídio, proferirá o seu laudo".

A experiencia autoriza-nos a afirmar que a arbitragem facultativa torna as Comissões Mixtas de Conciliação, na maioria dos casos, inoperantes.

As Juntas de Conciliação e Julgamento dos dissídios individuais, não obstante o esforço de fazê-las funcionar pela falta de remuneração de seus membros, têm dado resultados apreciaveis. Entretanto, a execução de suas decisões no juízo ordinario se processa com tamanhos entraves e delongas, que desencoraja as partes e torna inefficientes os seus julgamentos.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Na fase de experiência ou de ensaio da legislação social, o Governo Provisório não podia organizar a Justiça do Trabalho, nem seguir critério diverso do que adotou.

As Comissões Mixtas e as Juntas representam considerável esforço para disciplinar os conflitos, aproximando empregadores e empregados e criando um ambiente de serenidade propício às soluções conciliatórias.

A Justiça do Trabalho, noutros países onde as questões sociais assumem aspectos muito mais complexos do que entre nós, ainda é rudimentar e não passou de sua primeira fase, que é a arbitragem facultativa.

Temos, porém, que avançar, porque adotamos uma legislação social de base sindicalista, que exige disciplina e tribunais de justiça de procedimento rápido e eficaz.

No Brasil, o Estado organizou o sindicato e deu-lhe estrutura e função pública.

A necessidade de se fazer, sem demora, a Justiça do Trabalho decorre, como se vê, das próprias condições do nosso meio social.

A arbitragem obrigatória, na impossibilidade de acordo, justifica-se não só pela necessidade de harmonizar os interesses em luta, como em defesa da autoridade do Estado, que não pode ser neutro,

nem abstencionista, diante das perturbações coletivas, deixando as forças sociais entregues aos próprios impulsos.

A instancia conciliatoria oferece às partes amplos meios para um entendimento, constituindo a arbitragem coercitiva instancia subsidiaria e ultima, visto não ser possível deixar os conflitos sem solução. Tendo os litigantes a certeza de que, si não transigirem na instancia preliminar, ficarão sujeitos á arbitragem, hão de preferir entender-se mediante concessões reciprocas.

A execução dos julgados da Justiça do Trabalho em outro juizo aberra de todos os principios de organização judiciaria, originando complicações processuais e delongas insuperaveis.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO

Acham-se instaladas, nos Estados e no Distrito Federal, 38 Comissões Mixtas de Conciliação para a solução dos dissídios coletivos entre empregadores e empregados, e 66 Juntas de Conciliação e Julgamento, incumbidas de dirimir os litígios individuais de trabalho.

As Comissões Mixtas de Conciliação, por ser a arbitragem facultativa, não têm dado, na pratica, os resultados que seriam de esperar.

Já com as Juntas de Conciliação e Julgamento, o que se verifica é um apreciavel rendimento de suas atividades, e isso porque, não sendo preliminarmente

conseguida a conciliação, elas resolvem compulsoriamente o dissídio.

As duas Juntas existentes no Distrito Federal realizaram, durante o ano de 1935, 172 audiências, proferindo julgamentos na importância de 681.553\$842. Foram solucionados, por conciliação, 254 casos. As duas Juntas instaladas em Recife efetuaram, durante o mesmo período, 44 audiências, proferindo julgamentos na importância de réis 278.372\$568. A que foi instalada em São Paulo realizou 33 audiências, nas quais julgou 54 processos, na importância de 91.000\$000.

As indenizações pagas, em virtude das decisões das Juntas de Conciliação, atingiram a cerca de 2.000.000\$000.

DELEGACIAS DO TRABALHO MARÍTIMO

As Delegacias do Trabalho Marítimo, organizadas de acordo com a lei n. 24.743, de 14 de julho de 1934, incumbem-se da inspeção, disciplina e policiamento do trabalho dos portos.

Foram instaladas, durante o ano de 1935, 11 delegacias, atingindo, com as existentes, um total de 21, distribuídas pelos portos nacionais.

Anexas às delegacias, funcionam as Juntas de Conciliação e Julgamento, instituídas nos moldes previstos pelo decreto n. 22.132, de 25 de novembro de 1932, com atribuições de resolverem os dissídios individuais e coletivos do trabalho marítimo. Esses

serviços, que são superintendidos pelos capitães de portos, vêm correspondendo plenamente á expectativa da administração publica e representam um emparelhamento indispensavel á segurança e ordem do trabalho no mar.

PROCURADORIA DO TRABALHO

A Procuradoria Geral do Trabalho funciona na Capital da Republica como um dos órgãos do Departamento Nacional do Trabalho, restringindo-se, porém, a sua ação ao Distrito Federal.

Órgão de atuação direta e rápida, recebe as reclamações que lhe são apresentadas, quer no tocante aos dissídios individuais como aos coletivos, e procura resolvê-los por entendimento pessoal entre empregados e empregadores. Não sendo conseguida por esta forma a solução, a Procuradoria encaminhará o processo á respectiva Junta de Conciliação e Julgamento. Grande, entretanto, é o numero de casos que a Procuradoria consegue resolver a contento das duas partes, bastando acentuar que só durante o ano de 1935 recebeu 4.249 reclamações, das quais apenas 1.421 tiveram de ser encaminhadas á Junta de Conciliação.

Foram solucionadas 453 reclamações por dispensa sem aviso prévio e falta de pagamento de salarios devidos, no total de 25.030\$482,90, reclamações de dispensa sem justa causa e falta de paga-

mento de salarios, no total de 46:598\$900; 96 reclamações de salarios atrasados, na importancia de 57:180\$673, e 288 reclamações de ferias, na importancia de 56:544\$600, perfazendo ao todo réis 185:354\$655. Do numero de reclamações reduzidas a termo, houve 43 readmissões e 193 desistencias, 102 foram julgadas improcedentes, 124 se encontram em andamento e 1.055 aguardam defesa, contestação e prazo para cumprimento integral de acordos.

Apreciaram-se, ainda, 104 casos de conflitos coletivos, dos quais 51 foram satisfatoriamente decididos e nove remetidos ás Comissões Mixtas achando-se os demais em andamento.

Os casos resolvidos pela Procuradoria aproveitaram a mais de 50.000 operarios, ascendendo as importancias pagas, seja de vencimentos, ou de aumento de salarios e férias, a mais de 1.000.000\$000.

FISCALIZAÇÃO DAS LEIS SOCIAIS

A execução das leis sociais está a cargo da Superintendencia do Trabalho, no Distrito Federal, e das Superintendencias Regionais, nos Estados.

A dificuldade mais premente, para que a fiscalização se faça sentir com a eficiencia desejada, é a falta de pessoal. Mesmo assim, o que se vem conseguindo apresenta um esforço consideravel, não só no Rio de Janeiro como nas capitais dos Estados.

A fiscalização não se estendeu, ainda, pela ausencia de verbas orçamentarias, ao interior do país.

como se faz necessario, limitada que está sendo aos centros urbanos de maior concentração.

O Ministerio do Trabalho, procurando suprir essa deficiencia, tomou a iniciativa de apelar para os sindicatos que, em numero avultado, se têm formado nos lugares de atividade industrial, os quais vão zelando pelos interesses e direitos de seus associados, entendendo-se, na impossibilidade de acôrdo direto, com as Inspetorias Regionais e o proprio Ministerio.

E' indispensavel prover cada Inspetoria Regional com uma Procuradoria do Trabalho, buscando na intelligencia da lei estabelecer a conciliação, que é a base da nossa ordem social.

No regime atual, a execução das multas está a cargo dos Procuradores da Republica, nos Estados, sendo a ação deles restrita ás capitais. Ocorre, ainda, que, sendo órgãos auxiliares da justiça ordinaria, estão normalmente absorvidos nas funções peculiares de seu cargo.

O serviço de fiscalização foi reformado em um sentido pratico, dando-se aos seus misteres uma orientação racional, de acôrdo com o meio e as suas necessidades. Tirou-se ao fiscal a função mecanica de autuar, a que estava adstrito, dando-se-lhe a incumbencia de instruir antes de punir. Por essa maneira, a ação repressiva só se fará sentir sobre aqueles que, já uma vez advertidos, persistem no seu proposito de burlar a lei.

Adotou-se o sistema de fichas comprobatórias da atividade fiscal, as quais constituem, ao mesmo tempo, um prontuario das firmas e estabelecimentos industriais. Não obstante tal orientação, foram ainda lavrados, no ano passado, no Distrito Federal, 4.451 autos de infração, o que evidencia a vigilância da fiscalização.

POVOAMENTO E IMIGRAÇÃO

Não obstante o desenvolvimento das nossas atividades industriais, continuamos a ser ainda um país de economia agrícola, dispondo de vasto território por povoar e necessitado, portanto, da colaboração do braço estrangeiro.

A Constituição de 16 de julho traçou os rumos da politica imigratoria, subordinando-a aos interesses da nossa formação racial, por meio de largo plano de seleção, distribuição, localização e assimilação do imigrante.

Fixadas provisoriamente as quotas de entradas, de acôrdo com o preceito constitucional, orientou o Governo a imigração, no sentido das necessidades das nossas atividades agrícolas, dando preferencia ao imigrante agricultor. Suprindo o deficit de braços resultante da limitação, o Ministerio do Trabalho, em entendimento com os governos dos Estados interessados, fez transportar para o Estado de São Paulo e outras regiões do sul do Brasil cerca de 23.000 trabalhadores nacionais.

Dentro do limite das quotas estabelecidas, entraram em nosso país, durante o ano de 1935, 29.585 imigrantes.

Já está elaborado o projeto de lei de imigração regulando as condições do imigrante, as quotas de entrada e sua determinação, as cartas de chamada e a concentração e assimilação dos alienígenas.

Institue o projeto o Conselho Nacional de Imigração, incumbindo-lhe:

- a) determinar as quotas anuais de admissão de estrangeiros imigrantes;
- b) propôr ao Governo as medidas que forem necessárias para promover a assimilação e evitar a concentração de imigrantes, em qualquer ponto do território nacional;
- c) estudar os problemas relativos à seleção imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia;
- d) propôr ao Governo, quando necessário, a proibição total da imigração ou da entrada de imigrantes em razão da sua procedencia;
- e) estudar os fenômenos da imigração nas diferentes zonas do país, como a permuta interestadual dos trabalhadores rurais.

Com essas funções relevantes, e constituído por pessoas de reconhecida idoneidade moral e capacidade técnica, o Conselho Nacional de Imigração será um órgão indispensável para estabelecer a continuidade de orientação e realizar uma

política imigratoria sistematizada e racional. O projeto consagra, também, disposições salutaras sobre a concentração e assimilação dos imigrantes.

Na vigência da Constituição de 1891 e das leis anteriores sobre imigração e colonização, as preocupações administrativas se restringiam ao problema do imigrante necessário ao trabalho, sem nenhuma atenção à sua qualidade como elemento de integração étnica. O problema da imigração vinculava-se somente a dois aspectos—o braço trabalhador e o povoamento. Entre esses dois extremos oscilavam as diretrizes da nossa política imigratoria. A seleção étnica, a absorção do colono como elemento plástico e constitutivo da nacionalidade, para identificá-lo com os ideais e tendências da nossa civilização, eram condições relegadas a segundo plano.

Assim orientada, a nossa legislação, em vez de estimular o imigrante a integrar-se na nova pátria, a esquecer as suas ligações com a terra mater, estimulava a permanência dos seus sentimentos nativos, chegando a assegurar, de acordo com o artigo 253 do decreto n. 9.081, de 1911, um prêmio de viagem ao país de origem.

Não será mais permitida, por outro lado, a formação de colônias homogêneas, determinando o referido projeto que em cada núcleo ou centro agrícola, oficial ou particular, seja mantido um mínimo de 30% de colonos nacionais. O elemento

nacional atuará, assim, como agente de aglutinação e assimilação, corrigindo e evitando os enquistamentos raciais. Estabelecido o principio de heterogeneidade obrigatoria, é necessario ainda promover a nacionalização dos elementos exóticos que, embora em miscigenação ou em condições de aculturação, não deixam por isto de ser exóticos.

Nenhuma escola nas colonias, primaria ou secundaria, poderá ser regida por professores que não sejam brasileiros natos, como nenhuma criança, até 12 anos, poderá ser ensinada em outra lingua, sinão a portuguesa.

O projeto define igualmente o imigrante desejavel e só permite a entrada em territorio nacional de imigrantes que sejam agricultores, operarios agricolas e tecnicos especializados em industrias rurais. Abriu margem, entretanto, a um pequeno coeficiente, que não poderá exceder a 10%, para artifices de profissões uteis, de officios manuais ou tecnicos em qualquer especialidade.

4 — INDUSTRIA E COMERCIO

Pelas proprias circunstancias do seu crescimento economico, formação historica e determinantes geograficas, estava o Brasil naturalmente encaminhado para as atividades industriais. A influencia dominante dos fatores externos, secundada pela falta de diretrizes, fez, porém, que o seu desenvolvimento se processasse de modo dispersivo.

Infelizmente, a ação do poder público em nada concorreu, até bem pouco, para disciplinar os esforços da iniciativa privada. O estudo, mesmo rápido, da evolução do direito fiscal, as marchas e contra marchas da política tarifária, pautada sempre pelas conveniências ocasionais e subordinada às necessidades de arrecadação das rendas, patenteiam claramente essa conduta desnorteante, que se define, ora por um completo alheamento, ora por um excesso protecionista de todo condenável.

Já era tempo de abandonar, como se está fazendo, esse empirismo administrativo, que consistia em jungir o regime fiscal aduaneiro às necessidades orçamentárias, fora de quaisquer outras preocupações.

O sistema tarifário deve, em circunstâncias como as nossas, servir a uma dupla finalidade: auxiliar a integração completa dos mercados internos, estanques, isolados, até bem pouco; defender, por uma aplicação de tarifas consequentes, as indústrias e o seu crescimento, segundo o critério da sua importância para a vida econômica do país.

As indústrias que merecem amparo, por parte do Estado, devem ser as que levam ao aproveitamento das matérias primas que produzimos e das que podemos produzir. Por essa forma, a ampliação do nosso parque mecanofatureiro atenderá precipuamente ao desenvolvimento da capacidade de

consumo do nosso mercado interno, promovendo indiretamente o das atividades gerais.

Em tal sentido se orientou, sempre, o Governo Provisorio. As principais medidas postas em pratica, desde 1930, no campo economico, visaram esse reajustamento, imprescindivel, porque evita as chamadas crises industriais, com as suas repercussões na vida comercial, no credito e no proprio equilibrio social.

MOVIMENTO DAS INDÚSTRIAS

Confrontando-se os dados estatísticos do inquerito industrial realizado em 1920 e o que está sendo levado a efeito pelo Departamento de Estatística e Publicidade, do Ministerio do Trabalho, o desenvolvimento das nossas industrias, no periodo de 1920 a 1935, se expressa pelos seguintes indices:

	%
Alagoas.....	116
Amazonas.....	80
Ceará.....	537
Distrito Federal.....	26
Goiás.....	3.225
Maranhão.....	388
Mato Grosso.....	785
Minas Gerais.....	610
Pará.....	124
Pernambuco.....	84
Piauí.....	211
Rio de Janeiro.....	99
Rio Grande do Norte.....	112
Santa Catarina.....	125
São Paulo.....	109
Territorio do Acre.....	20

Não houve aumento de empresas industriais nos seguintes Estados: Baía, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Paraíba e Sergipe.

Em 1920 existiam 13.305 empresas industriais e, em 1935, 30.000, ou sejam, 120% a mais, distribuídas por todo o território nacional e localizadas nas cidades e portos servidos por estradas de ferro. Por essa distribuição se vê que as indústrias vão se formando de acordo com as necessidades do consumo das nossas diferentes regiões, predominando nelas o tipo médio, característico das formações incipientes.

Índice desse crescimento é o aumento das empresas de eletricidade, que, em 1920, eram, apenas, 306, com a potência de 475.632 H. P. e em 1934 atingiram a 952, com a potência de 1.010.546 H. P., ou seja um aumento de 212%.

As fábricas de tecidos, que constituem, em organização e aparelhamento técnico, uma das nossas maiores riquezas industriais, eram, de acordo com o censo organizado pelo Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, em 1924 — 244 e, em 1932 — 355, com 2.695.639 fusos e 83.312 teares. O consumo de algodão foi de 82.217.254 quilos no ano de 1932, cifra só ultrapassada nos anos de 1925, 1926 e 1927. Por aquele mesmo censo verifica-se que o número de operários, que trabalham em fábrica de tecidos, se eleva a 115.550.

O valor total da nossa produção industrial é estimado em 6.000.000.000\$, concorrendo a de tecidos com 1.400.000.000\$000.

A indústria textil, cujo capital, em 1932, era de 670.000.000\$, tem sido assistida pelo Governo, que, na conformidade do decreto n. 23.486, a declarou em super-produção, vedando as importações de maquinismos, que permitissem o estabelecimento de novas fabricas ou viessem aumentar a capacidade de produção das existentes. Dessa providencia resultaram grandes vantagens de ordem economica, proporcionando o ajustamento da produção ao consumo e salvando a industria de tecidos da crise em que vinha se debatendo desde 1929. Assim é que podemos hoje assinalar a fase de animação e prosperidade dessa industria, que mantém todas as suas fabricas em franca atividade, precisando a maioria delas trabalhar em dois turnos para atender ás solicitações dos seus clientes.

A industria metalurgica continua a desenvolver-se, existindo além das fabricas de aço e ferro guza, localizadas no Estado de Minas Gerais, grande numero de oficinas e fundições distribuidas pelo territorio nacional, principalmente Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. Utilizando o ferro e o aço fabricados no país e o importado, em forma de vergalhões, barras, folhas, etc., as nossas grandes oficinas metalurgicas fabricam artefatos de toda

especie. A produção anual de ferro guza é de cerca de 64.350 toneladas.

A nossa industria extrativa de metais mantém-se restrita ao ferro e ao ouro, explorando-se ainda o níquel, em proporções muito pequenas. Daí, termos necessidade de importar o chumbo, o cobre, o zinco, o aluminio e o estanho, materias primas indispensaveis, principalmente ás industrias de eletricidade.

De elevada expressão economica é a industria de papel no Brasil, que tem 27 fabricas em funcionamento, distribuidas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. A sua produção anual é de 100.000 toneladas, e nelas trabalham cerca de 20.000 operarios. As fabricas de papel ainda importam a celulose, do Canadá, dos países escandinavos e da Finlândia. O desenvolvimento da industria, porém, despertou, entre nós, interesse pelo estudo da materia prima, que já é extraída de vegetais indigenas em condições favoraveis. Varias fabricas empregam em larga escala, exclusivamente, especies vegetais nossas, como o lirio do brejo, capim jaraguá, palha de arroz, pinho do Paraná e bambú, sendo de notar que outras constituirão, dentro de pouco tempo, grandes reservas de aproveitamento.

Uma das nossas mais antigas industrias, e que se vai renovando de maneira digna de registo, é a farmaceutica. No Distrito Federal e em São Paulo

contam-se estabelecimentos que honram a nossa cultura científica. Grande numero de materias primas para a industria quimico-farmaceutica é de origem nacional, fazendo-se atualmente experiencias para fabricar sais de bismuto com minerio procedente de Minas Gerais. A produção nacional de especialidades farmaceuticas é calculada em 100.000.000\$000.

Outra industria que se vai organizando, com resultados promissores, é a de artefatos de borracha. Existem atualmente 44 fabricas, distribuidas da seguinte maneira: São Paulo, vinte e nove, Distrito Federal, oito, Pará, tres, Rio Grande do Sul, tres, e Amazonas, uma. As fabricas do sul, com exceção do pneu e camara de ar, produzem toda e qualquer especie de artefato de borracha de consumo no país. A manufatura do pneu e camara de ar absorve, no entanto, 70 % da atividade das fabricas do norte. O valor da produção anual é estimado em 35.000.000\$000.

A produção nacional do cimento tem aumentado consideravelmente, durante o quinquenio de 1930 a 1935, e dentro em pouco, com as instalações que se projetam, suprirá as exigencias do nosso consumo. As fabricas de cimento existentes no país estão localizadas em São Paulo, Estado do Rio, Espírito Santo e Paraíba.

O Brasil importava, em 1929, 535.276 toneladas de cimento. A importação, em 1934, foi de

125.702 toneladas. A produção nacional de cimento que era, em 1928, de 87.964 toneladas, no valor de 12.674.000\$, atingiu, em 1934, a 310.480 toneladas, no valor de 65.821.000\$000.

A industria de combustiveis nacionais vai vencendo, mercê da assistencia oficial, as dificuldades de ordem comercial que tem encontrado. As jazidas do sul continuam em franca atividade, aumentando cada vez mais o consumo da sua produção, que atingiu, em 1934, a 612.158 toneladas. Estão sendo tomadas providencias de natureza tecnica para adaptação das fornalhas e caldeiras ao uso desse combustivel, iniciativa que virá baratear os nossos transportes maritimos e ferroviarios.

A industria de alcool anhidro, após o decreto n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, começou a se desenvolver, tendo a sua produção atingido, em 1935, a 4.000.000 de litros, que tiveram rapido consumo. Com a instalação das distilarias de Campos e de Pernambuco, tendo cada uma a capacidade diaria de 60.000 litros de alcool absoluto, a produção será elevada ao dobro, concorrendo para diminuir a importação de combustiveis estrangeiros e amparar a industria açucareira.

A juta é a materia prima mais importante para a embalagem dos nossos produtos agricolas, tendo a sua importação atingido, em 1935, a mais de 31.000.000\$000. O estudo das fibras nacionais, capazes de substituirem a juta e outras que ainda

importamos, reveste-se de grande relevancia. O Instituto Nacional de Tecnologia tem realizado experiencias e pesquisas sobre fibras indigenas, que vão despertando grande interesse nos meios industriais. Pelos trabalhos científicos e experimentais levados a efeito, chegou-se á conclusão de que a papoula de São Francisco, a juta paulista, a guaxima e o paco-paco são as fibras em condições de substituir a juta indiana, diminuindo, em parte, a sua importação. Já no ano proximo passado a produção paulista de juta e papoula do São Francisco alcançou a cifra de 2.000 toneladas. Esta quantidade, acrescida da uacima da Amazonia e do paco-paco do Ceará, atinge a 5.000 toneladas, o que corresponde a 30 % da juta bruta importada. As fabricas existentes no país e que trabalham com a juta, em numero de 12, produziram cerca de 51.000.000 de metros de tecidos de aniagem para o fabrico de sacaria.

Outra industria, cuja materia prima está tambem sendo estudada, com resultados satisfatorios, é a da cordoalha. A guaxima e o caroá são fibras que substituem o canhamo, não sendo ainda a sua produção suficiente para o consumo dessa industria. Tem o Governo estimulado a iniciativa de industriais, que procuram desenvolver a cultura racional daquelas fibras, já existindo, em Pernambuco, uma usina moderna para o aproveitamento do caroá, com uma pequena produção diaria.

Tambem os oleos vegetais vão apresentando indices animadores, sendo possivel esperar, em futuro proximo, a substituição das importações pelos sucedaneos nacionais. Uma nova semente, que tem tido enorme procura, é a oiticica, encontrada principalmente no nordeste, cujo oleo é considerado excelente sucedaneo do oleo de "tung".

A exportação de nossas sementes oleaginosas, que foi, em 1933, de 48.000:000\$, atingiu, em 1934, a 70.000:000\$, e, em 1935, a 100.000:000\$000. A industria de oleos vegetais tem se desenvolvido extraordinariamente, sobretudo a de caroço de algodão, cujo aperfeiçoamento é notavel. Apesar disto, ainda importamos o oleo de oliva para alimentação. Os sub-produtos da industria de oleos vegetais — as tortas e farelos — vão igualmente se desenvolvendo. Os maiores centros industriais de oleo do país são Pernambuco e São Paulo.

Foram concedidas, em 1935, 812 patentes de invenção. A estatistica feita no Departamento Nacional da Propriedade Industrial do movimento de patentes, durante o periodo de 1924 a 1930, assinala o registo, no Brasil, de 4.747, verificando-se que 72,5 % foram de origem estrangeira e apenas 27,5 % pertencentes a nacionais. Essa circunstancia traduz a necessidade de ser estimulado o engenho inventivo nacional e, isso, até certo ponto, pode ser conseguido pela revisão da lei atual, no sentido de ampliar os direitos dos inventores, restringindo-lhes os onus,

principalmente quanto a exigências regulamentares e quanto a prazos.

O registo de marcas teve extraordinario movimento. Foram registadas, em 1935, 3.418 marcas contra 1.937 no ano anterior. A renda oriunda da arrecadação dos emolumentos desse registo subiu, em 1935, a 905.644\$, quando em 1934 produzira 766.058\$000.

O Ministerio do Trabalho, através do seu órgão tecnico, o Instituto Nacional de Tecnologia, estuda a economia industrial, sob todos os aspectos, desenvolvendo, intensamente, as pesquisas e experiencias sobre as materias primas existentes no país. Realiza, tambem, por intermedio do seu Departamento de Estatistica e Publicidade, um largo inquerito sobre as condições industriais do Brasil. Os dados tecnicos obtidos serão apresentados a um congresso de industriais, que o Governo cogita de realizar este ano, para estabelecer um plano de organização, desde o estudo de padronização das materias primas até o credito industrial e um sistema de proteção, por meio de premios e tarifas, tudo coordenado com as necessidades do consumo nacional.

COMERCIO

Apezar dos embaraços criados no exterior á maior expansão mercantil do país, em face do regime de quotas de importação, restrições cambiais e tantos outros entraves, a exportação dos pro-

duto nacionais, para mercados estrangeiros, apresenta, nos cinco ultimos anos, um movimento ascencional, atingindo no ano findo a 2.761.762 toneladas, na importancia de 4.104.000:000\$, cifra maxima a que remontou o nosso comercio durante o quinquenio em apreço.

Os principais artigos de nossa exportação foram: café, algodão, cacau, couros, fumo, herba-mate, arroz, laranjas, carnes congeladas, peles, cera de carnauba, baga de mamona, açúcar, carne em conserva, castanhas com casca e borracha.

A importação de mercadorias estrangeiras, realizada pelos portos nacionais, em 1935, foi igualmente a maior do quinquenio, representada por 4.295.392 toneladas, no valor de 3.855.981:000\$, peso e valor não alcançados em nenhum dos anos de 1931 a 1935. Esta aquisição de produtos no exterior, em soma tão elevada, reduz o saldo da balança de comercio a 248.087:000\$ que, convertidos em ouro, produziram apenas 5.580.707 esterlinos, em virtude da forte pressão sob que se encontra a moeda nacional nos mercados monetarios.

Não dispondo de outra fonte de ouro a não ser a que nos proporciona a venda anual de produtos basicos, o problema mais instantaneo do momento, cuja solução se impõe, é, ao lado da valorização do mil-réis, alargar ainda mais as correntes da exportação para os mercados exteriores. Nessa diretriz tem sido orientada a politica do Governo, procurando

pelas convenções e acôrdos com os países importadores, afastar os obstaculos que se opõem a uma maior expansão do comercio nacional.

E' mistér produzir economicamente, produzir muito e de bôa qualidade para vencer, pela excellencia do produto e pelo preço da venda, nos mercados de importação e consumo, os similares estrangeiros. Uma das condições de maior exito é a feição uniforme e agradável dos generos oferecidos aos importadores, no confronto com o de outras procedencias. Atingido esse objetivo, pela padronização, tudo o mais dependerá da propaganda habilmente desenvolvida, tanto mais quanto, relativamente a determinadas materias primas, já conseguimos firmar preferencia nos grandes centros industriais. Depende, no entanto, a realização da propaganda util no exterior por parte de quem tenha de promovê-la, do conhecimento exato das condições dos mercados internos exportadores, quanto á capacidade de produção, valor negociavel do produto, condições normais dos negocios, sem esquecer sobretudo a accessibilidade dos centros de consumo.

Resolveu, por isso, o Governo, a criação de escritorios de propaganda do Brasil no estrangeiro, em Nova York, Buenos Aires, Paris e Berlim, já se tendo realizado a instalação do de Buenos Aires, sortido de farto mostruario e material necessario para o bom desempenho da missão de que está investido.

Os escritorios, de par com a preocupação constante de manter os laços de franca cordialidade entre o nosso país e aqueles onde se acham funcionando, terão, principalmente, a de cuidar do duplo aspecto da economia brasileira, já promovendo a saída dos nossos principais produtos e materias primas, já procurando atrair nos centros financeiros capitais e recursos que venham ativar o desenvolvimento da industria indigena e a exploração nacional da terra.

Não terão, todavia, os escritorios apenas esse fim, incumbindo-lhes, tambem, o de incrementar o turismo, que encontra em nossas belezas naturais seguro elemento de atração, e o de divulgar os valores científicos e artisticos das nossas coisas e dos nossos homens, despertando a curiosidade e a atenção dos estrangeiros para o nosso país, não só como excepcional mercado de materias primas, mas, tambem, como grande reserva de energias e forças civilizadoras, nesta parte do Continente.

Promovendo a criação dos escritorios de propaganda nos países onde mais proveitosa possa ser a atividade dos seus representantes, é empenho do Governo dar-lhes organização pratica e eficiente, para que atuem como agencias permanentes do comercio, aproximando, por intermedio do Ministerio do Trabalho e associações de classes interessadas, os produtores nacionais dos compradores estrangeiros.

O nosso comercio interno vai tambem se desenvolvendo em circunstancias expressivamente ani-

madoras, notando-se que, de ano para ano, aumenta o volume da tonelagem em movimento e acresce o valor correspondente em moeda nacional.

O comercio de cabotagem que, em 1930, abrangeu 1.560.032 toneladas, no valor de 2.058.446:000\$, alcançou, em 1934, 2.087.375 toneladas, no valor de 2.782.036:000\$000. Os indices do ultimo quinquenio são bem expressivos, tendo subido de 82, em 1930, a 85, em 1931, a 90, em 1932, a 98, em 1933 e a 109, em 1934.

Segundo as ultimas estatisticas, pelas estradas de ferro, em trafego no territorio nacional, foram transportadas, 23.037.567 toneladas de mercadorias diversas, e 148.823.310 passageiros, em 1933. A cifra de animais transportados foi de 2.729.421. A receita geral do trafego atingiu a 816.585.668\$021.

Outro ponto, que merece ainda ser assinalado, é o aumento constante das transações mercantis em nosso país. Assim, por exemplo, na Bolsa do Rio de Janeiro, o movimento geral dos titulos negociados foi, em 1934, de 319.150:000\$, contra 258.951:000\$, em 1929. O indice que era, então, de 92, passou, em 1934, a 114.

5 — ESTATISTICA E PUBLICIDADE

Ao Departamento de Estatistica e Publicidade foi impressa uma orientação tecnica, eminentemente pratica, visando facultar-lhe o desenvolvimento da

ação que permita alcançar com rapidez e eficiência as finalidades a que se destina. Cabe-lhe, de início, exercer duas funções precipuas: promover, conforme o caso, a organização ou a sistematização geral de todas as estatísticas concernentes á assistência ao trabalho, e as que se relacionarem com os demais objetivos abrangidos no programa deste Ministerio, e, paralelamente, efetuar a respectiva divulgação, levando um conhecimento real e oportuno, quer aos circulos nacionais, quer aos centros estrangeiros.

Posto a operar, obedecendo a uma forma racionalizada de funcionamento, já oferece resultados que, fortalecendo uma expectativa favoravel, deverão naturalmente avolumar-se em futuro proximo.

Teve começo a elaboração do cadastro geral que, representado atualmente por quasi 100.000 fichas, marca o ponto de partida para os posteriores trabalhos de especialização. Algumas partes estão concluidas, achando-se devidamente relacionadas as associações comerciais e industriais que existem no país, assim como os Sindicatos e os Institutos ou Caixas de Aposentadorias e Pensões. Um inquerito industrial que presentemente se realiza, assinalando um empreendimento de maior envergadura, permitirá verificar até que medida se ajusta á realidade o conjunto dos estabelecimentos manufatores que logrou arrolar. A coleta, por sua vez, transcorre nas melhores condições, prenunciando um encerramento animador.

As estatísticas serão distribuídas por assuntos e atividades. Avultam, naturalmente, as estatísticas profissionais, dando o numero total de trabalhadores, classificados pelas profissões em que se repartam, categorias dentro de cada uma das profissões, sexo, idade e outros característicos específicos.

Nesse proposito, procurou, sem demora, mediante o concurso do Conselho Atuarial, realizar, atenuando a ausencia do recenseamento geral, uma estimativa para 1935, obtendo os seguintes totais para o quadro atual dos trabalhadores brasileiros:

Agricultura, pecuaria e industrias rurais	8.860.000
Comercio, compreendendo o comercio propriamente dito, hotéis, restaurantes, casas de diversões, bancos, empresas de seguros, penhores, cambio e operações financeiras.	752.000
Transportes.	365.000
Profissões liberais.	240.000
Industria textil.	210.000
Construções em geral.	200.000
Metalurgia.	160.000
Industria da madeira.	100.000
Vestuaria e toucador.	100.000
Couros, cortumes e artefatos, inclusive calçados.	60.000
Minação.	40.000
Ceramica e vidraria.	36.000
Energia electrica.	30.000
Produtos quimicos.	25.000
Não especificados.	700.000
Total.	11.888.000

A estatística dos acidentes no trabalho, fixando a natureza de suas causas, frequência e gravidade, oferece dados para o estudo e adoção de providências sobre a incapacidade resultante e a sua indenização.

Outras estatísticas interessantes e uteis são as relativas ao trabalho das mulheres e menores, dos salários e do desemprego, dos conflitos de trabalho e das convenções coletivas, acrescentando notar que, relativamente às duas ultimas, o Departamento de Estatística e Publicidade, encaminhando-as para a devida execução, atacou as medidas preliminares, seja pelo entendimento com as Inspetorias Regionais, seja pela iniciativa em que apurou os resultados dos dissídios individuais submetidos às Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

Também se encontra em andamento, apresentando, porém, um progresso mais sensível, a estatística das organizações profissionais, abrangendo os sindicatos, as associações comerciais e industriais e as sociedades profissionais de caráter civil. Alargando-a, pesquisou diretamente a massa operaria do Distrito Federal, encontrando um efetivo de 161.554 assalariados.

Finalmente, apresentam-se as estatísticas, relativas aos seguros privados e ao seguro social, esta tripartida pelas instituições de aposentadoria e pensões, instituições de previdência do funcionalismo público e instituições de seguro contra acidentes e

molestias profissionais, aquelas divididas pelos ramos em que operam as companhias nacionais e estrangeiras, arrolando grupos e discriminando transações.

Quanto á publicidade, mantém o *Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio*, que constitue hoje um repositório de informações uteis. Além desse boletim, são entregues á circulação diversas separatas e comunicados, perfazendo o conjunto anual uma quantidade distribuida não inferior a 130.000 unidades.

6 — O BRASIL NAS CONFERENCIAS DE GENEBRA E SANTIAGO

O Brasil compareceu a duas conferencias internacionais: á XIX Sessão da Conferencia Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, de 4 a 25 de junho do ano passado, e á Conferencia do Trabalho dos Estados Americanos, que se realizou a 2 de janeiro ultimo, em Santiago. Em ambas, as nossas delegações eram compostas de representantes do governo, delegados das classes trabalhadoras e patronais, por elas mesmas escolhidos e indicados a este Ministerio, e delegadas femininas para os assuntos especiais relativos á atividade das mulheres.

Os Estados americanos, que são produtores de artigos de alimentação e de materias primas para a transformação industrial, têm interesse, para a propria defesa de sua economia, em fazer parte da Organização Internacional do Trabalho, afim de que

possam influir nas decisões do Conselho de Administração, e atuar com eficiencia pratica no rumo da politica e nas deliberações da Conferencia. A ação dos países de nosso continente, inclusive o Brasil, tem de ser conduzida com objetivos claros, entre os quais sobreleva notar o que diz respeito á applicação das leis de amparo ao trabalho nos centros de produção similar á nossa e que são partes integrantes de imperios coloniais.

A applicação de leis de proteção ao trabalho e de previdencia social, na sua primeira fase, determina uma serie de onus que refletem sobre o custo da produção, elevando-o.

Na ultima reunião de Genebra, os assuntos tratados foram, todos eles, de natureza continental européia, interessando, entretanto, pela comparação e dando oportunidade de registrar que a atividade desenvolvida pelo Governo brasileiro, em materia de legislação social, nos ultimos cinco anos transcorridos, coloca-nos rigorosamente em dia com o que ha, hoje, de mais avançado no mundo a este respeito.

Quanto á Conferencia de Santiago, o seu principal objetivo foi conhecer as causas que têm dificultado, nos países americanos, a applicação das convenções do trabalho votadas em Genebra. Varias nações do nosso continente, com efeito, têm ratificado os projetos de convenção sem, entretanto, transformá-los em lei.

A Conferencia de Santiago foi uma oportuna iniciativa, servindo não só para um exame, em conjunto, das questões de trabalho no continente americano, mas, também, para um verdadeiro balanço sobre o que já têm feito os países da America, em materia de legislação social. Por outro lado constituiu, ainda, uma excelente ocasião para que os delegados e observadores europeus verificassem, mais de perto, os fatores de diferenciação que influem no estudo e solução dos problemas do trabalho nos países americanos e europeus.

Nossos representantes tiveram nessa conferencia uma parte destacada, tendo figurado em algumas de suas comissões mais importantes e apresentado estudos que foram lidos com apreço.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Prescinde de comentarios a importancia do problema das comunicações, num país vasto e novo como é o Brasil. As grandes distancias entre os centros de produção e consumo exigem esforços continuados no sentido de aproximá-los, imprimindo a maior celeridade possível ao processo das trocas mercantis. Por isso mesmo, o poder publico mostra o maximo empenho em manter, na medida dos recursos disponiveis, o justo equilibrio entre as necessidades da produção e os meios de transporte, afim de que este se faça regularmente e em condições economicas.

E' dentro dessas normas que o Governo Federal orienta a sua atividade administrativa, promovendo o aparelhamento de alguns portos, construindo rodovias e ferrovias ou melhorando as existentes.

No ano ultimo, as iniciativas desse genero foram tão numerosas quanto o permitiu a situação da nossa moeda, que, no momento, é o fator preponderante para novos empreendimentos relativos

ao transporte. Dependendo da importação a quasi totalidade do material necessario, tornam-se cada dia crescentes as dificuldades a remover para a construção de estradas, equipamentos portuarios e desobstrução das vias fluviais.

O Poder Executivo tem mostrado o maximo cuidado ao iniciar, apenas, as obras inadiaveis, de execução possivel, afim de evitar os desperdícios decorrentes das interrupções e paralizações dos serviços.

Passemos, agora, a dar conta dos empreendimentos e aplicações de recursos feitos pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas.

RECURSOS FINANCEIROS EXTRACORDINARIOS

As dotações orçamentarias de 1935, para os serviços de viação e obras publicas, foram insuficientes, devido a causas imprevisiveis, avultando as que se relacionam com as aquisições em moeda estrangeira.

Este fato levou á necessidade de abrir créditos extraordinarios, em numero de 15, num total de 98.578:115\$676, conforme a discriminação que se segue:

APLICAÇÃO	DECRETO DE ABERTURA	IMPORTANCIA
Construção de um aeroporto no Rio de Janeiro.....	24.069,31-3-934, art.2º	8.405 :000\$000
Aquisição de material rodante e de tração....	24.756,14- 7-934	1.740 :000\$000
Solução dos transportes na zona salineira fluminense.....	24.779,14- 7-934	10.000 :000\$000
Pagamento da imp. apurada, contratos — E. F. Paracatú.....	22.022,27-10-932	15.561 :617\$394
Despesas de conservação e reparação estrada Rio-Petropolis, etc.....	28,18- 3-935	3.000 :000\$000
Liquidar compromissos de estradas no Paraná e Santa Catarina.....	452,25-11-935	10.000 :000\$000
Atender a varios serviços.....	543,26-12-935	2.198 :000\$000
E. F. Jaguaré, S. Tiago-São Borja.....	553,30-12-935	3.000 :000\$000
Combustivel no 1º semestre de 1936.....	551,30-12-935	24.000 :000\$000
Pagamento de abono provisorio, dec n.8,3-8-934	—	5.600 :000\$000
Reajustar pessoal jornaleiro, etc.....	572,31-12-935	1.900 :000\$000
Regularizar despesas feitas com óleo combustivel.....	327, 6- 9-935	1.300 :000\$000
Suplementos à Verba 9ª, Cons. III, sub-consignação 10.....	260, 2- 8-935	6.867 :068\$282
Varias obras em consequencia de temporais — E. Baía.....	499,13-12-935	5.000 :000\$000
Desapropriações de imóveis.....	—	6 :570\$000
		98.578 :155\$676

Cabe, entretanto, observar que só para pagamento de diferença de preços de combustíveis, resultantes da depressão cambial, foi mistér dispendir, em carvão e óleo, na Central do Brasil, além do previsto, 25.300:000\$000.

Si a essa parcela adicionarmos a de réis 15.561.617\$394, proveniente da liquidação do custo de aquisição da E. F. de Paracatú, consequente do contrato de arrendamento da Rêde Mineira de

Viação, e as de 5.600:000\$ e 1.900:000\$ para o pagamento de abono provisorio e reajustamento de pessoal jornalheiro do Departamento dos Correios e Telegrafos e da Estrada de Ferro Central do Brasil, e a de 10.000:000\$ para liquidar compromissos anteriores da construção de estradas de rodagem nos Estados de Santa Catarina e Paraná, verificaremos que, só para atender a essas despesas, foram necessarios mais de 58.361:000\$, o que vale dizer que, no total acima referido de 98.578:000\$, apenas as menores parcelas, que somam menos da metade daquela importancia, se destinaram a obras novas e melhoramentos.

NOVO EDIFICIO PARA A SECRETARIA DE ESTADO

A precariedade e insuficiencia das instalações do velho edificio da Secretaria de Estado estavam a exigir urgentes serviços de remodelação que, além de custo elevado, muito pouco melhorariam as acomodações atuais. Julgou-se, por isso, mais acertado construir um predio novo, em que se aproveitasse integralmente as áreas desperdiçadas, aumentando-se o numero de pavimentos e fazendo todas as instalações julgadas indispensaveis ao serviço.

O projeto respectivo, orçado em 2.580:924\$500, teve a sua aprovação pelo decreto n. 120, de 26 de outubro de 1934. Os trabalhos foram iniciados nos

Viação, e as de 5.600:000\$ e 1.900:000\$ para o pagamento de abono provisorio e reajustamento de pessoal jornalheiro do Departamento dos Correios e Telegrafos e da Estrada de Ferro Central do Brasil, e a de 10.000:000\$ para liquidar compromissos anteriores da construção de estradas de rodagem nos Estados de Santa Catarina e Paraná, verificaremos que, só para atender a essas despesas, foram necessarios mais de 58.361:000\$, o que vale dizer que, no total acima referido de 98.578:000\$, apenas as menores parcelas, que somam menos da metade daquela importancia, se destinaram a obras novas e melhoramentos.

NOVO EDIFICIO PARA A SECRETARIA DE ESTADO

A precariedade e insuficiencia das instalações do velho edificio da Secretaria de Estado estavam a exigir urgentes serviços de remodelação que, além de custo elevado, muito pouco melhorariam as acomodações atuais. Julgou-se, por isso, mais acertado construir um predio novo, em que se aproveitasse integralmente as áreas desperdiçadas, aumentando-se o numero de pavimentos e fazendo todas as instalações julgadas indispensaveis ao serviço.

O projeto respectivo, orçado em 2.580:924\$500, teve a sua aprovação pelo decreto n. 120, de 26 de outubro de 1934. Os trabalhos foram iniciados nos

do valor venal das mercadorias. Isto, entretanto, não será possível, si não forem adotadas medidas de defesa das ferrovias e suas rendas. Entre outras, poderia ser apontada a regularização do trafego nas rodovias, principalmente nas de traçados paralelos ás linhas ferroviarias, que, na verdade, gozam de situação bem mais comoda, pois aos seus exploradores incumbe apenas o custeio dos veículos, correndo o onus de conservação por conta exclusiva do poder publico.

ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES FERRO-VIARIOS

Apezar das circunstancias já referidas, que, presentemente, atuam sobre a economia e desenvolvimento das estradas de ferro, o Governo resolveu atacar seria e definitivamente o problema, tantas vezes adiado, da eletrificação da nossa principal ferrovia. As razões que militam em favor da urgencia dessa iniciativa são varias, tanto de ordem transitoria como de carater permanente. Das primeiras, as mais relevantes, referem-se ao preço de custeio, elevadissimo em consequencia da depressão da moeda, sujeitando as aquisições de material a calculos sempre incertos, e resultando em *deficits* crescentes. A Estrada de Ferro Central do Brasil vinha aumentando, progressiva e assustadoramente, as suas despesas, e, apesar de acrescido o trafego, não conseguia equilibrar as suas rendas.

Era necessaria e oportuna a realização desse empreendimento, cujos beneficios são por demais evidentes.

Sendo o país sabidamente pobre em carvão e oleos minerais, tanto quanto é rico em energia hydraulica, cabe ao Governo dirigir no sentido dessa ultima aplicação os seus esforços, com o fim de libertar a economia nacional das grandes sangrias de ouro, que representam as aquisições de combustivel para as ferrovias e frota mercante. Ensaio outros já têm sido feitos por companhias particulares para resolver esse problema. Os resultados animadores, em qualquer sentido, indicam rumo identico ás estradas federais, propiciando, ao mesmo tempo, a criação da industria de maquinas e utensilios electricos, que já conta com vasto mercado, mas é ainda incipiente em nosso país.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

A extensão total das linhas em trafego da Central do Brasil, a 31 de dezembro de 1935, era de 3.135^{km},475, sendo 1.194^{km},98 na bitola larga (1^m,60) e o restante na de 1^m,00, havendo 45^{km},554 de bitola mixta.

Nessa extensão foi incluído o novo trecho do ramal de Santa Barbara, desta localidade á de Monlevade, com 57 quilometros ultimamente inaugurados.

RESULTADO DO TRAFEGO DA ESTRADA

Receita propria.....	176.547 :892\$800
Custcio industrial.....	217.015 :015\$900
Deficit.....	40.467 :123\$100

Foram, ainda, dispendidos 8.317:068\$ com a execução de obras novas e melhoramentos e réis 1.427:358\$900 no pagamento de contas de exercicios anteriores. Força é acentuar que para o *deficit* concorreram varias causas. Entre estas, a preponderante foi o encarecimento dos combustiveis, carvão e oleo, e dos diversos materiais de importação estrangeira, cousa a que já aludimos em outro topico desta mensagem.

MOVIMENTO DA ESTRADA

O percurso total dos trens em ambas as bitolas foi de 19.120.146 quilometros contra 18.424.934, no ano de 1934, tendo havido, portanto, um acrescimo de movimento do material de 3,6 %, com um aproveitamento da capacidade dos vagões de 38,96 % na bitola larga e 40,28 % na bitola estreita.

Ramal de Santa Barbara — O ramal de Santa Barbara, com 170^{km},289 de Sabará a Monlevade, empreendimento importante, permitindo a exploração industrial da grande bacia do Rio Doce e facilitando a exportação de minerio de ferro, bem como as comunicações de Minas Gerais com um

porto no Espírito Santo, havia sido iniciado na presidência Afonso Pena, parализando-se os trabalhos em agosto de 1912, no governo Hermes da Fonseca, com a inauguração de 76 quilômetros até a estação de Sabará.

Reiniciada a construção em março de 1926, em dezembro desse ano era novamente paralizada, só prosseguindo em fevereiro de 1930, para interromper-se, outra vez, em junho de 1931.

Recomeçados os serviços, em maio de 1932, prosseguiram até sua conclusão, em 1935, com o trecho Monlevade aos 752^{km},592, próximos a S. José da Lagoa, ficando ligadas as duas estradas, Central do Brasil e Vitória-Minas.

OUTROS SERVIÇOS

Outros serviços atacados foram: duplicação do ramal de Santa Cruz, além de Bangú, na extensão de 24 quilômetros; ampliação e remodelação da estação do Norte, em São Paulo; construção do ramal de 7^{km},500 para o matadouro modelo da Prefeitura de Belo Horizonte, que permitirão á Central atender ao reparo e construção de seus vagões; construção do ramal de 2^{km},647 da estação de Santa Cruz ao aeroporto para dirigíveis no campo de São José; viaduto de São Cristovão, iniciado em novembro de 1933, e inaugurado em maio de 1935, ligando a avenida Maracanã com a avenida Bartolomeu de Gusmão, ao lado da Quinta da Boa

Vista, fechando, assim, aquela estação, com a passagem superior para pedestres na estação de Mangueira, ligando as ruas Oito de Dezembro e Visconde de Niteroi.

MATERIAL FIXO DE TRACÇÃO E RODANTE

Em 31 de dezembro de 1935 existiam 688 locomotivas, sendo 431 de bitola larga, achando-se em bom estado apenas 318 desta bitola e 170 das de bitola estreita.

Quanto ao material rodante, compunha-se de 702 carros e 4.992 vagões de bitola larga e 375 carros e 2.038 vagões de bitola estreita, estando fora do tráfego na bitola larga 1.040 vagões, ou sejam 20,83 % do total acima.

Essa restrição no numero de veículos e a baixa de 400, de carga, totalizaram os 1.040 fora do tráfego, o que explica a desproporção entre a capacidade exigida pelas necessidades do tráfego e o que ha disponível.

ELETRIFICAÇÃO

Reguladas pelos decretos ns. 24.238 e 24.614, respectivamente, de 14 de maio e 7 de julho de 1934, as condições gerais a serem observadas no contrato para eletrificação das linhas do Rio de Janeiro a Barra do Piraí e Santa Cruz, foi esse, após a concorrência a que compareceram varios proponentes, assinado em 14 de março de 1935 com a firma inglesa Metropolitan Vickers Electrical

Export Co. Ltd., tendo sido registado pelo Tribunal de Contas em sessão de 1º de abril seguinte.

Os serviços contratados, sob o orçamento total de 180.217.980\$, compreendem duas etapas: a primeira, avaliada em 91.873.780\$, compreende a eletrificação do trecho suburbano de D. Pedro II a Nova Iguassú e Bangú; a segunda, orçada em 88.344.200\$, compreende a eletrificação de Nova Iguassú a Barra do Piraí, ramal de Paracambi, Bangú a Santa Cruz e estação Maritima.

A execução da primeira parte dos serviços, que atenderá a cerca de 93 % do transporte suburbano das linhas de bitola larga, será feita, para maior facilidade na passagem da tração a vapor para a elétrica, em tres periodos:

- a) entre Pedro II e Engenho de Dentro, em 20 meses;
- b) prosseguimento até Deodoro, mais quatro meses;
- c) idem até Nova Iguassú e Bangú, mais seis meses.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA

Quanto ao fornecimento de energia, o Governo resolverá, de acôrdo com as disponibilidades financeiras e as indicações da experiencia, a construção de usina propria ou a aquisição de energia a particular.

Para construção da usina hidro-eletrica, na Cachoeira do Salto, de propriedade da Central, foi

aberta concorrência pública e, entre as três propostas apresentadas, escolheram os técnicos a do Consorcio Italiano de Eletrificação e E. Kemnitz & Cia. Ltd.

A construção da usina de reserva, termo-elétrica, no Engenho de Dentro, foi entregue à firma R. Petersen & Cia. Ltd., representante da Maschinen Fabrik Augsburg Nurenberg A. G., que apresentou proposta julgada em melhores condições.

OBRAS COMPLEMENTARES DE ELETRIFICAÇÃO

A eletrificação dos trechos referidos exige diversas obras complementares, entre as quais se contam a remodelação da estação inicial de D. Pedro II, cujo plano de conjunto, com autorização para as desapropriações necessárias, já foi de aprovado pelo decreto n. 363, de 4 de outubro 1935. Outras obras indispensáveis de modificação de estações e patcos, construção de novas linhas e ligações de linhas da bitola estreita, conduzindo-as a outra estação inicial, em Francisco de Sá, compreenderão os seguintes trabalhos:

Alargamento da bitola de Alfredo Maia a São Mateus.....	984:934\$508
Construção de duas linhas de bitola estreita entre Francisco Sá e Del Castilho.....	1.155:150\$000
Construção de duas linhas de bitola larga entre Honório Gurgel e Decodoro.....	335:603\$000
A transportar.....	2.475:687\$508

Transporte.....	2.475:687\$508
Transformação da bitola estreita dupla em bitola mixta dupla de São Mateus a Pavuna.....	267:054\$788
Construção de mais uma linha de bitola estreita entre Del Cas- tilho e Belfort Roxo.....	630:000\$000
Construção de uma linha de Heredia de Sá ao Cais do Porto, inclu- sive uma passagem superior sobre a Leopoldina e Rio-Petro- polis.....	1.191:100\$000
Construção de uma estação inicial para Linha Auxiliar Rio d'Ouro e Teresopolis.....	1.261:040\$000
Construção de uma estação de carga no Cais do Porto e Ponta do Cajú.....	412:000\$000
Alargamento do Viaduto de Lauro Müller, inclusive desapropria- ções.....	3.744:000\$000
	<u>9.980:882\$296</u>

D. Pedro II:

Construção do edificio, modificação das plataformas e pateo.....	2.315:020\$000
---	----------------

Lauro Müller:

Construção da passagem inferior e fechamento completo do pateo....	345:760\$000
---	--------------

Mangueira:

Construção da passagem superior e fechamento do pateo.....	412:905\$000
---	--------------

Silva Freire:

Modificação do pateo.....	158:760\$000
A transportar	<u>3.232:445\$000</u>

Transporte..... 3.232:445\$000

Encantado:

Modificações de linha e mudança da
plataforma..... 263:550\$000

Madureira:

Construção de plataformas, remo-
delação do pateo e aumento da
passagem existente, 581:260\$000

Deodoro:

Remodelação do pateo, construção
de passagem superior para veí-
culos, construção de plataformas,
construção do ramal para o
Campo dos Afonsos..... 1.220:980\$000

Maritima:

Construção de um armazem para ba-
gagens e encomendas e do desvio
para atender ao serviço de São
Diogo..... 253:880\$000

São Diogo:

Construção de abrigo para carros,
construção do posto de desin-
fecção, modificação do pateo.... 220:880\$000

Campinho:

Modificação da linha, construção de
plataformas..... 209:840\$000

Pedreira da Providencia:

Extração de pedras para obras de
alargamento da faixa da estrada. 496:080\$000

A transportar 6.478:915\$000

Transporte..... 6.478:915\$000

*Vila Militar, Magalhães Bastos,
Realengo e Bangú:*

Construção de chaves, modificações
de plataformas e construção da
estação de Magalhães Bastos.... 516:200\$000

*Deodoro, Vila Militar, Magalhães
Bastos, Realengo e Bangú:*

Fechamento da linha de Deodoro a
Bangú; construção de passagens
para pedestres e uma para veí-
culos em Realengo..... 927:650\$000

Duplicação do Ramal de Santa Cruz. 811:768\$825

Construção de linhas telegraficas e
da 2ª linha do Seletivo, pela Li-
nha Auxiliar, partindo do quilo-
metro 5,500, entre as estações
de Mangueira, São Francisco até
Belém..... 286:062\$500

Pessoal extraordinario necessario para
atender ás mudanças e retiradas
de aparelhamentos..... 207:780\$000

9.228:376\$325

OUTRAS OBRAS IMPORTANTES

O progresso da grande região do Brasil medio, servida pela Central do Brasil, está a exigir a ampliação de sua rede ferroviaria, articulando-a com outras estradas, de modo a atingir pontos do territorio que precisam de transporte e comunicações mais rapidas e efficientes.

Em tais condições; devem ser mencionados como trabalhos necessarios: o ramal de Mogí das

Transporte..... 6.478:915\$000

*Vila Militar, Magalhães Bastos,
Realengo e Bangú:*

Construção de chaves, modificações
de plataformas e construção da
estação de Magalhães Bastos.... 516:200\$000

*Deodoro, Vila Militar, Magalhães
Bastos, Realengo e Bangú:*

Fechamento da linha de Deodoro a
Bangú; construção de passagens
para pedestres e uma para veí-
culos em Realengo..... 927:650\$000

Duplicação do Ramal de Santa Cruz. 811:768\$825

Construção de linhas telegraficas e
da 2ª linha do Seletivo, pela Li-
nha Auxiliar, partindo do quilo-
metro 5,500, entre as estações
de Mangueira, São Francisco até
Belém..... 286:062\$500

Pessoal extraordinario necessario para
atender ás mudanças e retiradas
de aparelhamentos..... 207:780\$000

9.228:376\$325

OUTRAS OBRAS IMPORTANTES

O progresso da grande região do Brasil medio, servida pela Central do Brasil, está a exigir a ampliação de sua rede ferroviaria, articulando-a com outras estradas, de modo a atingir pontos do territorio que precisam de transporte e comunicações mais rapidas e efficientes.

Em tais condições; devem ser mencionados como trabalhos necessarios: o ramal de Mogí das

Cruzes a São Sebastião, orçado em 308.000\$, aproximadamente, obra complementar á construção daquele porto pelo Estado de São Paulo; a ligação da Central com a Sorocabana e Osasco; a ligação das estradas do Rio d'Ouro e Teresopolis e o prolongamento da linha do Centro, até entroncar com a rêde ferroviaria, do Leste Brasileiro, em Tremedal, o que representará a articulação das estradas do centro e sul ás do norte.

MOVIMENTO FERROVIARIO

Completando as informações anteriores, relativas á Estrada de Ferro Central do Brasil, destacaremos, a seguir, os indices do movimento ferroviario no país, em 1935, registrando a quilometragem, a receita e despesa de todas as rêdes ferroviarias em exploração.

Viação Ferrea do Rio Grande do Sul:

	Km.
Extensão em trafego.....	3.024,059
> construção.....	559,690

Resultados financeiros do trafego:

Receita.....	72.829:189\$820
Despesa de custeio.....	60.650:647\$320
Saldo.....	12.178:542\$500

Estrada de Ferro D. Teresa Cristina — Extensão em trafego, 243^{km},858.

Resultados financeiros:

Receita propria do trafego.....	1.936:923\$435
Despesa de custeio.....	2.032:604\$160
Deficit.....	95:680\$725

Rêde de Viação Ferrea Paraná-Santa Catarina
(E. F. São Paulo-Rio Grande):

	<u>Km.</u>
Extensão em trafego.....	2.006,239
Em construção.....	82,232

Resultados financeiros do trafego:

Receita.....	45.284:107\$400
Despesa de custeio.....	40.021:222\$000
Saldo.....	5.262:885\$400

Estrada de Ferro Santa Catarina:

	<u>Km.</u>
Extensão em trafego.....	107,300
" " construção.....	56,693

Resultados financeiros do trafego:

Receita propria.....	1.174:000\$800
Despesa de custeio.....	1.110:750\$729
Saldo.....	63:250\$071

Estrada de Ferro Sorocabana — Extensãc total
das linhas em trafego 2.091^{km},811.

Resultados financeiros nos ramais de concessão
federal:

a) Ramal de Itararé, com 249^{km},665:

Receita.....	10.049:049\$950
Despesa de custeio.....	8.371:775\$502
Saldo.....	1.677:274\$448

b) Ramal de Tibagi, com 587^{km},250:

Receita.....	27.754:552\$080
Despesa.....	21.303:335\$770
Saldo.....	6.451:216\$310

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro — Extensão total das linhas: 1.958^{km},311.

Os trechos federais totalizam 873^{km},016, assim distribuídos:

	Km.
a) linha de Rio Grande e Cuiabá.....	265,938
b) » » Catalão.....	280,386
c) » » Igarapava a Uberaba.....	48,043
d) » » Tuiuti a Passos e ramal de Biguatinga.....	278,649

Os resultados financeiros do tráfego nas linhas de concessão federal foram:

Receita.....	9.830:410\$200
Despesa de custeio.....	11.585:478\$948
Deficit.....	1.755:068\$748

São Paulo Railway Company — Extensão das linhas em tráfego:

	Km.
Concessão federal (bitola 1 ^m ,60).....	139,466
» estadual (» 1 ^m ,00).....	108,000

Resultados financeiros:

Receita própria do tráfego.....	106.725:741\$150
Despesa de custeio.....	76.169:000\$000
Saldo.....	30.556:741\$150

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — Extensão total das linhas em tráfego 1.366^{km},431, sendo 1.272^{km},236 da linha tronco de Baurú a Porto

Esperança, 10 quilômetros do ramal de Pirajuí e 84^{km},155, da variante de Araçatuba a Jupiá, cuja construção prossegue.

Essa variante, que terá, quando concluída, o desenvolvimento de 178^{km},545, está sendo construída pela "Sociedade Melhoramentos Estradas de Ferro Noroeste do Brasil", constituída na forma do contrato lavrado com o Governo Federal, pelas estradas de Ferro Paulista, Sorocabana e Noroeste.

Resultado financeiro do tráfego:

Receita.....	21.106:076\$700
Despesa (ainda não completamente apurada).....	24.000:000\$000
Deficit (aproximado).....	2.893:923\$300

Estrada de Ferro Goiás:

	Km.
Extensão em tráfego.....	438,170
" " construção.....	2,00

Resultados financeiros:

Receita do tráfego.....	3.605:464\$900
Despesa de custeio.....	3.029:979\$946
Saldo.....	575:484\$954

Rêde Mineira de Viação — O desenvolvimento total da Rêde Mineira é de 3.689^{km},869, assim distribuídos:

	Km.
Oeste de Minas (bitola de 1 ^m ,00)...	1.724,357
" " " (" " 0 ^m ,76)...	733,543
Sul de Minas (" " 1 ^m ,00)...	1.231,969

Acham-se em construção, na Oeste de Minas, na bitola de 1^m,00, 183^{km},185.

Resultados financeiros do trafego:

Receita.....	37.737:652\$714
Despesa de custeio.....	46.980:546\$437
Deficit.....	9.242:893\$723

Leopoldina Railway Company:

	Km.
Extensão em trafego.....	3.086,388
Desse total são de concessão federal	1.205,909

Resultados financeiros:

Receita.....	80.616:937\$000
Despesa de custeio.....	68.077:036\$000
Saldo.....	12.539:901\$000

Estrada de Ferro Corcovado — Extensão 3^{km},813.

Resultados financeiros:

Receita.....	344:151\$000
Despesa.....	257:879\$000
Saldo.....	86:272\$000

Estrada de Ferro Vitoria a Minas — Desenvolvimento das linhas, 561^{km},594.

Receita.....	6.126:613\$200
Despesa.....	7.075:311\$500
Deficit.....	948:698\$300

Viação Ferrea Federal do Leste Brasileiro — Apresenta um desenvolvimento total de 2.335^{km},600, compreendendo as estradas de ferro de São Francisco,

Acham-se em construção, na Oeste de Minas, na bitola de 1^m,00, 183^{km},185.

Resultados financeiros do trafego:

Receita.....	37.737:652\$714
Despesa de custeio.....	46.980:546\$437
Deficit.....	9.242:893\$723

Leopoldina Railway Company:

	Km.
Extensão em trafego.....	3.086,388
Desse total são de concessão federal	1.205,909

Resultados financeiros:

Receita.....	80.616:937\$000
Despesa de custeio.....	68.077:036\$000
Saldo.....	12.539:901\$000

Estrada de Ferro Corcovado — Extensão 3^{km},813.

Resultados financeiros:

Receita.....	344:151\$000
Despesa.....	257:879\$000
Saldo.....	86:272\$000

Estrada de Ferro Vitoria a Minas — Desenvolvimento das linhas, 561^{km},594.

Receita.....	6.126:613\$200
Despesa.....	7.075:311\$500
Deficit.....	948:698\$300

Viação Ferrea Federal do Leste Brasileiro — Apresenta um desenvolvimento total de 2.335^{km},600, compreendendo as estradas de ferro de São Francisco,

Central da Baía e Baía e Minas, com as extensões
quilometricas de:

	Km.
E. F. São Francisco e Central da Baía	1.799,086
» » Baía e Minas.....	536,514

Os resultados financeiros foram:

*Estrada de Ferro São Francisco e Central da
Baía:*

Receita propria do trafego.....	15.754:685\$483
Despesa de custeio.....	14.255:083\$565
Saldo.....	1.499:601\$918

Estrada de Ferro Baía e Minas:

Receita propria do trafego.....	3.048:722\$256
Despesa de custeio.....	2.754:722\$229
Saldo.....	294:000\$027

Resultados gerais de toda a rêde ferroviaria
baiana:

Receita propria do trafego.....	18.803:407\$739
Despesa de custeio.....	17.009:805\$794
Saldo.....	1.793:601\$945

Por decreto n. 24.321, de 1 de junho de 1934, o
Governo Provisorio, tendo em consideração o não
cumprimento, pela Cia. Ferroviaria Este Brasileiro,
do contrato autorizado pelo decreto n. 14.068, de 19
de fevereiro de 1920 e celebrado em 3 de abril do
mesmo ano, e, especialmente, a situação deficitaria
das estradas componentes da Rêde Baía-Sergipe e

Norte de Minas, a restrição de construções e da contribuição pecuniaria da Companhia, a inaceitabilidade da proposta de revisão e o clamor contra a irregularidade dos serviços, rescindiu o aludido contrato, para evitar maiores males, e dispôs sobre a ocupação da rêde, a sua administração e a apuração das contas de debito e credito entre o Governo e a Companhia, no intuito de ficarem definidas as responsabilidades derivadas da inexecução do contrato, inclusive as referentes ao deposito de 40.000.000\$ na "Caisse Commerciale et Industrielle de Paris".

Em execução desse decreto, o Governo, por atos de 11 e 12 de março de 1935, tornou efetiva a ocupação e nomeou administrador áquele proprio nacional.

A ex-arrendataria recorreu ao Poder Judiciario, mas o ato do Governo foi mantido pela Suprema Côrte.

A despeito dessa superior decisão e das reiteradas notificações, de acôrdo com as portarias ns. 265 e 434, respectivamente de 2 de abril e 4 de junho de 1935, a referida ex-arrendataria ainda não indicou pessoas que a representem na liquidação da sua situação perante o Governo, que, parece, será forçado a promover em juizo a regularização do assunto.

The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.
— Extensão:

	Km.
Linhas em trafego.....	1.741,537
" " construção.....	16,670

Resultado financeiro:

Receita do trafego.....	34.813:890\$810
Despesa de custeio.....	24.557:662\$670
Saldo.....	10.256:228\$140

Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte — Extensão:

	Km.
Linhas em trafego.....	221,120
" " construção.....	40,651

Resultados financeiros:

Receita.....	1.652:778\$800
Despesa de custeio.....	1.429:741\$527
Saldo.....	223:037\$273

Estrada de Ferro Mossoró — Extensão em trafego, 121^{km},173.

Resultados financeiros:

Receita propria do trafego.....	946:101\$550
Despesa de custeio.....	467:496\$617
Saldo.....	478:604\$933

Estrada de Ferro Petrolina a Teresina:

	Km
Extensão em trafego.....	164,300
" " construção.....	39,850

Resultados financeiros:

Receita de trafego.....	86:082\$000
Despesa de custeio.....	532:972\$500
" " Deficit.....	446:890\$500

Rêde de Viação Cearense — Extensão total em tráfego, 1.356^{km},561, compreendendo:

	Km.
E. F. Baturité (linha tronco e ramais).....	962,168
E. F. Sobral (Camocim a Oiticica)..	394,393
Linhas em construção.....	174,266

Resultados financeiros do tráfego:

Baturité.....	9.881:354\$900
Sobral.....	1.524:386\$850
	11.405:741\$750

Despesa de custeio:

Baturité.....	7.627:473\$500
Sobral.....	1.555:131\$600
	9.182:605\$100

Resultados:

Baturité (saldo).....	2.253:881\$400
Sobral (deficit).....	30:744\$750
Toda a R. V. C. (saldo).	2.223:136\$650

Estrada de Ferro Central do Piauí:

	Km.
Extensão em tráfego.....	147,578
" " construção.....	43,400

Resultados financeiros do tráfego:

Receita própria.....	303:533\$700
Despesa de custeio.....	846:612\$300
Deficit.....	543:078\$600

Estrada de Ferro São Luiz a Teresina — Extensão em tráfego, 450^{km},652.

Resultados financeiros:

Receita do tráfego.....	1.734:650\$700
Despesa de custeio.....	2.623:936\$400
Deficit.....	889:285\$700

Estrada de Ferro de Bragança — Extensão em tráfego, 291^{km},870.

Resultados financeiros:

Receita do tráfego.....	1.761 :498\$000
Despesa de custeio.....	2.083 :470\$000
Deficit.....	321 :972\$000

Estrada de Ferro Tocantins — Extensão em tráfego, 67^{km},000.

Resultados financeiros:

Receita propria.....	9 :943\$450
Despesa de custeio.....	147 :593\$800
Deficit.....	137 :650\$350

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré — Extensão em tráfego, 366^{km},485.

Resultados financeiros:

Receita propria.....	1.458 :048\$000
Despesa de custeio.....	1.627 :883\$500
Deficit.....	169 :835\$500

Estrada de Ferro Maricá:

	Km.
Extensão total em tráfego.....	130
» em construção.....	24

Resultados financeiros:

Receita.....	1.207 :533\$900
Despesa.....	1.880 :513\$866
Deficit.....	672 :979\$966

Apurada a situação financeira das estradas de ferro, verifica-se que continuam deficitarias 12, e 13

outras apresentam saldos, em maioria aumentado, como se vê pelos quadros anexos:

**RESULTADOS FINANCEIROS DAS ESTRADAS DE FERRO
NO BIENIO 1934-1935**

ESTRADAS	1934	
	SALDOS	"DEFICITS"
V. F. Rio Grande do Sul.....	9.593.941\$090	—
E. F. Teresa Cristina.....	40.081\$083	—
E. F. Santa Catarina.....	13.380\$761	—
R. V. F. Paraná-Santa Catarina.....	660.084\$500	—
E. F. Sorocabana (linhas federais).....	6.745.294\$058	—
São Paulo Railway.....	23.623.622\$570	—
E. F. de Goiás.....	449.296\$647	—
Leopoldina Railway.....	18.259.470\$130	—
E. F. Corcovado.....	51.365\$700	—
Great Western of Brazil Railway.....	8.044.299\$470	—
E. F. Mossoró.....	596.860\$820	—
E. F. C. Rio Grande do Norte.....	181.385\$300	—
Réde de Viação Cearense.....	1.419.721\$850	—
E. F. Noroeste do Brasil.....	—	1.148.284\$200
Cia. Mogiana.....	—	1.015.190\$780
Réde Mineira de Viação.....	—	7.531.236\$216
E. F. Vitória a Minas.....	—	308.729\$650
E. F. de Bragança.....	—	142.573\$158
E. F. Tocantins.....	—	128.780\$350
E. F. Madeira-Mamoré.....	—	94.661\$800
E. F. São Luiz-Teresina.....	—	1.466.646\$578
E. F. Central do Piauí.....	—	422.312\$212
E. F. Petrolina-Teresina.....	—	536.829\$300
E. F. Central do Brasil.....	—	30.159.940\$200
E. F. Maricá.....	—	585.062\$100

ESTRADAS	1935	
	SALDOS	"DEFICITS"
V. F. Rio Grande do Sul.....	12.178:542\$500	—
E. F. Santa Catarina.....	63:250\$071	—
R. V. F. Paraná-Santa Catarina.....	5.262:885\$400	—
E. F. Sorocabana (linhas federais).....	8.128:490\$758	—
São Paulo Railway.....	30.556:741\$150	—
E. F. de Goiaz.....	575:484\$954	—
Leopoldina Railway.....	12.539:901\$000	—
E. F. Corcovado.....	86:272\$000	—
Great Western of Brazil Railway.....	10.256:228\$140	—
E. F. Mossoró.....	478:604\$933	—
E. F. C. Rio Grande do Norte.....	223:037\$273	—
Rêde de Viação Cearense.....	2.223:136\$650	—
E. F. Teresa Cristina.....	—	95:680\$725
E. F. Noroeste do Brasil.....	—	2.893:923\$300
Cia. Mogiana.....	—	1.755:068\$748
Rêde Mineira de Viação.....	—	9.242:593\$723
E. F. Vitória a Minas.....	—	948:698\$300
E. F. de Bragança.....	—	321:972\$000
E. F. Tocantins.....	—	137:650\$350
E. F. Madeira-Mamoré.....	—	167:835\$500
E. F. São Luiz-Teresina.....	—	889:285\$700
E. F. Central do Piauí.....	—	543:078\$600
E. F. Petrolina-Teresina.....	—	446:890\$500
E. F. Central do Brasil.....	—	40.467:123\$100
E. F. Maricá.....	—	672:979\$966

ESTRADAS DE RODAGEM

Os serviços a cargo da Comissão de Estradas de Rodagem Federais foram os seguintes:

1. *Rio-Petropolis* — Reparação geral e obras.
As chuvas de 31 de janeiro de 1935, mais fortes que

as de 10 de janeiro do ano anterior, danificaram varios pontos da estrada, levando na avalanche o viaduto do 48^{km},700, que ainda não havia sido recebido pela Comissão, em virtude dos defeitos que apresentava. Houve desmoronamentos de barreiras, o que se verificou novamente em 4 de março, com a queda de grande barreira, de cerca de 30.000 metros cubicos. Tiveram que ser feitos, por isso, trabalhos de desobstrução do leito, de restabelecimento da terraplenagem anterior, construção de dois viadutos, alargamento do 37^{km},700, construção de nove muros de arrimo, medindo 216^m,69 de extensão, de tres boeiros de alvenaria e, finalmente, de 13.363 peças de concreto especiais para aplicação do processo de sustentação de terras, denominado "cribb-Walls", que pela primeira vez é adotado no Brasil, com resultados animadores pela economia e facilidade de construção.

2. *Rio-São Paulo* — Suportou bem a usura do trafego e das intemperies. A pavimentação vem sendo melhorada e o revestimento, com a mistura artificial de material silico-argiloso, tem dado otimo resultado. Os principais melhoramentos realizados foram: abertura de sargetas, de saídas de agua no trecho coberto a concreto, boeiros, muros de proteção em alvenaria de pedra e boeiros marginaes, de pedra seca.

3. *União e Industria* — Foram feitos trabalhos de conservação e reparação da estrada, compreen-

dendo: asfaltamento superficial em 23.012 metros quadrados; reconstrução do macadam hidraulico em 81.000 metros quadrados; construção de 15 boeiros e reparação de muros de arrimo; retificação do Rio Piabanha, no quilometro 33, e construção de uma barragem com 55 metros de extensão.

4. *Itaipava-Teresopolis* — Cuidou-se da conservação do primeiro trecho, entre os quilometros 0 e 7.

5. *Estrada da Estrela* — Sua conservação e reparação tem sido feita, visando atender alguma interrupção eventual da Rio-Petropolis, no trecho da serra. Justifica-se tambem como incentivo ao turismo, dadas as belezas naturais descortinadas ao longo de seu percurso.

6. *Estrada da Presidencia* — Com a extensão aproximada de 1^{km},700, destinando-se ao acesso do local onde se acha aquartelado o 1º B. C., essa estrada foi drenada, calçada a paralelepipedos sobre base de areia, em uma área de 10.140 metros quadrados.

7. *Estrada Rio-Baía* — Para fixar o traçado dessa importante rodovia de entroncamento, que ligará as rêdes rodoviaras do centro e sul do país ás do norte e nordeste, foram realizados estudos de campo, que prosseguem normalmente.

ESTATISTICA DO TRAFEGO DAS ESTRADAS DE RODAGEM

O movimento de veículos nas estradas-tronco Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte, nos trechos sob administração federal, foi o que se verifica na pagina seguinte.

ESTRADAS	AUTO- MOVEIS DE PASSAGEIROS	AUTO- CAMINHÕES	NUMERO TOTAL DE VEÍCULOS
<i>Rio-Petropolis:</i>			
Posto estatístico de Quitandinha.....	137.605	72.635	210.240
<i>União e Indústria:</i>			
Posto de Cascatinha.....	128.480	69.715	198.195
<i>Rio-São Paulo:</i>			
Posto de Campo Grande.....	93.805	100.740	194.545

**MOVIMENTO FINANCEIRO DA COMISSÃO DE ESTRADAS
DE RODAGEM FEDERAIS**

Verba para 1935.....	7.000.000\$000
Credito suplementar.....	2.198.000\$000
Importancia total recebida.....	9.198.000\$000
Despesas efetuadas.....	9.146.084\$700
Saldo.....	51.915\$300

As despesas foram distribuidas pelos diversos trabalhos, do modo que se demonstra:

Administração Central.....	391.209\$500
Estrada Rio-São Paulo.....	851.734\$200
Estrada Rio-Petropolis.....	1.821.160\$750
Estrada da Estrela.....	81.960\$100
Estrada da Presidencia.....	103.567\$900
Estrada União e Indústria.....	847.881\$600
Estrada Itaipava-Teresopolis.....	282.509\$800
Estrada Rio-Baía (estudo).....	18.728\$500
Transportes diversos.....	925.618\$600
Materiais adquiridos e despesas de pronto pagamento.....	3.069.174\$550
Comissão Central de Compras.....	751.029\$500
Despesas encaminhadas ao Tesouro Nacional.....	1.509\$700
Total.....	9.146.084\$700

PORTOS, TRAFEGO MARITIMO E NAVEGAÇÃO

Tendo-se em consideração quanto é vasto o litoral brasileiro, e que as condições e acidentes geograficos, em grande faixa dele, exigem constante cuidado para a conservação da praticabilidade e bacias de evolução dos seus portos, urgia manter um serviço, com carater permanente, que pudesse remediar as dificuldades, garantindo acesso franco das embarcações. Ocorre todavia que sendo de alto custo as maquinas e utensilios desse ramo da engenharia hidraulica, não é possível, no momento de restrições financeiras que atravessamos, dispendir importancias tão grandes quanto as necessidades indicavam. A aquisição da draga "Baía" veio, porém, remediar, em parte, essa deficiência de aparelhamento. Não obstante, numerosos portos, principalmente da região litoranea norte-oriental, reclamam providencias que os tornem capazes de atender ao escoamento da produção. Mesmo os grandes portos já se ressentem da falta de dragagens.

Diante desses fatos, que cada vez mais se acentuam, já não pode a Administração, sem embaraçar a vida economica do país, deixar de tomar providencias urgentes e apropriadas. Para tanto, precisa o Governo das autorizações necessarias do Poder Legislativo, facilitando-lhe os meios e proporcionando-lhe os elementos necessarios.

TRAFEGO MARITIMO

O movimento financeiro e comercial do portos fluviais e maritimos, aparelhados e em franca exploração de trafego, foi o seguinte:

1 — MANAUS

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	186.098\$000
Despesas realizadas.....	143.696\$500
Saldo.....	42.401\$500

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	6.206	
" de cabotagem.....	99.696	105.902
Exportação estrangeira.....	35.430	
" de cabotagem.....	25.504	60.934
Total.....	—	166.836

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	907	264.612
" estrangeiros.....	47	197.076
Totais.....	954	461.688

Fundos decorrente de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido da Manaus Harbour Ltd.....	19.676.765\$387
Renda bruta total, proveniente das taxas portuarias.....	2.834.593\$876
Renda da taxa adicional de 10%, papel.....	252.299\$450

Informes complementares:

A Manaus Harbour Ltd. executou, durante o exercício, obras de conservação, na importância de 266:052\$269.

2 — PARÁ*Movimento financeiro:*

Verbas distribuídas.....	278 :226\$000
Despesas realizadas.....	262 :174\$100
Saldo.....	16 :051\$900

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	56.306	
" de cabotagem.....	227.460	283.766
Exportação estrangeira.....	81.118	
" de cabotagem.....	108.485	189.603
Totais.....	—	473.369

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	1.006	653.613
" estrangeiros.....	218	608.756
Totais.....	1.224	1.262.369

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido, até 30 de junho de 1933, ouro.....	58.743 :508\$773
Aprovado pelo Aviso 174, de 23/1/36:	
Renda bruta total, proveniente das taxas portuárias.....	4.053 :599\$800
Renda da taxa adicional de 10%, papel.....	921 :693\$600

3 — SÃO LUIZ DO MARANHÃO

Movimento financeiro:

Verba distribuída.....	190.068\$000
Despesas realizadas.....	174.048\$600
Saldo.....	16.019\$400

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	7.594	
> de cabotagem.....	56.992	64.586
Exportação estrangeira.....	16.594	
> de cabotagem.....	21.159	37.753
Total.....	—	102.339

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	488	615.374
> estrangeiros.....	75	207.294
Totais.....	563	822.668

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda da taxa adicional de 10% papel.....	283.944\$820
--	--------------

4 — TUTÓIA

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	3.005	
> de cabotagem.....	9.475	12.480
Exportação estrangeira.....	19.201	
> de cabotagem.....	7.480	26.681
Total.....	—	39.161

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	67	80.867
» estrangeiros.....	55	149.791
Totais.....	122	230.658

Fundos decorrentes de obrigações legais:

Renda da taxa adicional de 10% papel.....	98.043\$900
--	-------------

5 — AMARRAÇÃO*Movimento financeiro:*

Verba distribuída.....	22.000\$000
Despesas realizadas.....	19.479\$500
Saldo.....	2.520\$500

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	435	
» de cabotagem.....	1.422	1.857
Exportação estrangeira.....	961	
» de cabotagem.....	1.796	2.757
Total.....	—	4.614

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	11	12.991
» estrangeiros.....	3	8.333
Totais.....	14	21.324

Fundos decorrentes de obrigações legais:

Renda da taxa adicional de 10% papel.....	11.028\$100
--	-------------

6 — PORTOS DO CEARÁ

Movimento financeiro:

Verbas distribuídas.....	312.892\$000
Despesas realizadas.....	293.728\$100
Saldo.....	19.163\$900

a) Camocim

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação de cabotagem.....	6.247	6.247
Exportação estrangeira.....	18.708	
" de cabotagem.....	6.751	25.459
Total.....	—	31.706

Movimento de embarcações:

		Tonelada de registro
Navios nacionais.....	143	29.059
" estrangeiros.....	33	90.974
Totais.....	176	120.033

Informes complementares:

O serviço de fixação de dunas tem continuado a ser feito com regularidade.

b) Fortaleza

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	24.832	
" de cabotagem.....	55.862	80.694
Exportação estrangeira.....	51.630	
" de cabotagem.....	13.650	65.280
Total.....	—	145.974

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registos
Navios nacionais.....	456	848.782
» estrangeiros.....	95	260.706
Totais.....	551	1.109.488

Informes complementares:

A lei n. 155, de 23 de dezembro de 1935, revigora, pelo prazo de quatro anos, o credito especial de 25.055:805\$700, destinado a atender á restituição devida ao Governo do Estado do Ceará, da taxa de 2%, ouro.

c) Aracati

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação de cabotagem.....	2.467	2.467
Exportação estrangeira.....	3.626	
» de cabotagem.....	810	4.436
Total.....	—	6.903

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	44	31.119
» estrangeiros.....	4	11.800
Totais.....	48	42.919

Informes complementares:

O Estado do Ceará é o arrendatario do Porto de Fortaleza, já tendo aberto concorrência publica para a execução das obras. Até 31 de dezembro não havia o Estado submettido á aprovação do Governo Federal o respectivo contrato.

7 — NATAL

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	1.300.212\$000
Despesas realizadas.....	1.232.241\$200
Saldo.....	67.970\$800

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	18.546	
» de cabotagem.....	50.989	69.535
Exportação estrangeira.....	34.186	
» de cabotagem.....	11.757	45.943
Total.....	—	115.478

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	375	982.319
» estrangeiros.....	79	369.809
Totais.....	454	1.352.128

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuárias.....	471.972\$900
Renda da taxa adicional de 10%. papel.....	330.105\$800

Informes complementares:

O Porto de Natal é administrado diretamente pelo Governo. Foram nele executadas, durante o ano de 1935, as seguintes obras: cobertura de duas grandes áreas situadas na extremidade dos armazens

que se destinam ao abrigo de materiais pesados; revestimento das dunas; reparo e conservação do cais, das linhas ferreas, dos guindastes e das embarcações.

8 — CABEDELO

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	393.572\$000
Despesas realizadas.....	339.375\$800
Saldo.....	54.196\$200

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	20.610	
» de cabotagem.....	38.684	59.294
Exportação estrangeira.....	56.228	
» de cabotagem.....	27.124	83.352
Total.....	—	142.646

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	324	619.750
» estrangeiros.....	117	315.210
Totais.....	441	934.960

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuarias.....	330.210\$800
Renda da taxa adicional de 10%, papel.....	752.023\$000

Informes complementares:

Por não se haver ultimado a tomada de contas ao Estado da Paraíba, que é o arrendatario do

porto de Cabedelo, não está ainda apurado o capital reconhecido. A exploração provisória do porto foi inaugurada a 23 de janeiro e a definitiva em 15 de dezembro de 1935.

9 — RECIFE

Movimento financeiro:

Verbas distribuídas.....	1.147.040\$400
Despesas realizadas.....	1.118.430\$600
Saldo.....	28.609\$800

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	325.540	
» de cabotagem.....	140.569	466.109
Exportação estrangeira.....	121.866	
» de cabotagem.....	278.232	400.098
Totais.....	—	866.207

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	687	1.509.358
» estrangeiros.....	501	2.398.463
Totais.....	1.188	3.907.821

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuárias.....	5.443.580\$800
Renda da taxa adicional de 10% papel.....	4.486.106\$400

Bocas de lobo, assentadas.....	4
Guindastes.....	4
Pavimentação a paralelepípedos (m ²)...	7.448
Meio fio (ml).....	327
Canaltes (ml).....	250
Linha ferrea para guindastes (ml).....	319
Linhas ferreas (ml).....	273
Grades (ml).....	353
Armazens (m ²).....	3.000

Pela Fiscalização do Porto, foram executadas, por tarefa, as seguintes:

Santo Amaro — Conclusão do Trapiche e ponte de concreto armado, no Conde; muralha de sustentação e obras complementares.

Itaparica — Reconstrução de 56 metros de muralha do cais, em alvenaria de pedra com argamassa de cimento.

Mar Grande — Construção de 199 metros de ponte, de concreto armado, para atracação de navios.

Belmonte — Construção de 670 estacas-pranchas de concreto armado, nas obras de proteção da margem direita do rio Jequitinhonha, em frente á cidade.

Por administração:

São Francisco — 1.046 metros de diques e espigões; derrocamento de 286 metros cubicos de rochas no canal, dragagem de 6.750 metros cubicos de seixos rolados; levantamento de 112 quilometros do rio.

Avenida Jequitaiá — O decreto n. 417, de 8 de novembro de 1935, aprovou o novo orçamento,

na importancia de 5.430.204\$, para o prosseguimento das obras da Avenida Jequitaia.

12 — ILHEUS

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação de cabotagem.....	—	31.196
Exportação estrangeira.....	29.469	
> de cabotagem.....	48.237	77.706
Total.....	—	108.902

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	500	104.525
> estrangeiros.....	22	21.201
Totais.....	522	125.726

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuarias.....	1.325.209\$694
Capital reconhecido da Companhia Industrial de Ilheus.....	3.684.948\$984

Informes complementares:

O porto sofreu as consequencias de um grande assoreamento na barra, fato que perturbou, durante meses, o movimento comercial. Com os trabalhos realizados pela draga de sucção e arrasto, adquirida pelo Governo, ficou a situação normalizada. Desobstruida a barra, com a remoção de 100.000 metros cubicos de terra, a navegação se restabeleceu franca, os serviços comerciais se des-

afogaram e os compromissos do commercio de exportação vão sendo satisfeitos com a necessaria regularidade.

Por decreto n. 166, de 15 de maio de 1935, foi autorizada a revisão do contrato celebrado com a Companhia Industrial de Ilheus, em virtude do que preceitua o decreto n. 18.908, de 20 de setembro de 1920, para construção, uso e gozo das obras de melhoramento do porto. O termo de revisão foi assinado em 13 de junho de 1935 e registado pelo Tribunal de Contas, em sessão ordinaria de 10 de julho do mesmo ano.

13 — CARAVELAS

O decreto n. 80, de 11 de março de 1935, concedeu a José Nunes da Silva, ou sociedade anonima por ele organizada, autorização para a execução, uso e gozo das obras e aparelhamento do porto de Caravelas, no Estado da Baía. O termo de contrato foi assinado a 7 de novembro desse mesmo ano.

14 — ARACAJÚ

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	1.793	
» de cabotagem.....	16.025	17.818
Exportação estrangeira.....	258	
» de cabotagem.....	66.065	66.323
Total.....	—	84.141

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais e estrangeiros.....	342	213.260

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda da taxa adicional de 10 %, papel. 70 :092\$200

Informes complementares:

A sua barra se encontra assoreada por bancos de areia, dificultando, sobretudo, o acesso até a navios de pequeno calado.

Para remover essas dificuldades, que têm originado uma serie interminavel de justissimas reclamações, determinou o Ministerio da Viação a partida imediata da draga "Baía", para executar os referidos serviços.

15 — VITORIA*Movimento financeiro:*

Verbas distribuidas.....	167 :332\$000
Despesas realizadas.....	109 :544\$098
Saldo.....	57 :787\$902

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	3.516	
" de cabotagem.....	60.809	64.325
Exportação estrangeira.....	81.421	
" de cabotagem.....	29.642	111.063
Total.....	—	175.388

Movimento de embarcações:

		Toneladas do registro
Navios nacionais.....	1.127	676.357
» estrangeiros.....	273	854.280
Totais.....	1.400	1.530.637

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido.....	13.598.346\$776
Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	163.903\$200

Informes complementares:

O Estado concessionario executou obras complementares na importancia de 220.103\$700.

16 — PORTOS DO RIO DE JANEIRO**a) Niteroi***Movimento financeiro:*

Verbas distribuidas.....	254.440\$000
Despesas realizadas.....	220.850\$700
Saldo.....	33.589\$300

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação de cabotagem.....	—	8.381
Exportação estrangeira.....	2.743	
» de cabotagem.....	599	3.342
Total.....	—	11.723

Movimento de embarcações:

Navios nacionais.....	12
Embarcações pequenas.....	310

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido.....	20.857.159\$239
Renda bruta total das taxas portuárias.....	594.066\$200

Informes complementares:

As obras do porto permanecem paralizadas desde o ano de 1930.

b) Angra dos Reis

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	27.916	
" de cabotagem.....	11.247	39.163
Exportação estrangeira.....	6.645	
" de cabotagem.....	1.106	7.751
Total.....	—	46.914

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	107	37.087
" estrangeiros.....	69	198.950
Totais.....	176	236.037

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuárias.....	214.090\$502
Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	157.170\$700

Informes complementares:

O Governo do Estado do Rio de Janeiro iniciou a exploração comercial do porto em outubro de 1934.

c) Forno

Movimento de mercadorias:

	Toneladas métricas
Exportação de cabotagem.....	7.631

Movimento de embarcações:

Navios nacionais.....	24
-----------------------	----

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta proveniente de taxas portuárias.....	19.343\$680
--	-------------

17 — RIO DE JANEIRO

Movimento financeiro:

Verba distribuída.....	1.612.600\$000
Despesas realizadas.....	1.548.448\$500
Saldo.....	64.151\$500

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	1.368.314	
" de cabotagem.....	640.596	2.008.910
Exportação estrangeira.....	409.613	
" de cabotagem.....	344.149	753.762
Total.....	—	2.762.672

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	1.881	2.135.472
" estrangeiros.....	1.680	8.276.641
Totais.....	3.561	10.412.113

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total das taxas portuárias.....	19.316.068\$100
Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	35.769.559\$500

Informes complementares:

A exploração do porto do Rio de Janeiro continuou sendo feita com a maxima regularidade sob a administração direta do Governo da União.

Uma comissão, especialmente designada, examinou o estado dos bens entregues ao Governo Federal pela Companhia Brasileira de Portos, em virtude da rescisão do contrato de concessão do porto. No cais novo foi calçada uma área de 4.000m²,00 tendo sido dispendidos nessa obra 102.800\$000.

A lei n. 190, de 16 de janeiro de 1936, deu organização autonoma, especial, aos serviços de exploração do Porto do Rio de Janeiro. Pelo decreto n. 621, de 1 de fevereiro, foi aprovada a regulamentação da lei, e, em 19, do mesmo mês, empossou-se o conselho diretor, composto de dois representantes dos armadores, um dos industriais, um do comércio e dois do Ministerio da Viação.

18 — SANTOS*Movimento financeiro:*

Verbas distribuidas.....	194.920\$000
Despesas realizadas.....	167.205\$000
Saldo.....	27.715\$000

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	1.464.320	
» de cabotagem.....	440.533	1.904.853
Exportação estrangeira.....	1.099.832	
» de cabotagem.....	144.529	1.244.361
Total.....	—	3.149.214

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	1.251	1.779.384
» estrangeiros.....	1.701	8.415.377
Totais.....	2.952	10.194.761

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

.. Capital reconhecido até 31 de dezembro de 1932.....	185.406.969\$899
Capital a ser acrescido em 1933....	4.535.296\$119
Capital a ser acrescido em 1934, dependente de aprovação da tomada de contas.....	10.366.398\$436
Renda bruta total das taxas portuárias.....	46.512.085\$330
Renda da taxa adicional de 10 %, papel.....	39.639.172\$200

Informes complementares:

O decreto n. 421, de 8 de novembro de 1935, prorrogou até 26 de abril de 1936 o prazo fixado para o início da execução das obras e do aparelhamento do porto de São Sebastião, no Estado de São Paulo, de acôrdo com o disposto na clausula 8ª, § 2º, do contrato celebrado com esse Estado, em virtude dos decretos ns. 24.599 e 24.729, respectivamente de 6 e 13 de julho de 1934.

19 — PARANAGUÁ*Movimento financeiro:*

Verbas distribuídas.....	234.166\$000
Despesas realizadas.....	208.516\$400
Saldo.....	25.649\$600

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	9.942	
» de cabotagem.....	18.694	28.636
Exportação estrangeira.....	34.655	
» de cabotagem.....	28.239	62.894
Total.....	—	91.530

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	515	415.578
» estrangeiros.....	116	291.389
Totais.....	631	706.967

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta proveniente das taxas portuárias nos meses de julho a dezembro	221 :120\$400
Renda da taxa adicional de 10 % (Paranaguá).....	450 :174\$100
Renda da taxa adicional de 10 % (Antonina).....	175 :668\$800

Informes complementares:

O decreto n. 418, de 8 de novembro de 1935, aprovou o orçamento relativo á construção do cais, aterro, armazens e demais obras complementares no porto de Paranaguá, na importancia total de 19.848:220\$, em substituição aos que foram aprovados pelo decreto n. 22.412, de 27 de janeiro de 1934.

O Estado do Paraná, seu concessionario, inaugurou a exploração desse porto, na parte relativa á cabotagem, em fevereiro de 1935, e a definitiva,

nos ultimos dias de dezembro, em virtude da autorização constante do decreto n. 419, de 8 de novembro desse mesmo anno.

SERVIÇOS DO RIO IGUAÇÚ

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	118:000\$000
Despesas realizadas.....	94:270\$100
Saldo.....	23:729\$900

20 — PORTOS DE SANTA CATARINA

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	3.576:190\$000
Despesas realizadas.....	3.534:483\$000
Saldo.....	41:707\$000

a) Florianopolis

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	9.095	
" de cabotagem.....	17.691	26.786
Exportação estrangeira.....	1.397	
" de cabotagem.....	11.860	13.257
Total.....	—	40.043

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	879	233.195
" estrangeiros.....	39	108.250
Totais.....	918	341.445

b) Laguna

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação de cabotagem.....	8.765	8.765
Exportação estrangeira.....	747	
» de cabotagem.....	12.710	13.457
Total.....	—	22.222
Navios nacionais.....	167	Toneladas de registro 19.684

c) São Francisco

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	7.969	
» de cabotagem.....	19.285	27.254
Exportação estrangeira.....	90.651	
» de cabotagem.....	72.828	163.479
Total.....	—	190.733

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	567	281.882
» estrangeiros.....	131	447.848
Total.....	698	729.730

d) Itajaí

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	3.142	
» de cabotagem.....	17.736	20.878
Exportação estrangeira.....	196	
» de cabotagem.....	45.644	45.840
Total.....	—	66.718

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	493	145.690

*Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:**Renda da taxa adicional de 10 %, papel:*

Florianópolis.....	352 :824\$600
Itajaí.....	97 :585\$900
São Francisco.....	314 :108\$000
Total.....	764 :518\$500

Informes complementares:

Com as obras em execução em Itajaí e Laguna, foram dispendidas as seguintes importâncias:

Itajaí.....	42.994,900	698 :374\$600
Laguna.....	56.173,589	892 :880\$000
Aparelhamento.....	—	789 :058\$200
Reparação, conservação e aparelhagem.....	—	583 :047\$400
Total.....	—	2.963 :360\$200

21 — RIO GRANDE DO SUL*Movimento financeiro:*

Verba distribuída.....	468 :580\$000
Despesas realizadas.....	350 :059\$500
Saldo.....	118 :520\$500

*Movimento de mercadorias (correspondente ao 1º semestre):***Porto Novo**

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	30.947	
» de cabotagem.....	74.263	105.210
Exportação estrangeira.....	26.438	
» de cabotagem.....	50.830	77.268
Total.....	—	182.478

Porto Velho

		Toneladas métricas
Importação de cabotagem.....	18.676	18.676
Exportação de cabotagem.....	11.216	11.216
Total.....	—	29.892

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	971	1.381.063
» estrangeiros.....	362	1.471.125
Totais.....	1.333	2.852.188

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta proveniente de taxas portuárias (Porto Novo).....	2.503 :883\$900
Renda bruta proveniente de taxas portuárias (Porto Velho).....	205 :655\$700
Renda da taxa adicional de 10 %, papel, arrecadada pela alfandega do Rio Grande.....	1.441 :524\$300
Idem, idem, idem, idem, arrecadada pela Alfandega de Pelotas.....	272 :322\$500
Idem, idem, idem, idem, arrecadada pela Alfandega de Porto Alegre.	3.211 :817\$000

Informes complementares:

Não foram feitas obras neste porto, sendo os serviços unicamente de conservação da Barra.

22 — PORTO ALEGRE

A situação deste porto não está ainda regularizada; prosseguem, entretanto, os trabalhos com esse fim.

23 — CORUMBÁ

Movimento financeiro:

Verbas distribuídas.....	207 :928\$000
Despesas realizadas.....	113 :115\$300
Saldo.....	94 :812\$700

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	3.190	
• de cabotagem.....	4.875	8.065
Exportação estrangeira.....	2.205	
• de cabotagem.....	3.717	5.922
Total.....	—	13.987

Movimento de embarcações:

		Toneladas do registro
Navios nacionais.....	401	48.352
• estrangeiros.....	30	17.284
Totais.....	431	65.636

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	87 :023\$600
---	--------------

ESTUDOS

Os trabalhos das diversas comissões incumbidas de realizar estudos sobre o regime de portos e tráfego fluvial correram com regularidade e aproveitamento.

Comissão de estudos dos portos de Macau e Areia Branca — Essa comissão terminou os seus serviços em agosto de 1935. Foram estudadas as barras do rio Mossoró (Areia Branca), do rio Assú (Macau)

e "Barra da Ilha", a nove quilômetros ao sul da barra do Rio Assú (Macau), praticando-se o reconhecimento do Rio Mossoró. Ainda a comissão realizou estudos sobre a questão salineira.

Comissão de estudos do porto de Itajaí e Rio Cachoeira — Os trabalhos terminaram em novembro de 1935, sendo estudados a barra e o canal de acesso ao porto de Itajaí, bem como a bacia fluvio-marítima do rio Itajaí-Assú.

Também foi estudado o rio Cachoeira, compreendendo a lagôa de Saguassú, até a cidade de Joinville.

Comissão de estudos do porto de Aracajú e canal do rio Fundo — Os estudos foram encerrados em janeiro de 1935, com os trabalhos na barra e no canal de acesso de Aracajú e parte do estuário do rio Cotinguiaba ou Sergipe. Igualmente efetuou-se o reconhecimento no Canal do Rio Fundo.

Comissão de estudos do canal Santa Maria (Sergipe) — Após os estudos, foram iniciados os trabalhos de abertura do canal, tendo por objetivo ligar os rios Cotinguiaba e Vasa Barris. Tais trabalhos foram terminados no último trimestre de 1935, numa extensão de 5.300 metros, com a largura, no fundo, de quatro metros e á cota — um metro. No ano corrente deve ser iniciado o revestimento das margens.

Comissão de estudos dos rios Tocantins e Araguaia — Os trabalhos de levantamento do rio Ara-

guaia e parte do Tocantins foram realizados, estudando-se correntes e descargas dos mesmos. O levantamento de algumas corredeiras foi praticado, completando-se com estudos geologicos e coleta de dados meteorologicos, das condições de navegabilidade e das condições economicas da região, e ainda sobre a fauna e flora da zona.

O Araguaia foi estudado desde o chamado "Registo do Araguaia" até a sua confluencia com o Tocantins, e este ultimo abrangido desde o Porto Nacional até a cidade de Marabá.

O rio das Mortes foi explorado numa extensão de cerca de 60 quilometros.

A comissão se internou pelo rio Vermelho, fazendo-lhe o levantamento topografico numa extensão de 40 quilometros, a partir da sua confluencia com o Araguaia. Tambem foram explorados cerca de 20 quilometros do rio Crixás e cerca de 30 do rio do Peixe.

Comissão de estudos do porto de Amarração e Canal de São José — Foram feitos os estudos do porto de Amarração e do canal de acesso á cidade de Parnaíba (Canal de S. José), principal emporio comercial do Estado, encerrando-se os trabalhos em abril de 1935.

Comissão de estudos do porto de Antonina e Rio Iguassú — Foi anexada á Fiscalização de Paranaguá, em março de 1935, tendo feito trabalhos de desobstrução e levantamentos topograficos, que ainda prosseguem.

NOVAS TARIFAS PORTUARIAS

No decorrer do ano de 1935, procedeu-se ao estudo das novas tarifas de 10 portos organizados, uniformizando as suas taxas quanto á especie, incidencia e denominação, de acôrdo com os termos do decreto n. 24.508, de 29 de junho de 1934.

A medida que ficavam concluidos, eram submetidos á apreciação e aprovação, na seguinte ordem:

Belém — Portaria n. 705, de 5 de setembro de 1935.

Recife — Portaria n. 746, de 23 de setembro de 1935.

Manaus — Portaria n. 751, de 30 de setembro de 1935.

Rio de Janeiro — Portaria n. 795, de 9 de outubro de 1935.

Santos — Portaria 853, de 29 de outubro de 1935.

Ilheus — Portaria 874, de 8 de novembro de 1935.

Natal — Portaria 875, de 8 de novembro de 1935.

Cabedelo — Portaria 894 A, de 11 de novembro de 1935.

Paranaguá — Portaria 900, de 18 de novembro de 1935.

Baía — Portaria 39, de 21 de janeiro de 1936.

As novas tarifas já se encontram em vigor, á exceção das de Ilheus e Baía, que ainda não venceram os prazos fixados para a sua vigencia.

NAVEGAÇÃO

Os serviços das empresas e companhias de navegação apresentaram, em 1935, o seguinte movimento:

Lloyd Brasileiro:

Subvenção anual.....	20.000:000\$000
Importancia paga por viagens.....	15.601:586\$856

Companhia Nacional de Navegação Costeira:

Subvenção anual.....	7.020:000\$000
Importancia dispendida.....	5.947:642\$300

The Amazon River Steam Navigation Company (1911), Ltd.

Subvenção anual.....	3.000:000\$000
Importancia paga.....	2.999:985\$200

Serviço de Navegação do Autazes:

Subvenção anual.....	96:000\$000
Pagamentos efetuados.....	96:000\$000

Empresa de Navegação dos rios Mamoré-Guaporé:

Subvenção anual.....	150:000\$000
Pagamentos efetuados.....	150:000\$000

Navegação do Alto Tapajós:

Subvenção anual.....	36:000\$000
Pagamentos efetuados.....	36:000\$000

Empresa Lloyd Maranhense:

Subvenção anual.....	100:000\$000
Pagamentos efetuados.....	37:859\$000

Companhia Fluvial Maranhense:

Subvenção anual.....	99:654\$000
Pagamentos efetuados.....	37:859\$000

Empresa Clemente C. Cantanhede:

Subvenção anual.....	60 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	60 :000\$000

Empresa de Navegação do Baixo São Francisco:

Subvenção anual.....	100 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	100 :000\$000

Empresa de Viação do São Francisco:

Subvenção anual.....	400 :000\$000
----------------------	---------------

Despesas realizadas, em apuração.

Navegação Mineira do São Francisco:

Subvenção anual.....	300 :000\$000
Pagamento por viagens realizadas...	295 :840\$000

Serviço de navegação do Alto-Paraná:

Subvenção anual.....	150 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	150 :000\$000

Companhia Comercio e Navegação:

Não tem subvenção, porém mantém contrato com o Governo para as linhas Rio-Pará, Rio-Porto Alegre, Rio-Amarração ou Tutoia.

Sociedade Anonima Lloyd Nacional:

Não tem contrato, mas é fiscalizada, em virtude de terem os seus navios regalias de paquetes.

Empresa de Navegação Hoepke:

Não tem contrato, mas é fiscalizada por gozarem os seus vapores regalias de paquetes.

Navegação dos rios Tocantins e Araguaia:

A subvenção votada para 1935 foi de 300.000\$, não tendo havido serviço subvencionado mediante contrato.

Navegação do rio Parnaíba:

Foi concedida uma verba de 150.000\$, que não teve aplicação por falta de contrato.

Saneamento da Baixada Fluminense:

Permanecem em atividade os serviços de saneamento da Baixada Fluminense. Tomaram-se, ainda, recentemente, diversas providencias, visando ampliar os trabalhos e aumentar o rendimento das obras empreendidas.

A aplicação dos recursos orçamentarios, pela respectiva comissão, foi a seguinte:

Verba distribuida.....	3.420:000\$000
Despesas realizadas.....	3.395:433\$450
Saldo.....	24:566\$550

Durante o ano, foram desobstruidos cerca de 425 quilometros de cursos d'agua, assim distribuidos pelas quatro grandes regiões em que se divide a Baixada Fluminense:

	Km.
Baixada de Sepetiba.....	142.250
» de Guasbára.....	133.949
» de Araruama.....	11.940
» de Goiracases.....	136.073
Total.....	424.212

Procedeu-se á conservação dos trabalhos feitos, em 1934, na bacia do Rio São João, num total de 14 quilometros, tendo melhorado muito as condições de salubridade da região.

Reconstruíram-se em Macaé 71^m,31 de cais de saneamento, que havia desmoronado.

Efetuuou-se a dragagem do rio Guandú-Mirim, desde a confluencia com o Guandú-Assú, até o Ponto do Almoço, na extensão de 2^m,940, com resultados evidentes para o saneamento das terras ribeirinhas.

Reparou-se todo o aparelhamento de dragagem de que dispõe a Comissão, realizando-se estudos detalhados para o conhecimento da topografia, hidrografia e regime dos rios da Baixada. Foi feito o levantamento de 221 quilometros de cursos d'agua, registrando-se as observações de 50 postos hidrometricos e pluviometricos instalados e efetuando-se 39 medições de descarga.

OBRAS CONTRA AS SECAS

Em cumprimento ao art. 177 da Constituição, foram consignados ás obras de combate aos efeitos das secas no nordeste 57.573:200\$, dos quais, por disposição do Poder Legislativo, destinaram-se a prolongamentos e melhoramentos na Rêde de Viação Cearense, 3.000:000\$, e depositados na Caixa Especial, na forma do § 1º daquele artigo, 14.393:300\$000.

Com os 40.179.900\$ prosseguiram os trabalhos a cargo da Inspetoria.

AÇUDAGEM PUBLICA E IRRIGAÇÃO

Foi concluído o açude "General Sampaio", no municipio de Canindé, Ceará, o maior até hoje construído no Nordeste, com 322.000.000 de metros cubicos, com o que garantirá a irrigação das varzeas do Rio Curú. Aumentou de 33 %, relativamente á de 1934, a capacidade total da açudagem nordestina.

Estão também concluídos os açudes "São Gonçalo" e "Condado", na Paraíba; o "Itans", no Rio Grande do Norte, e "Jaibara", no Ceará, com as capacidades, respectivamente, de 44.600.000, 35.000.000, 81.750.000 e 104.000.000 metros cubicos.

Continuam os trabalhos do "Piranha", na Paraíba, do "Inharé", no Rio Grande do Norte, do "Cachoeira", em Pernambuco, e do "Macaúbas", na Baía.

Quanto á irrigação, foi concluído o canal Sul do alto Piranhas, com 10 quilometros de extensão, dominando 2.000 hectares nas varzeas de Souza; teve andamento a construção dos canais secundarios do "Lima Campos", com eficiencia sobre 1.000 hectares, e as pequenas rêdes da "Forquilha", no Ceará, para 550 hectares e "Condado", para 800.

AÇUDAGEM POR COOPERAÇÃO

Dos 45 açudes particulares, em construção durante o ano de 1935, com a capacidade total de acumulação de 130.000.000 de metros cúbicos, foram terminados: "Castro" (830.300^{m³}), "Cesar" (511.500^{m³}), "Ingá" (1.200.000^{m³}) "Inhanduba" (6.274.800^{m³}) "Pacovas" 1.785.500^{m³}) e "Pirajú" (2.609.300^{m³}), no Estado do Ceará, e "Namorado" (2.119.000^{m³}), na Paraíba.

PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS

A margem das rodovias troncos e em cooperação com Estados, ou municípios, foi concluída a perfuração de 101 poços, sendo 12 públicos e 89 em cooperação, assim distribuídos: 39, no Ceará, 6 no Piauí, 10 no Rio Grande do Norte, 4 na Paraíba, 10 em Sergipe e 23 na Baía.

Todos esses poços correspondem a uma vazão horária total de 354.000 litros, ou seja, em média, 4.250 litros.

SERVIÇOS RODOVIARIOS

Além da conservação da extensa rede rodoviária existente, foi atendida a construção, com emprego intensivo de aparelhagem mecânica, de 57 quilômetros de estradas e 30 quilômetros de ramais, reconstruídos 16 quilômetros de linhas troncos, con-

cluidas varias ligações e 16 pontes, com 225^m,50 de extensão total, 41 pontilhões, 76 boeiros e 43 drenos, além de reconstruções e ampliações em 34 pontilhões e 25 boeiros.

Releva acentuar a conclusão da ligação Fortaleza-Russas, no Ceará, com 163 quilometros e a da terraplenagem do ramal João Pessoa-Goiana, com 60 quilometros.

REFLORESTAMENTO E PISCICULTURA

A Comissão de Reflorestamento, possuindo já 11 centros de trabalho, prosseguiu as instalações dos de Condado e Itabaiana, distribuiu mudas e sementes a agricultores e realizou investigações e experiencias sobre sólos irrigaveis, pomicultura, silvicultura, horticultura e fenação; procedeu ao levantamento agrologico das terras irrigaveis do "Alto Piranhas" e iniciou, no sistema "Lima Campos", em conexão com os ensaios de irrigação sistematica, estudos de drenagem superficial e subterranea.

A Comissão de Piscicultura procedeu a estudos de linologia em diversos açudes, e de aclimação ao meio nordestino de varias especies, realizando numerosas experiencias, no sentido de seu aproveitamento em postos de criação a serem instalados.

DESPESAS EFETUADAS

As despesas feitas pela Inspetoria de Obras contra as Secas atingiram a 40.322:135\$050, assim distribuidas:

Administração.....	3.499:900\$800
Almoxarifados.....	10.364:994\$431
Açudagem publica.....	15.789:108\$250
Açudagem particular.....	1.852:632\$800
Estradas.....	4.386:342\$950
Estudos topograficos.....	1.488:768\$900
Hidrometria.....	187:280\$900
Irrigação.....	375:835\$800
Poços.....	397:530\$319
Piscicultura.....	360:202\$900
Reflorestamento.....	1.198:670\$000
Diversas despesas.....	420:867\$000

Na importancia referente a estradas foram incluídos 456.334\$500, por conta da verba 10ª da Comissão de Estradas de Rodagem Federais.

CORREIOS E TELEGRAFOS

O movimento dos serviços de comunicações postais e telegraficas progrediu notavelmente, em confronto com os do ano anterior.

Quanto aos correios, cresceu a correspondencia com valores e o trafego por via aérea e tambem a expedição de vales nacionais. Continuando suspenso o de internacionais, foram apenas pagos titulos dos correios dos Estados Unidos, do Japão e da Espanha.

O numero de telegramas, por via eletrica e pelo radio, incluidos os destinados ao exterior, ascendeu a 9.869.882, contendo um total de 175.424.096 palavras, ou sejam mais 997.744 do que no ano de 1934.

Foram adquiridas na Inglaterra nove estações radio-telegraficas possantes, das quais seis tambem radio-telefonicas. Destas ultimas já foram instaladas: tres, nesta Capital, uma, na do Salvador, uma, em Recife, devendo a outra ser instalada em Porto Alegre.

A Escola de Aperfeiçoamento, que vem produzindo resultados vantajosos, para a repartição e para o proprio pessoal, diplomou 17 funcionarios.

REPARTIÇÕES E LINHAS

Funcionaram, com regularidade e eficiencia, além da Diretoria Geral, 29 diretorias, 4.627 sucursais e agencias, 1.498 estações telegraficas e telefonicas e 120 postos telefonicos para verificação de linhas telegraficas.

As linhas postais, na extensão total de 106.369^{km},802, servidas por 3.212 condutores de malas, tiveram aumento de 15 condutores, tendo tambem crescido o trafego postal por automoveis.

A rede telegrafica, acrescida com as construções no Paraná, Minas, Baía, Pará e Goiaz, alcançou 60.429^{km},356 com 117.287^{km},041 de fios.

Os telefones oficiais do Distrito Federal tambem aumentaram, sendo atualmente de 443^{km},196 com 3.645^{km},892 de fios.

PATRIMONIO E OBRAS NOVAS

A situação de precariedade do antigo edificio, que não comportava os serviços, exigiu, de modo inadiavel, a sua reconstrução completa, cujo custo atinge a 2.580.924\$500. Iniciados os trabalhos em dezembro de 1934, estarão concluidos em junho de 1936, quando os serviços voltarão a funcionar naquele local.

O patrimonio do Departamento, que contava 384 proprios nacionais, avaliados em 54.295:260\$226, dos quais 94 construidos a partir de 1932, pela importancia de 11.549:534\$201, foi acrescído, em 1935, dos tres grandes predios das Diretorias Regionais do Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, edificados os tres por 2.020:841\$750.

Foram realizados melhoramentos diversos na estação central telegrafica e muitas obras de adaptação de repartições fundidas.

Estão em acabamento instalações apropriadas para as Diretorias Regionais da Baía e Mato Grosso e para a agencia postal-telegrafica de Campo Grande, nesse ultimo Estado.

OFICINAS

As oficinas continuam prestando grande auxilio á execução dos serviços, com apreciavel economia para os cofres publicos.

Além de construirem o mobiliario e utensilios necessarios ás repartições postais-telegraficas, exe-

cutam todos os trabalhos tipograficos de impressão de formulas, livros, etc., por estas utilizados.

A secção electro-mecanica fabricou 2.505 peças aparelhos e accessorios, 19.640 colares de malas postais e 9.756.000 de fechos de chumbo. Só nesses ultimos houve uma economia de 600.000\$, relativamente ao preço pelo qual, anteriormente, eram adquiridos a uma firma estrangeira.

Alóra isso, o aproveitamento de malas, bolsos e sacos, concertados na correiaria, tem poupado as despesas de aquisição de material novo.

MOVIMENTO FINANCEIRO

A renda industrial arrecadada pelos dois serviços alcançou o total de 87.865.980\$300, sendo:

Correios.....	58.607:012\$300
Telegrafos.....	29.258:968\$000

Os gastos realizados para custeio dos trabalhos e pagamento de pessoal importaram em réis 126.199:710\$600.

Ao deficit resultante de 38.333:730\$300, não deve ser atribuido, entretanto, carater tão impressionante quanto á primeira vista parece assumir, porquanto cabe observar que não foram arrecadadas importancias relativas á correspondencia official, aos transportes aéreos e outros. Além disso, a despesa cresceu com o pagamento da gratificação dos telegrafistas durante o exercicio inteiro, enquanto, em 1934, só foi paga em um semestre.

Em suma, deixaram de ser arrecadados cerca de 20.000.000\$, tendo havido ainda acrescimos quasi do mesmo vulto nas despesas.

COMISSÃO TECNICA DE RADIO

Composta de tecnicos dos Ministerios da Viação, Guerra e Marinha, essa comissão emitiu 177 pareceres sobre questões relativas a radio-comunicações, tendo, entre outros trabalhos, elaborado instruções tecnicas para estabelecimento e funcionamento de estações radio-difusoras e um projeto de lei sobre ruidos parasitas, cuja adoção depende de aprovação do Poder Legislativo.

AERONAUTICA CIVIL

O Governo Federal continua a incentivar o desenvolvimento da navegação aérea.

Subvenciona atualmente as duas linhas de São Paulo-Corumbá-Cuiabá, com 1.865 quilometros de extensão e Belém-Manaus, com 1.500.

O Poder Legislativo autorizou a celebração de contrato com o Aerolloyd Iguassú S. A. para a linha de Curitiba á Foz do Iguassú, podendo ser prolongada até Assunção, caso o Governo do Paraguai conceda a necessaria autorização. O Executivo, entretanto, vetou esse projeto para evitar fosse prejudicada a instalação da Fabrica Nacional de Aviões, por cuja verba correria a subvenção para aquela linha aérea.

Alguns Estados, como Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e São Paulo auxiliam também os serviços de navegação aérea.

LINHAS AÉREAS NACIONAIS

Mantiveram seus serviços regularmente: a *Varig* (Viação Aérea Rio-grandense), o *Aerolloyd Iguassú*, com sede em Curitiba, voando a Florianópolis e São Paulo, e a *Vasp* (Viação Aérea São Paulo), voando a Rio-Preto, e projetando, para breve, a linha São Paulo-Rio de Janeiro.

O Sindicato Condor Ltda. melhorou sua frota e estendeu até Fortaleza a linha iniciada em Porto Alegre, prolongando-a, para o Sul, a Buenos Aires e Santiago do Chile, em tráfego mutuo com a linha internacional Stuttgart-Natal, da "Deutsche Lufthansa".

A Panair do Brasil, além de manter regular a linha costeira Belém-Porto Alegre, iniciou outra de Rio de Janeiro a Fortaleza.

LINHAS INTERNACIONAIS

Com regularidade e rapidez, as comunicações com a Europa continuaram a ser feitas pela "Air France", pela "Deutsche Lufthansa A. G." e pela linha de dirigíveis "Zeppelin", e com a America pela "Pan American Airways, Inc." que mantém a linha Buenos Aires-Miami. A ligação com a Bolívia, por tráfego mutuo, em Co-

rumbá, com a Lloyd Aéreo Boliviano, que estivera interrompida em consequencia do conflito do Chaco, já se acha restabelecida.

RESULTADO DO TRAFEGO AÉRO-COMERCIAL

Desde sua instalação, em 1928, a navegação aérea comercial tem progredido consideravelmente.

Os resultados de 1935 foram:

Numero de vôos.....	3.374
Percurso quilometrico.....	3.720.240
Passageiros.....	25.592
Correio, em quilos.....	79.652
Bagagens, em quilos.....	325.102
Cargas, em quilos.....	161.720

AEROPORTOS

Prosseguiram intensamente os trabalhos de construção dos aeroportos do Calabouço para aviões e de Santa Cruz para dirigiveis, estando este ultimo em via de conclusão.

Ficou concluido o aeroporto para aviões terrestres em Fernando Noronha, cuja importancia nas ligações aéreas do Brasil com a Europa é desnecessario encarecer.

Além de melhoramentos nos aeroportos de Livramento, Bagé, Pelotas, Porto Alegre, da construção de campos de pouso em Torres e em Teresopolis, foi construido, por administração, o aeroporto de S. Lourenço.

Existem atualmente 41 aeroportos e campos de pouso sob a fiscalização do Departamento.

Impõe-se o balisamento das rotas aéreas pela adoção dos metodos modernos de sinalização noturna e de radiogoniometria.

SERVIÇO METEOROLOGICO

A principal finalidade pratica da meteorologia é, atualmente, a proteção á navegação aérea, pelas previsões de tempo irradiadas.

Embora prestando excelentes serviços, sob outros aspectos, precisa a rede meteorologica de ser ampliada e sobretudo dotada de estações radioelétricas ao longo das rotas aéreas para transmissão das informações meteorologicas.

A experiencia adquirida após a fusão dos dois serviços, meteorologico e aeronautico, realizada pelo decreto n. 24.506, de 29 de junho de 1934, aconselha a revisão do regulamento sob o qual os mesmos funcionam, de maneira a tornar mais completa e mais util a colaboração da meteorologia á navegação aérea, aumentando, assim, a eficiencia desse novo meio de transporte.

FABRICAS DE AVIÕES

Após demorados estudos procedidos por uma da comissão de tecnicos especializados dos Ministerios Guerra, Marinha e Viação, para instituir, no Brasil, a fabricação de aviões, libertando-nos, assim, da industria estrangeira e proporcionando ás nossas forças aéreas recursos para renovação do material de vôo, foram iniciados, em setembro de 1935, os

trabalhos preparatorios para instalação dessa fabrica em Lagôa Santa, no Estado de Minas Gerais, local escolhido por oferecer, entre outras vantagens, francas possibilidades de pouso, quer para aviões terrestres, quer para hidro-aviões, devendo, além disso, ser tambem instalado, ali, em breve, o 4º regimento de aviação militar.

SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO

A iluminação publica e particular da Capital Federal pode ser apreciada resumidamente pelos dados seguintes:

ILUMINAÇÃO PUBLICA

A zona urbana da cidade teve mais 23 logradouros iluminados com 42 lampadas e os suburbios mais 595 lampadas. Distribuida melhor a luz pela supressão de 642 lampadas e instalação de 744, a iluminação publica era feita, a 31 de dezembro de 1935, por 26.679 lampadas eletricas, consumindo 39.442.366 KWH, ou sejam 335.242 mais do que em 1934.

ILUMINAÇÃO PARTICULAR

O consumo de energia eletrica para iluminação particular e outros usos domesticos cresceu de 101.840.723 KWH, em 1934, para 113.070, sendo o preço do KWH de \$631,74.

O numero de consumidores elevou-se a 173.024, ultrapassando em 9.911 o de 1934.

CONSUMO DE GAZ

Empregado presentemente só como combustível, fabricou-se gaz num volume de 92.035.100 metros cubicos, por mistura de 57,3% de gaz de carvão e 42,7% de gaz de agua carburetado, com o poder calorifico, em média, de 4.335 calorias por metro cubico, a 0° e 760 milímetros.

Das 98.720 toneladas de carvão destilado para essa produção, foram empregados 3.161 de carvão nacional.

A rede de canalizações teve um acrescimo de 27.423 metros lineares, o numero de consumidores cresceu de 5.637 e o volume consumido aumentou de 6.327.882, sobre as grandezas correspondentes em 1934, tendo sido o preço unitario de \$438,03.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

É fato de elementar compreensão, podendo ser facilmente apreendido, a diversidade de soluções que demandam os assuntos suscitados na esfera de ação dos serviços de agricultura.

O estado de economia e de técnica, as condições de transporte, os hábitos da vida e do trabalho agrário são obstáculos que obrigam a caminhar com precaução para evitar os ensaios mal sucedidos, que matam o estímulo e geram a desconfiança. Diante dessa conduta prudente, costuma-se, algumas vezes, taxar de morosa ou insuficiente a atividade do poder público. Postos de lado, mesmo, os entraves de ordem técnica e financeira, a verdade, porém, é que, tratando-se de um aparelhamento complexo, necessitado de coordenação, os resultados compensadores dependem, frequentemente, dos esforços conjugados da União e dos Estados.

Cumprе ressaltar, ainda, que as dotações habitualmente consignadas a qualquer dos ramos da ação administrativa do Ministério da Agricultura

ficam aquém das necessidades, não permitindo fazer sinão ensaios, remodelações parciais, aquisição moderada de meios para o aperfeiçoamento dos serviços.

Dependendo os progressos, nas culturas vegetais, de sementes selecionadas e maquinas aperfeiçoadas para beneficiar os produtos; na pecuaria, de custosas aquisições de exemplares puros que melhorem os rebanhos; e, nas explorações minerais, de maquinaria e utensilios de alto custo, além de tecnicos bcn pagos e numerosos, facil se torna avaliar os esforços e tempo indispensaveis para a obtenção de resultados que exigem repetidas experimentações e pesquisas continuadas.

Muito se tem feito, todavia. Os indices de melhoramento da produção vegetal, animal e mineral, mostram-se expressivos e animadores, como se verá no decorrer desta exposição.

I

O plano de trabalho que o Ministerio da Agricultura vem executando, embora não composto de maneira expressa e clara, transparece, em seus grandes lineamentos, através da ultima reforma por que passou esse departamento, e dos principios que a nortearam, constituindo dois objetivos fundamentais:

1º. Garantir á tecnica federal, por força de lei, uma indiscutivel ascendencia sobre a dos Estados e a da iniciativa privada.

2º. Assegurar a organização e a continuidade de execução coordenada dos programas que por ela fossem predeterminados, mediante seu deslocamento do campo da administração propriamente dita para o dos Conselhos Tecnicos.

Para isso, foi o Ministerio dividido em tres grandes departamentos destinados a atender aos

tres reinos classicos da natureza — mineral, vegetal e animal — instituindo-se, desde logo, alguns Conselhos: o Tecnico da Produção, os Tecnicos Auxiliares, o Florestal, o de Expedições Cientificas e o de Caça e Pesca. Cada departamento passou a constituir um nucleo ministerial autonomo, com a sua diretoria geral, a sua secção de expediente e contabilidade, o seu instituto de pesquisas científicas e o seu serviço de fomento. Foram criadas tres diretorias autonomas, subordinadas imediatamente ao Ministro — a de Expediente e Contabilidade, a de Estatistica da Produção e a de Organização e Defesa da Produção.

Até agora, esse plano de amplas e seguras proporções só pôde ser desenvolvido parceladamente. Restituído o país ao regime constitucional e faltando ao Governo meios para dar-lhe execução completa, terá de ser limitado a um minimo de realizações ou modificado em parte, de acôrdo com as necessidades dos serviços e observações da experiencia.

Isso posto, passemos em sucinta revista as atividades do Ministerio da Agricultura, dentro da orientação traçada e nos seus aspectos essenciais:

1. Ensino.
2. Pesquisa e Experimentação.
3. Defesa Sanitaria.
4. Fomento da Produção.
5. Organização e Defesa da Produção.

1 — ENSINO

Em materia de ensino tecnico de agronomia e veterinaria e de ensino profissional, o Ministerio atua:

1º. Mediante execução das leis federais que lhe asseguram a faculdade de organizá-lo e discipliná-lo em virtude do registo dos diplomas respectivos, indispensavel ao exercicio das funções, e dos cargos reservados aos agronomos e veterinarios.

2º. Pela manutenção da Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinaria, da Escola Agricola de Barbacena e de 10 Aprendizados Agricolas, situados no Pará, na Paraíba, em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O ensino das escolas superiores melhorou de maneira sensivel, no decurso de julho de 1934 a dezembro de 1935.

A Escola Nacional de Agronomia foi dotada de valiosos laboratorios e instalações que asseguram um padrão de ensino cada vez mais elevado, merecendo referencia especial os seus novos gabinetes de fisica, de botanica, de entomologia e de fito-patologia e os laboratorios de

química agrícola e de solos, modelarmente aparelhados.

Na de Veterinária, embora não tivesse havido melhoria de material, obteve-se um resultado mais apreciável pelo número de excursões efetuadas, inclusive uma de grande proveito que se estendeu á Argentina.

O ensino da Escola Agrícola de Barbacena foi igualmente ampliado pela aquisição de material e reforma das instalações, cogitando-se atualmente de construir novo edificio para o internato.

Quanto ao dos aprendizados, a inspeção neles efetuada revelou algumas falhas sensíveis, principalmente no tocante á orientação tecnico-agrícola. Dos 10 aprendizados mantidos pela União, apenas os de Paraíba e Alagoas são completamente satisfatórios.

Segue-se o quadro das matriculas e conclusões de cursos, nos anos de 1934 e 1935:

Escola Nacional de Agronomia

Anos	Matriculas	Diplomados
1934.....	59	12
1935.....	52	18

Escola Nacional de Veterinaria

Anos	Matriculas	Diplomados
1934.....	120	16
1935.....	98	30

Na Escola Agrícola de Barbacena e nos Aprendizados Agrícolas, o numero de matriculas, em 1935, era o seguinte:

Estabelecimentos	Numero de alunos
E. A. de Barbacena.....	284
A. A. do Acre.....	58
A. A. do Pará.....	137
A. A. da Paraíba.....	156
A. A. de Pernambuco.....	115
A. A. de Alagoas.....	98
A. A. de Sergipe.....	111
A. A. da Bahia.....	177
A. A. do Rio de Janeiro.....	—
A. A. de Minas Gerais.....	119
A. A. do Rio Grande do Sul.....	170

VULGARIZAÇÃO TECNICA

Tendo em vista a imediata utilidade dos conhecimentos agrícolas, que não devem ficar adstritos aos institutos de ensino, mas estender-se, penetrando as mais vastas camadas de população rural, carecedoras, pelo geral, de noções praticas sobre amanho das terras e industrialização progressiva das culturas, o Ministério promoveu reuniões, assembleias e exposições, realizando, na medida do possivel, semanas ruralistas, semanas de sementes e outros certames. Para isso, contou com o auxilio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Federação Rural do Rio Grande do Sul e da Escola de Viçosa, registando exitos que justificam mais amplo emprego desses processos de vulgarização dos conhecimentos científicos e praticos, applicados á agricultura.

As escolas são centros mais apropriados para esses trabalhos de vulgarização, conforme se tem observado em Viçosa, da mesma forma que os campos de demonstração e de cooperação constituem o sistema de maior aproveitamento, quando se trata de fomentar a produção.

CUSTO E EFICIENCIA

Analizando o custo e o rendimento do ensino mantido pelo Governo Federal, chegamos a resultados dignos de atenção.

ENSINO SUPERIOR

Escola Nacional de Agronomia.....	1.885:309\$000
Escola Nacional de Veterinaria.....	659:800\$000
Custo total.....	2.545:109\$000

Escola Nacional de Agronomia

VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO	CUSTO MEDIO POR ALUNO DIPLOMADO
1.885:309\$000	68	27:725\$132	110:900\$529

Escola Nacional de Veterinaria

VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO	CUSTO MEDIO POR ALUNO DIPLOMADO
659:800\$000	98	6:732\$653	21:993\$333

ENSINO MEDIO

Escola Agricola de Barbacena

VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO
605:600\$000.....	60	10:091\$600

ENSINO ELEMENTAR

APRENDIZADOS AGRICOLAS	VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO
A. A. do Acre.....	296:200\$000	58	5:106\$890
A. A. do Pará.....	283:200\$000	137	2:067\$000
A. A. da Paraíba.....	279:200\$000	156	1:789\$730
A. A. de Pernambuco.....	374:200\$000	115	3:253\$913
A. A. de Alagoas.....	284:200\$000	98	2:900\$000
A. A. de Sergipe.....	334:200\$000	111	3:010\$900
A. A. do Rio de Janeiro.....	294:200\$000	—	—
A. A. da Bahia.....	439:200\$000	177	2:481\$350
A. A. de Minas Gerais.....	386:200\$000	119	3:245\$000
A. A. do Rio Grande do Sul.....	288:200\$000	170	1:695\$294

2 — PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO

Depois do ensino, o Ministerio tem como tarefa de sobrelevante importancia a pesquisa e a experimentação.

Para executá-la, no que diz respeito á produção de materias primas e substancias alimenticias, o Governo Federal possui os seguintes órgãos centrais:

1. Serviço Geologico e Mineralogico (D. N. P. M.)
2. Laboratorio Central da Produção Mineral (D. N. P. M.).
3. Instituto de Quimica Agricola (D. N. P. V.).
4. Instituto de Biologia Vegetal (D. N. P. V.).
5. Instituto de Biologia Animal (D. N. P. A.);

e dispersos pelo país:

1. Rio de Janeiro — Estação Biologica de Itatiaia.
2. Paraná — Estação Experimental de Cereais e Leguminosas.
3. Rio de Janeiro — Estação Experimental de Cana de Açucar de Campos.
4. Pernambuco — Estação Experimental de Cana de Açucar de Curado.
5. Rio Grande do Norte — Estação Experimental de Plantas Texteis em Seridó.
6. Paraíba — Estação Experimental de Plantas Texteis em Alagoinha.

7. Pernambuco — Estação Experimental de Plantas Texteis em Surubim.

8. São Paulo — Estação Experimental de Café em Botucatú.

9. Minas Gerais — Estação Experimental de Café (em instalação).

10. Distrito Federal — Estação Experimental de Pomologia em Deodoro.

11. Distrito Federal — Estação Experimental de Agrostologia em Deodoro.

12. Minas Gerais — Estação Experimental de Sericicultura em Barbacena.

13. São Paulo — Laboratorio Central do Serviço Técnico do Café.

14. Paraíba — Laboratorio de Fibras em João Pessoa.

15. Distrito Federal — Laboratorio de Pomologia em Deodoro.

Além desses a União mantém, em acôrdo com os Estados, mais os seguintes:

1. Ceará — Estação Experimental de Plantas Texteis em Santo Antonio.

2. Pernambuco — Estação Experimental de Plantas Texteis em Vila Bela.

3. Alagoas — Estação Experimental de Plantas Texteis em União.

4. Sergipe — Estação Experimental de Plantas Texteis em Quissamã.

5. Baía — Estação Experimental de Plantas Texteis em Entre Rios.

6. Minas Gerais — Estação Experimental de Plantas Texteis em Sete Lagoas.

7. Paraíba — Estação Experimental de Fruticultura Tropical em Espirito Santo.

8. Pernambuco — Estação Experimental de Fruticultura Tropical (em instalação).

9. Minas Gerais — Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Caldas.

10. São Paulo — Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Jundiaí.

11. Pernambuco — Estação Experimental de Viticultura e Enologia (em instalação).

12. Baía — Estação Experimental de Viticultura e Enologia (em instalação).

Cumpre registrar, como resultados praticos das atividades desses institutos, o seguinte movimento de estudos, analyses, produção de sementes, mudas e vacinas:

1. SERVIÇO GEOLOGICO E MINERALOGICO

a) Estudo geologico, levantamento topografico e determinação de coordenadas geograficas no Territorio do Acre, tendo por fim a pesquisa de petroleo; no Gurupí, com o fim principal de estudar as formações auríferas; no Estado do Pará, nas regiões de Monte Alegre e Alenquer.

b) Em Pernambuco, estudo da possibilidade de agua subterranea em Goiana; no mesmo Estado, a abertura de galerias filtrantes, na extensão de 50 metros, com a secção de $1^m,80 \times 1^m,20$ no lugar denominado Gameleira, municipio de Novo Exú.

c) Estudos geologicos e levantamentos topograficos nos seguintes Estados: Baía (folha de Bonfim); Sergipe, Minas Gerais (municipios de Patos, Patrocinio e folha de Ouro Preto); Paraná (Rio Avaí e margens); Santa Catarina e Goiaz.

d) Inventario dos bens do Serviço, que montam a 853:897\$800.

2. LABORATORIO CENTRAL DE PRODUÇÃO MINERAL

a) Trabalhos analiticos: 1.032 analises de substancias minerais, com um total de 2.486 dosagens de elementos diversos. A maioria das analises foi requisitada pelos Serviços do Departamento, principalmente pelo Serviço de Fomento da Produção Mineral, continuando, mediante taxação modica, segundo tabela aprovada pelo Ministro, a se executarem trabalhos para particulares.

b) Diversos estudos de natureza tecnica ou cientifica, visando o aperfeiçoamento de metodos analiticos e a solução de problemas de interesse industrial.

3. INSTITUTO DE QUIMICA AGRICOLA

a) Estudo de adubações economicas, sobretudo da produção citricola na Baixada Fluminense, que já decresce por deficiência alimentar. A correção racional desse inconveniente depende de investigações sobre a retenção dos adubos pelo sólo ou sobre a inutilização, também por condições peculiares aos varios sólos, do acido-fosforico.

b) Estudos dos inconvenientes notados na produção citricola, no que respeita aos frutos secos, atribuidos em grande parte á deficiência alimentar, em que o fosforo parece desempenhar papel saliente. De modo geral, as adubações fosforadas estão sendo objeto de pesquisas, tanto nos laboratorios como no campo. Tais experiencias, algumas com a duração de quatro para cinco anos, estão sendo realizadas nas propriedades agricolas dos drs. Guilherme Weischenk e Rubem Farrulha.

c) Estudo do enriquecimento dos sólos nacionais em humus, por meio de adubações verdes. Os resultados até agora obtidos foram coroados de pleno exito, no tocante á quantidade de materias organicas e nitro-

genicas incorporadas ao solo. O que resta investigar é o lado economico, sem o qual não pode haver sua aplicação remuneradora.

d) Investigações em torno do fornecimento de alimentos minerais ás plantas, afim de estabelecer, com rapidez e segurança, criterios de fertilidade e dados para adubação. Essas questões estão também sendo encaradas do ponto de vista microbiologico, no que se refere á destruição da materia organica do sólo, que é rapidissima, entre nós.

4. INSTITUTO DE BIOLOGIA VEGETAL

a) Trabalhos experimentais de anatomia vegetal, fisiologia vegetal e de biologia vegetal, estes notadamente na Estação Biologica de Itatiaia.

b) Classificação pela secção de Entomologia de suas coleções de insetos e realização de algumas excursões a Goiaz, Rio de Janeiro e São Paulo, além da aquisição de uma notavel coleção de insetos, em São Paulo — a coleção Melser — com 25.000 insetos.

c) Pesquisas pela Secção de Fitopatologia sobre molestias verificadas no ca-

feeiro, laranjeira e mamoeiro, e preparo de um interessante programa, já executado, para o Congresso de Fitopatologistas, cujos resultados foram muito apreciáveis, graças ao comparecimento de técnicos da Capital e dos Estados, e realização de um proveitoso curso de extensão Universitária.

A seção de Genética, por deficiência de instalação e impropriedade de local, não pôde ainda oferecer resultados dignos de nota. O mesmo se verifica com a de Ecologia, desprovida de redes de observações meteorológicas e outros recursos técnicos.

O Instituto não tem podido alcançar os objetivos fixados para as seções de que se compõe, entre as quais algumas de relevante importância, destinadas aos trabalhos de pesquisas agronômicas, tais como: a de Genética, Entomologia, Fitopatologia e Ecologia, principalmente por falta de técnicos especializados e instalações adequadas. A sua produção carece, por isso, de interesse.

O Instituto, que mantém intenso intercâmbio de trabalhos com os seus congêneres de todo o mundo, iniciou a publicação de uma revista especiali-

zada, *Rodriguesia*, e prosseguiu na dos seus *Arquivos*, de consideravel valia cientifica.

5. INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL

a) Trabalhos experimentais, entre outros relativos ao estudo da febre aftosa, ficando para esse fim concluida uma nova instalação dotada de meios de isolamento conveniente.

b) Estudo relativo á raiva dos herbívoros, chegando-se a resultados positivos no que respeita aos agentes transmissores, pela verificação de que o morcego hematofago é o principal deles. Embora o estudo seja de iniciativa dos veterinarios Alvaro Sales, Silvio Torres e do medico Esperidião de Queiroz Lima, só em 1935 atingiu conclusões precisas, por demonstrações praticas. Esse feito científico é de alta significação economica, porque facilitará a erradicação da raiva nos Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e de outros pequenos fôcos.

c) Produção de sôros e vacinas — 1.668.273 doses de vacinas em 1935, exclusive a produção de vacina anti-aftosa, de preparação ainda sujeita a estudos experimentais.

Resumo da produção do Instituto, de junho de 1934 a 31 de dezembro ultimo:

Produto	Numero de doses	Valor
Vacina anti-rabica.....	44.191	17:686\$400
» contra a pneumo-enterite.....	225.450	45:090\$000
» » o carbunculo-hematico...	446.760	67:014\$000
» » o carbunculo sintomatico.	872.050	130:807\$500
» » a Borreliose.....	16.672	3:334\$000
» » a Pausteriose das aves...	29.100	2:910\$000
» » o epiteloma.....	34.050	3:405\$000
Soro » a pneumo-enterite.....	190 20 cc.	570\$000
» para reacção de Ascoli.....	590 5 cc.	885\$000
» contra o garrotilho.....	1.240 20 cc.	3:720\$000
» normal do cavalo.....	30	90\$000
Tuberculina.....	5.883	8:824\$500
Maleina.....	3.525	5:287\$500
Antigeno para B. abortus.....	700	35\$000
» » B. melitensis.....	700	35\$000
» colorido para pulcrose.....	65 tubos	325\$000

Com alguns desses orgãos de pesquisa e experimentação, de julho de 1934 até dezembro de 1935, o Governo dispendeu recursos de grande vulto, multiplicando suas condições de eficiencia.

O Laboratorio Central da Produção Mineral foi remodelado, reorganizando-se os gabinetes de isico-quimica e espectrografia e adquirindo-se maior parte do aparelhamento necessario aos ensaios metalurgicos e tratamento de minerios e combustiveis.

O gabinete de espectrografia foi dotado de aparelhos para micro-pesquisas pelos raios X e pes-

quisas de estrutura cristalina de metais e ligas metálicas, e para estudos dos métodos espectrais de análises quantitativas e determinação do pH das águas e soluções salinas.

Construiu-se um pavilhão para o laboratório de ensaios metalúrgicos, no qual se prossegue na montagem de maquinaria para o tratamento de minérios de ouro, compreendendo uma instalação completa para a lavagem de aluviões auríferas argilosas, com a capacidade de 1,5 a 2 toneladas por hora; uma instalação para a britagem e moagem de minérios auríferos e auro-argentíferos, sua classificação posterior e concentração em mesas fixas ou oscilantes, ou por "flutuação" e "jigs"; e uma instalação Krupp Grusonwerk, moderna, completa, para a cianetação.

Está em montagem o aparelhamento necessário ao estudo das rochas bituminosas, piro-bituminosas e linhitos, visando-se o seu aproveitamento para a produção de gasolinas, óleos e sub-produtos, por destilação e hidrogenação.

A organização dessa secção se impôs para o exato estudo das possibilidades industriais dos nossos depósitos de rochas oleíferas.

Prosseguiram os trabalhos das instalações destinadas á Estação Experimental de Cana de Açúcar, em Curado, que ficará sendo um estabelecimento modelar no genero e onde foram invertidos, de 1934

a 1935, os recursos financeiros na importancia de 656:392\$, assim distribuidos:

Edificios.....	385:000\$000
Linha de força.....	53:392\$000
Maquinaria agricola.....	108:000\$000
Material.....	80:000\$000
Diversas despesas.....	30:000\$000
Total.....	656:392\$000

Em 29 de abril de 1935, lançou-se a pedra fundamental das instalações da Estação Experimental de Café, de Botucatu, no Estado de S. Paulo, cujos serviços deverão aplicar-se exclusivamente no desenvolvimento da cultura racional do café. Daquela época até hoje, os gastos efetuados com as respectivas obras elevam-se a 865:341\$, assim distribuidos:

Construção e reforma de edificios.....	613:000\$000
Usina hidro-elétrica.....	56:453\$000
Material de laboratorio.....	57:174\$000
Maquinaria agricola.....	29:106\$000
Construção ferroviaria.....	52:000\$000
Diversas despesas.....	57:608\$000
Total.....	865:341\$000

3 — DEFESA SANITARIA

Em grau de importancia, após o ensino e a experimentação, segue-se a defesa sanitaria, que a União exercita através dos Departamentos de Produção Vegetal e Animal.

A ação mais proficua dos serviços federais de defesa sanitaria e de fiscalização das exportações

é desenvolvida pelo Ministerio nos centros de exportação de materias primas e produtos alimenticios e nos portos de importação de vegetais e partes de vegetais e animais.

A Diretoria de Defesa Sanitaria Vegetal atua pelos seguintes órgãos regionais:

1. Capital Federal....	Inspetoria anexa á Diretoria.
2. Pará.....	Inspetoria de Defesa Sanitaria de Belém.
3. Pernambuco.....	» » » » » Recife.
4. Baía.....	» » » » » do Salvador.
5. São Paulo.....	» » » » » de Santos.
6. Rio de Janeiro.....	» » » » »
7. Rio Grande do Sul.	» » » » »

Mantém, igualmente, serviços de inspeção nos portos de Manaus e Corumbá.

A defesa sanitaria animal se exercita pelas seguintes inspetorias:

1. Pará.....	Inspetoria regional de Belém.
2. Ceará.....	» » » Fortaleza.
3. Pernambuco.....	» » » Pernambuco.
4. Baía.....	» » » do Salvador.
5. Minas Geraes.....	» » » de Belo Horizonte.
6. São Paulo.....	» » » Barretos.
7. Rio Grande do Sul.	» » » Porto Alegre.

No atinente á defesa sanitaria, o que se tem conseguido fazer nos dois departamentos é muito pouco, relativamente ao que o Ministerio ainda deve realizar. Já estão encetadas duas grandes campanhas de capital interesse para os nossos agricultores: as de combate á saúva e á raiva.

Quanto á primeira, não se quís passar á pratica sem um previo exame do plano a seguir. Os estudos feitos para isso consistiram:

1º, na realização de um concurso nacional de ingredientes e processos de extinção de formigueiros;

2º, no levantamento estatístico e cartografico das tres grandes zonas em que se dividiu o país e suas subdivisões, com indicação aproximada do numero de formigueiros a extinguir.

O concurso, de extremo rigor, consistiu no tratamento de formigueiros de diferentes graus de desenvolvimento e colocados em terrenos de diversa posição e natureza, cabendo cinco a cada concorrente, tirados por sorteio dentro de cada classe. Abertos, um por um, e examinados, na presença do concorrente interessado e de outros, lavrava-se um termo descritivo da abertura. Durante os trabalhos, a comissão nomeada reunia observações de grande interesse. O relatorio por ela apresentado constitue um repositório de dados, informações e juízos técnicos de indiscutível valor.

Ao mesmo tempo que se processava o concurso, a comissão de combate á saúva recolhia os dados remetidos pelos prefeitos, autoridades municipais e escolares, e fazendeiros de todo o Brasil, sendo

digno de registrar-se que nenhum outro problema jamais despertou tanto interesse.

Quanto á do combate á raiva, com o credito especial de 300.000\$, votado pelo Poder Legislativo, organizou-se imediatamente, nas regiões atacadas, um serviço de proteção do gado, de extinção de morcegos hematofagos e fabricação intensiva de vacinas.

O plano de combate e erradicação da zoonose, elaborado pela Diretoria do S. D. S. A., com a colaboração da Diretoria Geral e do Conselho Técnico Auxiliar do D. N. P. A., compreende:

1. Vacinação sistemática dos rebanhos das zonas dominadas pelo mal.
2. Vacinação de emergencia para o caso de surtos mais violentos.
3. Combate aos agentes transmissores, especialmente ao morcego hematofago.

Para execução desse plano, além da colaboração, recomendada, de todos os serviços do Ministerio existentes nas regiões contaminadas, tomaram-se as seguintes providencias:

1. Organização de comissões locais de trabalho.
2. Instalação e reaparelhamento de laboratorios consagrados, exclusivamente, ao preparo da vacina anti-rabica, em Mato

Grosso, dos quais, dois fixos e um montado em chata de tração a vapor, e um em Santa Catarina, no município de Blumenau.

3. Transporte terrestre e fluvial rápido, tendo sido para isto adquiridos automóveis e lanchas para a distribuição de vacinas (lanchas para o Estado de Mato Grosso, onde as fazendas são servidas, em grande parte, por navegação fluvial).

4. Entendimento com os governos dos Estados, no sentido de auxiliarem a fabricação da vacina com o fornecimento dos animais que forem precisos, para o suprimento da massa nervosa necessária.

Entre as providencias imediatas e de carater mais amplo, que foram tomadas, ha a registrar:

1. Montagem de um laboratorio em S. Borja para o preparo da vacina.

2. Remessa de vacina, por avião, produzida nesta Capital e em Belo Horizonte.

3. Remessa desse produto, por via terrestre e maritima.

4. Criação de uma comissão que se encarregue, exclusivamente, do combate aos surtos de raiva naquele Estado.

Além do combate a essas pragas, consideradas de maior nocividade, têm os serviços de defesa sanitaria atuado contra as que atacam os plantios

de algodão, arroz e frutas citricas, e contra outros males que assaltam os estoques pecuarios, inclusive a imunização contra a *tristeza*, efetuada em 464 reprodutores bovinos importados da Europa e do Rio da Prata.

O Serviço de Defesa Sanitaria Vegetal, depois dos necessarios exames, desembaraçou, com a expedição de certificado de sanidade, os seguintes volumes de vegetais e partes de vegetais nos portos de:

	Volumes	Quilos	Plantas
Manaus.....	47.742	3.036.555	—
Belém.....	2.703	79.958	5
Recife.....	14.112	45.266.910	736
Salvador.....	4.965	154.491	118
Rio de Janeiro.....	1.787.610	311.740.368	3.901
Santos.....	4.881.581	326.354.690	8.031
São Francisco.....	1.409.936	32.215.364	10.504
Rio Grande.....	19.019	2.914.915	2.228
Porto Alegre.....	2.406	2.106.086	127
Corumbá.....	250	19.051	34
Total.....	8.169.982	721.876.478	26.284

Dentro do mesmo periodo expediu, para fins de exportação, certificados de sanidade referentes a vegetais e partes de vegetais nas quantidades e portos seguintes:

	Volumes	Quilos	Plantas
Belém.....	461	26.338	122
Recife.....	488.141	26.797.044	1.167
Salvador.....	8.018	480.740	247
Rio de Janeiro.....	69.107	3.764.120	11.147
Santos.....	294.510	16.041.224	10.758
Paranaguá.....	33.818	128.136	—
São Francisco.....	10.071	390.787	24
Rio Grande.....	193.195	9.826.200	—
Porto Alegre.....	1.121.857	66.824.849	12
Total.....	2.219.178	365.452.438	23.477

O mesmo serviço inspecionou em todo o território nacional, para o efeito de comercio de exportação de produtos vegetais, 4.218 estabelecimentos agricolas, na forma do seguinte quadro:

Belém.....	48
Recife.....	16
Salvador.....	60
Rio (S. Gonçalo, Campo Grande, Nova Iguassu, Rio).....	3.023
Paranaguá.....	390
São Francisco do Sul.....	93
Rio Grande.....	156
Porto Alegre.....	425
Corumbá.....	7
Total.....	4.218

O Serviço de Defesa Sanitaria Animal, através de suas inspetorias, realizou, em 1935, 49.846 visitas de inspeção e distribuiu, em 1935, vacinas, sôros e outros produtos imunizantes, na seguinte quantidade:

	Doses
Vacinas.....	2.713.052
Sôros.....	29.648
Tuberculina.....	3.235
Maleina.....	1.310
Antigenos para aglutinação.....	65
Produtos diversos.....	8.380

4 — FOMENTO DA PRODUÇÃO

Para o fomento da produção, o Ministerio mantém os seguintes órgãos centrais:

Na Capital Federal:

- Serviço de Fomento da Produção Mineral.
- Serviço de Fomento da Produção Vegetal.
- Serviço de Plantas Texteis.
- Serviço de Fruticultura.

Secção do Serviço de Irrigação, Colonização e Reflorestamento.

Serviço de Fomento da Produção Animal.

Em São Paulo:

Serviço Técnico do Café.

Esses departamentos atuam em toda a extensão do território nacional por intermedio de órgãos executivos regionais, salvo o Serviço de Fomento da Produção Mineral, que sempre opera pela sede central.

De julho de 1934 a dezembro de 1935, os órgãos regionais estiveram á disposição dos lavradores para a prestação da orientação tecnica que lhes fosse solicitada e coligiram e encaminharam aos serviços centrais respectivos os dados e informações que estiveram ao seu alcance.

Uma das atividades mais reprodutivas das inspetorias consiste na venda e no empréstimo de maquinas agricolas, na distribuição de sementes, estacas de cana, adubos, inseticidas e fungicidas. Os empréstimos de maquinas agricolas se fazem por intermedio dos campos de cooperação, valiosissimos agentes de estimulo e de vulgarização tecnica.

O material agricola, distribuido durante o ano de 1935, constando de arados, ceifadeiras, cultivadores, cortadores de forragens, charruas, debulhadores, extintores, enxadas, enxadões, foices, facões, grades de discos, grades de dentes, machados, pulverizadores, semeadeiras simples, duplas e com distribuição de adubos, sulcadores, etc., montou em

395.897\$000. Desse material, sómente chegaram a ser colocadas, entre os agricultores, maquinas no exíguo valor de 22.913\$390. As vendas se fizeram, a vista e em prestações, pelas Inspetorias e Sub-inspetorias, e as maquinas compreendidas pela importancia restante de 372.983\$610 foram empregadas na multiplicação dos campos de cooperação, cujo numero se elevou a 202.

O movimento de distribuição de sementes é o que consta deste quadro:

ESTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	NÚMERO DE AGRICULTORES ATENDIDOS	QUANTIDADE DISTRIBUÍDA
			Ks.
Pará.....	19	25	14.680
Piauí.....	11	47	1.983
Pernambuco.....	9	108	3.033
Baía.....	0	0	13.810
Minas.....	184	1.047	141.481
Rio.....	32	119	18.367
São Paulo.....	90	272	27.660
Mato Grosso.....	8	76	5.045
Paraná.....	33	778	19.332
Rio Grande do Sul.....	65	129	1.417
Amazonas.....	7	96	3.973
Maranhão.....	5	29	3.986
Ceará.....	30	127	14.834
Rio Grande do Norte.....	22	17	1.956
Paraíba.....	18	53	11.831
Alagoas.....	14	91	3.330
Sergipe.....	18	71	43.375
Espírito Santo.....	21	215	4.049
Goiás.....	36	172	11.260
Santa Catarina.....	29	530	15.101
	651	4.222	360.612

395.897\$000. Desse material, sómente chegaram a ser colocadas, entre os agricultores, maquinas no exíguo valor de 22.913\$390. As vendas se fizeram, a vista e em prestações, pelas Inspetorias e Sub-inspetorias, e as maquinas compreendidas pela importancia restante de 372.983\$610 foram empregadas na multiplicação dos campos de cooperação, cujo numero se elevou a 202.

O movimento de distribuição de sementes é o que consta deste quadro:

ESTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	NÚMERO DE AGRICULTORES ATENDIDOS	QUANTIDADE DISTRIBUÍDA
			Ks.
Pará.....	19	25	14.680
Piauí.....	11	47	1.983
Pernambuco.....	9	108	3.033
Baía.....	0	0	13.810
Minas.....	184	1.047	141.481
Rio.....	32	119	18.367
São Paulo.....	90	272	27.660
Mato Grosso.....	8	76	5.045
Paraná.....	33	778	19.332
Rio Grande do Sul.....	65	129	1.417
Amazonas.....	7	96	3.973
Maranhão.....	5	29	3.986
Ceará.....	30	127	14.834
Rio Grande do Norte.....	22	17	1.956
Paraíba.....	18	53	11.831
Alagoas.....	14	91	3.330
Sergipe.....	18	71	43.375
Espírito Santo.....	21	215	4.049
Goiás.....	36	172	11.260
Santa Catarina.....	29	530	15.101
	651	4.222	360.612

Os adubos e inseticidas distribuídos que, em 1934, não passaram de 5.902 quilos, atingiram, em 1935, a 20.351 quilos. A parte tipicamente de fornecida que, no ano de 1934, fôra de 3.725 quilos, em 1935 se elevou a 10.576 quilos.

O fomento no campo diferenciado das plantas textéis, no qual prepondera de maneira absoluta o algodão, opera-se por meio da Diretoria e de inspetores, sub-inspetores e ajudantes, com a seguinte distribuição:

Inspetores:

1. Paraíba;
2. Pernambuco;
3. Bahia;
4. Minas Gerais.

Sub-inspetores:

1. Ceará;
2. Alagoas;

Ajudantes:

1. Pará;
2. Sergipe;
3. Goiás.

O Serviço de Plantas Textéis efetuou ainda a distribuição de sementes, na forma do quadro seguinte:

	R\$.
Diretoria.....	7.590
Pará.....	19.470
Maranhão.....	11.161
Piauí.....	56.100
A transportar.....	<u>94.321</u>

	R\$.
Transporte.....	94.321
Ceará.....	229.958
Rio Grande do Norte.....	144.777
Paraíba.....	429.501
Pernambuco.....	20.305
Alagoas.....	191.250
Sergipe.....	131.157
Baía.....	35.243
Minas Gerais.....	1.057.876
Goiás.....	100.000
Total.....	2.434.388

O fomento da fruticultura é feito pela Diretoria e pelas tres secções tecnicas localizadas em Recife, Pernambuco; Deodoro, Distrito Federal; Santos, São Paulo. Os seus trabalhos se fazem em cooperação com os pomicultores, para melhoria dos seus pomares, e pelos campos de multiplicação de plantas frutícolas mantidos mediante acôrdo com os Estados. O Ministerio, como fomento da fruticultura, por enquanto só mantém serviços em acôrdo com os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, e em cooperação com diversas municipalidades e particulares.

No que concerne á vitivinicultura, tem dispensado assistencia tecnica e ministrado conhecimentos praticos em cinco municipios de Minas, dois do Estado do Rio, cinco em São Paulo e cinco no Rio Grande do Sul.

Os trabalhos de fomento do Serviço Tecnico do Café são feitos pelos campos experimentais e através de suas oito secções tecnicas estaduais, que prestam assistencia direta aos grandes e pequenos lavradores,

inspecionando-lhes as lavouras, ministrando-lhes ensinamentos praticos e distribuindo, a titulo de emprestimo, sulcadores, despoldadores e batedores.

No Departamento da Produção Animal, a atuação mais intensa, quanto ao estímulo da produção, traduz-se na compra de reprodutores de *pedigree* e distribuição de auxílios para transporte de animais e construção de silos e banheiros carrapaticidas. A orientação seguida tem sido a de comprar, no estrangeiro, reprodutores finos para os plantéis oficiais e para revenda aos criadores, especialmente aos já interessados em seleção pecuária, e a de adquirir destes ultimos os produtos melhores para revender aos que desejem iniciar aquela seleção. De julho a dezembro de 1934, foram importados, da Argentina, Uruguai e Europa, 532 reprodutores de diversas especies e adquiridos, no país, 341. Em 1935, de procedencia estrangeira, 329, e do país, 745.

Em auxilio aos criadores registados, o Ministerio da Agricultura applicou, durante o ano findo, 30:543\$200 para a construção de silos e 94:000\$ para a de banheiros carrapaticidas, dispendendo ainda 150:000\$ para auxiliar o transporte de reprodutores.

Até dezembro de 1935 existiam na Diretoria do Departamento Nacional de Produção Animal , 211 exemplares de diversas especies e, nas inspetorias regionais do serviço de fomento, 4.124.

**CUSTO TOTAL DA DIREÇÃO E DA ASSISTENCIA TECNICA
DOS SERVIÇOS DE FOMENTO**

NA CAPITAL FEDERAL.	PESSOAL	MATERIAL	TOTAL
S. F. P. Mineral.....	1.456.400\$000	1.250.000\$000	2.706.400\$000
S. F. P. Animal.....	207.000\$000	88.000\$000	295.000\$000
S. F. P. Vegetal.....	543.600\$000	1.347.900\$000	1.891.500\$000
Plantas Texteis.....	663.400\$000	247.900\$000	991.300\$000
S. Fruticultura.....	1.053.200\$000	355.000\$000	1.408.200\$000
<i>Lim. São Paulo:</i>			
S. T. do Café.....	1.034.200\$000	328.386\$000	1.362.586\$000

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FOMENTO

Balanceemos, a seguir, o que realmente produziram esses serviços, através de seus órgãos de execução direta.

PRODUÇÃO MINERAL

No campo da produção mineral, os trabalhos consistiram no estudo das possibilidades economicas de algumas de nossas jazidas de ouro, níquel, chumbo, prata, cromo, mica e bauxita.

Esses estudos significam muito, do ponto de vista da quantidade e em confronto com a superficie ainda não explorada do país. Constituem, por outro lado, contribuição valiosa que, utilizada industrialmente, poderia proporcionar resultados bastante compensadores.

Em proveito direto da iniciativa particular, atraída para a produção mineral, a ação do Mi-

nisterio consistiu em 1.032 analyses e dosagens de substancias minerais, e na assistencia tecnica prestada por 16 engenheiros a 14 empresas de mineração e aos seguintes governos estaduais: Pernambuco, Alagôas, Baía, Minas e São Paulo.

As empresas particulares atendidas foram:

Baía:

Turfa de Maraú.

Minas Gerais:

Minas de Serraria.

Mina de ouro em S. G. do Sapucaí.

Usina de Açucar Porto Real.

Mina Juca Vieira, Caeté.

Exploração do ouro em Lagôa Dourada.

Companhia Bitumita.

Minas de Zirconio, Poços de Caldas.

Exploração de Mica, Peçanha.

Paraná:

Mina Timbutuva.

Rio Grande do Sul:

Minas de Chumbo de Furnas.

Minas de Pirita em Ouro Preto.

Companhia de ouro de Lavras.

A par desses auxilios, o Ministerio tem, das suas 25 sondas, emprestadas a governos e empresas particulares, as seguintes:

1. Sonda n. 4 — Cia. Bras. de Petroleo Cruzeiro do Sul.

2. Sonda n. 5 — Cia. União de Passagem.
3. Sonda n. 8 — Cia. Carbonifera em Butiá.
4. Sonda n. 9 — Cia. de Morro Velho.
5. Sonda n. 10 — Estado de Sergipe.
6. Sonda n. 13 — Estado de Minas Gerais.
7. Sonda n. — Estado de Alagôas.

Si considerarmos que a fase mais ingrata da exploração mineral, pela incerteza de seus resultados, é a da sondagem das jazidas, conviremos em que o empréstimo de uma sonda de valor medio de 500.000\$ representa real e poderoso auxilio.

O Serviço de Fomento da Produção Mineral colaborou diretamente nos trabalhos relativos á pesquisa do petroleo, sobretudo na expedição do Acre, realizando ainda estudos de grande valor sobre as jazidas oleíferas de Maraú, na Baía, e, atendendo ás solicitações do Governo de Alagôas, para verificação de occurrencias petrolíferas no poço Riacho Doce.

Em relação ao níquel, minerio cujo valor cresce cada dia, foram realizados varios trabalhos, constando os seus resultados de um volume publicado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e do qual ressaltam os estudos feitos das jazidas de S. José de Tocantins, em Goiás, consideradas como um dos maiores reservatorios deste minerio no mundo.

PRODUÇÃO VEGETAL

No Departamento Nacional da Produção Vegetal, o estímulo pratico da produção se exercita por

intermedio de campos de sementes, hortos florestais, campos experimentais de café, campos de cooperação e campos de demonstração, ora diretamente, ora por acôrdo com os Estados e com os particulares.

O serviço do fomento, propriamente dito da produção vegetal, mantém dez campos de sementes a saber:

1. Pará, Tracuateua.....	fumo.
2. » Cametá.....	cacau.
3. Ceará, Barbalha.....	cana de açúcar.
4. » Guaiúba.....	cereais e leguminosas.
5. Sergipe, Aracajú.....	coqueiros.
6. Baía, S. G. dos Campos.....	fumo.
7. Rio de Janeiro, Itacara.....	plantas oleaginosas.
8. São Paulo, São Simão.....	cereais e leguminosas.
9. Rio Grande do Sul, São Borja.	» » »
10. Minas Gerais, Sete Lagôas.....	» » »

Esses dez campos de sementes produziram em 1935:

1. Tracuateua.....	fumo.....	500 ks. de sementes.
2. S. G. dos Campos..	»	400 ks. de sementes.
3. Cametá.....	cacau.....	20.200 mudas.
4. Aracajú.....	coqueiros..	19.349 »
5. Itacara.....	plantas ole- aginosas.	15.305 ks. de mamona.
6. Barbalha.....	cana de açúcar...	200.000 ks. de estacas.
7. Guaiúba.....	{ cereais e legumi- nosas.	{ 17.879 ks. de arroz. 6.135 ks. de milho. 1.440 ks. f. de porco. 88.579 ks. de diversos.
8. Sete Lagôas.....	{ cereais e legumi- nosas.	{ 94.916 ks. de milho. 79.326 ks. de arroz. 13.904 ks. de feijão. 10.508 ks. de mandioca. 8.198 ks. de batata. 11.370 ks. de adubo leguminoso.

9. São Simão.....	cereais e legumi- nosas.	61.023 ks. de milho. 4.343 ks. de arroz. 7.209 ks. de feijão. 1.602 ks. de adubo leguminoso.
10. São Borja.....	cereais e legumi- nosas.	1.605 ks. de cevada. 1.200 ks. de trigo. 690 ks. de centeio. 647 ks. de milho. 390 ks. de alpeste. 111 ks. de aveia. 72 ks. de arroz. 8.477 ks. de adubo leguminoso.

O Ministerio procura ainda estimular a produção através de campos de demonstração. No ano findo manteve, porém, apenas dois desses campos, pelo Serviço de Plantas Texteis, a saber: São Pedro, no Piauí, e João Pessoa, na Paraíba.

O Serviço de Plantas Texteis manteve a seu turno, e mediante acôrdo com os Estados, os seguintes campos de sementes:

Estados	Localidades
1. Pará.....	Santarém.
2. Maranhão.....	Coroatá.
3. Piauí.....	David Caldas. Dr. Sampaio. São Pedro. Teniano.
4. Ceará.....	Quixadá. Tres Lagoas. Missão Velha.
5. Rio Grande do Norte.....	Sacramento. Acarí.
6. Paraíba.....	Prudência. Patos.

Estados	Localidades
7. Pernambuco.....	Gloria de Goiatá. Correntes.
8. Alagoas.....	Porto Real. Sant'Ana do Ipanema. União.
9. Sergipe.....	São Paulo. Muribeca. Usina São Paulo.
10. Baía.....	Jacobina. Brumado. Iricê.
11. Minas Gerais.....	Pitangui. Uberlândia.
12. Goiás.	
13. Paraná.	

Os campos de sementes mantidos pela União, em acôrdo com os Estados, acusaram, em 1935, a seguinte produção:

Estados	Localidades	Sementes Ks.
1. Pará.....	Santarém.....	5.118
2. Maranhão.....	Coroatá.....	11.161
3. Piauí.....	David Caldas.....	11.016
	Dr. Sampaio.....	3.391
4. Ceará.....	Quixadá.....	16.500
	Tres Lagoas.....	9.084
	Missão Velha.....	26.355
5. Rio Grande do Norte.....	Sacramento.....	11.930
	Acarí.....	49.294
	Serra Verde.....	15.870
6. Paraíba.....	Pendência.....	16.507
	Patos.....	2.871
7. Pernambuco.....	Gloria do Goiatá.....	12.631
	Correntes.....	12.000
8. Alagoas.....	Porto Real.....	1.979
	Sant'Ana do Ipanema....	5.470

Estados	Localidades	Sementes Ks.
9. Sergipe.....	{ Muribeca.....	1.980
	{ São Paulo.....	469
10. Baía.....	{ Jacobina.....	11.000
	{ Brumado.....	5.554
11. Minas Gerais.....	{ Pitangui.....	24.527
	{ Uberlândia.....	37.393
	{ Sete Lagoas.....	26.192
	Total.....	318.292

O Serviço de Fruticultura efetua a distribuição de mudas e enxertos através de tres campos de propagação de plantas frutícolas, situados no Maranhão, Piauí e Ceará. Este trabalho está sendo desenvolvido com a instalação de mais cinco campos, nos Estados do Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná e Santa Catarina.

Os trabalhos efetuados nos campos experimentais do Serviço Técnico do Café, já instalados, que são os de Machado e Lavras, em Minas, e Pirajuí, em São Paulo, consistiram, por enquanto, na preparação do programa a executar no decurso deste ano de 1936.

O Serviço de Reflorestamento atua por meio dos seguintes hortos florestais: Ubajara, Ceará; Ibura, Sergipe; Lorena, São Paulo; Gavea, Distrito Federal.

O Horto de Ubajara, no Ceará, ainda não apresenta produção compensadora. O de Ibura, em Sergipe, teve o seguinte movimento:

Sementeira, 39 quilos de sementes de essências florestais; distribuição, 5.259 mudas; transplântio,

7.280 mudas e plantio de um bosque. As atividades do Horto de Lorena limitaram-se á organização de 30 sementeiras de diversas essencias e á plantação de 33.577 exemplares, numa área de 157.500 metros quadrados. O da Gavea, no Distrito Federal, teve, além do trabalho de classificação de novas especies, o seguinte movimento de mudas: produção, 210.650; distribuição, 198.650.

Os campos de cooperação, mantidos em acôrdo com os Estados e com os particulares, distribuem-se segundo o seguinte plano, onde se incluye a respectiva produção:

CAMPOS DE COOPERAÇÃO EM ATIVIDADE (1935)

ESTADOS	NUMERO DE CAMPOS	AREAS MEDIDAS (M ² .)
Amazonas.....	1	20.000
Pará.....	6	190.000
Maranhão.....	10	280.000
Piauí.....	10	420.000
Ceará.....	12	280.000
Rio Grande do Norte.....	7	440.000
Paraíba.....	30	2.110.000
Pernambuco.....	13	230.000
Alagoas.....	9	370.000
Sergipe.....	13	460.000
Baía.....	13	550.000
Espirito Santo.....	12	410.000
Rio de Janeiro.....	11	560.000
São Paulo.....	12	3.075.000
Paraná.....	12	890.000
Santa Catarina.....	14	401.000
Rio Grande do Sul.....	15	440.000
Minas Gerais.....	26	1.760.000
Goiás.....	16	480.000
Mato Grosso.....	12	275.000
Acre.....	5	80.000
Total.....	259	13.721.000

CAMPOS DE COOPERAÇÃO CONCLUÍDOS (1935)

ESTADOS	NUMERO DE CAMPOS	PRODUÇÃO (KS.)
Maranhão.....	1	6.000
Ceará.....	2	—
Paraíba.....	8	431.682
Pernambuco.....	1	180.000
Alagoas.....	2	7.259
Sergipe.....	1	13.080
Espírito Santo.....	3	248.700
Paraná.....	3	2.900
Santa Catarina.....	3	4.200
Rio Grande do Sul.....	5	5.903
Minas Gerais.....	8	75.227
Mato Grosso.....	4	11.496
Acre.....	1	38.400
Total.....	41	1.024.847

CAMPOS DE COOPERAÇÃO DO SERVIÇO DE PLANTAS TEXTEIS

ESTADOS	NUMERO DE CAMPOS	AREA CULTIVADA (HECT.)	PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO (KS.)
Ceará.....	35	863	129.924
Paraíba.....	39	835	283.020
Piauí.....	3	108	—
Rio Grande do Norte.....	26	515	—
Alagoas.....	4	20	—
Bahia.....	1	50	15.000
Minas Gerais.....	12	358	262.804
São Paulo.....	1	50	—
Goiás.....	6	31	—
Total.....	127	2.830	690.748

O animador resultado produzido por esse serviço de cooperação com os Estados e com os particulares, sobretudo no que respeita á Diretoria de Plantas Texteis, adquire um valor experimental de consideravel importancia, que cumpre aproveitar o mais possível.

PRODUÇÃO ANIMAL

O Serviço de Fomento da Produção Animal mantém contacto direto com os criadores do país, por meio das fazendas experimentais de criação, postos de monta e estações provisórias de monta.

Eis a distribuição das primeiras:

Estado	Cidade
1. Pernambuco.....	Tigipió.
2. Baía.....	Catú.
3. Rio de Janeiro.....	Pinheiro.
4. " " ".....	Santa Monica.
5. Goiás.....	Urutá.
6. São Paulo.....	São Carlos.
7. Mato Grosso.....	Campo Grande.
8. Minas Gerais.....	Pedro Leopoldo.
9. Paraná.....	Ponta Grossa.
10. Santa Catarina.....	Lages.

Os postos de monta se localizam em:

1. Pará.....	Sourc.
2. ".....	Cachoeira.
3. Paraíba.....	João Pessoa.
4. Sergipe.....	Ibura.
5. Baía.....	Arcia.
6. ".....	Barra do Rio Grande.
7. ".....	Bonfim.
8. ".....	Conquista.
9. ".....	Itaberaba.

10. Rio de Janeiro.....	Recende.
11. Minas Gerais.....	Juiz de Fora.
12. " ".....	Barbacena.
13. Goiás.....	Morrinhos.
14. São Paulo.....	Ribeirão Preto.
15. Paraná.....	Palmas.

Quanto às estações de monta, provisórias, serviço correspondente ao prestado pelos campos de cooperação do Departamento Nacional da Produção Vegetal, distribuem-se pela maneira seguinte: Inspetoria Regional de Tigipió, 66 animais, compreendendo oito Estados; Inspetoria Regional de Catú, 44 animais, compreendendo tres Estados; Inspetoria Regional de Pedro Leopoldo, 88 animais para o Estado de Minas Gerais; Inspetoria Regional em Barretos, nove animais para os Estados de São Paulo e Minas Gerais; Inspetoria Regional de Ponta Grossa, 83 animais para os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Inspetoria Regional do Rio Grande do Sul, 208 animais para todo o Estado.

5 — ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO

Ao lado do fomento propriamente dito da produção, o Ministerio da Agricultura tem como programa a organização das forças produtoras e a modernização dos seus processos de preparo, financiamento e venda de produtos, inclusive defesa de preços.

Para execução desse programa, existem igualmente duas diretorias: da Estatística da Produção

e da Organização e Defesa da Produção; a primeira, destinada a coligir e analisar os dados referentes aos fenomenos mensuraveis de nossa produção minero-rural, e a segunda, a organizar, sobre base cooperativa, todos os produtores do país, a partir de sindicatos locais.

O custo orçamentario desses dois órgãos centrais é o seguinte:

DIRETORIA DE ESTATISTICA DA PRODUÇÃO

1935

Pessoal.....	1.199:480\$000
Material.....	320:000\$000
Total.....	1.519:480\$000

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO

Pessoal.....	907:880\$000
Material.....	80:000\$000
Total.....	987:880\$000

ESTATISTICA DA PRODUÇÃO

A Diretoria de Estatistica da Produção vem trabalhando progressivamente e adaptando as suas atividades de modo proficuo ás condições do trabalho nacional e ás pesquisas de maior interesse no campo de economia, em geral.

Compreende-se que, sem o auxilio direto e constante do publico, nenhuma investigação estatistica pode apresentar resultados satisfatorios.

Antes de mais nada, impõe-se, portanto, intensa e eficaz propaganda nesse sentido, e essa foi feita, desde logo, de modo a permitir, em curto espaço de tempo, a organização de uma extensa rede de informantes idoneos e ativos, que, já em fins de 1935, compreendia 1.127 municípios.

Não fossem as reduzidas dotações orçamentarias consignadas para esse serviço, e a sua produtividade, já notável, teria tomado aspectos muito mais completos e interessantes.

A copiosa documentação recolhida e publicada em boletins periodicos e opusculos diversos demonstra que esse serviço se acha bem aparelhado e possui corpo tecnico competente e capaz de executar quaisquer trabalhos de informações e calculos estatisticos.

DEFESA DA PRODUÇÃO

O desenvolvimento do importante trabalho atribuido á Diretoria de Organização e Defesa da Produção não podia ser facil nem inicialmente rendoso, dentro dos amplos marcos de atividade que lhe foram fixados.

Quem quer que avalie as dificuldades inerentes á tarefa de coordenar e promover o trabalho coletivo num país de economia individualista secular, como é o nosso, reconhecerá depressa a resistencia dos obstaculos a vencer e os expedientes de propaganda a utilizar para se conseguir a or-

ganização, dentro do plano cooperativista, das nossas classes agrárias e produtoras.

Os resultados até agora obtidos são animadores.

Apezar da deficiência de pessoal nos Estados, onde o trabalho decorre moroso, foi possível pôr em funcionamento 115 consorcios profissionais cooperativos, 29 cooperativas profissionais, duas cooperativas sociais e uma federação de produtores de bananas.

As instituições organizadas de acôrdo com o decreto n. 23.611, de 20 de dezembro de 1933, são em numero de 117, distribuidas por 11 Estados e o Distrito Federal e, assim, classificadas: 82, de agrarios, 21, de proletarios, uma de profissões liberais e 13 de funcionarios. Deixam de ser relacionadas muitas que ainda não satisfizeram todas as exigencias legais, e impedidas, por isso, de adquirir personalidade juridica.

Na modalidade cooperativista, já conseguiram registo e funcionam regularmente 32 das 91 instituições organizadas, dependendo as 59 restantes do cumprimento de algumas diligencias em curso.

As caixas Raifeisen e os bancos Luzatti são atualmente em numero de 83, funcionando como cooperativas de credits, com bons resultados; 23 das primeiras, e 53 bancos, achando-se os demais em expediente para preenchimento de certas formalidades essenciais.

Como se verifica, a instituição das cooperativas de credito vai encontrando ambiente favoravel nas zonas rurais, principalmente onde predomina o regime da pequena propriedade.

Além da atuação mantida pelas diversas secções da D. O. D. P., o Ministerio cuida de defender e organizar a produção por intermedio de outros órgãos importantes, cujas atividades serão referidas nas rubricas dos respectivos serviços.

CONFERENCIA NACIONAL ALGODOEIRA

Em relação á lavoura de algodão, o fato de maior relevancia do ano findo foi a Conferencia Nacional Algodoeira, em São Paulo, por iniciativa do governo daquele Estado e com o patrocínio do Ministerio da Agricultura.

Considerando que o algodão envolve hoje vultosos interesses da nossa agricultura, e que seria oportuno tornar conhecidos de todos os Estados os excelentes resultados da tecnica aplicada ao seu cultivo em São Paulo, consequente dos esforços e pesquisas scientificas do Instituto Agronomico de Campinas, o Ministerio da Agricultura, "nacionalizando" aquele congresso, fez com que na capital paulista se reunissem tecnicos, agricultores e industriais de todo o país, os quais puderam, ao lado de importante exposição de produtos, maquinas e culturas, participar dos notaveis ensinamentos

e conselhos resultantes das 52 teses brilhantemente discutidas e 70 conclusões a que chegaram, todas de carater nacional.

Sem duvida, alcançou esta Conferencia, que foi aberta e encerrada pelo Ministro da Agricultura, os mais proveitosos resultados.

II

Já ficaram referidos, na primeira parte da presente exposição, os motivos que vêm impedindo o desenvolvimento completo e normal do plano estabelecido pela ultima reforma feita nos serviços do Ministerio da Agricultura. Na verdade, esses motivos são de ordem superior, principalmente os que se referem aos recursos financeiros, limitados, no momento, ás possibilidades do país. Cumpre, entretanto, encarar a situação como realmente se apresenta e procurar suprir as deficiencias mediante um oportuno e inteligente aproveitamento dos meios tecnicos e financeiros ao alcance da ação do poder publico.

Na demonstração oferecida pelo quadro comparativo das despesas dos serviços federais de agricultura e dos correspondentes estaduais, verifica-se que alguns Estados, pelo menos os de maior expansão economica — Pernambuco, Baía, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul — mantêm atividades

paralelas ás do Ministerio da Agricultura, sem qualquer articulação reciproca. Compreende-se facilmente que semelhante duplicidade de serviços e dotações não pode ser proveitosa, sob muitos aspectos, e que uma coordenação mais estreita e permanente, mantida nesse setor administrativo pela União e os Estados, será capaz, não só de produzir aperfeiçoamentos generalizados nos processos de trabalho, como também economia no seu custeio, atualmente tão elevado, em face dos resultados obtidos, si somarmos os recursos que de uma e outra parte lhe são consignados, perfazendo o total de 144.380:176\$000, conforme se vê do quadro anexo.

A solução mais aconselhavel e pratica consistiria, por conseguinte, em conservar, tanto quanto possivel, a organização e a legislação existentes, mas procurando associar serviços federais e estaduais de tal maneira que estes viessem a assegurar a execução regional e local do programa federal, mantida a coordenação geral da União.

**QUADRO COMPARATIVO DAS DESPESAS DO MINISTERIO
DA AGRICULTURA E SERVIÇOS CORRESPONDENTES
DOS ESTADOS**

SERVIÇOS	DESPESA TOTAL DA UNIÃO	DESPESAS DA UNIÃO NOS ESTADOS	DESPESAS DOS ESTADOS
Ensino Superior.....	2.545.109\$000	—	3.556.492\$000
» Medio.....	659.800\$000	659.800\$000	782.200\$000
» Elementar.....	3.259.000\$000	3.259.000\$000	2.905.364\$000
Institutos Científicos.....	5.102.600\$000	—	5.290.280\$000
Experimentação.....	4.624.399\$000	4.624.399\$000	21.332.582\$000
<i>Defesa sanitária:</i>			
Vegetal.....	1.796.237\$000	308.500\$000	255.660\$000
Animal.....	2.537.180\$000	1.991.900\$000	895.020\$000
<i>Fomento da produção:</i>			
Vegetal.....	14.208.978\$000	7.947.710\$000	21.323.057\$000
Mineral.....	2.706.400\$000	—	6.694.945\$000
Animal.....	4.030.743\$000	3.746.200\$000	12.111.816\$000
<i>Organização da produção:</i>			
Inspecção de produtos.....	4.276.200\$000	3.255.000\$000	2.048.100\$000
Classificação e padronização...	392.312\$000	2.357.310\$000	1.577.232\$000
Colonização.....	2.457.728\$000	2.152.928\$000	14.471.901\$000
Assistência ao cooperativismo..	1.137.880\$000	150.000\$000	445.000\$000
Publicidade agro-pastoril.....	244.461\$000	—	711.500\$000
Total.....	49.979.027\$000	30.452.747\$000	94.401.149\$000

E' isso precisamente o que se procura fazer.

Os primeiros ajustes que fixam essa orientação já foram realizados com os Estados de Minas Gerais e São Paulo para aplicação dos Codigos de Minas e de Aguas, de acôrdo, aliás, com o preceito constitucional que permite transferir aos governos locais o direito de autorizar e conceder, dentro dos respectivos territorios, a exploração de minas e quedas

dagua. Evitando, por um lado, a dualidade de serviços e garantindo, por outro, facil execução ás proprias atribuições federais, pela reserva ao Ministerio da Agricultura dos atos decisorios, de carater indelegavel, pode-se dizer que a União, no que respeita aos Codigos de Minas e de Águas, praticamente incorporou ás suas atividades os tecnicos e as verbas empregadas pelos referidos Estados nos trabalhos da mesma natureza.

Conduta identica poderá ser adotada para a articulação de todos os demais serviços atinentes á disciplina e desenvolvimento racional da produção de materias primas e alimenticias, que entram na esfera de ação do Ministerio da Agricultura e dos órgãos estaduais correspondentes. Não se trata de simples descentralização, com a transferencia de estabelecimentos federais aos Estados, como já se fez com reconhecido insucesso. Cogita-se, apenas, em distribuir uma tarefa de grande vulto e complexidade entre órgãos federais e estaduais, de maneira que permaneçam a cargo dos primeiros os serviços de efeitos gerais, e os que por eles se executem com maior eficiencia, e a cargo dos segundos os de efeitos regionais, mais diretamente ligados ao estímulo e orientação pratica da produção.

Isso posto, o ensino tecnico, sobretudo o superior, a pesquisa e a experimentação, a defesa sanitaria, a classificação e padronização de produtos etc. devem ficar sob a responsabilidade exclusiva

da União, que, para melhor execução de tais serviços, efetuará com os Estados acordos identicos aos já referidos. O ensino tecnico, especialmente o pratico, os campos de demonstração, de cooperação e de sementes, embora orientados pelos órgãos centrais de pesquisa e experimentação, devem ser entregues aos Estados, ainda que mediante subvenção federal. Essa é, também, a orientação que, em geral, se adota nos países federativos, notadamente naqueles cujo regime politico mais se assemelha ao nosso — a Argentina e os Estados Unidos.

O Governo já está autorizado pela lei 199, de 23 de janeiro deste ano, a efetuar com os Estados os acordos convenientes, devendo reunir-se, brevemente, nesta capital, para tratar do assunto, os Secretarios de Agricultura dos governos estaduais.

Passaremos, agora, a indicar as atividades projetadas que se relacionam com os diversos serviços a cargo do Ministerio da Agricultura.

1 — ENSINO

O ensino até aqui recebido pelos tecnicos brasileiros não apresenta a desejada eficiencia, salvo nas Escolas da União e nas de alguns Estados.

Reconhecendo-se no ensino tecnico a unica base segura para assentar a ação do Ministerio da Agricultura e órgãos correspondentes dos Estados, e o auxilio mais eficaz que se poderá prestar á ini-

ciativa de reerguimento e modernização dos nossos trabalhos agrícolas, pretende-se:

A — Reorganizar o ensino ministrado pela União, de maneira:

1) Que a Escola Nacional de Agronomia se transforme realmente em escola-padrão, pela aquisição de área bastante para eficiente desenvolvimento dos seus cursos práticos e a de Veterinária, pela montagem dos laboratórios e dependências indispensáveis.

2) Que se organize, com o aproveitamento de órgãos já existentes, e contrato de especialistas estrangeiros, um Instituto Nacional de Agronomia, destinado a preparar professores e técnicos especialistas, e no qual os técnicos do Ministério e dos Estados façam um estágio de revisão e aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

B — Contratar com os Estados de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul a distribuição de ensino equivalente ao federal, mediante condições que venham a ser ajustadas.

C — Contratar com os Estados da Baía e de Pernambuco ou da Paraíba, a criação imediata de escolas superiores de agronomia, com a utilização máxima dos

recursos hoje empregados nos Aprendizados ali existentes e de outros possíveis.

D — Auxiliar com o contrato de alguns professores habilitados, sobretudo para as materias de maior importancia, as escolas particulares de agronomia e veterinaria que, sendo subvencionadas pelos respectivos Estados, se reorganizem de acôrdo com as exigencias federais.

E — Intensificar os trabalhos de pesquisa e experimentação nas Escolas trazidas á coordenação federal, mediante contratos especiais de determinadas ordens de pesquisas e experimentações, sempre que conveniente, estabelecendo vinculos de ligação entre as Escolas e os Institutos de Pesquisas e Estações Experimentais.

F — Criar, no Departamento Nacional da Produção Mineral, cursos de especialização para formação de geólogos, petrografos, geofisicos, hidrologos, prospectores e metalurgistas.

Esse programa deverá ser excutado dentro das atuais possibilidades financeiras da União e dos Estados.

A separação dos antigos cursos reunidos de Agronomia e Veterinaria, em duas escolas distintas, pode ter sido ato acertado de um ponto de vista ri-

gorosamente tecnico, mas, dado o escasso interesse que no Brasil existe para essa especie de estudos, tal medida determinou, de maneira sensivel, a elevação do custo medio do aluno em curso e do aluno diplomado.

Para reduzir, como convém, esse custo, o Governo poderá:

a) anexar á Escola de Veterinaria o instituto de identica natureza, mantido pelo Ministerio da Guerra, no qual tambem se admitem alunos civis, solução essa mais recomendavel;

b) ou removê-lo para outro ponto do país, afim de acudir a necessidades de regiões desprovidas de ensino.

Seria aconselhavel, além disso, estudar um meio de atrair para a Escola Nacional de Veterinaria os alunos que hoje recebem ensino de eficacia duvidosa em estabelecimentos estaduais e particulares de aparelhamento didatico insufficiente.

VULGARIZAÇÃO TECNICA

Nesse importante setor de trabalho, pretende-se:

1. Dar o maximo possivel de intensidade ao programa de realização de semanas ruralistas, de sementes e de fazendeiros, nas escolas de agricultura.

2. Realizar exposições regionais e nacionais de produtos agrícolas propriamente ditos e pecuarios, sendo que a primeira grande exposição pecuaria deverá inaugurar-se, na Capital Federal, em junho proximo futuro.

3. Publicar uma revista sugestivamente ilustrada, na qual se divulguem conhecimentos uteis aos agricultores, inclusive planos de modernização e aformoseamento de suas casas e normas de economia domestica.

4. Subvencionar publicações identicas de iniciativa particular, uma vez que se conformem com a orientação do Ministerio.

2 — PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO

As experimentações e pesquisas assumem, nas atividades da produção vegetal e animal, um carater científico tão marcante e seguro, que, em todos os países bem organizados, os governos estão sempre atentos á ultima palavra dos estudos agrológicos e de edafologia. No campo da genetica aplicada são verdadeiramente admiraveis os resultados colhidos, mas, para isso, é preciso que não escape um pormenor sequer do que diz respeito á constituição dos sólos, reações quimicas e todos os

complexos fenomenos da bioquimica vegetal. Tudo isso conduz, indubitavelmente, á intensificação dos metodos e processos científicos no dominio da produção, criando variedades apropriadas ás qualidades do sólo e fazendo acompanhar as diversas fases do ciclo vegetal, da germinação á colheita, de modo que se recolham constantes ensinamentos.

As onze estações experimentais federais, de eficiencia muito reduzida pela carencia de genetistas e tecnicos possuidos da paixão pela pesquisa e pela experimentação, nada representam diante da tarefa, que urge empreender. Cumpre, pois:

1. Grupá-las, conjuntamente, com as 12 mantidas em acôrdo com os Estados e com as 30 custeadas sómente por estes, num total já consideravel de 53 centros de pesquisa e experimentação, sob a direção tecnica de um órgão central — Conselho Nacional de Pesquisa e Experimentações — que organize o programa dos trabalhos a efetuar, colija, analise, coordene os resultados obtidos e responda pela unidade e constancia dos esforços postos em ação.

2. Faz-se mistér ainda multiplicar as estações experimentais de algodão, trigo e vitivinicultura, criando para isso novos recursos sob a base de taxaço de produtos importados ou produzidos no

país, convindo que se incluam no orçamento verbas apreciáveis para subvenção de pesquisas e experimentos a se realizarem nas escolas oficiais e particulares.

3. Cogita-se ainda de criar estações de seleção do *induberaba* e do gado curraleiro nordestino, assim como da montagem de, pelo menos, duas grandes fazendas de criação de reprodutores, uma, no centro, e, outra, no sul do país, uma vez que os Estados mais interessados cooperem para esse fim com a União, sem desistir da importação de animais de alta prole.

4. O Conselho Nacional de Pesquisas e Experimentações deverá publicar uma revista no gênero do *Journal of Agricultural Research*, do *Experiment Station Record*, ambas de Washington.

A execução desse programa requer a iniciação de trabalhos preparatórios, intensivos, de instrução e educação técnicas, devendo o Governo chamar a esses cursos todos os técnicos federais e estaduais que se tenham mostrado acessíveis ao gosto pela pesquisa e pela experimentação.

No tocante aos gastos com obras e aparelhamento, prosseguir-se-á na conclusão da montagem das Estações de Curado, em Pernambuco; Bo-

tucatú, em S. Paulo; Coronel Pacheco, em Minas Gerais, assim como nas já mantidas por acôrdo, em Sete Lagoas e Caldas, em Minas Gerais, e Alagoinha, na Paraíba.

3 – DEFESA SANITARIA

No que se refere á defesa sanitaria, o programa a executar consiste:

1. No aumento do numero dos postos de inspeção de vegetais, visto que o Ministerio recebe constantes pedidos de dispensa de exame fito-sanitario de portos desprovidos de agentes efetivos desse serviço, sobretudo do Rio Grande do Sul.

2. Na sistematização do combate ás pragas que mais comprometem o valor economico da nossa produção vegetal, e sobretudo das que atacam o algodão e as frutas citricas, com aplicação rigorosa de sanções eficazes contra os pomicultores negligentes.

3. Na intensificação de produção e compra de inseticidas e fungicidas para revenda aos agricultores, bem como de aparelhos de combate, tudo nos termos dos arts. 4º e 6º do decreto n. 199, de 23 de janeiro.

4. Na criação de um tipo oficial de formicida, continuada, si possível, pela nacionalização da distribuição desse produto, como medida tendente a operar a maxima redução do preço de venda.

5. Na construção imediata da Estação de Desinfecção e Expurgo de Recife, já projetada e orçada, e sucessivamente nas de Porto Alegre ou Rio Grande e Baía.

6. Na industrialização maxima da produção de sôros e vacinas, de maneira a haver abundancia de produtos e redução de seus preços de venda, inclusive contrato de produção particular fiscalizada.

Para a intensificação da defesa sanitaria, cuida-se da realização de acordos que dêem aos órgãos centrais de direção o maior numero possível de agentes regionais e locais de fiscalização e execução.

O setor, no qual o sistema de acordos deverá ser empregado, desde já, será o dos combates á sauva, á aftosa e á raiva.

Sem a execução progressiva de um plano de campanha que sistematize os esforços conjugados da União, dos Estados, dos Municipios e de iniciativas particulares, e lhes assegure uma atuação continuada, não se conseguirá a extinção de males que tanto sacrificam a nossa economia.

4 — FOMENTO DA PRODUÇÃO

No atinente aos serviços de fomento da produção, o Governo Federal deve reservar-se atribuições de inspeção geral e de atuação pratica por meio de subvenções. Assim o aconselham a experiencia e a comprovação de pouco rendimento dos serviços até agora mantidos com esse fim.

Tome-se, para exemplo, o que succede com a distribuição de sementes e com a venda de maquinas agricolas e adubos, duas das modalidades de fomento de maior interesse publico.

Pelo quadro anexo, verifica-se que os serviços do Ministerio, em 1934, apenas distribuiram:

, %	
0,006.....	das sementes de aveia em cultivo
0,019.....	» » » centeio » »
0,135.....	» » » cevada » »
0,134.....	» » » milho » »
0,101.....	» » » trigo » »
0,233.....	» » » arroz » »
0,010.....	» » » batata » »
0,286.....	» » » feijão » »
0,0001.....	» mudas » cana » »

Sómente no que se refere ao algodão a percentagem tornou-se digna de apreço, elevando-se a 16.418%, embora seja ainda por demais insufficiente, si se levar em conta que a verdadeira e segura classificação e padronização dos produtos vegetais começa da semente, sobretudo do algodão, conforme o demonstra, praticamente, o algodão paulista.

Quanto á venda de maquinas e aparelhos agricolas, basta lembrar o quadro, pelo qual se demonstra que não excedeu de 22.913\$390, num total de 18.494\$140, pagos a vista, e 4.419\$250 a prestações.

Mais exemplificante é ainda o constatado com referencia á distribuição de adubos e inseticidas, que não passou de cinco toneladas em 1934 e 20 toneladas em 1935.

As pessoas medianamente esclarecidas sobre as condições de cultivo da nossa terra não ignoram que o solo do Brasil só é fertil nas derrubadas, onde se acumula o *humus* milenar. Fora daí, lavado pela erosão, é pobre, pelo que reclama consideraveis esforços de restauração mineral, sómente possível por uma adubação de carater experimental e intensivo.

O que se tem feito, com relativo sucesso, para estímulo da produção, resume-se nos campos de cooperação. Mas, ainda nesse particular, ac que parece, os agricultores beneficiados se mostram, de preferencia, dominados pelo desejo de simples aproveitamento das maquinas e tecnicos federais, sendo poucos os que se propõem a adquirir as maquinas que viram trabalhar, para continuação das culturas ensaiadas.

Seja como fôr, os campos de cooperação representam proveitoso trabalho experimental de fomento, cujas lições devem ser applicadas em maior escala, transferindo-se para os Estados a execução do seu programa, com a inspeção e auxilio da União,

este representado no fornecimento de tratores, máquinas agrícolas, adubos e inseticidas.

Si do fomento da produção vegetal passar-se para o da produção animal, verificação semelhante será feita desde logo.

Observe-se, pelas anteriores indicações, a distribuição de reprodutores pelas inspetorias regionais e o numero de criadores que cada uma tem de atender.

Não é racional a execução desses serviços por órgãos de comando tão distantes, como os federais, e tão embaraçados pelo atual sistema de contabilidade.

Ao lado disso, é preciso ter em conta o apreciavel esforço que os Estados empregam, como é natural, no estímulo de sua produção, sobretudo vegetal e animal, representada pelas seguintes cifras: fomento da produção vegetal, 21.323:051\$700; fomento da produção animal, 12.111:816\$000.

O regime de acordos parece, indubitavelmente, o mais indicado para acomodar os interesses da União e dos Estados, no que entende com o fomento da produção. Nesse setor, a ação do Ministerio da Agricultura deve ser meramente supletiva, embora de maior intensidade nos Estados de menores possibilidades orçamentarias.

Serviço que convirá criar imediatamente, mediante convenios com os Estados e com os municípios, é o de assistência tecnica local. O plano que, por isso, se acha em estudos, prevê:

A localização de agrônomos em grandes municípios ou grupos de pequenos municípios, remunerados, pelo regime de contrato, parte por subvenções da União, dos Estados e dos Municípios, e parte pelos próprios agricultores, mediante inscrição livre e pagamento de uma taxa mensal, que não deverá exceder de 2\$, tabelada na proporção do número dos lavradores recenseados.

Para que o agrônomo seja contratado, deverá submeter-se a um curso rápido e intensivo de preparação para as funções que deverá exercer. Estas funções deverão consistir em: prestar ao Ministério e departamentos correspondentes dos Estados os serviços que venham a ser contratados, sobretudo os de:

- a) remessa de informações estatísticas e dados para previsão e avaliação de colheitas;
- b) notificação do aparecimento de pragas e epizootias e tomada das primeiras providências de combate;
- c) orientação técnica dos produtores ou pedidos de técnicos especializados quando for caso;
- d) organização de conferências e palestras de vulgarização técnica;
- e) estudo da economia das propriedades rurais de sua circunscrição, depois dividida por grupos de característicos comuns.

Além das funções subvencionadas, o agrônomo regional deverá atender às consultas de sua especialidade, que lhe façam os agricultores inscritos como seus clientes.

Para que esse numero seja o maior possível, o Ministerio e departamentos correspondentes dos Estados obrigar-se-ão a só distribuir, por seu intermedio e aos seus clientes, as maquinas, adubos, inseticidas, fungicidas, sôros e vacinas destinados aos agricultores.

O que se visa, em suma, é instituir um órgão de atividade local para o fomento da produção agraria, órgão que, de seu turno, tenha a respectiva remuneração condicionada ao interesse que saiba e queira despertar nos agricultores, a cujo serviço deve permanecer.

Na execução do plano de fomento acima esboçado, os atuais inspetores passarão a exercer a sua função verdadeira: de inspeção e orientação geral dos serviços de cada Estado.

5 — ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO

O que se pretende fazer no campo da organização e defesa da produção, compreende:

I — O reajustamento das atribuições da atual Diretoria de Organização e Defesa da Produção.

II — A criação de um órgão permanente de estudos e pesquisas economicas.

III — A realização de acordos que tornem a Diretoria de Estatistica da Produção o órgão eficiente, e unico responsavel, da sintese e divulgação de dados estatísticos nacionais referentes á produção minero-rural.

IV — A instituição do credito agricola.

V -- A reforma do atual sistema de colonização.

VI — A reforma da lei de cooperativismo e a realização de acordos com os Estados para a fiscalização direta das suas cooperativas. permanecendo a fiscalização geral a cargo do Ministerio.

VII — A revisão e codificação de nossa legislação rural.

O objetivo visado pela remodelação da D. O. D. P. só pode ser o de adaptar a organização das forças produtoras e a defesa dos seus interesses ás contingencias de ordem financeira e tecnica, dotando-a de aparelhamento mais simples e plastico. O projeto respectivo já se acha em estudos e a materia que abrange deverá, salvo melhor criterio, compreender novas divisões, que atenderão, basicamente, á organização industrial e comercial e ás

atividades associativas de carater economico. Cada uma delas poderá ser assim programada:

A

1) O estudo de todas as fases de processos compreendidos pela racionalização mecanica da extração, colheita e beneficiamento de produtos.

2) A coordenação de todos os serviços do Ministerio que tenham aquela finalidade, tais como os "de fomento da produção mineral", "de aguas", "de usinas", do S. T. C. e do S. P. T., os do Departamento da Produção Animal, atinentes a usinas de beneficiamento e conservação de produtos laticínios, matadouros e frigoríficos.

3) A coordenação dos serviços a esses correspondentes, dos Estados e dos Institutos Federais e Estaduais autonomos.

4) A orientação e o estímulo da restauração economica das zonas esgotadas, nas regiões servidas por aparelhamento urbano, linhas de força electrica, vias de transporte e portos.

5) O estímulo da maxima eletrificação possível do trabalho rural, estabelecendo para as empresas de electricidade a obrigação

de facilitar a distribuição das suas correntes nas zonas rurais de certo índice de população e produção.

B

1) Estudar a simplificação e padronização dos sistemas de contabilidade-correspondencia e documentação contratual, de maneira a facilitar e intensificar a vida mercantil da agricultura propriamente dita e da pecuaria e propagar o emprego dos novos metodos.

2) Estabelecer progressivamente e fiscalizar a classificação e padronização dos produtos destinados ao comercio interestadual e internacional.

3) Fiscalizar diretamente ou por "acordos" a sua circulação e distribuição local, principalmente dos produtos deterioraveis e passíveis de misturas e falsificações.

4) Organizar e executar de modo gradual, diretamente ou por acordos com os Estados e empresas particulares, um plano de localização regional de entrepostos e armazens gerais, aparelhados de serviços de desinfecção e expurgo, refrigeração ou frigorificação e rebeneficiamento de produtos vegetais e animais.

C

1) Promover a organização de uma associação de agricultores em cada município do país e a sua federalização em unidades estaduais, de maneira que haja efetivamente uma Sociedade Nacional de Agricultura, mas de assembleia constituída pelos representantes das associações estaduais, em numero porporcional ás associações municipais federalizadas.

2) Promover o desenvolvimento do cooperativismo, sobretudo o de compra e venda, beneficiamento de produtos e de credito e superintender a fiscalização das atividades das cooperativas criadas, para que se não afastem dos principios estabelecidos em lei.

A criação de um órgão federal de estudos e pesquisas economicas, para exame amplo e meticuloso dos fatores que influem no desenvolvimento da produção agro-pecuaria. é de necessidade tão elementar que dispensa quaisquer justificativas.

Constituido por homens capazes de tal trabalho e tendo a seu serviço a colaboração da Diretoria de Estatistica da Produção e da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, esse órgão, que poderá denominar-se Comissão Permanente de Estudos e Pesquisas Economicas, terá a incumbencia de es-

clarecer todos os fenomenos da nossa economia basica — de materias primas e substancias alimenticias.

No concernente á estatistica da produção, só ha um meio para garantir a certeza e a idoneidade dos informes recolhidos: o de reservar ao órgão, para isso instituido, o privilegio da sintese dos dados coligidos e analisados nos demais órgãos de estatistica do país e o da divulgação dos dados referentes á produção nacional.

O credito agricola figura entre os problemas de mais difficil solução que se impõe ao poder publico resolver. Por isso mesmo, torna-se explicavel, até certo ponto, o retardamento dos estudos iniciados pelo Governo Provisorio sobre tão importante iniciativa. Trata-se, agora, de dar-lhe execução, e, a respeito, mais detidamente falaremos, na parte final da presente mensagem.

O serviço federal de colonização requer uma reforma radical. As sugestões que se apresentam, para a remodelação projetada, são numerosas. Preciso é examiná-las com vagar e cuidado.

Parece, entretanto, que a orientação mais aconselhavel é a de emprestar a esse serviço do Estado o carater pratico das organizações particulares que cuidam do parcelamento de grandes extensões de terras e venda de lotes a prazo longo. Seria, por outro lado, um meio eficaz para estimular o desenvolvimento da pequena propriedade, combatendo indirectamente o latifundio e promo-

vendo, com o melhor aproveitamento de terras atualmente sem rendimento economico, a criação de novos nucleos de população em zonas ferteis do interior e do litoral.

De qualquer fórmula, a solução desse problema envolve, tambem, a do credito, sem o qual não é possivel facilitar a aquisição do solo a longo prazo e garantir, ao mesmo tempo, ao agricultor, os necessarios recursos para aplicar o seu trabalho proveitosamente.

A instituição do credito agricola poderá ser o primeiro passo para o largo estabelecimento de um regime de colonização nos moldes que [melhor consultem os interesses nacionais, tanto do ponto de vista demografico e economico, como do politico e social.

Além dos aspectos relacionados com a organização da produção nos reinos vegetal e animal, sobrelevam os que se referem á exploração do solo e do sub-solo, industrias extrativas minerais e utilização da energia hidraulica, todos eles de acen-tuada importancia, e cuja defesa o governo vem promovendo, através do aparelhamento administrativo e pela legislação que resguarda e protege as nossas riquezas potenciais.

FERRO

Pelo geral, as apreciações sobre o problema da formação da grande industria siderurgica, no Brasil, refletem pontos de vista apressados ou

interesses ocasionais, resultantes da vinculação normal dos negocios privados. E' sabido que a exploração siderurgica se distribue através de organizações que formam verdadeiros monopolios mundiais, com os seus mercados de preferencia e a sua enorme influencia financeira perfeitamente disciplinada. Em face dessas organizações, a situação dos países novos, possuidores de reservas de minerio, resulta certamente difficil e delicada quando pretendem fazer com os proprios recursos a grande industria metalurgica. Falta-lhes, primeiro, o capital mobilizavel para as inversões vultosas e de beneficios distantes, e, em segundo lugar, o elemento tecnico adestrado por longa preparação profissional. No caso do Brasil, ha a acrescentar, ainda, a falta do combustivel ordinariamente aplicado em condições favoraveis á exploração economica das industrias.

Encarado assim, objetivamente, o problema, resta apenas definir o que mais convém aos interesses nacionais, tanto transitorios como permanentes. Si existe o risco de comprometermos o futuro indiscutivel da nossa industrialização com a entrega a qualquer dos grandes grupos que repartem entre si as explorações siderurgicas no mundo, tambem será contraproducente continuarmos na posição atual, deixando em estado virtual as nossas riquezas minerais, o que, por outro lado, iria ao encontro da politica dos grandes produtores mun-

diais, que nos consideram formidaveis reservas, só futuramente utilizaveis. Entre essas duas alternativas, deve haver uma solução intermedia, de sorte a permitir o estabelecimento da industria siderurgica em proporções que consultem aos nossos recursos e interesses. Cumpre-nos fazer o possivel para libertar a balança comercial das sangrias que lhe acarretam as importações de maquinarias e utensilios e igualmente prover com o metal das nossas jazidas ás necessidades elementares do aparelhamento militar do país. Para isso, bastará estimular, quando não fôr possivel iniciativa direta do poder publico, as explorações locais de transformação do minerio, preferindo sempre as que apliquem metodos de tratamento em que não seja necessario o combustivel de alto teôr, cuja aquisição é um dos maiores obstaculos até agora encontrados para a realização desse empreendimento. Assim procedem outros países que, embora não possuindo esse mesmo combustivel, nem por isso deixaram de instalar um parque siderurgico capaz, no minimo, de atender ao consumo do mercado interno. Seria essa, além do mais, uma solução previdente, diante dos progressos da tecnica moderna aplicada ao problema do aço, que deixam entrever possibilidades de industrialização do ferro, mediante processos em que a energia eletrica, produzida pela força hidraulica tão abundante entre nós, substitue o combustivel solido.

Pelos dados que vão insetos em outra parte da presente mensagem, verifica-se que esforços persistentes estão sendo feitos para ampliar a capacidade do nosso pequeno parque siderurgico, havendo um interesse cada vez maior pelo desenvolvimento da parte propriamente industrial, isto é, fundição e fabricação de maquinas e utensilios, como comprovam os "stands" das ultimas exposições realizadas no país.

PETROLEO

A atenção que vem sendo dispensada ás investigações feitas sobre petroleo, em diversos pontos do país, tanto por iniciativa particular como pelos serviços oficiais, evidencia, por si só, a importancia desse outro problema premente para a economia nacional, que é a obtenção de combustivel liquido em quantidade bastante para atender ás necessidades das industrias. Atento á insistencia com que o assunto foi focalizado, preocupando as opiniões, o Governo resolveu promover um completo inquerito a respeito, afim de verificar não só as condições tecnicas dos trabalhos que se vêm realizando e a idoneidade dos seus resultados, como tambem, o que é mais importante, organizar um plano de pesquisas que permita conclusões seguras sobre a existencia e localização de petroleo no territorio nacional, bem como acerca das possibilidades imediatas da sua exploração

CIMENTO

O aumento do numero de fabricas de cimento é verdadeiramente significativo, como indice do desenvolvimento das nossas forças produtoras. A fabricação nacional cresceu consideravelmente durante o quinquenio de 1930-1934, sendo provavel que, dentro em pouco, com as instalações que se projetam, possa suprir ás necessidades do nosso consumo. Na parte referente ás atividades industriais, incluída no relato dos serviços a cargo do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, encontram-se dados estatísticos que comprovam inteiramente essas asserções.

Data de 1930 o impulso tomado por essa industria. O Governo Provisorio, por decreto então expedido, revogou a concessão privilegiada que fôra conferida a uma unica fabrica, assegurando garantias e vantagens comuns a todas as que fossem instaladas, daí em diante, no territorio nacional. Isso permitiu a organização de mais tres estabelecimentos congeneres, atualmente produzindo cimento de excelente qualidade.

MINISTERIO DA FAZENDA

1 — SITUAÇÃO ECONOMICA

Os índices da situação econômica do Brasil são francamente animadores. A produção cresce e as atividades tomam em cada setor maior extensão. Tudo isso significa que a vitalidade econômica do país permanece intacta, reagindo, ainda, vantajosamente, contra as dificuldades resultantes da precária e instável situação dos negócios, em geral.

Os dados da produção, referentes ao período de 1930 a 1935, comprovam robustamente o surto da economia nacional, permitindo verificar que a produção agrícola cresceu de 137.315.763 quintais metrícos, em 1930, para 162.780.470 quintais, em 1935; a produção animal de 30.231.944 para 36.127.000; a extrativa mineral de 10.803.925 para 17.102.577, e a extrativa vegetal de 5.138.850 para 5.266.830.

No seu conjunto, a produção agrária, que fôra de 183.490.482 quintais, em 1930, atingiu, em 1935,

a 221.276.877 quintais. Nos termos da média de 1925-1929, tomada como base de confronto pela estatística agrícola, houve um aumento de 34 % na produção agrícola, de 31 % na produção animal, de 56 % e 2 %, respectivamente, na extrativa mineral e na extrativa vegetal. De 1930 para 1935, houve, portanto, um aumento total de 37.786.395 quintais metricos.

A progressão quantitativa das trocas mercantis, internas e externas, constitue outro testemunho decisivo de que a economia nacional se expande, encontrando maiores mercados de consumo, dentro e fora de nossas fronteiras, para os excedentes verificados anualmente de uma para outra safra.

Quanto ao valor em que se estima a produção agraria, na sua totalidade, ela apresenta um aumento de 710.812.000\$, de 1930 para 1935. Todavia, esse valor ainda não atingiu o nivel relativo a 1929, o que fornece a indicação indireta, bem valiosa, de que o preço medio unitario da produção agraria não encareceu por motivos de ordem inflacionista.

Em 1935, o valor da produção agraria foi de 9.559.434.000\$, tendo descido de 10.518.697.000\$ em 1929, para 8.848.622.000\$ em 1930. Em 1931, registou-se nova queda para 6.895.194.000\$000.

Daí por diante a tendencia é para retomar o nível registado em 1929. Todavia, quando se verifica que o volume da produção agraria aumentou de 3 %, de 1934 para 1935, e que o seu valor cresceu apenas de 1 %, chega-se á conclusão de não ter havido majoração artificial de preços. Por sua vez, de 1930 para 1935, aquele valor denota apenas uma elevação de 8 %, ao passo que o surto das quantidades produzidas corresponde a 23 %.

Tomando-se por base a média de 1925-1929, o índice do volume da produção, que era de 112, em 1929, atingiu a 134, em 1935; o índice do valor desceu de 114 a 104, no periodo de 1929 a 1935. Quanto ao ultimo bienio, é oportuno ainda acrescentar que, enquanto o índice do valor global da produção agraria cresceu de 103 para 104, na produção, propriamente agricola, houve um declínio do índice de 94 para 93, no mesmo periodo. Quer dizer que, se na produção animal, na extrativa mineral e na extrativa vegetal, o surto das quantidades não coincidissem com o do valor, teriamos tido, em 1935, para toda a produção agraria, um valor aquém do alcançado em 1934, porque, enquanto as safras agricolas aumentaram quantitativamente, o seu valor diminuiu. Trata-se de uma indicação valiosa, que permite constatar a tendencia dos preços medios no periodo examinado.

O quadro seguinte exprime, em algarismos precisos, a melhoria da situação económica do país, no setor ora referido:

PRODUÇÃO AGRÁRIA

ANOS	QUINTAIS METRICOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
1930.....	183.490.482	8.848.622
1931.....	185.127.393	6.895.194
1932.....	201.367.539	7.498.346
1933.....	210.255.832	8.631.217
1934.....	216.705.396	9.477.543
1935.....	221.276.877	9.559.434

NUMEROS - INDICES

(Base — 1925-1929 = 100)

ANOS	QUANTI- DADES	VALOR
1930.....	111	96
1931.....	112	75
1932.....	122	81
1933.....	127	94
1934.....	131	103
1935.....	134	104

COMERCIO EXTERIOR

O Brasil vai recuperando seguramente, de ano a ano, o ritmo ascendente do seu comercio exterior. Tanto na exportação como na importação, essa tendencia se manifesta em algarismos, que representam um novo surto, em referencia á posição alcançada pelo nosso intercambio internacional em 1934.

Referimo-nos aos indices quantitativos. São eles que exprimem a expansão economica do país, vista sob o aspecto das suas permutas de mercadorias com o exterior. É certo que, encarada a posição do nosso comercio externo em libras-ouro, moeda essa utilizada para fins de comparação estatística, ressalta que o valor da exportação diminuiu, de 1934 para 1935, na proporção de 2.227.763 libras-ouro. Mas, tendo subido em cifra quasi igual o valor da importação, cujo aumento, no confronto dos dois ultimos anos, corresponde a 1.963.835 libras-ouro, resulta que, no seu conjunto, apesar de manter-se ininterrupta a queda dos preços, em moeda-ouro, o valor do nosso comercio exterior se conserva praticamente, em 1935, no mesmo nivel do ano anterior. Os totais dos dois anos são os seguintes, para a exportação e a importação reunidas: 1934, 60.706.917 libras-ouro; 1935, 60.442.989 libras-ouro.

O saldo da balança comercial decresceu de 9.772.305 libras-ouro, para 5.580.707 libras-ouro.

Esse decrescimo resulta da queda geral dos preços nos mercados mundiais, fator que escapa inteiramente á ação da administração de qualquer país. É isso o que se evidencia do confronto do nosso comercio exterior com o dos demais países. Caíu o saldo da nossa balança comercial de 1934 para 1935, porque, apesar do aumento do volume dos produtos exportados, o respectivo valor decresceu devido á queda dos preços e ainda porque, tendo a importação subido em quantidade, não declinou, como na exportação, o seu valor medio por tonelada.

O movimento quantitativo do comercio exterior do Brasil, considerado a partir de 1930, ano em que se fizeram sentir os efeitos depressivos da crise mundial, aberta em 1929, mostra, por outro lado, que a exportação cresceu, enquanto a importação diminuiu. Depois de 1933, o surto da quantidade exportada foi sempre maior do que o aumento que se verifica no volume importado. A diferença para menos na exportação, em cotejo com a importação, vem diminuindo, ao ponto de exprimir-se em 491.333 toneladas, no decurso dos tres ultimos anos. O volume global do nosso comercio exterior apresenta, em 1935 sobre 1934, um aumento correspondente a 901.724 toneladas. Essa é, em conjunto, a realidade do comercio externo do país, a qual melhor ressalta quando encarmos, em detalhe, a situação da exportação e da importação, consideradas isoladamente.

O desenvolvimento progressivo da exportação, depois do rude colapso sofrido em 1932, quando se registou a maior queda no volume dos produtos exportados, evidencia segura e crescente reação. Os índices da quantidade dos produtos que o Brasil coloca no estrangeiro aumentam, apesar dos obstáculos que continuam a entravar o intercâmbio mundial.

O quadro seguinte resume bem a situação do país, a esse respeito:

EXPORTAÇÃO

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS-OURO
1930.....	2.273.688	2.907.354	65.745.925
1931.....	2.236.062	3.398.164	49.543.866
1932.....	1.632.265	2.536.765	36.622.594
1933.....	1.910.772	2.820.271	35.790.080
1934.....	2.184.782	3.459.005	35.239.611
1935.....	2.761.762	4.104.008	33.011.848

No confronto dos dois últimos anos, a exportação apresenta um aumento de 576.980 toneladas, si bem que o seu valor haja decrescido de 2.227.763 libras-ouro. Os preços medios, em ouro, caíram de £ 4 e 2 s, para os produtos exportados, ficando anulada, dessa forma, a influencia restauradora que deveria exercer o surto da exportação sobre a balança do nosso commercio exterior.

Quando se examina o movimento exportador do Brasil, no ano findo, em cotejo com o de 1934,

do ponto de vista dos preços medios e do volume, verifica-se que os 33 principais produtos que o estrangeiro nos compra, com exceção de quatro — couros, xarque, herva-mate e milho — foram beneficiados pelo aumento da respectiva tonelagem; mas, com referencia aos preços medios, em ouro, a grande maioria deles obteve menores cotações. Foram favorecidos, todavia, pela melhora desses preços medios, o algodão, de que nos ocuparemos em separado, a banha, o manganês, a cera de carnaúba, a baga da mamona e as castanhas.

No ano findo, ocorreu o maior aumento quantitativo registado na exportação, aumento que foi de 580.000 toneladas, em relação a 1934, e de 1.129.497 toneladas si o compararmos a 1932, ano de mais baixo indice da nossa exportação.

Relativamente á importação, o seu movimento se expressa nos seguintes algarismos, durante os seis anos citados:

IMPORTAÇÃO

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS-OURO
1930.....	4.881.379	2.343.705	53.618.511
1931.....	3.566.341	1.880.934	28.755.694
1932.....	3.333.152	1.518.694	21.744.297
1933.....	3.935.735	2.165.254	28.131.911
1934.....	3.970.648	2.502.785	25.467.306
1935.....	4.295.392	3.855.921	27.431.141

Existe certo paralelismo entre as flutuações do volume dos produtos importados e o dos artigos exportados, dentro do período em exame. Ocorrem, entretanto, certas discrepâncias favoráveis à exportação. No período de 1930 a 1935, a importação caiu de 585.987 toneladas; a exportação cresceu em quantidade aproximada, conforme ficou já demonstrado. Regista-se em 1932 a maior depressão, quer das quantidades exportadas, quer das importadas. De 1932 para 1935, o surto quantitativo dos produtos vendidos ao estrangeiro se expressa na cifra de 1.129.497 toneladas; na importação ele se traduz em 962.240 toneladas. No bienio de 1933-1934 a importação se manteve mais ou menos na mesma tonelagem, enquanto a exportação cresceu de 274.010 toneladas. De 1934 para 1935, regista-se um aumento de 576.980 toneladas, na exportação, enquanto o da importação é de 324.744 toneladas. Finalmente, o Brasil ultrapassou, de muito, em 1935, o nível do volume exportado em 1930, mantendo-se, no entanto, consideravelmente aquém do nível do volume importado naquele ano.

Relativamente ao valor, em libras-ouro, os resultados se mostram diferentes. No decurso dos dois últimos anos, o valor da importação cresceu de 1.963.825 libras-ouro, enquanto diminuiu de 2.227.763 libras-ouro, na exportação. Os preços medios respondem por essa situação. Exportando, em 1935, quantitativamente, em proporção muito

maior do que importou, o Brasil sofreu as consequências das flutuações dos preços medios, devido ás suas baixas em relação aos produtos exportados, ao passo que ficou inalterada a cotação média, em ouro, dos artigos importados.

A comparação do rumo do nosso commercio internacional, no periodo de 1930 a 1935, evidencia as seguintes conclusões: o valor da importação baixou de 26.187.370 libras-ouro e o valor da exportação caiu de 32.734.077 libras-ouro, mau grado haver declinado o volume dos produtos que comprámos e subido o dos artigos que vendemos ao estrangeiro naquele espaço de tempo.

Os seguintes numeros-indices resumem, perfeitamente, as tendencias a que obedeceu o nosso commercio exterior no periodo de 1930 a 1935:

NUMEROS-INDICES DE EXPORTAÇÃO

(Base — 1924-1928 = 100)

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS- OURO
1930.....	117	78	69
1931.....	115	91	52
1932.....	84	68	38
1933.....	98	75	37
1934.....	113	93	37
1935.....	142	110	35

NUMEROS-INDICES DA IMPORTAÇÃO

(Base — 1924-1928 = 100)

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS- OURO
1930.....	95	74	67
1931.....	69	59	56
1932.....	65	48	27
1933.....	77	68	35
1934.....	77	79	32
1935.....	83	121	35

O COMERCIO EXTERIOR DE OUTROS PAÍSES

As estatísticas internacionais mostram que não se pode julgar a situação económica de cada país em função exclusiva de sua vida interna. Crescente interdependência regula as condições de vida dos diferentes povos, sempre mais aproximados em consequência do desenvolvimento, também crescente, das comunicações.

Confrontando os índices do nosso comércio externo com os do comércio mundial, dentro da crise que ainda perdura, verifica-se que o Brasil é um dos países menos atingidos pelos seus efeitos. Nações de economia solidamente estruturada apresentam maior declínio nas cifras do seu intercâmbio comercial.

O confronto dos dados estatísticos permite observar as proporções que marcam as oscilações registadas pelo commercio externo de cada país.

Em relação á Europa, por exemplo, o movimento quantitativo das importações, entre 1929 e 1934, caíu de 19,5 %, ao passo que, na America do Norte, esse declínio corresponde a 35,5 %. O valor respectivo, em ouro, sofreu a depressão de 55 %, na Europa, e de 64,5 %, na America do Norte. Nas exportações europeias, o declínio quantitativo se exprime no coeficiente de 30,5 % e no de 34,5 %, quanto á America do Norte. Os valores, em ouro, caíram, respectivamente, de 50 % e de 58 %.

No commercio do Imperio Britânico, as quedas registadas foram de 64,7 %, quanto ao valor-ouro das importações, e de 64,5 % quanto ao valor-ouro das exportações. Esse declínio representa percentagens maiores, si considerarmos exclusivamente o commercio externo do Reino Unido. Relativamente ao intercambio da França e suas colonias, o valor-ouro caíu de 56,9 %, para as importações, e de 58 %, para as exportações, tornando-se tambem mais pronunciado esse declínio si computarmos a metropole sem o dominio colonial. Como se vê pelo quadro seguinte, durante o periodo tomado para exame, as nossas importações caíram de 35 %, na quantidade, e 70,6 % no valor em libras-ouro. A queda da exportação corresponde ao indice de

0,20 %, quanto á quantidade, e de 62,8 %, quanto ao valor-ouro. Os sinais de reação se tornam evidentes em 1935. A queda do volume importado, que fôra de 35 %, de 1929 para 1934, se exprime em 29,6 %, em 1935. Na exportação, os mesmos índices melhoraram, porque, em vez da baixa de 0,20 %, verificada de 1929 a 1934, a tonelagem da exportação cresceu de 26,1 %, entre 1929 e 1935. Os resultados do valor, em libras-ouro, foram, porém, desfavoráveis á exportação. Tendo caído de 62,8 %, de 1929 para 1934, em confronto com 1935, essa queda se acentua de modo a atingir o coeficiente de 65,1 %. Na importação, a tendencia do valor se processa de maneira contraria, porque o seu colapso, que fôra de 70,6 %, de 1929 para 1934, se atenuou para 68,3 %, em 1935.

Ainda assim, apreciado o comercio exterior do Brasil, dentro do quadro que reflete a depressão do intercambio mercantil dos países americanos, ressalta á evidencia que a sua posição se conserva num nível superior ao de varias nações do Continente. Num conjunto de 12 países, o Brasil foi dos menos prejudicados pela queda do valor-ouro da exportação, achando-se a esse respeito em melhor posição do que os Estados Unidos, Argentina, Canadá, Mexico, Perú, Uruguai, Bolivia, Cuba e Chile. O quadro abaixo mostra os coeficientes a que corresponde a queda do valor-ouro das exportações em 12 dos países americanos.

EXPORTAÇÃO

Coeficientes de sua diminuição, em 1934, comparada com 1929

	%
Cuba.....	80,8
Chile.....	78,4
Bolivia.....	76,4
Estados Unidos.....	75,7
Argentina.....	68,2
Uruguai.....	67,3
Perú.....	64,1
México.....	63,5
Canadá.....	63
Brasil.....	62,6
Colômbia.....	59,3
Venezuela.....	33,5

Na importação, os Estados Unidos, Cuba, Argentina, Chile, Venezuela, Uruguai, Colômbia e Bolívia precedem o Brasil quanto à queda do valor ouro de suas importações, conforme se verifica do quadro abaixo:

IMPORTAÇÃO

Coeficientes de sua diminuição, em 1934, comparada com 1929

	%
Chile.....	87,3
Cuba.....	79,1
Venezuela.....	77,7
Estados Unidos.....	77,5
Canadá.....	75,9
Colômbia.....	73,9
Bolívia.....	72,1
Argentina.....	72,9
Brasil.....	70,7
México.....	70,1
Perú.....	69,7
Uruguai.....	66,3

No conjunto do comércio americano, considerados apenas os países cujo intercâmbio externo mais avulta, o Brasil se acha em nono lugar, rela-

tivamente á queda sofrida pelo valor de sua exportação. A comparação com a Argentina é, a respeito, muito significativa. Enquanto a exportação argentina caiu de 908.000.000 para 288.000.000 de dolares-ouro, de 1929 a 1934, a nossa exportação oscilou de 461.000.000 para 172.000.000 de dolares, no mesmo periodo. Quer dizer que a Argentina teve aquele valor reduzido a 31,7 % do que era em 1929, enquanto que, no caso do Brasil, essa redução não foi além de 37,3%. Excetuados a Colombia, o Canadá e Venezuela, em todos os outros países reunidos no quadro anterior, a baixa do valor-ouro da exportação foi mais profunda do que a sofrida pelo Brasil.

O cotejo seguinte, feito com um grupo de 14 países do mundo, mostra que ainda aí a posição do Brasil é relativamente lisongeira.

EXPORTAÇÃO

Coefficientes de sua diminuição em 1934 comparada com 1929

	%
Estados Unidos.....	75,7
India.....	71,3
Espanha.....	71
Alemanha.....	69,4
Argentina.....	68,2
Italia.....	66,6
Inglaterra.....	66,4
França.....	64,4
Holanda.....	64,2
Canadá.....	63
Brasil.....	62
Japão.....	61,1
Australia.....	59,6
Belgica.....	57,6

Relativamente á queda sofrida no valor-ouro da importação, no conjunto dos 14 países supra, o Brasil está no 5º lugar, vindo depois dos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Australia.

COMERCIO DE CABOTAGEM

Os algarismos referentes ao nosso comercio de cabotagem, postos em confronto, tanto na quantidade como no valor-papel, com as cifras da exportação, indicam que o seu crescimento se processou normalmente, sem solução de continuidade, durante os seis anos compreendidos de 1930 a 1935. Houve, nesse periodo, no volume do movimento exportador do país, flutuações para mais e para menos. Depois da grande queda verificada em 1932, registaram-se uma elevação sensível, em 1933, e apenas um ligeiro aumento, em 1934, na tonelagem dos produtos remetidos para o exterior, e, em seguida, o consideravel surto de 1935. No comercio de cabotagem, porém, a linha ascendente do volume é firme, subindo sempre, conforme o demonstra o quadro seguinte:

ANOS	QUANTIDADE EM MIL TONELADAS			VALOR EM MIL CONTOS		
	Nacio-nais	Naciona-lizados	Total	Nacio-nais	Naciona-lizados	Total
1930.....	1.453	107	1.560	1.779	279	2.058
1931.....	1.536	97	1.633	1.953	281	2.234
1932.....	1.610	118	1.728	2.075	272	2.347
1933.....	1.741	125	1.866	2.231	320	2.551
1934.....	1.960	127	2.087	2.457	325	2.782
1935.....	2.048	132	2.180	2.918	380	3.298

Apezar de ter sido sensível o aumento quantitativo da exportação, nos dois últimos anos, todavia, dentro dos seis anos supra, o volume do comércio de cabotagem cresceu em maior proporção que a tonelagem dos produtos que exportamos. De 1930 para 1935, a exportação se elevou de 488.000 toneladas; o comércio de cabotagem apresentou o aumento de 620.000 toneladas. Em 1932, enquanto a exportação caiu de 603.000 toneladas, no cotejo com 1931, aquele comércio não sofreu solução de continuidade no seu desenvolvimento quantitativo. Houve anos, no período de 1930 a 1935, em que o volume da cabotagem ultrapassou o da exportação, como em 1932, ou lhe foi quase igual, conforme ocorreu em 1933 e 1934. É o sinal evidente de que, nas trocas do comércio interno, o país encontra uma força que atenua os efeitos causados na sua vida econômico-financeira, pela diversidade dos fatores que ora deprimem e ora melhoram o nível da quantidade dos artigos com que o Brasil concorre para os mercados internacionais.

Examinadas as trocas de cabotagem pelos números-índices que refletem as suas tendências, nos seis anos acima referidos, as proporções do seu crescimento variam de conformidade com o período tomado como base de confronto. Cotejado com o período-base de 1924-1928, o volume do comércio de cabotagem cresceu do índice de 89, em 1930, para o de 124, em 1935.

em 1935, comparado com 1934. Mesmo em relação ao valor, pertence ainda às materias primas o aumento percentual mais sensível, registado durante os dois ultimos anos.

CAFÉ

A situação do café, conjurados os aspectos mais serios da crise de 1929, começa a normalizar-se, apresentando melhoria sensível, apesar da tendencia insistente dos preços, em moeda internacional, no sentido da baixa. Não se trata, porém, conforme ficou já assinalado, de uma depressão que só atinge ao nosso país. No comercio mundial, as quantidades permutadas cresceram de 3%, em 1934, sobre 1933, mas o valor-ouro baixou de 3,2%. Quanto ao café, do confronto feito pelas estatisticas internacionais, entre maio de 1935 e dezembro de 1933, resulta um ligeiro aumento de 4,1% do preço em libras esterlinas. Relativamente aos preços-ouro, o coeficiente de variações, no periodo de 1929 a 1934, positiva, pelo contrario, uma baixa de tal modo sensível, que poucos foram os artigos, de consumo internacional, que a sofreram nas mesmas proporções.

Não se pode estabelecer um termo de comparação entre a situação do café, em 1930, e a sua posição atual. A obra de restabelecimento do seu equilibrio estatistico constitue acontecimento sem precedente nos anais da politica de defesa comercial da nossa produção. Essa defesa se desenvolve

dentro de duas linhas fundamentais: a incineração dos excedentes, acumulados por uma orientação verdadeiramente desastrosa, e a restrição da produção, estimulada por motivos notoriamente artificiais, como consequência das intervenções praticadas com o fim de valorizá-la. Ao explodir a crise mundial de 1929, golpeando profundamente as cotações das mercadorias, principalmente das matérias primas e dos gêneros alimentícios, os preços internos do café vinham crescendo em progressão acelerada.

Foi em situação assim precária que o Governo Provisorio, ao instalar-se, encontrou o principal produto da economia interna e da exportação do país. Infelizmente, a tendência dos preços externos, em ouro, não se modificou na sua marcha decrescente. Daí, os totais menores com que o café continua a figurar no computo do nosso comércio externo, caindo sempre o seu valor, conforme as estatísticas abaixo:

EXPORTAÇÃO DO CAFÉ, POR SAFRAS

Em mil sacas

ANOS	SACAS	VALOR	
		Em contos de réis	Em libras-ouro
1930-1931.....	17.523	1.977.049	36.263.844
1931-1932.....	15.277	2.338.190	31.313.247
1932-1933.....	12.148	1.731.201	25.558.097
1933-1934.....	15.855	2.185.947	23.202.365
1934-1935.....	13.409	1.955.699	18.445.464

Esses algarismos, abrangendo o movimento da exportação por safras, refletem as saídas de café até junho do ano passado, apresentando uma diminuição sensível em confronto com o ano agrícola anterior. Por sua vez, o ano agrícola inicial do quinquênio assinalado não pode servir de termo normal de comparação, porque nesse período estão computadas, nas remessas para o exterior, as quotas de trocas diretas por outros produtos. Embora se considere a exportação do café, por safras, é preciso reconhecer que as perdas possíveis do ano agrícola de 1934-1935 já foram recuperadas pelas colheitas do ano de 1935-1936, cujas saídas superaram consideravelmente as do período precedente.

O movimento ascendente da exportação ressalta do simples exame das estatísticas. Si não temos progredido de safra a safra, regularmente, como seria de desejar, vamos atingindo índices de exportação animadores. Da safra em escoamento, exportámos até fevereiro 11.208.164 sacas contra 8.618.472, em igual período de 1934-1935, ou sejam 2.589.692 a mais. A média mensal alcançada foi, pois, de 1.401.020 sacas, com um aumento de 323.711 sobre a média mensal da safra de 1934-1935.

Por outro lado, mostram-se favoráveis as cifras das nossas entregas para o consumo. No período de julho de 1934 a fevereiro de 1935, destinámos aos mercados estrangeiros 9.748.000 sacas, ao passo

que no mesmo periodo da safra de 1935-1936 essas entregas se elevaram a 11.396.000, acusando um aumento, portanto, de 1.646.000.

Finalmente, si é verdade que a nossa exportação de café, por safra, no ano agrícola de 1934-1935, está representada por indices inferiores aos da safra de 1933-1934, tambem é certo que se mostram compensadoras as tendencias da safra em escoamento, bem como o respectivo movimento exportador, por ano civil, o que se exprime, em 1935, pelos seguintes indices, superiores aos de 1934:

EXPORTAÇÃO DO CAFÉ POR ANO CIVIL

ANOS	EM MIL SACAS	VALOR	
		Em contos de réis	Em libras-ouro
1930.....	15.288	1.827.577	41.779
1931.....	17.851	2.347.079	34.104
1932.....	11.935	1.823.948	26.238
1933.....	15.459	2.052.858	26.168
1934.....	14.147	2.114.512	21.541
1935.....	15.329	2.156.691	17.374

Não retrocedeu a exportação de café no periodo de 1934 para 1935. Normalmente, só em 1933 foi um pouco maior do que a do ano passado, visto

o ano de 1931 marcar um período cuja exportação cresceu por fatores de ordem transitoria. Em confronto com o ano de 1930, si não subiu sensivelmente a nossa exportação, todavia não desceu com referencia ao nível então atingido. O índice de 1934, em face da média de 1924-1928, foi de 100, ao passo que o de 1935 subiu para 108, relativamente às quantidades exportadas. No valor-ouro, porém, os índices desceram de 30, em 1934, para 24, em 1935, devido á queda dos preços medios, assim registada:

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

Valor medio por saca, em libras-ouro

1930.....	2/14
1931.....	1/18
1932.....	2,4
1933.....	1/14
1934.....	1/10
1935.....	1/3

Em 1935, comparado com 1934, o consumo mundial do café brasileiro cresceu na proporção de 586.000 sacas; o consumo do produto dos outros países aumentou de 260.000 sacas. Confrontadas as quotas com que entramos para o consumo mundial, no período de 1930 a 1935, evidencia-se que a nossa participação subiu de 742.000 sacas, enquanto a quota dos outros países atingiu apenas 84.000 sacas. Dentro dos referidos seis anos, a posição do café

brasileiro, em confronto com a dos seus concorrentes, foi a seguinte:

CONSUMO MUNDIAL DO CAFÉ

ANOS	EM MIL SACAS			PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL	
	Do Brasil	De outros países	Total	Do Brasil	De outros países
1930.....	15.058	8.637	23.695	63	37
1931.....	16.951	8.261	25.212	67	33
1932.....	13.991	9.229	23.220	60	40
1933.....	15.347	8.193	23.542	65	35
1934.....	15.214	8.461	23.675	64	36
1935.....	15.800	8.721	24.521	64	36

Os algarismos relativos á incineração demonstram, por si sós, o grande esforço que foi necessario desenvolver para anular os efeitos desastrosos da politica de valorização. Até 31 de dezembro de 1933, tinham sido incineradas 25.842.429 sacas. Em 1934, a incineração correspondia á cifra de 8.265.791 para ficar reduzida, em 1935, apenas a 1.693.292. Totalizadas essas parcelas, vemos que a queima do café corresponde á soma de 35.801.332 sacas que, de outra maneira, estariam pesando desastrosamente sobre a posição mercantil do pro-

duto, de modo a deprimí-la até um ponto cujas consequências seriam de difícil previsão.

A política prudente de amparo á lavoura, nos seus melhores interesses, prejudicada pelas intervenções que até então se praticavam, tornou possível uma situação de desafogo, que se manifestaria através de índices melhores si, de um modo geral, a queda dos preços não viesse concorrer para reduzir as vantagens do equilíbrio estatístico.

O movimento do volume da nossa produção e das entregas ao consumo foi o seguinte, durante as seis ultimas safras:

PRODUÇÃO DE CAFÉ E ENTREGAS AO CONSUMO

Quantidade em sacas

ANOS	PRODUÇÃO	ENTREGAS AO CONSUMO
1929/30.....	28.228.000	15.232.000
1930/31.....	16.552.000	16.546.000
1931/32.....	27.933.000	15.589.000
1932/33.....	16.500.000	13.356.000
1933/34.....	29.610.000	16.131.000
1934/35.....	17.366.000	14.859.000

O governo continua trabalhando no sentido de consolidar a posição do café brasileiro nos centros consumidores internacionais. Daí o esforço que vem

sendo feito com o objetivo da melhoria dos tipos, de modo a satisfazer as exigencias do consumo. O serviço estatístico da classificação do produto, aplicado a todos os cafés entrados nos portos, permite chegar a resultados seguros e definitivos quanto ao conhecimento da qualidade de nossa produção cafeeira.

Visando o melhoramento qualitativo e de volume das nossas safras e considerando as dificuldades de ordem material e financeira que a lavoura encontraria para praticar as recomendações dos tecnicos, resolveu o Governo montar um aparelhamento eficiente, capaz de facilitar a sua colaboração com os produtores, na campanha em prol dos cafés finos. Daí, a criação e disseminação das usinas centrais de despulpamento, beneficio e standardização do café, destinadas ao amparo dos interesses dos lavradores, possibilitando, em bases racionais, a padronização, em massa, do café, para suprimento dos mercados consumidores.

A instalação dessas usinas obedeceu a longo e pormenorizado estudo, tendo em vista, não só o equipamento tecnico indispensavel, como também a obtenção de um produto em condições de garantir o maximo de resultados economicos aos produtores. Os cafés assim preparados caracterizam-se pelos seguintes requisitos: ausencia de defeitos; secagem completa em beneficio do maior rendimento da chicara; preparo perfeito, sem as fer-

mentações prejudiciais às boas condições da bebida; produto padronizado. Dessa forma, os lavradores poderão obter cafés rigorosamente bem preparados e alcançar uma fácil colocação do seu produto nos mercados consumidores internacionais. Aham-se montadas 23 usinas no Estado do Rio, 13, no Estado do Espírito Santo, 6, no Estado da Baía, 3, em Pernambuco, 1, no Paraná e 1, no Estado de Minas Gerais.

Foram ratificados pelo Poder Legislativo, após a aprovação dos poderes legislativos estaduais, as sugestões do Convenio Cafeeiro, realizado em julho do ano findo no Distrito Federal, tornando-se lei em 6 de janeiro do corrente ano. Só dessa data em diante passaram a ser observadas as suas disposições. Não obstante, tomaram-se providencias preliminares para a compra do excesso da safra. Para a aquisição dos excedentes, determinou-se a classificação de todo o café existente nos armazens reguladores, publicando-se o respectivo resultado, para conhecimento dos interessados e consequente declaração de venda ao Departamento Nacional do Café.

Proceder-se-á á compra no prazo de 90 dias, mediante aceitação de duplicatas, quando se trate de vendedor comerciante, e mediante letras de cambio ou simples conhecimento de fatura, quando se trate de produtor. A tabela de preços definitivos foi estabelecida de acôrdo com as con-

dições dos mercados e visando também atender às aspirações das classes interessadas, especialmente da lavoura

ALGODÃO

Entre os aspectos mais animadores do movimento exportador do país figura o das vendas crescentes de algodão, consideráveis, principalmente, nos últimos anos.

Os índices das safras algodoeiras, no período de 1925 a 1935, vinham-se mantendo, mais ou menos, em nível inferior à média registada no quinquênio de 1925-1929, até que, a partir de 1933, passaram a elevar-se de forma bastante expressiva, como comprova o quadro estatístico abaixo:

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

ANOS	QUANTIDADE EM TONELADAS	VALORES	
		Em contos de réis	Em mil libras-ouro
1930.....	30.416	84.602	1.920
1931.....	20.779	54.189	826
1932.....	515	1.767	25
1933.....	11.693	32.782	369
1934.....	126.548	456.198	4.666
1935.....	138.630	647.993	5.223

Diante de surto tão auspicioso, impõe-se assegurar ao algodão o coeficiente conquistado no movimento exportador de 1934/1935, onde figura em segundo lugar, tanto pelo valor como pela quantidade. Si verificarmos o seu nível percentual na exportação do Brasil, dentro dos seis anos compreendidos de 1930 a 1935, observaremos o seguinte:

EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO

ANOS	PERCENTAGEM SOBRE A QUANTIDADE TOTAL DA EXPORTAÇÃO	PERCENTAGEM SOBRE O VALOR TOTAL DA EXPORTAÇÃO EM LIBRAS-OURO
1930.....	3	3
1931.....	1	1
1932.....	—	—
1933.....	1	1
1934.....	6	13
1935.....	5	16

E' oportuno assinalar que, depois de 1933, baixaram os coeficientes do valor, em libras-ouro, do café, no computo da exportação, ao passo que os do algodão cresceram. A percentagem perdida pelo café foi precisamente igual á percentagem conquistada pelo algodão: baixa de 9 % o coeficiente com que figura o café no valor global, ouro, e sobe de 3 % a contribuição do algodão.

Não devemos, todavia, confiar demais nas circunstancias que atualmente nos são favoráveis. Por assim pensar, o Governo age no sentido de manter o terreno já conquistado nos mercados consumidores internacionais. Daí, as facilidades de credito com que vem procurando amparar e expandir a lavoura algodoeira nas diversas zonas apropriadas do país.

O exame das estatísticas, no periodo de 1925 a 1935, mostra como tem sido descontinua a nossa exportação de algodão, o que é facil de perceber pelo quadro abaixo:

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

ANOS	QUANTIDADE EM TONELADAS	VALORES	
		Em contos de réis	Em mil libras-ouro
1925.....	30.635	124.494	3.307
1926.....	16.687	21.290	1.181
1927.....	11.917	41.936	1.023
1928.....	10.010	36.392	893
1929.....	48.728	153.915	3.783
1930.....	30.416	84.602	1.920
1931.....	20.779	54.189	896
1932.....	515	1.767	25
1933.....	11.693	32.782	369
1934.....	126.548	456.198	4.666
1935.....	138.630	647.993	5.223

Evidentemente, o país não poderá contar com um movimento exportador que se processa dentro de um criterio de tanta variabilidade. As oscilações acima tornariam precarias, se subsistissem, as condições extremamente mutaveis da exportação de algodão. Por sua vez, os preços medios, em ouro, têm descido e subido ininterruptamente. O Brasil não tem como controlar esses preços. Todavia pode neutralizar os seus efeitos, produzindo algodão em boas condições e exportando-o em volume cada vez maior.

A posição do produto, nos ultimos dois anos, vem sendo excelente, sob todos os aspectos, inclusive o do valor medio obtido por tonelada exportada. Num conjunto de 33 principais artigos exportaveis, o algodão pertence ao numero dos sete produtos cujo valor medio, em ouro, subiu de 1934 para 1935. Ocorre ainda referir que os preços medios do algodão sobem depois de 1933, conforme se vê, em seguida:

**VALOR MEDIO EM LIBRAS-OURO, DO ALGODÃO
EXPORTADO**

1930.....	63/2
1931.....	39/15
1932.....	48/14
1933.....	31/12
1934.....	36/17
1935.....	37/13

Todavia, esses preços estão longe de atingir não só ao nível alcançado em 1930, mas ao de 1932,

quando houve uma alta do valor medio do produto, comparadamente com o do ano de 1931. O que se deve fazer é aumentar o volume produzido, mas produzindo qualitativamente bem, para assegurar ao artigo uma situação comercial oposta áquela que tão mal o recomendara aos mercados consumidores internacionais. As cifras relativas ao crescimento das safras são animadoras. Feito o confronto com a média registada no periodo de 1925 a 1929 e adotado, para essa média, o indice 100, como base de comparação, vê-se que as quantidades produzidas aumentaram, em 1934, de 141 % e, em 1935, de 211 %.

FRUTAS DE MESA

Nos ultimos anos, a produção de frutas de mesa tem se desenvolvido de modo verdadeiramente auspicioso. Já é consideravel o movimento exportador, observando-se que a colocação das nossas frutas nos mercados externos se faz com relativa facilidade, o que se explica por se tratar de produto de consumo certo e para o qual as exigencias se reduzem á qualidade, boa conservação e agradável apparencia. Pelo quadro abaixo verifica-se o crescimento constante das vendas durante o ultimo decenio:

PRODUÇÃO DE FRUTAS DE MESA

ANOS	QUINTAIS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
1926.....	10.250.000	99.600
1927.....	11.500.000	115.500
1928.....	13.625.000	147.500
1929.....	15.750.000	186.000
1930.....	18.325.000	246.500
1931.....	22.200.000	327.400
1932.....	24.890.000	379.800
1933.....	26.790.750	477.564
1934.....	28.682.325	544.591
1935.....	29.363.700	556.800

NUMEROS-INDICES

(Média de 1925-1929 = 100)

ANOS	QUAN- TIDADE	VALOR
1926.....	85	79
1927.....	95	91
1928.....	113	117
1929.....	130	147
1930.....	151	195
1931.....	183	259
1932.....	206	300
1933.....	221	378
1934.....	237	431
1935.....	243	440

Os algarismos registados demonstram resultados inequívocos, pois a produção quasi triplicou no decurso desses dez anos.

A progressão foi ainda maior no concernente ás frutas cítricas. Aí o crescimento, tendo-se em vista a média apurada de 1925-1929, chegou ao índice 518, em 1935, índice que sobe acentuadamente depois de 1930. O quadro seguinte é bem expressivo, a respeito:

PRODUÇÃO DE FRUTAS CITRICOLAS

ANOS	QUINTAIS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
1926.....	1.575.000	27.000
1927.....	1.750.000	35.000
1928.....	2.800.000	56.000
1929.....	3.850.000	77.000
1930.....	4.200.000	120.000
1931.....	7.000.000	200.000
1932.....	8.750.000	250.000
1933.....	10.364.515	343.296
1934.....	11.519.760	380.440
1935.....	11.783.100	389.000

NUMEROS-INDICES

(Média de 1925-1929 = 100)

ANOS	QUAN- T I D A D E	VALOR
1926.....	69	64
1927.....	77	83
1928.....	123	133
1929.....	169	182
1930.....	185	284
1931.....	308	474
1932.....	385	592
1933.....	455	813
1934.....	506	901
1935.....	518	922

Como se vê, a contribuição das frutas de mesa, com tendencia para aumentar, já é consideravel, sendo possivel que, em futuro proximo, venha pesar na balança comercial com uma quota de altos indices, concorrendo, assim, para avolumar as cifras da nossa exportação. Urge, por isso, insistir no esforço feito, melhorando a produção e ampliando os mercados, cujas condições continuam a ser favoraveis á entrada das nossas frutas.

2 — SITUAÇÃO FINANCEIRA

A nossa situação financeira tem sido, nos últimos tempos, objeto de comentarios criticos, feitos com espirito geralmente tendencioso, que procura trabalhar a opinião publica, com o fim de fazer crer que o país se acha em condições ruinosas.

Trata-se, no fundo, de uma campanha impatriotica, pelo seu carater negativista e pela insistencia com que focaliza falsamente os mais serios aspectos da vida nacional, que são, indiscutivelmente, os que dizem respeito ao seu credito e estabilidade economica.

A verdade não é facil, entretanto, de ocultar, e pode ser apreendida por quem quer que se disponha a examinar os fatos com serenidade e isenção de animo.

Cabe-nos, apenas, assegurar que os esforços persistentes e honestos do Governo não medem obstaculos para promover, com firmeza, a obra de restauração das finanças publicas.

E' natural que os resultados, algumas vezes, não sejam de todo satisfatorios, devido á intervenção de fatores estranhos e irremoviveis que escapam ao controle e á ação dos homens de governo.

A titulo illustrativo, não será demais citar, entre eles, a instabilidade dos negocios mundiais, de reflexo

evidente nas relações politico-sociais, e o estancamento das correntes de comercio, produzindo efeitos perturbadores, sobretudo nos países cuja economia assenta predominantemente num ramo unico de atividades, seja o agrario ou o industrial. Sobrepondo-se a multiplos embarços e a dificuldades de diversa natureza, tem o Governo, entretanto, conseguido assegurar uma situação de relativo desafogo, melhorando, de modo sensivel, as condições gerais do país, intensificando o comercio e o credito, incrementando as industrias, e isso sem deixar de atender aos compromissos decorrentes das obrigações de nossa divida externa e sem descurar do aperfeiçoamento dos serviços publicos, com a finalidade de garantir mais eficaz assistencia em todos os setores a que se estende a sua atividade.

Completando os esforços que representam essas realizações, cabe ainda referir os que permitiram chegar, em materia estritamente financeira, ao quasi equilibrio da despesa e receita publicas e encaminhar o saneamento do meio circulante com a formação do fundo-ouro, para garantia do papel-moeda.

Esses resultados tornam-se ainda mais evidentes si considerarmos o vulto das autorizações concedidas para a realização de despesas; os compromissos extra-orçamentarios liquidados e que atingiram a 447.656:654\$600; o ouro adquirido, num total de 253.782:931\$400, e o pagamento das respectivas des-

pesas, computado, em 1935, em 123.911:070\$600; as operações de credito realizadas com o Banco do Brasil, que ficaram, no fim do exercicio, limitadas á parcela de 153.785:424\$500, muito aquém do total autorizado.

Tudo isso foi feito sem recorrer a meios extremos ou a processos negativos, mas, tão somente, com os recursos provenientes do desenvolvimento natural das fontes de rendas, arrecadadas escrupulosamente e aplicadas na medida das possibilidades.

O balanço de contas do ultimo exercicio é expressivo e evidencia o esforço metodico e tenaz, mantido para obter o equilibrio. Persistem, nesse sentido, as diretrizes assentadas: incentiva-se a arrecadação; evita-se a evasão de rendas, combatendo a fraude; reforma-se a legislação fiscal e subordinam-se as despesas aos recursos existentes.

A analise a seguir deixa bem patente o que afirmamos.

Em relação ao exercicio de 1931, tem-se um *deficit* de 293.954.945\$900, resultante da execução do primeiro orçamento elaborado pelo Governo Provisorio.

Nesse exercicio, a situação orçamentaria da União foi enormemente prejudicada, em vista da depressão da receita. Basta ver que as rendas previstas, para 1931, correspondem á importancia de 2.669.993:574\$300, inclusive 440.622:539\$100, de recursos, ao passo que a renda geral obtida equi-

vale a 1.752.665:427\$600. A diferença, para menos, nos recursos obtidos no exercício, atingiu a réis 917.328:146\$700.

O Governo, porém, persistiu no programa de compressão das despesas orçamentarias, tanto que, autorizada na importancia de 2.327.493:922\$700, a despesa realizada ficou reduzida a 1.874.778:992\$900. Os dispendios orçamentarios, em 1931, atingem, portanto, á cifra de 452.714:929\$800.

Em virtude da queda da arrecadação, o *deficit* orçamentario montou, a 122.113:565\$300. Somada, a esse *deficit*, a importancia de 171.841:380\$600, obtida mediante creditos especiais destinados a atender a compromissos decorrentes da propria situação do país, tem-se o *deficit* global de 293.954:945\$900, no exercício já referido.

O *deficit* do exercício de 1932 atingiu a réis 1.108.877:991\$400.

Esse *deficit* provém de tres fontes primordiais. A maior delas se relaciona com a sensível diferença entre a receita arrecadada e a previsão orçamentaria. Levem-se em conta agora os gastos dos ministerios militares, em consequencia da situação anormalissima desse periodo, cujos excedentes correspondem a 418.411:769\$, para o Exercito, e 60.523:111\$, para a Marinha, bem como a parcela de 176.696:349\$, aplicada nas obras do Nordeste, e ter-se-á aí um total que excede a soma correspondente ao desequilibrio do exercício de 1932, ano em que o Governo foi

forçado a dispendios extraordinarios pelos motivos que são do dominio publico.

O esforço de compressão das despesas ordinarias manteve-se ininterrupto, nesse exercicio. Prova-o o fato de que as economias feitas, nas verbas orçamentarias, produziram, em conjunto, a importancia de 189.204:106\$900, que foi quanto se gastou a menos, pelo orçamento de 1932. A queda da receita, inevitavel num país em situação anormal do ponto de vista da ordem publica, afetou o balanço orçamentario. Assim, posto que a despesa realizada fosse menor que a autorizada, registou-se um *deficit* orçamentario no valor de 277.349:116\$400.

O exercicio de 1933 acusa tambem um *deficit* na quantia de 715.891:091\$800. Nele se refletem ainda compromissos anteriores, decorrentes de exigencias da ordem publica e de encargos ligados às obras do Nordeste. O *deficit* estritamente orçamentario baixou, todavia, de modo consideravel. Enquanto o desequilibrio do orçamento de 1932 montou a 277.349:116\$400, ficou reduzido a réis 36.402:314\$700, em 1933. Não ocorresse a necessidade de gastos imprevistos e a situação financeira do país, pelos resultados do seu balanço orçamentario, apresentar-se-ia excelente.

E' preciso notar que o *deficit* do exercicio de 1933 abrange um periodo de 15 meses, o que contribuiu para a elevação da respectiva cifra.

No exercício de 1934, o balanço propriamente orçamentario fechou com o saldo de 213.518:391\$500. A despesa orçamentaria ficou aquém da orçada. Mas, o balanço do exercício acusa o *deficit* de 128.104:722\$000. Como consequencia das medidas tomadas para a normalização e regularização da vida administrativa do país, além das mencionadas providencias de caráter fiscal, a arrecadação produziu um excedente de mais de 400.000:000\$, o que se refletiu no resultado do balanço orçamentario expresso no saldo, já referido, de 213.518:391\$500. O Governo se viu forçado a gastos extraordinarios, no valor de 341.623:113\$500, consumindo-se, assim, recursos que, absorvendo o produto do saldo orçamentario, determinaram o *deficit* de 128.104:722\$, o menor de todos quantos se registaram desde 1930.

O *deficit* do exercício de 1934 ficou reduzido, como se vê, a 128.104:722\$, ao passo que o desequilibrio de 1930 montou á importancia de 832.590:506\$100. Do ponto de vista orçamentario, nenhum dos *deficits* registados, no periodo de 1931 a 1933, igualou ao de 1930. Pelo contrario, o *deficit* orçamentario de 1930 foi de 497.463:332\$000. Os *deficits* orçamentarios de 1931 a 1933 montaram a 435.864:996\$400, total inferior, portanto, compreendidos os tres anos, ao *deficit* de 1930. Mas, como o Governo obteve, em 1934, o *superavit* orçamentario de 213.518:391\$500, segue-se que, no periodo

de 1931 a 1934, os compromissos do Tesouro, decorrentes de *deficits* orçamentarios, se exprimem, apenas, na cifra de 222.346:604\$900.

A situação financeira, no periodo de 1931 a 1934, teria, portanto, melhorado consideravelmente, si não fossem os gastos extraordinarios determinados por situações imprevistas e pelas consequencias desses fatos no movimento da arrecadação.

Esse exame retrospectivo serve para salientar a continuidade dos processos de compressão das despesas. Si as circunstancias não permitiram eliminar os saldos negativos, certo não cabe a culpa ao Governo, que, em face de situações prementes, de problemas inadiaveis, de uma calamidade publica ou de um estado grave de perturbação da ordem, não poderia ficar jungido á exclusiva preocupação de ajustar a despesa á receita, deixando que o país se convulsionasse, ou abstando-se de assistir ás suas populações atingidas por catastrofes imprevisiveis.

Outro fato que reflete a consideravel melhoria da situação das finanças do país é o da posição do Tesouro Nacional perante o Banco das Brasil,

Durante quasi todo o exercicio, o Tesouro, nas suas contas com o banco, se conservou credor, o que revela claramente a constancia de uma arrecadação superior á despesa.

Orçamento quasi equilibrado, indices economicos em ascensão, média do custo da vida mais ou

menos estavel, movimento total dos emprestimos concedidos e depositos feitos pelos bancos elevados de mais de 30% e 35%, respectivamente, em relação a 1930, cotação dos titulos da divida publica em posição firme, eis o quadro da situação financeira do país, ao encerrar-se o exercicio de 1935.

Com esses dados altamente significativos, fruto de uma politica sã, de um trabalho ingente e de um controle ininterrupto e eficiente, o Governo dá a mais cabal demonstração de que não faltou ao compromisso assumido, perante a Nação, de empregar todos os seus esforços, no sentido do reerguimento das finanças nacionais.

Não podemos, evidentemente, estacionar nesses propositos de restauração financeira.

A elaboração da proposta orçamentaria para 1937 está sendo processada com o maximo rigor e obedecendo a uma nova classificação, cujo objetivo é o de uniformizar os dizeres das respectivas tabelas e o de melhor distribuir as dotações, por titulos, que valham como uma sintese dos serviços a que se destinam.

Essa unidade na organização das diferentes tabelas, sobre ser de grande vantagem para a contabilidade publica, facilita o controle fiscal e simplifica a elaboração dos futuros orçamentos.

Assim orientado, o orçamento se apresentará sob nova feição. A parte "Pessoal" ficará sub-divi-

dida em "Pessoal em exercício" e "Pessoal adido, agregado, em disponibilidade, inativo e pensionista", tendo o primeiro grupo os seguintes títulos: Pessoal fixo — Pessoal variável — Gratificações e auxílios permanentes — Gratificações e auxílios acidentais — Outras despesas com o pessoal. A segunda parte compreenderá: "Material" — "Construções e obras novas" — e — "Serviços e encargos diversos".

Com essa distribuição ter-se-á dado um grande passo em relação ao aperfeiçoamento da nossa lei de meios.

Como providencias complementares, destinadas a influir direta ou indiretamente para a melhoria das condições financeiras do país, outras medidas estão em estudo.

Examinam-se os meios de aumentar as nossas relações comerciais. Nesse sentido já vem sendo orientada a política cambial, afim de estimular as condições do mercado interno e de remover os obstáculos criados pelas oscilações do valor das divisas internacionais.

Na parte fiscal, a atenção governamental se fixa, atualmente, no desenvolvimento das rendas que mais contribuem para a arrecadação.

A nova lei do selo já teve em vista esse resultado.

O imposto sobre a renda continua sendo objeto de estudos. A elaboração de um plano geral para o

seu controle e metodização está sendo realizada, sem prejuízo das medidas já postas em pratica para aumentar a arrecadação. Recentemente, o Governo, considerando a necessidade de estabelecer normas para a execução dos serviços afetos á Diretoria do Imposto de Renda, fez expedir o respectivo regulamento, de acôrdo com a autorização contida no art. 7º do decreto n. 23.841, de 7 de fevereiro de 1934. Essa providencia facilitará a marcha do processo e virá também definir as atribuições e responsabilidades dos serventuários desse departamento. Para evitar, porém, a evasão desse tributo impõe-se que o Poder Legislativo não demore as medidas necessárias, já pleiteadas, ou outras equivalentes, sem as quais o fisco permanecerá desarmado para evitar as fraudes e sonegações. Não devemos esquecer que o imposto de renda precisa transformar-se, tal como está acontecendo em todos os grandes países, numa das fontes primordiais da nossa arrecadação.

Quanto ao imposto de consumo, as providencias de fiscalização, que serão postas em pratica, produzirão necessariamente o aumento da quota com que vem contribuindo para a receita geral.

BALANÇO FINANCEIRO

O orçamento da Receita e Despesa da União, em 1935, foi votado com um *deficit* de réis 506.077.992\$, conforme se evidencia do seguinte confronto:

Receita prevista.....	2.169.577:000\$000
Despesa fixada.....	2.675.654:992\$000
<i>Deficit</i>	<u>506.077:992\$000</u>

Durante o exercício foram concedidas autorizações para abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários), num total de 594.899:649\$300.

Adicionando este total ao montante do *deficit* previsto na lei de meios, temos:

Excesso da despesa fixada sobre a receita prevista.....	506.077:992\$000
Créditos adicionais autorizados...	<u>594.899:649\$300</u>
<i>Deficit</i> total, de acordo com as autorizações legislativas...	<u>1.100.977:641\$300</u>

Si fossem utilizadas todas as autorizações legislativas para a realização de despesas, o *deficit* atingiria a elevada cifra de 1.100.977:641\$300.

Diante dessa contingência, o Governo iniciou, desde logo, uma ação decisiva no sentido da mais radical compressão nos gastos públicos, promovendo ao mesmo tempo, a elevação das rendas.

Confrontando-se a receita prevista com a arrecadada, verifica-se que o aumento das rendas atingiu a 553.116:101\$400, assim discriminado:

RECEITA — ORÇAMENTO

Previsão.....	2.169.577:000\$000
Arrecadação.....	2.722.693:101\$400
Maior arrecadação	<u>553.116:101\$400</u>

Quanto á despesa, o resultado é bastante significativo, como a seguir se demonstra:

Fixada, inclusive suplementações, em.....	2.762.504:732\$200
O total realizado, inclusive suplementações, importou apenas em.....	<u>2.424.344:831\$900</u>
Resultando uma diferença para menos de.....	<u>338.159:900\$300</u>

Na execução da parte orçamentaria, propriamente dita, verificou-se com

Arrecadação de.....	2.722.693:101\$400
e a despesa realizada de.....	2.424.344:831\$900
um superavit orçamentario de.....	<u>298.348:269\$500</u>

Durante o exercício e com fundamento nas autorizações legislativas, foram abertos creditos adicionais (especiais e extraordinarios), na importancia de 441.257:331\$800 e transferido para 1935

o credito de 8.405:100\$, o que perfaz o total de autorizações de 449.662:431\$800.

Por conta desses creditos foram realizadas despesas num total de.....	197.647:262\$400
Computando-se mais as que foram efetuadas sem classificação e levadas ao titulo Agentes Pagadores, na importancia de	250.009:392\$200
Tem-se um total de.....	<u>447.656:654\$600</u>

O confronto entre a

Receita arrecadada de.....	2.722.693:101\$400
e a despesa orçamentaria realizada de.....	<u>2.424.344:831\$900</u>
oferece um <i>superavit</i> de.....	298.348:269\$500
Mas, considerando-se o total das despesas extra-orçamentarias realizadas no total de.....	<u>447.656:654\$600</u>
resulta a diferença de.....	<u>149.308:385\$100</u>

que representa o *deficit* do exercicio, isto é, o saldo negativo entre a "Receita" e a "Despesa" do exercicio de 1935, o qual ainda se demonstra pela comparação entre a

Receita arrecadada de.....	2.722.693:101\$400
e a despesa realizada, inclusive a parte subordinada a creditos adicionais e a Agentes Pagadores.....	<u>2.872.001:486\$500</u>
<i>Deficit</i> do exercicio.....	<u>149.308:385\$100</u>

Tendo sido a previsão da receita, na quantia de 2.169.577:000\$ e o total arrecadado na de

2.722.693:101\$400, resulta um aumento de renda na importancia de 553.116:101\$400.

Para que se possa avaliar a que ponto atingiu a compressão nos gastos publicos, é bastante confrontar o

Total das despesas autorizadas..	2.762.504:732\$200
com o total das despesas realizadas de.....	2.424.344:831\$900
E o resultado será um saldo de autorizações, não aplicado, no total de.....	338.159:900\$300

A compressão de 338.159:900\$300 na despesa, e o excesso de arrecadação na receita de réis 553.116:101\$400, ora evidenciados, em concordancia com a compressão de 252.015:169\$400 na aplicação das autorizações especiais, e levadas em conta as despesas, de 250.009:392\$200, que não lograram classificação, representam, na cifra total de réis 893.281.778\$900, todo o trabalho do Governo para uma perfeita execução das contas do exercicio, visando-lhes o equilibrio.

Demonstrado o resultado da execução do orçamento, vejamos como foram liquidadas as operações realizadas dentro do exercicio. O balanço acusa a seguinte situação:

Receita.....	2.722.693:101\$400
Despesa.....	2.872.001:486\$500
Deficit do exercicio.....	149.308:385\$100

Diversos responsaveis:

Saldos em poder.....	82.957:967\$300
Saldo devedor.....	232.266:352\$400

Operações de credito:

Deduz-se o saldo credor das
operações de credito de Te-
souraria, a saber:

Emissão de promissórias, le- tras e moeda metálica.....	176.759:624\$500	
Resgate de papel, obrigações e moeda metálica.....	49.364:090\$800	
ou seja o saldo de.....		127.395:533\$700
donde o descoberto de.....		
		104.870:818\$700

Para cobrir essa diferença foram utilizados os
seguintes recursos:

Saldo credor dos depositos.....	38.803:177\$100
Saldo nas Tesourarias.....	27.559:368\$200
Saldo das operações efetuadas com os Estados e Municipios..	2.421:095\$900
Recursos no Banco do Brasil e outros.....	36.087:177\$500
	104.870:818\$700

Esses os algarismos que demonstram o resul-
tado do grande esforço dispendido com o fim de
equilibrar os orçamentos. O *deficit* previsto de mais
de 1.000.000:000\$ foi reduzido á cifra de réis
149.308:385\$100 e o resultado geral das operações
de ordem financeira se expressa por um descoberto
de, apenas, 104.870:818\$700, incomparavelmente
menor do que o apurado no balanço anterior.

Incorporado ao patrimonio o resultado das
operações do exercicio financeiro, demonstra o ba-

lanço respectivo, computadas as operações de ordem economica, que a situação geral do Tesouro é das mais promissoras.

As operações contabilizadas refletem uma consideravel melhoria e deixam evidenciada a segurança dos meios utilizados para regularizar as finanças publicas.

A conta "Patrimonio Nacional", representada pelos bens e valores pertencentes á União, acusa uma elevação de valor, que se expressa na cifra de 335.160:090\$300.

O balanço patrimonial oferece tambem o estado das contas ativas e passivas, subordinadas ao titulo "Dividas Flutuantes". No termo do exercicio apurou-se uma diferença a favor do ativo, no total de 250.963:021\$700, que, comparada ao resultado do balanço anterior, evidencia o aumento de 337.866:722\$100. sendo acrescimo nas contas do ativo, no valor de 225.203:787\$ e diminuição nas do passivo, em 112.662:935\$100.

No quadro do papel moeda e da divida consolidada (Interna e Externa), ha tambem que realçar as variações verificadas no decurso do exercicio, as quais se traduzem pelos algarismos adiante apreciados.

A conta "Portadores de Papel Moeda" demonstra um aumento na circulação de 459.326:009\$000, que, em ultima analise, está compensada com os suprimentos feitos para a Carteira de Redes-

contos do Banco do Brasil, de acôrdo com a legislação em vigor.

Fiel ao plano estabelecido pelo decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, resgatou o Governo, no exercício de 1935, titulos da divida externa no total de 659.493 libras, 1.863.400 dolares e 7.645.250 francos-papel, correspondentes a empréstimos lançados nas praças de Londres, Nova York e Paris, concorrendo assim, para desafogar a situação do Tesouro, no quadro da Divida Externa, já pelo que representa o montante amortizado em relação ao capital, já pelo seu consequente reflexo no menor encargo de juros em futuros exercicios.

As cifras indicadas em moeda estrangeira são equivalentes, á taxa média do cambio oficial, á soma de 66.319:953\$800, a saber:

Libras.....	659.493	correspondentes a	38.191:899\$100
Dolares.....	1.863.400	" "	22.180:050\$400
Francos-papel.....	7.645.250	" "	5.948:004\$500
			66.319:953\$800

Comparando-se a posição da Divida Interna, por ocasião do encerramento dos balanços de 1934 e 1935, conclue-se por um aumento na circulação de 279.981:500\$, que provém da emissão de apolices do Reajustamento Economico, no total de réis 283.242.500\$, compensada com o resgate de Obrigações do Tesouro, da emissão de 1930, no total de 3.261:000\$000.

As cifras em referencia são por demais expressivas como indice irrecusavel de uma situação inteiramente favoravel ao Tesouro Nacional, conforme fôra dito.

O balanço das contas do exercicio de 1935 prova, com abundancia de detalhes, o quanto valem, em materia de finanças, os esforços persistentes.

Num país em pleno crescimento, dispondo de grandes recursos, é sempre possivel, com tenacidade e metodo, dominar as dificuldades.

NOVA DIVISÃO TRIBUTARIA

A Constituição de 1934, estabelecendo a nova discriminação das rendas, privou a receita federal da arrecadação de varios impostos, extinguindo uns, como os de viação e transportes, transferindo outros para os Estados, como os de vendas mercantis, o de consumo sobre a gasolina, o de industrias e profissões e o que atinge a renda cedular de imoveis. São consideraveis os efeitos perturbadores dessa divisão tributaria sobre as possibilidades fiscais da União. Além de trazer-lhe a perda imediata dos recursos que o erario federal não pode continuar a perceber, não oferece outras fontes de arrecadação que compensem atualmente a potencialidade dos tributos transferidos aos Estados.

O prejuizo sofrido foi, sem duvida, sensivel, sobretudo si tivermos em vista a necessidade de fortalecer o Tesouro Nacional por todos os meios possiveis, afim de que o país possa colher os bons

resultados da pratica de uma politica orçamentaria de poupança e equilibrio.

O imposto de vendas mercantis constitue precisamente um exemplo a citar: a sua arrecadação cresceu de 70.078:601\$900, em 1931, para 110.777:409\$100, em 1935. Isso mostra a sua grande resistencia diante dos efeitos depressivos da crise. Mesmo em 1932, ano anormal na vida do país, a sua progressão persistiu: em 1932, o aumento corresponde a 5,8%; em 1933, a 24,4%; em 1934, a 42,2%; em 1935, a 58%. Trata-se, portanto, de uma fonte de renda das mais seguras e promissoras, bastando lembrar que, transferida aos Estados, estes trataram desde logo de incluí-la nos orçamentos vigentes, numa base de incidencia muito mais acentuada do que a adotada pela União.

Ao elaborar a proposta de orçamento para o corrente exercicio, o Ministerio da Fazenda tratou de dar execução á nova partilha tributaria. Desde logo se verificou que a importancia correspondente á estimativa das rendas não computadas na previsão do balanço do orçamento de 1936, na primeira fase do seu preparo, totalizara a cifra de 217.862:000\$, da qual 145.000:000\$ representam o montante dos impostos excluidos da proposta e 72.862:000\$ a soma dos impostos que passaram á alçada do Distrito Federal, mas foram ainda conservados na proposta orçamentaria da União e serão por ela arrecadados, nos termos dos acordos

a que se refere o art. 3º das Disposições Transitorias da lei n. 196, de 18 de janeiro de 1936. Ultimada a votação da lei anual, referente ao atual exercício, todos os impostos excluídos da competência federal, de par com os impostos extintos por força dos dispositivos constitucionais, deixaram de figurar no orçamento para 1936.

As consequências da nova distribuição das rendas e as estimativas dos prejuízos decorrentes ainda não podem ser exatamente avaliadas. De qualquer forma, a União se vê privada de rendas, no momento em que mais precisa fortalecer a receita em benefício da boa ordem financeira. Acresce, ainda, a circunstância ponderável de ter correspondido a essa perda o aumento dos encargos a satisfazer e a responsabilidade de outros que aos Estados mais propriamente caberia custear.

De acôrdo com a arrecadação produzida, no exercício de 1935, pelos impostos extintos e transferidos, a nova discriminação das rendas prejudicou a receita federal, na proporção seguinte:

ARRECADAÇÃO EM 1935

Gasolina.....	16.775:000\$900
Transporte.....	17.631:076\$000
Viação.....	21.488:755\$200
Vendas mercantis.....	110.777:409\$100
R. cedular de imóveis (avaliada).....	15.000:000\$000
Indústrias e profissões.....	15.954:436\$300
	<u>197.626:677\$500</u>

Os efeitos depressivos da atual divisão tributaria precisam ser, quanto antes, neutralizados. A solução mais aconselhavel só pode consistir numa revisão de todos os impostos federais, de modo a adaptá-los ás condições do país, ajustando-os á capacidade de contribuição da população, capacidade que, pelo seu natural desenvolvimento, tem sofrido alterações amplas e profundas.

DIVIDA INTERNA FUNDADA

A diretriz traçada pelo Governo, no concernente á divida interna, tem sido coerentemente mantida.

O aumento registado na divida interna fundada, durante os seis ultimos anos, decorre fundamentalmente de causas anormais, conforme se depreende dos termos dos proprios decretos que autorizaram as emissões efetuadas. Assim, em 19 de novembro de 1930, o Governo se viu forçado a decretar a primeira emissão, no total de 300.000:000\$, destinada a atender a compromissos de ordem imperativa; em 10 de agosto de 1932, foi decretada nova emissão, no valor de 400.000:000\$, cuja necessidade decorreu, inelutavelmente, das anormalidades que perturbaram a vida do país áquela epoca, as quais ainda exigiram a emissão feita, em virtude do decreto n. 23.533, de 1º de dezembro de 1933, que montava, em 11 de março ultimo, ás cifras de 283.242:500\$000.

A posição da dívida interna fundada expressa-se nos seguintes totais, a partir de 1930.

ANOS	EMIÇÃO AUTORIZADA	EMIÇÃO REALIZADA	AMORTIZAÇÃO	SALDO EM CIRCULAÇÃO
1930.....	3.090.667 :000\$	2.695.951 :300\$	162.037 :000\$	2.533.914 :300\$
1931.....	3.090.667 :000\$	2.779.746 :000\$	190.037 :000\$	2.589.709 :000\$
1932.....	3.490.548 :000\$	3.317.246 :900\$	310.150 :000\$	3.016.096 :900\$
1933.....	3.505.054 :000\$	3.336.127 :900\$	330.973 :000\$	3.005.154 :900\$
1934.....	3.505.054 :000\$	3.333.990 :500\$	330.989 :000\$	3.003.001 :500\$
1935.....	4.005.054 :000\$	3.617.233 :000\$	334.250 :000\$	3.282.983 :000\$

O Governo não só deixou de utilizar, em todo o seu limite, a autorização de que dispunha a para emitir títulos da dívida interna fundada, como também, apesar do período anormal por que o país passou, não interrompeu a política de amortização, expressa nas cifras que ressaltam do quadro supra. Tem havido, pois, o mais perseverante propósito de não agravar aquela dívida. Fatores poderosos contribuíram, porém, no sentido do seu aumento, contido, ainda assim, dentro dos limites traçados por necessidades inevitáveis.

DÍVIDA FLUTUANTE

O Governo continua no firme propósito de ativar, por todos os meios ao seu alcance, a liquidação da dívida flutuante. Tendo em vista essa preocupação, opôs o seu veto á resolução legislativa que

visava transferir para a Diretoria da Despesa os serviços de que trata o decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933, no qual se traçaram as normas tendentes á definitiva regularização daqueles compromissos da União.

Nas razões de veto fez-se sentir que, dadas as circunstancias especiais em que tiveram origem as contas da divida flutuante, ao seu pagamento, se convertida em lei a mencionada resolução, se anteporiam exigencias ligadas ao preenchimento de formalidades que não poderiam, na maioria dos casos, de modo algum ser preenchidas.

Por maiores que fossem os esforços empregados pela Comissão de Liquidação da Divida Flutuante, motivos de natureza toda especial a impediram de conduzir a bom termo a incumbencia que lhe foi cometida. Diante das razões apresentadas, o Governo anuiu em conceder a exoneração pedida pelos membros da referida Comissão, dando-lhes substitutos imediatos, afim de evitar a interrupção dos respectivos serviços.

Através dos atos e providencias que vem praticando, o Governo tem demonstrado sincero interesse no sentido de que os credores da União sejam reembolsados, quanto antes, dos recursos que lhes são devidos. Assim procedendo, atende também ás conveniencias da administração publica, que precisa ser libertada das responsabilidades dessa natureza, saneando, ao mesmo tempo, o seu credito interno.

DIVIDA EXTERNA DA UNIÃO

Em face de circunstancias verdadeiramente excepcionais, quanto ao ambiente mundial, e apesar dos numerosos obstaculos que nos surgem a cada passo, vamos cumprindo, dentro dos limites maximos e com uma pontualidade rara no momento, os nossos compromissos externos, não poupando sacrificios para manter o credito publico. Certamente, não é esse o exemplo internacional mais seguido, uma vez que os repudios de dividas já vão constituindo norma geral. Não nos faltariam alegações, bem mais justas que outras feitas para o não pagamento de empréstimos, principalmente tendo em vista que o Governo Brasileiro não tentou, nem pretende tentar, o velho metodo de cobrir compromissos vencidos mediante novos compromissos.

Continuaremos, entretanto, na medida das possibilidades, e poupando o maximo, sem comprometer os imperativos da segurança nacional interna e externa, nem deixar de cumprir os deveres gerais de assistencia, a trabalhar com firmeza, na disposição incontestavel de liquidar as obrigações contraídas no estrangeiro.

Os moldes do esquema aprovado pelo decreto n. 28.829, de 5 de fevereiro de 1934, permanecem em vigor, e o seu serviço é realizado pela melhor forma. Apesar das dificuldades sempre crescentes, algumas criadas pelos mesmos que reclamam rigo-

rosa pontualidade nos pagamentos, e das medidas de varia ordem e alcance tomadas, indiretamente, é certo, mas com um reflexo inegavel nos saldos da nossa balança comercial, iremos o mais longe possivel.

E' preciso, ainda, não esquecer que as condições das nossas disponibilidades mudaram sensivelmente de 1934 para cá. O saldo da nossa balança comercial expressava-se, naquela época, em £ 7.658.169. Entretanto, já no ano findo, essa situação se modificou, descendo o referido saldo para £ 5.580.707, ouro, relativamente ao de 1933 e mostrando um declínio ainda mais pronunciado em relação a 1934. Mesmo assim, prosseguimos no pagamento iniciado, sem utilizar expedientes financeiros, nem prejudicar com medidas drasticas os interesses estrangeiros no país, criando impostos applicaveis ás transações ou aos bens dos seus nacionais, como é praticado geralmente.

Tudo isso revela melhor do que longas dissertações a magnitude do esforço que se vem fazendo para manter integro o credito nacional.

De 31 de dezembro de 1930 a 31 de dezembro de 1935, foram dispendidos, para fins de amortização da divida externa, 2.429.394 libras, 3.755.546 dolares, 2.322.198 francos, moeda ouro, e 8.530.725 francos-papel, a que se devem somar as quantias correspondentes ao serviço de juros, equivalente, no periodo citado, a 10.752.427 libras, 16.390.232

dolares e 12.045.756 francos, moeda ouro, e 35.345.519 francos-papel, bem como os pagamentos relativos às comissões de 142.767 libras, 219.279 dolares, 170.745 francos, também ouro, e 298.239 francos-papel.

Sobreleva, ainda, considerar que, em 1933 e 1934, o Governo efetuou a liquidação dos atrasados de Haia, que importou, em 31.756.795 francos-ouro e 104.378.552 francos-papel.

O Brasil pagou, portanto, a título de serviço da sua dívida externa, no quinquênio mencionado, as importâncias totais adiante enumeradas:

Libras.....	13.324.588
Dolares.....	20.365.057
Francos-ouro.....	14.538.679
Francos-papel.....	180.309.830

Dentro do mesmo período, os saldos em circulação dos empréstimos externos federais correspondem às cifras seguintes:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

Em libras esterlinas

1930.....	99.770.434
1931.....	97.758.798
1932.....	100.924.728
1933.....	104.123.539
1934.....	106.450.746
1935.....	105.791.253

Em dolares

1930.....	147.433.500
1931.....	144.672.500
1932.....	144.672.500
1933.....	159.892.800
1934.....	174.197.045
1935.....	172.333.645

Em francos-ouro

1930.....	233.206.250
1931.....	228.989.500
1932.....	228.989.500
1933.....	228.989.500
1934.....	228.989.500
1935.....	229.185.500

Em francos-papel

1930.....	96.657.504
1931.....	96.181.500
1932.....	96.181.500
1933.....	248.596.955
1934.....	296.736.900
1935.....	288.551.462

Operada a conversão da dívida externa federal a uma só moeda, adotando-se, para isso, o criterio das medias anuais, a posição dessa dívida assim se exprime:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO**Em libras esterlinas**

1930.....	140.840.624
1931.....	141.629.454
1932.....	157.635.792
1933.....	159.267.791
1934.....	160.840.027
1935.....	159.359.323

Tendo-se em vista o periodo dentro do qual o serviço da dívida externa da União, como o de toda a dívida externa, ficou regulado pelo esquema que acompanhou o decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, as importancias dos juros pagos pelo Governo Federal, em confronto com as quantias

estipuladas nos respectivos contratos, permitem estabelecer o seguinte quadro:

**RESULTADOS LIQUIDOS VERIFICADOS NO PAGAMENTO
DE JUROS, DE 1 DE ABRIL DE 1934 A 31 DE DEZEMBRO
DE 1935**

	Nos termos do contrato	Nos termos do esquema	Diferença para menos
Libras esterlinas.....	4.581.395	1.388.548	3.192.847
Dolares.....	11.801.646	4.245.254	7.556.392
Franco-papel.....	62.867.283	18.960.381	43.897.902

Assim, as vantagens asseguradas pelo esquema da dívida externa, feita a conversão a uma só moeda, corresponde ao total de £ 5.289.430. A sua equivalencia, na nossa moeda, á taxa de 58\$500 para o esterlino, mostra que a redução operada nos encargos da dívida externa da União produziu a soma de 309.431.655\$000. E' preciso ainda considerar os beneficios auferidos tambem pelos Estados, dos quais trataremos no capitulo proprio.

DIVIDA EXTERNA DOS ESTADOS

Com o retorno do país ao regime constitucional, instituíram-se nos Estados os poderes que lhe são outorgados pela nova Constituição da Republica. No interregno havido, tornou-se possivel ao Governo Federal exercer uma ação uniforme, executando cuidadosamente os propositos de normalizar a vida financeira de algumas unidades federadas, antes muito perturbada.

O instituto fundamental de julho de 1934 procurou, sem prejuizo dos principios de autonomia,

assegurar ao poder central o direito de velar pela regularidade das finanças estaduais, no que se refere aos compromissos externos, e, por outro lado, ampliou a ação dos Estados, que poderão exercer direito identico na esfera municipal.

Precisamente, essa norma constitucional é que permitiu assegurar ao país grande beneficio, pondo ordem nos compromissos de Estados e municipios, e alcançando, em consequencia, as condições requeridas pelo esquema de pagamentos que vem sendo seguido. Não é necessario reiterar observações já formuladas, nem recorrer a exemplos para demonstrar a lamentavel irregularidade a que chegaram alguns serviços das dividas estaduais e municipais. O esquema adotado em 1934 representa um grande esforço tendente a sistematizar e a normalizar uma situação que vinha afetando, de maneira sensível, a posição do credito do Brasil.

Os Estados deixaram de recorrer aos emprestimos externos e a circulação das suas dividas vem diminuindo desde 1930, o que ressalta da simples exposição dos seguintes algarismos:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

Em libras esterlinas

1930.....	50.609.128
1931.....	48.957.879
1932.....	47.563.699
1933.....	45.927.599
1934.....	45.054.699
1935.....	44.121.366

Em dolares

1930.....	157.536.300
1931.....	151.530.300
1932.....	147.608.300
1933.....	144.622.800
1934.....	142.126.300
1935.....	139.022.500

Em francos

1930.....	227.505.125
1931.....	227.504.625
1932.....	227.504.625
1933.....	227.504.625
1934.....	227.504.625
1935.....	226.701.125

Em florins existe um só empréstimo externo estadual, que é o de 1921, tipo 8 %, contraído por São Paulo. A sua circulação se mantém inalterada desde 31 de dezembro de 1932, na cifra de 8.366.000 florins; mas apresenta uma diminuição em cotejo com o saldo de 1930, que era de 10.680.000 florins.

O serviço da dívida externa das unidades federativas absorveu as seguintes parcelas, a partir de 1930:

Em libras esterlinas

1930.....	4.415.275
1931.....	4.894.280
1932.....	3.257.876
1933.....	3.113.064
1934.....	1.538.555
1935.....	1.717.383

Em dolares

1930.....	13.102.729
1931.....	15.359.646
1932.....	6.159.215
1933.....	4.651.410
1934.....	4.700.323
1935.....	4.910.470

Em francos, o serviço da dívida externa estadual corresponde, depois de 1930, às parcelas de 30.125 e 415.656 francos, respectivamente, em 1934 e 1935. Em florins, esse serviço foi o seguinte:

1930.....	2.824.987
1931.....	2.677.514
1932.....	673.998
1933.....	—
1934.....	60.346
1935.....	148.914

Operada a conversão a uma só moeda, vemos que toda a circulação da dívida externa dos Estados monta aos seguintes totais:

Em libras esterlinas

1930.....	86.213.507
1931.....	86.119.852
1932.....	94.200.683
1933.....	84.297.002
1934.....	77.978.032
1935.....	76.288.667

Por sua vez, o quadro abaixo demonstra em que proporção os Estados foram beneficiados, no serviço de juros de sua dívida externa, pela execução do esquema a que se refere o decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934:

RESULTADOS LIQUIDOS VERIFICADOS NO PAGAMENTO DE JUROS, DE 1 DE ABRIL DE 1934 A 31 DE DEZEMBRO DE 1935

	Nos termos dos contratos	Nos termos do esquema	Diferença para menos
Libras esterlinas.....	1.939.279	386.353	1.552.926
Dolares.....	13.061.933	2.783.969	10.277.964
Francos-papel.....	2.409.638	421.685	1.187.953
Florins.....	993.992	199.222	794.770

Assim, convertidas a uma só moeda, as reduções que beneficiaram os Estados, em consequência do esquema de 1934, montam ao total de 4.781.923 libras esterlinas, cujo equivalente na nossa moeda corresponde, por sua vez, a 279.742:495\$500.

POLITICA CAMBIAL

Aproveitando os ensinamentos da experiência colhida com a prática do regime de cambio adotado pelo decreto n. 20.451, de 28 de setembro de 1931, o Governo tem procurado seguir uma orientação que atenda às necessidades ligadas à manutenção do crédito público e aos interesses das classes produtoras. Conforme as alternativas que foram surgindo, e nessa matéria elas são múltiplas e rápidas, modificou-se a política cambial, retificando as diretrizes anteriores e tendo em vista sempre a defesa dos interesses nacionais.

Essa política mantém-se, entretanto, na conformidade das linhas básicas que a definem, a partir de 11 de fevereiro de 1935. A prudência, que caracteriza a ação governamental, ressalta das próprias condições, mais ou menos normais, do mercado de cambio, atualmente libertado da pressão que sobre ele exerciam os créditos congelados.

De posse de todos os elementos que o habilitavam a conhecer a realidade da situação cambial, o Governo tratou de tomar as providências impostas

pelas circunstancias, promovendo, primeiramente, os convenios comerciais datados de 1933, para depois completar os seus efeitos com os atos firmados em virtude das negociações diretamente iniciadas, no começo do ano findo, em Londres e Nova York.

Após a aprovação com que o Poder Legislativo ratificou o acôrdo celebrado com a Grã-Bretanha, e o Tratado de Comercio assinado com os Estados Unidos, do qual é parte integrante a celebração do acôrdo com os credores norte-americanos, para a liquidação das dividas comerciais em atraso, vêm sendo adotadas, por intermedio do Ministerio da Fazenda, as providencias indispensaveis para que ambos esses acordos produzam todos os seus efeitos. Submeteu-se, assim, á apreciação do Tribunal de Contas o contrato firmado em Londres, a 20 de fevereiro ultimo, entre o governo brasileiro e os banqueiros N. M. Rothschild & Sons, complementar ao acôrdo ali assinado a 27 de março de 1935, bem como o contrato firmado em Washington, em 21 de fevereiro, com o National Foreign Trade Council, Incorporated, o qual completa, por sua vez, o Tratado de Comercio entre o Brasil e os Estados Unidos.

Relativamente ao primeiro dos referidos contratos, o Tribunal de Contas, de posse de todos os elementos e informações que lhe transmitiu o Ministerio da Fazenda, já se pronunciou no sentido

de considerar legal o ato do Governo, ordenando o seu registo. O contrato firmado em Washington foi igualmente submetido ao exame do mesmo Tribunal, de cuja aprovação se acha ainda pendente. Os acordos referidos, entrando em fase de plena observancia, destinam-se a libertar o mercado de cambio da pressão exercida pelas dividas comerciais em atraso, possibilitando alcançar os objetivos visados pelos convenios comerciais de 1933.

Nos termos do contrato assinado com N. M. Rothschild & Sons, o Governo emitirá titulos esterlinos no montante de £ 5.000.000, no maximo, vencendo juros de 4 % ao ano, até seu reembolso, pagaveis em prestações semestrais, em 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano. Para pagamento dos juros e do resgate dos titulos, bem como para o reembolso do adeantamento de £ 1.000.000, concedido por N. M. Rothschild & Sons, o Governo se obrigou a reservar uma anuidade calculada desde 1º de janeiro de 1936 e que deverá ser fornecida pela parte dos recursos de cambio reservados para atender ás necessidades officiais.

Quanto ao contrato firmado em Washington com o National Foreign Trade Council, Incorporated, o Governo terá disponivel, em Nova York, fundos, no montante de 2.250.000 dolares, a serem empregados na liquidação dos creditos que não excedam, por credor qualificado, o limite de 25.000

dolares, sendo pagos, mediante notas promissórias, sem juros, os créditos que, por credor qualificado, ultrapassem o referido limite de 25.000 dólares. Da mesma maneira, obriga-se o Governo a reservar, da quota de cambio destinada às necessidades oficiais, a quantia necessaria para atender ao pagamento dos títulos emitidos, no seu respectivo vencimento.

Em virtude da execução firme da politica de liquidação dos créditos atrasados, foram feitas, no anno passado, as seguintes remessas relacionadas com o cumprimento dos convenios comerciais assinados em 1933:

Convenio inglês (Libras).....	853.113-11-00
' americano (Dolares)....	2.440.124,52
' francês (Francos).....	4.401.943,80

Em mil réis, o total das aludidas remessas correspondeu no anno passado á importancia de 81.993.891\$800, assim discriminada:

Convenio inglês.....	49.602 :505\$700
' americano.....	28.935 :860\$100
' francês.....	3.455 :526\$000

Ao encerrar-se o anno de 1935, o saldo das responsabilidades assumidas, em virtude do convenio inglês equivale a £ 3.128.560-16-2; o saldo do convenio americano é de \$ 8.743.779,80 e

do convenio francês atinge a Frs. 20.542.406,73. As remessas a serem feitas, no corrente anno, de acôrdo com o cambio adotado em cada um dos tres convenios, devem montar nos totais seguintes, feita a conversão na nossa moeda:

Convenio inglês.....	52.515.110\$400
" americano.....	33.953.914\$800
" francês.....	3.235.429\$200

Para fazer face a essas responsabilidades, o Governo dispõe dos recursos fixados na importancia de 89.704.454\$400, na conformidade do titulo I, verba VII, consignação n. 1 do orçamento em vigor. Cumpre notar que os totais indicados são passíveis de variação para mais ou para menos, de acôrdo com a taxa do cambio a que sejam feitas as conversões, na data das remessas. No anno passado, as mencionadas variações foram, no seu conjunto, favoraveis ao Tesouro, porque se, em relação ao cumprimento do convenio francês, a liquidação das remessas excedeu de 220.096\$800 á cifra fixada, quanto aos convenios inglês e americano o Tesouro foi beneficiado, devido ao cambio vigente á epoca das remessas, por diferenças para menos, respectivamente, nos valores de 2.912.604\$700 e 5.018.054\$700. Desde a fase inicial, a posição relativa ás responsabilidades assumidas em cada convenio, de par com as liquidações já operadas

e por operar até a sua extinção, podem ser assim resumidas:

CONVENIO INGLÊS

	Libras
Deposito inicial.....	5.001.618-0-0

Saldos existentes

	Libras
1933.....	4.515.349-11-8
1934.....	3.981.674-7-2
1935.....	3.128.560-16-2
1936.....	2.275.447-5-2
1937.....	1.422.333-14-2
1938.....	569.220-3-2

CONVENIO AMERICANO

	Dolares
Deposito inicial.....	14.456.634,98

Saldos existentes

	Dolares
1933.....	12.700.842,24
1934.....	11.183.904,32
1935.....	8.743.779,80
1936.....	6.303.655,28
1937.....	3.863.530,76
1938.....	1.423.406,51

CONVENIO FRANCÊS

	Fr.
Deposito inicial.....	26.258.976,95

Saldos existentes

	Fr.
1934.....	24.944.350,53
1935.....	20.542.406,73
1936.....	16.140.462,73
1937.....	11.738.519,13
1938.....	7.336.575,33
1939.....	2.934.652,50

Em agosto de 1938, o Brasil terá feito a ultima remessa relativa ao convenio inglês; em julho do mesmo ano, ultimar-se-á a liquidação dos compromissos do convenio americano e em agosto de 1939 se acharão extintas as responsabilidades decorrentes do convenio francês.

Em 1935, o Governo já havia amortizado os totais abaixo, relativos a cada convenio:

Convenio inglês (Libras).....	1.873.057-4-10
> americano (Dolares).....	5.712.855,18
> francês (Frs.).....	5.716.570,22

FORMAÇÃO DO LASTRO OURO

A politica de formação do lastro ouro, destinado a servir de garantia ao meio circulante nacional, vem sendo praticada de acôrdo com as normas estabelecidas no decreto n. 23.535, de 4 de dezembro de 1933.

Executando firmemente a diretriz aí traçada, o Governo conseguiu adquirir, até 31 de dezembro do ano passado, 14.845.702^{ms},230, fazendo, assim, face a uma despesa, cujo total corresponde á cifra de 253.782.931\$400. O ouro pertencente ao Tesouro já pode ser estimado em cerca de 300.000:000\$, tendo-se em vista o valor atual da grama, e equivalia, num total de 16.547.341^{ms},891, a £ 2.259.830, ouro, em 30 de março do corrente ano.

A acumulação, já iniciada, de reserva metálica, pertence ao numero das iniciativas que demandam

persistencia, para que possam apresentar, no fim de algum tempo, os beneficios visados.

De longa data, era essa a medida que as circunstancias estavam a indicar como a mais acertada para assegurar a posição da nossa moeda nos mercados internacionais de divisas. Por outro lado, um país produtor de ouro, como é o nosso, não pode deixar de reter, para necessidades eventuais, o metal precioso retirado das suas lavras e minas.

Preferiu-se, entretanto, depois de exportar a grande produção da terra, importar ouro amoedado, tomado de emprestimo.

A politica ora iniciada conseguiu, em breve periodo, armazenar um decimo da circulação do papel-moeda.

Tudo leva a crer que, animada a extração, como vem sendo, no mercado interno, evitado com todo o rigor o contrabando, possamos, dentro de alguns anos, voltar a uma situação invejavel, desde muito perdida.

Atento a essa circumstancia e aos ensinamentos da experiencia, cumpre ter presente, sempre, a perigosa influencia que exerce, na vida financeira dos povos, a moeda fiduciaria com base exclusiva na capacidade emissionista do poder publico. Por isso, o Governo sente-se no dever de empregar todos os meios ao seu alcance, no sentido da formação e da consolidação de um fundo metalico capaz de imprimir, na medida do seu crescimento, confiança no

papel-moeda, de modo que, convenientemente garantido, possa o meio circulante constituir uma expressão exata do valor das nossas realizações e um índice estável das condições em que se processa o desenvolvimento da riqueza nacional.

3 — SITUAÇÃO BANCARIA

BANCO DO BRASIL

Na sua dupla função de maior banco comercial do país e de agente financeiro do Governo, continua o Banco do Brasil a desempenhar-se eficientemente da grande tarefa que lhe cumpre realizar em relação ao desenvolvimento da nossa vida econômica.

No ano findo, essa tarefa cresceu de importância, em vista dos atos internacionais assinados pelo Brasil, com o fim de regularizar a situação dos pagamentos comerciais que as dificuldades decorrentes da escassez de divisas estrangeiras vinham adiando, de maneira inevitável. Além da execução dos acordos de semelhante natureza, acha-se confiado a esse instituto de crédito o controle da nossa política comercial no exterior.

As principais rubricas relativas ao movimento das operações do Banco do Brasil, no ano passado, demonstram a constante assistência dispensada ao comércio e à indústria, principalmente dentro do período dos seis últimos anos. Assim, quanto aos

empréstimos, incluídos os descontos, os algarismos a seguir são bem expressivos:

EMPRÉSTIMOS E DESCONTOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1930.....	1.412
1931.....	1.557
1932.....	2.047
1933.....	2.731
1934.....	2.845
1935.....	3.075

NUMEROS-INDICES

(1929 = 100)

1930.....	116
1931.....	128
1932.....	169
1933.....	225
1934.....	234
1935.....	253

Comparando-se os valores absolutos acima fixados, ressalta que o Banco do Brasil expandiu de 230.000:000\$ a concessão dos empréstimos e descontos nos dois últimos anos. Evidencia-se, ainda, que o ritmo do aumento constatado no período referido foi maior do que o de 1933 para 1934. Neste último caso, o número-índice de crescimento corresponde a 9, ao passo que de 1934 a 1935 esse índice foi de 19.

No decurso de 1930 a 1935, atinge a valores absolutos consideráveis a expansão dos empréstimos concedidos, verificando-se um aumento

de 1.663.000:000\$000. E' verdade que, no titulo de empréstimos e descontos, compreendem-se, logicamente, todas as operações dessa natureza realizadas pelo Banco. De qualquer modo, o fato é que o indice representativo do surto dos empréstimos e descontos concedidos marca o mais alto nivel registado nos seis anos referidos.

Quanto aos depositos, a progressão, em algarismos absolutos e relativos, foi menor, havendo mesmo uma diminuição, não só em 1935 comparado com o ano anterior, mas com 1933, que marca, por sua vez, o maior indice de crescimento desse titulo, conforme se verá a seguir:

DEPOSITOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1930.....	1.426
1931.....	1.144
1932.....	1.885
1933.....	2.920
1934.....	2.875
1935.....	2.689

NUMEROS-INDICES

(1929 = 100)

1930.....	93
1931.....	74
1932.....	122
1933.....	189
1934.....	187
1935.....	174

Depois de 1933, os índices relativos aos depósitos apresentam ligeiro decrescimento. Contribuem decisivamente para esse fato a regressão dos algarismos referentes aos recursos depositados pelos poderes públicos, no que toca ao período de 1934 a 1935, e a proporção em que baixaram os depósitos dos outros bancos, de 1933 para 1934. É o que ressalta do seguinte quadro, que abrange precisamente o período dentro do qual ocorre o declínio a que nos vimos reportando:

DEPOSITOS DOS PODERES PUBLICOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1933.....	853
1934.....	950
1935.....	687

DEPOSITOS BANCARIOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1933.....	817
1934.....	609
1935.....	598

Assim, o declínio dos depósitos totais levados ao Banco do Brasil, de 1933 a 1934, corresponde a 45.000:000\$, caindo em muito maior proporção as importancias depositadas pelos outros estabelecimentos de credito. Esse decrescimento atingiu a 208.000:000\$000. Como o aumento dos depósitos

provenientes dos poderes publicos foi de 97.000:000\$, segue-se que a proporção dos depositos particulares subiu, apesar de ter sido menor, em comparação com 1933, o total dos depositos feitos em 1934.

Em relação a 1935, cotejado com 1934, diminuíram simultaneamente os depositos dos poderes publicos e os depositos bancarios, aqueles na proporção de 263.000:000\$ e estes, na de 11.000:000\$, ou sejam, ambos somados, na razão de 274.000:000\$, a menos. A diminuição total atinge, porém, 186.000:000\$, feito o confronto de 1935 com 1934. Como a depressão dos depositos dos poderes publicos e dos depositos bancarios se exprime em cifra superior, constata-se ainda que os depositos levados pelos particulares não sofreram interrupção na sua marcha progressiva.

Outra rubrica sumamente expressiva é a que diz respeito á compensação de cheques. O surto do seu valor, de 1930 a 1935, está traduzido nos seguintes algarismos:

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

Em mil contos de réis — Médias anuais

1930.....	13.023
1931.....	12.818
1932.....	12.064
1933.....	15.784
1934.....	19.498
1935.....	22.052

NUMEROS-INDICES

(1929 = 100)

1930.....	79
1931.....	78
1932.....	73
1933.....	96
1934.....	118
1935.....	134

Tambem se regista, no ano passado, o maior indice do crescimento do valor a que corresponde o movimento de compensação de cheques realizados pelo Banco do Brasil. Em 1931 e 1932 os respectivos numeros-indices diminuíram. Daí por diante a sua tendencia ascendente não tem sofrido solução de continuidade. Por sua vez, o capital e o fundo de reserva equivalem, somados, a importancias igualmente maiores de ano a ano, no periodo de 1930 a 1935, tendo-se em vista os saldos semestrais. Esses saldos, que eram de 308.000:000\$, em 31 de dezembro de 1930, subiram a 345.000:000\$, na mesma data do ano findo. A alta dos respectivos numeros-indices foi de 120 para 135, no mesmo periodo.

CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCARIA

As atuais condições de normalidade que caracterizam o funcionamento do sistema bancario nacional confirmam, da melhor maneira, os beneficios visados pelo Governo ao criar, em 9 de junho de 1932, a Caixa de Mobilização Bancária.

E' sabido que a função primacial desse aparelho é a de facilitar a mobilização dos ativos bancarios, estabelecendo, ao mesmo tempo, um ambiente de tranquilidade e confiança para os negocios, em geral.

Em 31 de julho de 1935, montava a réis 43.024:172\$700 o saldo dos empréstimos efetuados, correspondendo á cifra de 46.937:495\$050 os valores dados em caução, nos termos do art. 5º, letra *a* do decreto n. 21.499, de 9 de junho de 1932 e a 21.491:000\$ os bens imóveis dados em hipoteca, na conformidade das letras *b* e *c* do mesmo art. 5º. Assim, o total das garantias atinge á importancia de 68.428:495\$050.

Durante o ano findo, as amortizações e liquidações dos valores caucionados atingiram á cifra de 4.154:313\$360. Por sua vez, o fundo de reserva da Caixa, que era de 298:399\$900, em 31 de dezembro de 1913, elevou-se a 718:014\$120.

MOVIMENTO BANCARIO NACIONAL

Denotam crescimento digno de registo as operações realizadas pelos bancos que funcionam no país, quer se examine esse movimento dentro de um periodo mais largo, o de 1930 a 1935, quer a comparação se faça no decurso dos dois ultimos anos. E' oportuno assinalar, ainda, que não tem havido interrupção no desenvolvimento apresentado pelas transações bancarias. Excetuado o ano de 1931, quando

se verificou ligeira baixa, o movimento cresce ininterruptamente, acompanhando e impulsionando a economia nacional. E' o que demonstram os algarismos referentes ás rubricas fundamentais dos respectivos balanços, nos ultimos seis anos:

EMPRESTIMOS

Em mil contos de réis

ANOS	POR DESCONTOS	EM CONTA CORRENTE	TOTAL
1930.....	2.271	3.690	5.961
1931.....	2.284	3.609	5.893
1932.....	2.916	3.781	6.697
1933.....	3.017	3.937	6.954
1934.....	2.958	4.448	7.406
1935.....	3.204	4.548	7.752

Regista-se aumento constante no volume dos recursos bancarios que promoveram a expansão das atividades comerciais, indices que são confirmados de maneira auspiciosa pelos outros fatores de prosperidade já referidos. De 1934 para 1935, os empréstimos cresceram, no seu total, na proporção de 346.000:000\$, sendoque, nesseaumento, 246.000:000\$ representam o dos descontos e 100.000:000\$ a progressão verificada nos empréstimos em conta

corrente. De 1930 para 1935, o aumento global dos empréstimos concedidos monta a 1.791.000:000\$000.

Quanto aos depósitos, o seu movimento nos seis anos já referidos obedeceu á seguinte marcha ascendente:

DEPOSITOS

Em ml contos de réis

ANOS	A PRAZO	A VISTA	TOTAL
1930.....	2.480	3.251	5.731
1931.....	2.021	3.941	5.962
1932.....	1.601	5.242	6.843
1933.....	1.513	4.971	6.484
1934.....	1.797	5.622	7.419
1935.....	2.279	5.487	7.766

Apenas em 1933, houve uma diminuição nos depósitos. Em todos os demais anos abrangidos no período acima, a tendencia observada tem sido sempre no sentido de numeros mais altos. Em 1935, o total dos depósitos ultrapassou, pelos significativos algarismos de 2.035.000:000\$, o nível registado em 1930. Assim, a sua progressão obedeceu a um ritmo, mais largo do que o observado na expansão dos empréstimos. Por sua vez, no ultimo bienio, o aumento dos depósitos obedeceu á proporção de

347.000:000\$, sendo que todo esse aumento decorre do surto verificado nos depósitos a prazo, os quais cresceram de 482.000:000\$, ao passo que os depósitos a vista diminuíram na proporção de 135.000:000\$000.

No conjunto do movimento bancário do país, cabe aos estabelecimentos de crédito nacionais uma preponderância que merece justo destaque. Sobre o total dos empréstimos concedidos, em 1935, corresponde-lhes o coeficiente decisivo de 80 %, acontecendo o mesmo quanto aos depósitos. A percentagem no movimento dos empréstimos subiu de 74 % para 80 %, no período de 1930 a 1935, obedecendo a progressão idêntica o crescimento percentual verificado em relação aos depósitos. É significativo, ainda, assinalar que, nos empréstimos feitos por desconto de títulos, coube aos referidos bancos, em 1935 e em 1934, o coeficiente de 85 %.

4 — ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA

Como acontecia em relação a outros setores administrativos, em matéria de serviços fazendários era, até bem pouco, completamente obsoleto o nosso aparelhamento.

Os estudos para uma remodelação profunda, que o adaptasse de vez às necessidades, vinham sendo sempre adiados, permanecendo a confusão, prejudicial a todos, entre os assuntos propriamente burocráticos e a gestão global dos negócios relativos às finanças públicas.

O Governo Provisorio resolveu, porém, emprender essa reforma inadiavel, cujos lineamentos principais se encontram nas disposições do decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934. Estabeleceu-se, desde logo, a separação dos setores de administração e finanças, passando o primeiro a cargo de um funcionario de carreira com largo tirocinio, como Diretor Geral do Tesouro, e ficando o segundo exclusivamente sob a responsabilidade do Ministro, que assim se libertou de um volumoso expediente, de interesse apenas administrativo.

As dificuldades do serviço, muitas vezes atribuidas ás faltas do pessoal, eram antes resultado do pessimo ajustamento das atribuições funcionais e da precariedade das instalações. Cabe, agora, prosseguir na obra iniciada, racionalizando os serviços tanto quanto possivel, o que resultará positivamente mais economico, rapido e vantajoso aos interesses da fazenda publica.

Outro aspecto que merece referencia é o da legislação fiscal. A confusão provocada pelos dispositivos regulamentares, revogados em parte ou omissos, assim como pela diversidade das decisões, exigia, a cada passo, intervenção do titular da pasta, como supremo juiz administrativo. Criado o Conselho dos Contribuintes, a que se deu atribuições julgadoras de instancia superior, e regulada com maior simplicidade a competencia dos órgãos intermediarios, melhorou consideravelmente a exe-

cução das leis fiscais. Os bons efeitos dessa mudança já se fazem sentir de modo incontestável.

Passamos, agora, a tratar de varios serviços da administração fazendária, que, pela sua importância, merecem especial atenção.

RENDAS INTERNAS

O aumento das rendas internas, verificado nos ultimos anos, deve ser atribuido á melhoria das condições economicas e aos novos processos de controle adotados pela administração fiscal.

Com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais esses processos, procura o Governo colaborar com o Poder Legislativo, no estudo dos projetos e indicações que, de qualquer forma, visem estender as possibilidades da arrecadação.

Não é licito desconhecer, entretanto, que os resultados mais compensadores são devidos, em grande parte, aos órgãos de fiscalização, que atuam permanentemente junto aos contribuintes, instruindo-os e orientando-os na justa observancia dos preceitos fiscais.

Os departamentos de arrecadação e controle dos impostos internos, subordinados atualmente á Diretoria das Rendas Internas, exercitam suas atribuições em todo o país, consoante as normas que lhes traça o Tesouro Nacional, em harmonia com as disposições contidas na legislação própria.

Com semelhante regularização de serviços e sistematização de processos, a administração se acha aparelhada para melhorar cada vez mais os índices da arrecadação, como já aconteceu em relação ao exercício de 1935.

De fato, nesse exercício, os impostos de consumo renderam o total de 558.223:478\$900, contra 512.258:123\$500, em 1934, verificando-se um aumento de 45.965:535\$400. O imposto de renda, cuja arrecadação atingira, em 1934, á cifra de 137.938:441\$100, subiu, em 1935, a 167.365:599\$700, havendo, portanto, um acrescimo de 29.427:158\$600.

Os impostos sobre circulação contribuíram para a receita orçamentaria, no mesmo periodo, com a quantia de 334.693:398\$800, mais 36.081:642\$500 do que em 1934.

A renda proveniente do imposto sobre vendas mercantis elevou-se a 110.777:409\$100, ou seja, mais 11.107:852\$900 do que no exercício de 1934.

Demonstram tais algarismos que as rendas internas, expressando o estado geral dos negocios no país, se tornaram mais abundantes durante o exercício de 1935.

Os impostos de consumo, que constituem uma das mais valiosas fontes de receita, continuam a ser arrecadados, de acôrdo com o regulamento aprovado pelo decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926, e as modificações introduzidas pelo de n. 22.262, de 28 de dezembro de 1932, além

de outras alterações de taxas num ou noutro produto.

Impõe-se, na verdade, uma reforma geral das leis e regulamentos relativos a esse tributo. Seria útil ao fisco e ao contribuinte consolidar-se toda a legislação existente sobre a matéria, bem como adotar normas simplificadoras dos atuais processos de imposição e cobrança. Tais medidas, é claro, não devem desvirtuar a essência do imposto; apenas contribuiriam para torná-lo mais acessível e homogêneo, reunindo num só corpo de leis os diversos decretos e regulamentos, agora esparsos e fragmentários.

Outro assunto, de interesse fiscal, que não pode ficar sem referência é o imposto de renda, tributação nova de reduzida incidência. O montante da respectiva receita tem-se elevado continuamente, excetuando-se apenas o exercício de 1932, quando se verificou ligeira depressão, em consequência da própria situação anormal do país.

Sobre a maioria dos tributos cobrados pela União, o de renda oferece a vantagem da imposição direta, aproximando-se, quanto possível, da fonte dos rendimentos auferidos pelo contribuinte.

Por princípio de equidade, a parte complementar do imposto vai, em progressão, gravar mais pesadamente os maiores rendimentos; e dessa regra, que começa por isentar os inferiores a 10:000\$, não se afastou o Poder Legislativo ao decretar a lei

que recebeu, na sanção, o n. 183, de 13 de janeiro ultimo. O pequeno aumento de taxas, então verificado, atinge as rendas auferidas a partir de determinado limite, elevando-se gradativamente, de então por diante, até a percentagem maxima de 18%.

Além dessa alteração, a lei n. 183 ainda retirou ás sociedades em nome coletivo, ás de capital e industria, ás em comandita e ás firmas individuais, cujo capital exceder de 50.000\$ ou cujas vendas mercantis ultrapassarem de 300.000\$, o direito de opção pelo lançamento do imposto na base da receita bruta do ano social. Era esse, aliás, um defeito sensível do regulamento, que de ha muito reclamava a providencia adotada.

Os demais impostos e taxas continuam a ser arrecadados de forma regular e acusando maior volume de receita do que no exercicio precedente.

RENDAS ADUANEIRAS

Entre os serviços fiscaes, ocupa lugar especial o que superintende a arrecadação das rendas aduaneiras.

A fiscalização rigorosa sobre o movimento importador e a coleta dos respectivos tributos; a cuidadosa seleção na escolha dos chefes das repartições aduaneiras; as providencias relativas á classificação das mercadorias importadas, tudo isso influe directamente na melhoria dos indices da receita publica.

As condições em que vem sendo feito, atualmente, esse serviço, mostram-se satisfatórias. É o que se conclue dos resultados da arrecadação que, apesar das restrições criadas ao intercambio comercial, aumentou sensivelmente.

Tomando por base o periodo de 1932 a 1935, vemos que os totais arrecadados pelas diferentes alfandegas do país se mantiveram em escala crescente, sendo que, excluída a receita de depósitos, acusam as seguintes importancias: em 1932 — 672.113:736\$800; 1933 — 939.706:372\$900; 1934 — 1.025.466:658\$300; 1935 — 1.159.217:954\$500. Correspondendo ás verbas de depósito 10.515:519\$000, 20.561:093\$, 31.297:415\$ e 40.918:943\$, respectivamente, segue-se que aqueles totais representam, de fato, atendida a mesma ordem, as quantias de 682.629:255\$800, 960.267:465\$900, 1.056.764:073\$300 e 1.200.136:897\$500.

A pauta aduaneira, posta em execução em 1900, precisava ser adaptada ás condições atuais do país, e isso foi feito em 1934, passando a vigorar, a partir de setembro desse ano, a nova tarifa aprovada pelo decreto n. 24.343, de 5 de junho anterior. Cuidou-se, então, mais racionalmente, e com maior eficiencia, da taxaão dos generos de importação, tendo em vista sua natureza, destino e valor, resultando desse trabalho um regime tarifario mais simples e produtivo. Por outro lado, as falhas apontadas pela pratica vão sendo corrigidas por atos interpreta-

tivos ou mediante modificações sugeridas ao Poder Legislativo e consubstanciadas em projetos, alguns de iniciativa da Comissão Mixta de Reforma Económico-Financeira, organizada para o estudo dos assuntos de tal natureza.

Existem, assim, em exame nas comissões técnicas do Poder Legislativo, além de outros, os projetos sobre as modificações da tarifa e regulamento de isenção e redução de direitos. Aprovada que seja a matéria, desaparecerão, com a execução das novas medidas, certas formalidades reconhecidas como inconvenientes, ficando a administração pública perfeitamente aparelhada para agir, a respeito, com maior proveito e segurança.

5 — OUTROS SERVIÇOS

CONSELHO FEDERAL DE COMERCIO EXTERIOR

O Conselho Federal de Comercio Exterior manteve-se em proveitosa atividade, durante o ano de 1935, realizando sessões plenárias semanais, muitas das quais presididas pessoalmente pelo Chefe do Governo, a quem se acha diretamente subordinado.

De janeiro a dezembro, realizou 52 sessões, sendo 50 ordinárias e duas extraordinárias. As três camaras que o compõem, ou sejam, a de Produção, Tarifas e Transportes, a de Comercio e Acordos, e a de Credito e Propaganda também se reuniram regularmente para opinar sobre a matéria submetida

á decisão do Conselho, muitas vezes em sessões publicas. A's reuniões de inquerito, como também ás sessões plenarias, compareceram frequentemente os Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Fazenda, da Agricultura, e do Trabalho, Industria e Comercio.

A atividade do Conselho foi proficua. Compreendeu o exame de grande numero de questões relativas á ordem economica, comercial, financeira ou tarifaria, constituindo os estudos feitos um repositório seguro de informações sobre varios aspectos da vida do país.

Entre os assuntos estudados, cumpre citar: o livre transito de cafés baixos; a questão do algodão sintetico; a regulamentação da marinha mercante e o problema dos fretes maritimos; o ante-projeto do decreto, instituindo o *draw-back*, ora em estudo no Ministerio da Fazenda; o amparo á produção hervateira; o alargamento do mercado interno e varias outras decisões relativas á politica cambial para a exportação, todas tendentes á proteção dos nossos produtos nos mercados externos. Finalmente, elaborou-se o ante-projeto de sistematização das relações comerciais do Brasil com os países estrangeiros e a revisão dos nossos acordos comerciais. A Secretaria do Conselho expediu, durante o ano passado, 1.958 officios e 173 telegramas, tendo recebido, nesse mesmo periodo, 1.250 officios e 295 telegramas.

Através do contacto mantido permanentemente com os órgãos representativos da produção nacional e os Governos Estaduais, vem o instituto orientando, de maneira segura e uniforme, todos os esforços que visam a expansão do nosso commercio e o melhor aproveitamento das nossas fontes de riqueza.

COMISSÃO DE REFORMA ECONOMICO-FINANCEIRA

No cumprimento dos dispositivos da lei n. 51, de 14 de maio de 1935, foi organizada essa comissão, tendo como principais finalidades proceder aos estudos necessários para a fixação de um plano completo de reforma tributaria, redução de despesas publicas, reorganização economica nacional, revisão geral de vencimentos dos servidores publicos e racionalização dos serviços.

Expedido o respectivo regulamento, o Governo escolheu entre os funcionarios de maior experiencia e autoridades conhecidas em assuntos especializados de economia e finanças, cinco dos dez membros de que se compõe a comissão, sob a presidencia privativa do Ministro da Fazenda, sendo os restantes de escolha do Poder Legislativo.

Atendendo á urgencia da materia, organizaram-se, desde logo, os ante-projetos de reajustamento dos vencimentos do funcionalismo e de reorganização do serviço publico, civil, além de outros posteriormente apresentados ao Poder Legislativo. Entre os que devem merecer mais ime-

diata atenção, cumpre mencionar os que reformam o imposto de consumo, o que estabelece a revisão das atuais tarifas alfandegarias e os que dispõem acerca das terras do domínio da União.

COMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS

A administração pública continua a colher os resultados que teve em vista, quando, em virtude do decreto n. 19.587, de 14 de janeiro de 1931, instituiu a Comissão Central de Compras. Era natural que a centralização das aquisições do material destinado às repartições públicas, constituindo regime inteiramente novo no país, encontrasse obstáculos para adaptar-se aos nossos hábitos administrativos.

Assim ocorreu inicialmente. Removidas, porém, as dificuldades momentâneas, mediante uma cooperação de todos, em proveito do serviço público, o novo aparelho passou a funcionar de maneira normal e eficiente.

As aquisições efetuadas pela Comissão Central de Compras, em 1935, atingiram á importância total de 105.752:387\$800, sendo pagas por meio de cheques nominativos, após o registro da ordem respectiva pelo Tribunal de Contas. Dessa foram, os compromissos assumidos pela administração pública com o comércio tiveram liquidação pronta, excetuados apenas os casos em que isso não foi possível, por culpa dos próprios fornecedores.

Montaram a 112.035.869\$600 os créditos distribuídos à Comissão. Tendo sido de 105.858.406\$ o total da despesa paga e a pagar, corresponde a 6.177.463\$600 o saldo das verbas não utilizadas. A diferença entre a despesa paga e a que resta para liquidar é mínima, pois que esta última se exprime apenas na quantia relativamente diminuta de 105.818\$200. As cifras acima representam uma apreciável aproximação dos dispendios feitos para atender às necessidades reais das repartições públicas.

Consideradas as variações dos preços de um para outro ano, torna-se difícil, mesmo em algarismos de simples estimativa, uma indicação das economias realizadas pela Comissão Central de Compras. Todavia, no tocante ao limite dos preços, a garantia mais segura resulta da própria fiscalização dos concorrentes, cuja presença é sempre exigida no momento de abertura das propostas.

A providencia, de ordem geral, adotada pelo Governo, no sentido da padronização do material das repartições, nos termos do decreto n. 562, de 31 de dezembro de 1935, virá permitir à Comissão de Compras apurar, ainda, maiores vantagens de economia, pelas facilidades que encontrará para a aquisição de certos artigos cujos tipos e modelos oficiais variavam de uma repartição para outra e conforme preferencias inteiramente arbitrárias.

CONCLUSÃO

**SENHORES MEMBROS
DO PODER LEGISLATIVO**

A exposição minuciosa que acaba de ser feita permite estabelecer um juízo seguro sobre a situação geral do país.

O aparelho governamental funcionou de modo satisfatório e a sua atuação, nos diversos campos da vida nacional, se fez sentir proveitosamente.

ATUALIDADE POLITICA

Do ponto de vista politico, o quadro da constitucionalização dos poderes publicos foi edificante. Passou-se, sem abalos, da centralização do Governo Provisorio para a forma federativa, mais ampla; num ambiente de garantias e de livre expressão da vontade popular.

O fato merece registro pela sua significação propriamente politica. Pondo mesmo de parte a

influencia salutar que sobre o processo de constituição dos poderes locais tenha exercido a atitude de inflexível respeito á verdade das urnas, que o Governo timbrou sempre em manter, e a moralizadora assistencia da judicatura eleitoral, resulta incontestemente a transformação operada, nos quadros da politica nacional, pela nova legislação e pelo alargamento introduzido no sistema representativo, com o voto feminino e a intervenção das classes que representam os diversos ramos da atividade social.

Assistimos, de qualquer forma, e isso é indiscutível, a um movimento de interesse cada vez mais acentuado pela vida politica, refletindo-se no crescimento das inscrições eleitorais e na organização partidaria.

E' isso um sintoma promissor a registrar, conhecida como era a apatia, a indiferença com que se desenrolavam no país os pleitos eleitorais, transformados frequentemente em disputa de corrilhos e arranjos para a conquista de posições.

Não se compreende o regime representativo sem uma ativa vigilancia da opinião publica, organizada politicamente e distribuida por setores partidarios, tanto mais poderosos quanto mais amplos forem, passando da restrita influencia regional para o vasto campo dos interesses gerais do país, onde se debatem e se resolvem os magnos problemas da vida nacional.

Para atingir esse estágio elevado de cultura cívica, devemos empenhar sadios e sinceros esforços, convencendo-nos que a democracia brasileira precisa assentar as suas instituições sobre bases sólidas e definitivas, conformadas nos moldes da nossa estrutura social e orientadas segundo os rumos que melhor consultam ao fortalecimento da nacionalidade.

SEGURANÇA NACIONAL

Foram de grande repercussão os acontecimentos desenrolados no fim do ano último.

Na sua brutalidade, não era possível prevení-los, embora rumores surdos e insistentes denunciasssem a preparação das atividades extremistas para uma tentativa de subversão da ordem. Não foi outro o motivo que vos levou a votar a lei chamada de Segurança Nacional, ajustada aos preceitos da própria Constituição e que "longe de ser uma lei opressora, visava apenas garantir a defesa da ordem política e social".

Os fatos posteriores, confirmando as previsões, ditaram reforma mais ampla, consubstanciada nas emendas à Constituição da República e na lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935, que alterou, aperfeiçoando-a, a lei de Segurança Nacional.

Não escapou, sem dúvida, a atenção do Poder Legislativo a contingência, em que se acha o país, de reclamar uma sistematização dessas medidas e

remédios, com eficácia bastante para reprimir e combater os focos da contaminação comunista.

Preciso é que se diga, insistentemente, nada existir de comum entre as aspirações do povo brasileiro e as ideologias extremistas, para nós, de todo exóticas. Basta, como prova do asserto, recordar que a junta diretora do movimento subversivo irrompido em novembro de 1935 compunha-se de cinco membros, dos quais um só era brasileiro, este mesmo seguido e vigiado por uma estrangeira e todos portadores e executores de planos revolucionários organizados no estrangeiro e custeados por estrangeiros.

Nada justifica qualquer programa de reivindicação social das massas por processos violentos, num país como o nosso, livre de problemas econômicos agudos, e onde as classes trabalhadoras têm encontrado proteção e garantias num sistema de leis, cuja aplicação vem se fazendo rigorosamente, com evidentes benefícios.

A repulsa unanime provocada pela rebelião extremista é exemplificante, nesse sentido. Nem mesmo as classes operárias emprestaram-lhe solidariedade, repudiando-a com demonstrações que bastariam para qualificar a inviabilidade de semelhantes pronunciamentos.

Por muito que a ideologia extremista e seus processos de brutalidade violentem a consciência do povo brasileiro, não se pode negar, infelizmente,

que uma e outra coisa constituem grave ameaça às instituições nacionais.

Como por toda parte, também entre nós, os golpes extremistas são desferidos por minorias ousadas e afeitas a uma tecnica de destruição sistemática, sem consideração aos mais comensuráveis princípios de respeito à personalidade humana. Não existem armas que deixem de ser uteis aos fins colimados. A tática extremista é multiforme e compreende, desde a propaganda aberta e o assalto direto à ordem constituída, até a propagação de todos os agentes, que de qualquer modo concorrem para o afrouxamento dos costumes sociais, provocando dissídios no campo político e económico, diminuindo o respeito à autoridade e levando as ideias de destruição e desordem às oficinas, aos quartéis, às escolas e aos próprios lares. O diagnóstico desse surto maligno, que ameaça a saúde do organismo nacional, já é felizmente conhecido e da mesma forma o remédio a aplicar-lhe. Está nas próprias mãos dos legisladores torná-lo seguro nos seus efeitos profiláticos, sabendo, de ante-mão, que podem contar com a solidariedade dos órgãos mais autorizados das actividades económicas, sociais e políticas, e com a vigilância do Poder Executivo, cioso da sua missão de oferecer, a todos os que contribuem para o nosso progresso, o ambiente de tranquillidade e de garantia indispensável ao trabalho honesto e construtor.

O perigo que o comunismo pode constituir para a integridade nacional crescerá na razão direta das atitudes dos elementos representativos da nossa vida social. O alheamento das responsabilidades da vida publica, seja por comodismo ou passividade egoista, principalmente da parte das forças conservadoras, só poderá concorrer para tornar mais extensa e profunda a contaminação bolchevista.

Não basta a repulsa individual ás atividades criminosas; não é suficiente a simples atitude de resistencia moral á onda de atividade subversiva; não atende ás exigencias do dever para com a Patria colaborar passivamente na defesa das instituições e da ordem. Faz-se preciso a arregimentação, a mobilização da sociedade ameaçada nos seus fundamentos, nas suas tradições, no que ha de mais caro aos brasileiros, tanto na vida material como espiritual. Em todas as camadas, em todas as circunstancias, em todas as idades, ha lugar para o bom combate, para tão inadiavel serviço de saneamento social. Desde as escolas, onde o ensino se transforma em instrumento de propagação subversiva, ás fabricas e aos campos, onde os elementos inadaptados, quasi sempre mais ignorantes do que maus, se deixam arrastar pelas labias e promessas dos mistificadores cevados com o ouro estrangeiro — por toda parte é preciso opôr um dique á caudal de mentiras e á investida audaciosa dos

agitadores que não recuam, para realizar os seus intentos, nem mesmo diante do sacrificio do sangue generoso dos brasileiros.

DEFESA DO REGIME

A sedução das doutrinas exóticas é uma consequencia do desconhecimento das nossas tendencias e realidades sociais. Assenta sobre um conceito falso da propria concepção do regime democratico, em países novos e sem tradições imperialistas, como o Brasil.

A democracia é, certamente, o regime da liberdade. Mas nem mesmo um regime seria si essa liberdade pudesse transformar-se em instrumento de sua propria destruição. Dever fundamental do Estado é, hoje mais do que nunca, o de sua defesa, maximé quando corresponde, tal qual sucede entre nós, ás condições do meio politico, social e economico. Outras razões não ditaram, nos países de velha estrutura democratica, as leis de segurança do regime, nem outros motivos justificam, por toda parte, o reforço crescente da autoridade.

O problema da ordem confunde-se com o da estabilidade das instituições politicas e sociais, confunde-se com a segurança do Estado, que estas instituições simbolizam, traçando a linha mestra do problema politico contemporaneo. Tanto mais preciso se afigura fortalecer o poder publico, quanto

é certo que, além da luta por sua própria existência, cumpre-lhe desenvolver uma atividade sempre mais extensa, em virtude do crescente alargamento da função, que lhe é inerente, de manter, dentro da ordem jurídica, o equilíbrio social.

Democracia e Estado não representam conceitos antagonicos. Pelo contrario, um é complemento do outro. Enquanto a primeira significa origem popular do poder, temporariedade das funções politicas e regime jurídico da liberdade, este significa aparelhamento solido dos órgãos destinados a garantir as instituições e a realizar as suas finalidades sociais.

O sistema político presidencialista permite, nos moldes das nossas tradições, o conjunto de providências necessárias para a defesa eficaz do regime e o livre exercício das atribuições do Estado. Não se faz indispensavel alterá-lo em sua estrutura, sinão, precipuamente, armar o Poder Executivo, que é o poder ativo por excelência, com meios rápidos e energicos de prevenção e repressão dos delitos e atividades contra a segurança do Estado, oferecendo-lhe o concurso, igualmente rápido e energico, de tribunais apropriados, que apliquem um sistema de penas tendentes, entre outros fins, a isolar do contacto com a sociedade os elementos subversivos que procuram destruí-la.

O Poder Legislativo, que tanto já colaborou com o Executivo na defesa das instituições, confere-

rindo-lhe as faculdades excepcionais do estado de sitio e do estado de guerra, de cuja execução apresentaremos completo relatorio em tempo oportuno, saberá fixar, com alta sabedoria, as novas normas disciplinadoras e assecuratorias da ordem politica e social, colocando acima das paixões transitorias o interesse permanente da Nação, que convoca todos os brasileiros para a luta contra a destruição de nosso patrimonio mais legitimo, constituido pelos principios cristãos, morais e economicos, formadores de nossa estrutura de povo livre, soberano e civilizado.

Já deixámos referidas, na parte que diz respeito aos trabalhos do Ministerio da Justiça, as providencias tomadas pelo Governo para reprimir as actividades comunistas no país. Podemos, agora, assegurar que todas têm sido levadas a efeito sem preocupações secundarias, com o alvo unico de punir os que atentaram contra o Estado, de evitar as repressões violentas, que causam sempre danos morais e materiais, acarretando perdas de vidas e destruição de patrimonio, e prevenir as novas investidas dos elementos empreitados para lançar o país á desordem.

Como se conduziram as autoridades na difficil emergencia — a moderação que não exclue a energia, a prudencia que não diminue o zelo — está no espirito de todos e na memoria da população. Apesar da insolita brutalidade dos atentados pra-

ticados contra a unidade nacional, da felonía e perversa indiferença que revelaram os amotinados, não houve qualquer excesso por parte do poder público, que não utilizou sequer, em toda a sua amplitude, as franquias concedidas pelo Poder Legislativo, procurando, apenas, deter e punir os responsáveis, declarados e reconhecidos.

O Poder Executivo, deixando mesmo de atender á justa indignação das classes conservadoras, manteve-se sempre sereno, não impondo castigos nem procurando servir-se do momento para aniquilar os vencidos. A sua atuação, norteadá pelo Chefe do Governo, não se limita, entretanto, a reduzir a repressão ao mínimo, a dar-lhe forma e processo perfeitamente jurídicos; procura, ainda, evitar que os agentes corruptores continuem a desviar os mal-avisados, os ingenuos, os suggestionáveis e ignorantes.

AÇÃO EDUCACIONAL

Já se encontrava em estudos, antes mesmo do levante, um vasto plano de educação, de fundo acentuadamente nacional, capaz, de a um tempo, elevar o nível cultural das elites dirigentes e melhorar a educação política da população em geral.

Semelhante iniciativa firma-se em antecedentes de ordem política. Concedendo direito de voto ás mulheres, o Governo nascido da revolução de 1930 teve em mira alargar os quadros de intervenção

social na vida publica do país. E, com o mesmo fim, ao lado da representação popular, procurou e conseguiu que as classes produtoras, pelos seus órgãos representativos, viessem participar immediata e directamente das actividades politicas.

Assentadas essas premissas, examinemos as diretrizes aconselháveis para conformar e orientar a educação nacional, segundo os rumos mais indicados pela fase historica que atravessamos. Coloquemo-nos diante de fatos e exemplos de alcance e importancia mundiais, apreciemo-los de um ponto de vista generico e pragmatista, e a conclusão só poderá ser esta: no momento perturbado da vida de quasi todas as nações civilizadas, o Estado não se coloca na posição de espectador impassivel; em todas elas, defende a propria estrutura e procura educar as novas gerações no sentido dos seus principios basicos.

Sob este aspecto, o mais atento exame é reclamado pelas nações que vivem sob regimes de força, e são, ainda nisto, não um exemplo a seguir, mas a contrapor.

A doutrina do Estado, que lhes é peculiar, informa e dirige toda a educação. Acima dos aspectos confessionais, no mesmo plano que a formação especializada e profissional, é colocada a educação politica, a educação para o Estado.

Em nosso proprio país, os extremistas da direita e da esquerda já pretenderam, e ainda pre-

tendem, iniciar a obra educativa, amoldando-a às suas ideologias. A experiência quotidiana, fortalecida pelos sucessos de novembro de 1935, mostra como foi de alto relevo o papel desagregador e corruptor das catedras, quanto influíram na deformação da mentalidade dos jovens, inexpertos e entusiastas.

Impõe-se conseqüentemente, e com urgência, que, na obra educacional, o Estado democrático assuma a sua posição defensiva, não somente contra o influxo dissolvente do comunismo, mas no esclarecimento das suas diretrizes de preparação política, no mais amplo e completo sentido. Ao ataque disfarçado e subterrâneo das ideologias extremistas deve-se contrapor a resistência consciente dos princípios da democracia representativa, única forma de organização estatal que convém à nossa tradição, à nossa história política e, mesmo, à nossa própria configuração geográfica.

Não se trata, certamente, de abandonar a posição nitidamente imparcial do Estado no ensino, mas de reforçar, ministrando metodicamente, em todos os graus e ramos da educação, tanto a pública, dos estabelecimentos oficiais, como a que se acha a cargo de instituições privadas, o conhecimento e a análise dos valores consagrados pela nossa formação política, que repousa no respeito ao indivíduo e à personalidade. É preciso que essa obra se inicie sem demora, em todo

o edifício educacional, da base ao alto, com caráter de compulsoriedade, de obrigatoriedade inflexível.

A indiferença, em matéria de educação, tem levado muitas nações democráticas ao abandono dos seus princípios, e o descuido pela educação política do povo tem permitido que, aqui e ali, minorias audaciosas empolguem o poder público para dirigi-las ao sabor dos seus inconfessáveis interesses e das suas doutrinas perniciosas.

A história política, tanto recente como antiga, serve à nossa demonstração. Os exemplos, numerosos e expressivos, dispensam referências diretas.

Cuida-se de elaborar, ainda este ano, o plano de educação e cumpre que, no lançamento das bases do ensino nacional, sejam consideradas as condições excepcionais do momento que atravessamos. Possuímos tradições de cultura, reservas de ordem moral, que podem servir de ponto de partida para imprimir caráter próprio a obra de tal magnitude. Assim, a democracia, a família, a propriedade, constituindo as instituições básicas do nosso povo, deverão encontrar no processo educacional a necessária defesa.

Dentro da orientação traçada e com os recursos orçamentários disponíveis, cogitar-se-á de ampliar o mais possível o ensino primário e profissional, melhorando o secundário e o superior, e utilizando igualmente os variados meios de publi-

cidade, que permitem levar diretamente a todas as camadas sociais os conhecimentos mais uteis e de segura influencia educativa.

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

Não se limitam, entretanto, a esses aspectos, embora de maximo relevo, as preocupações do Governo. Si a garantia da ordem, a distribuição da justiça e a disseminação do ensino publico e da educação, em geral, constituem fatores de indisfarçavel preponderancia na formação do carater nacional e na mentalidade das futuras gerações, outros problemas existem que concorrem solidariamente para realizar o bem estar social, dentro da ordem e do progresso crescente das atividades individuais.

Torna-se imperioso atender á realidade, não esquecendo que as condições de ordem economica tambem influem na preparação do ambiente propicio aos pronunciamentos, inquietações e discordias que parecem generalizar-se de forma tão alarmante, na hora presente, e de que habilmente se aproveitam os agitadores contumazes, na sua faina de lançar a desordem e a confusão.

Não ha muito — diga-se com aquela franqueza que o estadista inglês Pitt considerava o meio caminho para a solução das dificuldades, no manejo dos negocios publicos — ainda predominava na mentalidade de numerosos homens publicos a con-

cepção do Estado-polícia, que correspondia á doutrina classica do "laisser-faire".

A crescente complexidade dos fatos economicos e sociais, com as multiplas repercussões originadas do aperfeiçoamento tecnico, aumentaram obrigatoriamente a esfera de ação do Estado. Toda a atividade do poder publico, no ultimo lustro, tende a integrar no organismo politico o interesse coletivo. Por meios diretos ou indiretos, estendendo os direitos de representação ou disciplinando as forças economicas, para limitá-las ou dar-lhes estímulo, essa tendencia se faz sentir constantemente, sobretudo nos setores do trabalho e da organização produtora.

Mantendo orientação segura e uniforme, continuamos a cuidar, por isso, da proteção á economia nacional e aos seus agentes, favorecendo o trabalhador, com medidas de assistência e previsão social, e amparando todas as iniciativas que de qualquer forma possam concorrer para aumentar os índices da riqueza geral e a capacidade aquisitiva das populações.

CREDITO AGRICOLA

Num país de economia agricola, como ainda é o nosso, pelo volume da produção e numero dos que nessas atividades se empregam, não se podia compreender a inexistencia de um aparelho de credito, capaz de impulsioná-las e movimentá-las. Chega a constituir mesmo um paradoxo essa falha, pelo con-

traste flagrante em que coloca o fator de maior preponderancia na nossa vida economica, totalmente desamparado diante das facilidades de credito que, de longa data, encontram outras atividades de menor peso, na balança geral do nosso commercio.

São de inteira oportunidade as ponderações, expendidas em discurso pronunciado na capital de Pernambuco, quando da minha viagem ao norte do país. "Os recursos normais do produtor, auferidos na venda das colheitas, jamais lhe poderão dar margens ás acumulações de capital, necessarias para intensificar em quantidade e melhorar a qualidade e o custo da sua cultura. Isso só será possível pela utilização do credito, facilitado a longo prazo e juros modicos, sob o penhor da terra, que, infelizmente, até hoje, é valor sem desconto, no Brasil".

Realmente, o problema do trabalho rural está na dependencia direta do credito agricola. Só o credito movel poderá valorizá-lo, quando oferecido em condições verdadeiramente economicas, de juros e prazos, fixados de acôrdo com os ciclos vegetais da produção.

Ainda em relação ao trabalho agricola ha outros aspectos a considerar, principalmente quando se tem em vista a existencia de grandes extensões de terras férteis desaproveitadas. Para prevenir o desequilibrio, que já se nota, entre as populações urbanas e as populações rurais, crescendo aquelas enquanto

estas se conservam estacionarias; não será possível qualquer medida de redistribuição demografica, sem garantir ao agricultor a possibilidade de aquisição da terra valorizada pelo seu esforço, o que "equivale a pôr ao seu alcance a riqueza, com o trabalho estavel e organizado, e o bem-estar, com a posse do teto, refugio da familia".

Urge, portanto, resolver paralelamente o problema da colonização, do qual já nos ocupámos ao tratar dos dispositivos constitucionais relativos á imigração.

A experiencia demonstra que a instituição da pequena propriedade é, de certo modo, um vigoroso agente de renovação económica, pela circunstância de favorecer a melhoria do nivel de cultura da terra; e evitar, ao mesmo tempo, a decadencia do trabalho agricola, que pode transformar-se, facilmente, em causa de pauperismo e em campo fértil de exploração politica, ao alcance das baixas paixões dos agitadores audaciosos ou irresponsaveis.

O Instituto de Credito Agricola, nos moldes em que vem sendo estudado, para oportuna apresentação ao exame do Poder Legislativo, atende á solução desses aspectos tão importantes da economia do país. Deverá, por outro lado, proporcionar novas applicações ás reservas e disponibilidades dos institutos e caixas de previdencia social e das sociedades de seguro privado e capitalização, impedindo que continuem a ser empregadas em titulos da divida

publica somas consideráveis de capital acumulado e preservando os patrimônios dessas instituições dos riscos da desvalorização.

AMPARO À PRODUÇÃO

Através do aparelhamento administrativo, tem-se desenvolvido, vigilante e cuidadosa, a assistência do Estado à produção nacional, recaíndo, de modo direto, sobre o cultivo, beneficiamento e consumo dos gêneros de maior peso na balança comercial.

No amparo ao café, que abre a lista dos produtos exportáveis e constitui, nos últimos quarenta anos, o eixo da nossa economia, concentraram-se naturalmente os maiores esforços. O auxílio financeiro ao agricultor, a melhoria das plantações e o aperfeiçoamento técnico da preparação da mercadoria são medidas que contribuem, ao lado da regulamentação do mercado, para sustentar e ampliar a posição do café nos centros de consumo mundial.

Também o açúcar, os sub-produtos da cana e o algodão, através dos órgãos administrativos de controle e fomento, recebem amparo constante.

Do mesmo modo, o cacau e o mate, em institutos locais das regiões produtoras, mas com o auxílio financeiro da União, sentem a influência organizadora dos poderes públicos.

Outros produtos agrícolas, que começam a avultar, são igualmente objeto de estudo e de pesquisas, orientadoras e propulsoras, já sendo possível atual-

mente obter, por intermedio dos tecnicos do Estado, os necessarios informes para a sua utilização e industrialização.

A instituição do credito agricola, velha aspiração só agora em vias de concretizar-se, representa mais uma etapa decisiva do programa de realizações, que o Governo se impôs desde 1930.

Apezar do esforço empreendido para incrementar as forças produtoras, tanto no setor das atividades agrarias como industriais, ainda restam por estudar e solucionar numerosas e importantes questões.

O aparelhamento das industrias extrativas minerais, por exemplo, está reclamando exame atento dos legisladores. Os Codigos de Aguas e Minas vieram regularizar a situação legal das reservas do nosso sub-solo. Fora desse terreno, porém, quasi nada tem sido feito. Não basta, certamente, salvaguardar essas riquezas virtuais; é preciso transformá-las em riquezas efetivas, impulsionando a sua exploração, de forma metódica e intensiva.

Dispondo de fartas jazidas e veeiros em condições economicas de industrialização, ainda assim dependemos em grande parte do estrangeiro, quanto ao suprimento de metais para as necessidades do consumo nacional.

Sem entrar como mercadoria na balança comercial, mau grado as medidas tomadas pelo Co-

verno, adquirindo todo o produto que vem ao mercado, continua consideravel a evasão do ouro extraído das nossas minas e campos auríferos. Varios são, naturalmente, os expedientes utilizados. E' para coibir tal abuso, e outros semelhantes, que se faz imprescindivel criar um aparelho especial, capaz de controlar todas as atividades das nossas industrias extrativas.

Desdobra-se, é certo, o problema em multiplas modalidades, que vão da ordem tecnica ás regulamentações fiscais. Mas, de qualquer forma, será preciso enfrentá-lo.

O desenvolvimento das instalações siderurgicas, o aproveitamento do combustivel mineral e tantas outras riquezas do sub-solo brasileiro esperam o impulso de iniciativas vigorosas, que podem exigir, a cada momento, a intervenção do poder publico. Por enquanto, as providencias de efeitos praticos, tomadas nesse setor, se restringem a estimular a exploração aurifera, o emprego do carvão mineral e do álcool-motor, a industria do cimento e as prospecções petrolíferas.

BANCO DE RESSEGURO

Iniciativa que consideramos tambem de predominante interesse é, sem duvida, a criação de outro instituto de credito — o Banco de Resseguro — que corresponde, no momento, a uma medida economica e financeira de alto alcance.

O vulto das operações de seguro explorado livremente por sociedades nacionais e estrangeiras, o acumulo de reservas invertidas em titulos da divida publica federal, interna e externa, e em imoveis urbanos, sem atender ás necessidades da nossa economia, a evasão da receita e lucros para o estrangeiro e a fraca percentagem da distribuição do seguro em relação ao nosso crescimento demografico são aspectos característicos do problema que se tem em vista resolver.

As condições geograficas e sociais do Brasil, cuja população compreende nucleos esparsos, sem densidade, pelo interior imenso, quasi todo ainda por povoar, não aconselha a que se constituam em monopólio do Estado as operações de seguro privado, que devem continuar a cargo da iniciativa particular, adotando-se, porém, um regime, dentro do qual possam desenvolver-se em harmonia com a defesa do interesse publico.

O principio constitucional da nacionalização não resolve por si mesmo, como simples processo legal, o problema do seguro. Só por meio de um órgão técnico, controlador das transações e do qual façam parte o Estado e as companhias, é que a nacionalização poderá se tornar efetiva. Impõe-se, pois, a criação de um Banco de Resseguro, com o objetivo de fomentar a produção das companhias nacionais, sanear os negocios, tornar real a nacionalização, que é um imperativo constitucional, e

regular o commercio de seguros do país com o estrangeiro, procurando manter um sistema de vantagens mutuas e reduzindo ao minimo a remessa de cambiais para compensação.

O banco deverá centralizar o resseguro, participando, em moderada proporção, das operações realizadas pelas companhias, a partir de certo limite e até o seu maximo de retenção.

Constituindo um aparelho em que o Estado participa e a que empresta a sua responsabilidade, tendo, por outro lado, as companhias uma interferencia direta na sua gestão, o instituto, assim organizado, será necessariamente o centro de propaganda inteligente e eficaz do seguro e o seu órgão de vigilancia contra fraudes e riscos suspeitos ou desnecessarios.

SERVIÇOS PUBLICOS

O aparelhamento dos serviços publicos é tarefa que exige permanente atenção. As continuas remodelações não constituem, em geral, o fator mais seguro para torná-los produtivos. Reformar equivale, entretanto, a melhorar aquilo que a experiencia provou não ser eficiente.

Por esse criterio têm sido orientadas todas as modificações feitas, ou em projeto, no aparelhamento dos serviços administrativos.

Não é possível ~~tentar~~ os metodos de maxima utilização do tempo e da energia humana, si os ins-

trumentos a empregar permanecem inadequados, funcionando mal ou defeituosamente.

A tendencia de todo serviço publico, diz-se, é a burocratização. Torna-se indispensavel, por isso, exercer rigorosa vigilancia para evitar que as atividades da administração caiam na rotina, estacionem e falhem quanto ás suas finalidades.

O excesso de pessoal não representa apenas despesas inuteis. Concorre, tanto quanto a insuficiencia material das instalações, para a má distribuição e pouco rendimento do trabalho, sacrificando todos os esforços de uma boa direção. Daí a necessidade de frequentes remodelações, a que o Governo não pode fugir, com o unico intuito de racionalizar, padronizar e imprimir mais completas diretrizes aos serviços do Estado.

A Comissão Central de Compras, a de Reforma Economica e Financeira, as reformas do Ministerio da Fazenda e da Agricultura, são elos de uma cadeia unica, visando determinada finalidade.

Nas rubricas proprias da presente exposição, fizeram-se referencias detalhadas sobre construções novas edificações e remodelações, em que obrigatoriamente inverteram-se somas apreciaveis.

Numa epoca que não é de prosperidade acentuada, á primeira vista parecerá isso uma preocupação suntuaria. O contrario, entretanto, ocorre. O Governo tem sido forçado a tais iniciativas pela conveniencia, muitas vezes, de diminuir despesas.

Os próprios do Estado, centros de importantes atividades, ocupavam, em numerosos casos, acomodações de tal modo antiquadas e insuficientes, que causavam prejuízos de vulto á própria normalidade dos serviços. Preocupado com aumentar-lhes a produtividade, não poderia o Governo fazê-lo, mantendo os respectivos departamentos instalados em locais diversos, distantes uns dos outros e sem o indispensavel aparelhamento.

Não ha porque citar exemplos dessa situação, conhecidas como se tornaram, de longa data, as deficiencias e precariedades dos edificios publicos, a começar pelas proprias Secretarias de Estado.

Os Ministerios da Marinha e Justiça ocupavam edificios absolutamente inadequados. O mesmo acontecia aos da Viação e Fazenda, sem falar nos Ministerios organizados mais recentemente, os da Educação e Trabalho, com o seu funcionamento bastante dificultado pela fragmentação das secções, ocupando, ora locais inadaptaveis e de emprestimo, ora predios ou compartimentos de aluguel.

Não se reduziram, entretanto, a esses os casos de indispensavel construção, compreendendo sédes e dependencias de diversas repartições da capital e do interior.

As instalações dos Correios e Telegrafos foram sensivelmente melhoradas, em quasi todos os Estados, com obras de ampliação, exigidas pelo desenvolvimento dos serviços e numerosas edi-

ficações novas e modernas, além de custosos aparelhamentos de radiotelegrafia e telefonia.

Também cuidou-se de instalar serviços apropriados à aeronautica comercial, construindo-se aeroportos e bases de abastecimento.

Prosseguiram, da mesma forma, as importantes obras que vêm sendo feitas pelos Ministerios militares, no que respeita à navegação aérea e maritima e a instalações de serviços tecnicos e industriais.

A' parte o melhoramento trazido por essas iniciativas á organização dos departamentos administrativos, é preciso considerar que todas significam um aumento do patrimonio nacional, representando somas vultosas, proveitosamente applicadas.

ECONOMIA E FINANÇAS

Nas circunstancias atuais, todas as nações civilizadas, mesmo as de mais solida estrutura e possuidoras de grandes capitais acumulados, defrontam dificuldades economicas e financeiras de repercussões mais ou menos profundas.

Nada seria de estranhar, portanto, que também a nós, com maior razão, por motivos de diversa natureza, essas dificuldades atingissem de modo direto.

Pelos dados minuciosos da parte referente ao Ministerio da Fazenda, deixámos analisados os indices da situação economica e financeira do país.

Reportando-nos a eles, cumpre-nos, numa apreciação de conjunto, mostrar que continuam a ser mantidas, com resultados francamente animadores, as linhas mestras da politica financeira do Governo.

Enquanto outros países mal recuperam o nivel anterior á crise geral ou, nalguns casos, não o conseguiram sequer, de nossa parte já o excedemos, e tudo indica que a nossa posição continuará a melhorar. É certo que as flutuações do mercado monetario nos têm trazido multiplos embaraços, refletindo-se principalmente sobre o valor-ouro das exportações, que aumentaram sem elevação paralela nos preços medios.

A comprovação de tal fato oferece um indice a mais do desenvolvimento progressivo da produção nacional, que, apesar dos entraves opostos ao livre curso dos negocios, consegue estender-se internamente e ainda aumentar a sua penetração nos mercados externos de consumo. Isso basta para dar uma impressão exata da vitalidade das nossas forças produtoras.

Preciso é reconhecer, entretanto, que sempre visaram tais resultados as medidas de ordem financeira postas em pratica pelo Governo. Será facil comprovar o asserto, através das amplas informações que acabamos de oferecer ao exame dos representantes da Nação.

O controle das disponibilidades cambiais se ajusta a esse objetivo. A retenção limita-se ao mi-

nimo das necessidades, de modo a facilitar o mais possível o escoamento dos generos exportaveis, muitos dos quais dispõem mesmo de mercado livre.

As reservas de divisas estrangeiras, assim obtidas, aplicam-se todas aos nossos compromissos externos, de diversa origem. Continuamos a satisfazê-los a rigor e em tempo, apesar dos grandes obstaculos que se nos deparam, evitando, com essa atitude, o abalo do credito nacional e as provaveis medidas discriminatorias que viriam atingir, sem duvida, o nosso comercio de exportação, já bastante sacrificado pela contingencia iniludivel de enfrentar as oscilações cambiais, as tarifas semi-proibitivas e a concorrência dos especialmente favorecidos.

Acompanhando os esforços assinalados, no sentido de elevar o nivel da economia do país, não descuro o Governo a tarefa de manter dentro da ordem e dos recursos disponiveis as despesas publicas. Certamente, não se pode compreender de maneira simplista, como no jogo dos algarismos do ativo e passivo dos balanços meramente comerciais, o equilibrio funcional do Estado. Impossivel aferir pelo estalão de semelhante criterio a situação financeira de um país, nem aquilatar, apenas, pelos resultados imediatos da receita e despesa, a capacidade da economia publica. As abstrações numericas não lhe podem abarcar toda a realidade. A complexidade dos fatores intercorrentes transcende aos esquemas de precisão

dos periodos certos e extraordinariamente limitados.

Por isso mesmo, qualquer analyse a fazer, nesse terreno, precisa abranger maior amplitude e considerar os imprevistos. Examinando sob este prisma a vida financeira do país, dentro do quinquenio, para apreciá-la com rigor, isenção critica e mais larga vista, se verificará que, de um exercicio a outro, manteve-se inflexivel a politica de compressão dos gastos, com o decisivo empenho de contê-los dentro dos recursos ordinarios do orçamento. Só a superveniencia, a imposição de acontecimentos imprevistos fizeram sacrificar os resultados dessa politica. As despesas que influiram, e criaram mesmo nalguns exercicios os saldos negativos de maior vulto, foram sempre de carater extraordinario e inevitavel. E não haveria, devemos reconhecer, meios de fugir á contingência dos acontecimentos. Diante de um surto subversivo e de uma calamidade publica, seria impossivel exigir a inatividade, absorvido o Governo na preocupação de equilibrar a receita e a despesa, deixando que o país se convulsionasse e as populações percessem á mingua de assistência e amparo.

Os resultados do ultimo exercicio não fazem mais do que comprovar a conduta persistente do Governo em materia de execução orçamentaria.

Para uma despesa fixada de 2.675.654.992\$, fôra prevista na lei de meios de 1935 a receita de

2.169.577.000\$, do que resultaria um *deficit* de 506.077.992\$000. O Poder Legislativo autorizou posteriormente despesas extra-orçamentarias de vulto, que, si fossem utilizadas, elevariam esse *deficit* á cifra de 1.100.977.641\$300.

A atividade no setor financeiro e o desenvolvimento constante da economia do país permitiram, porém, que se elevasse a arrecadação de 553.116:101\$400, atingindo, portanto, a receita, ao total de 2.722.693:101\$400.

A situação de desequilíbrio, que se apresentava sob aspectos bem serios, desapareceu, diante da compressão de 338.159:900\$300, na despesa orçada e de 252.015:169\$400, na aplicação das autorizações especiais e do excesso de arrecadação, na receita, de 553.116:101\$400. Levadas em conta as despesas de 250.009:392\$200, que não lograram classificação, verifica-se que o esforço do Governo, para uma perfeita execução das contas do exercício, representa a cifra total de 893.281:778\$900. Mas, ha mais. Ainda pelos elementos numericos balanceados, apura-se que o *deficit* orçamentario foi de 149.308:385\$100, justificando plenamente a asserção feita de que a execução do orçamento de 1935, tal como se processou, constitue fato sem precedente na historia das nossas finanças.

Preciso é levar em conta, finalmente, que as aquisições de ouro, num total de 253.782:931\$400, absorveram, só em 1935, 123.911:070\$600. Esse

ouro, pelo valor real, representa hoje o equivalente de 300.000:000\$000. Transformado em reserva, para lastro da moeda fiduciária, equivalente a 10 % da circulação, representa riqueza acumulada e incorporada ao computo definitivo do balanço patrimonial.

Sem alardes, nem subterfugios, lisamente, o Governo pode informar á Nação, perante os seus representantes, que os seus propositos de saneamento financeiro têm produzido beneficios evidentes.

Apezar dos multiplos embarços e incontaveis dificuldades, todos os esforços postos em ação permitiram a melhoria das condições gerais do país, o surto das suas industrias e do seu comercio e a realização de empreendimentos de indiscutivel oportunidade. Orçamento quasi equilibrado, indices economicos em ascensão, média do custo da vida em condições de estabilidade, movimento total dos emprestimos concedidos e depositos feitos pelos bancos elevados de mais 30 e 35 %, respectivamente, em relação a 1930, mantidos os compromissos externos e segura a cotação dos titulos da dívida publica, eis o quadro da situação financeira do país, ao encerrar-se o exercicio de 1935.

POLITICA EXTERIOR

Fixados os aspectos de maior relevo da situação interna, nos seus varios setores de atividade, impõe-se agora focalizar, com o mesmo proposito

de síntese, a projeção dos negócios públicos na vida internacional.

Conforme consta da rubrica concernente aos respectivos serviços, o Governo teve necessidade imperiosa de modificar, em grande parte, as diretrizes da nossa politica economica exterior. Atendendo ás exigencias dos interesses nacionais, denunciaram-se todos os antigos tratados, convenios e acordos comerciais, na sua maioria baseados na clausula de "nação mais favorecida", inteiramente inoperante em face das novas condições dos negócios internacionais.

A orientação adotada visa estabelecer, nessas convenções reguladoras do intercambio comercial, o principio das obrigações bi-laterais definidas e claras. Adstrito aos novos moldes, negociou-se o recente tratado com os Estados Unidos da America do Norte, e outros se acham em estudos.

Na esfera da politica americana, onde o Brasil vem atuando constantemente, de acôrdo com as suas tradições de solidariedade e cooperação, o acontecimento de maior evidencia, após o exito das negociações que propiciaram a pacificação continental, é a proxima Conferencia Pan-Americana da Paz, feliz iniciativa do Presidente dos Estados Unidos. Empreteram-lhe decidido apoio todos os Estados americanos, demonstrando, assim, o desejo inequivoco de resolver em conjunto e harmonicamente problemas de vital interesse para a vida do Continente.

Coerentes com os propositos já manifestados a respeito, e norteados pelo mesmo espirito de conciliação que nos tem permitido manter com as nações vizinhas contacto amistoso e inalteravel, tudo devemos fazer para que essa magna reunião produza resultados os mais amplos possiveis, de modo a compreender não só as relações de natureza politica, como tambem o encaminhamento de importantes questões de finalidade economica e financeira.

Assim procedendo, trabalharemos para realizar aspirações e proteger interesses comuns a todos os povos americanos, cujas afinidades profundas de ordem etnica e politica os conduzem naturalmente a integrar-se numa concepção mais forte e construtiva dos principios de solidariedade e aperfeiçoamento social.

Feito o relato pormenorizado das atividades governamentais, no decurso do ultimo ano, em que não faltaram sucessos de relevo e graves apreensões, acrescentamos, entre comentarios que nos pareceram oportunos, sugestões diversas, ditadas pelo quotidiano trato dos negocios publicos.

Entregamos, assim, ao estudo e exame ponderado e inteligente dos representantes da Nação, multiplas questões, todas de acentuada importancia para o progresso espiritual e material do povo brasileiro.

Não pode ser considerado excesso de otimismo a serena confiança com que encaramos a situação do país. Trabalhou-se com afinco e evidente proveito, seguindo normas preestabelecidas e de execução programada. Muito resta certamente por fazer. O Governo continuará, resoluta e persistente, a cuidar da segurança e do progresso da Nação. Fazê-lo é seu dever, sem atemorizar-se com as dificuldades e os perigos que, de qualquer forma, possam ameaçar a integridade nacional.

Os brasileiros têm o direito de confiar nos homens que colocaram á frente dos seus destinos politicos.

Conjugando esforços, vencendo obstaculos, unindo-nos em defesa dos altos interesses nacionais e imprimindo a todos os nossos atos a firmeza das resoluções inspiradas no bem e pelo bem publico, sejamos sempre, e acima de tudo, brasileiros conscientes, cidadãos devotados á Patria e aos seus ideais de engrandecimento.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1936.

Getulio Vargas

INDICE

	Pags.
INTRODUÇÃO.....	3
MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES.....	9
1 — <i>Organização Política</i>	11
Constitucionalização dos Estados.....	13
2 — <i>Segurança do Regime e Ordem Publica</i>	14
Aparelhamento Repressivo e Preventivo.....	16
Policia Civil.....	17
Policia Militar.....	19
Regime Penitenciario.....	19
Instituições Correcionais.....	20
Institutos Disciplinares.....	22
3 — <i>Cumprimento de Disposições Constitucionais</i>	23
Comissão Revisora.....	23
Codigo e Organização Judiciaria.....	24
4 — <i>Diversos Serviços</i>	27
Propaganda e Difusão Cultural.....	27
Imprensa Nacional.....	29
Arquivo Nacional.....	31
Deposito Publico.....	31
Trabalhos de Estatística.....	32
Corpo de Bombeiros.....	32
Melhoramentos Materiais.....	33
Execução de Leis e de Decretos.....	36

	Pags.
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	43
Politica Continental.....	46
Demarcação de Fronteiras.....	50
Intercambio Comercial.....	53
Tratados de Comercio.....	57
Conferencia Sul-Americana de Meteorologia.....	59
Visita do Chefe do Governo ás Republicas Platinas..	60
Visitas illustres.....	61
MINISTERIO DA GUERRA.....	65
Disciplina e Politica.....	68
Organização Militar.....	69
Aparelhamento Material.....	70
Ensino e Instrução.....	71
Regiões Militares.....	72
Trabalhos de Engenharia.....	73
Aviação.....	73
Serviço Militar.....	75
Serviço de Saude.....	76
Serviço de Subsistencia.....	76
Serviço de Fundos.....	76
Outros serviços.....	77
MINISTERIO DA MARINHA.....	79
Ensino Naval.....	83
Manobras e Exercícios.....	83
Arsenais.....	84
Novos edificios para a Escola Naval.....	87
Aviação Naval.....	88
Correio Aéreo Naval.....	89
Marinha Mercante.....	89
Serviço de Saude.....	90
Trabalhos Hidrograficos.....	91
Tribunal Maritimo Administrativo.....	91
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA.....	93
I	
1 — Administração Geral.....	95
2 — Serviços de Educação.....	96
Atividades de Direção.....	96

	Págs.
Serviços escolares.....	100
Serviços extra-escolares.....	104
Estatística Educacional.....	107
3 — <i>Serviços de Saúde</i>	107
Atividades de Direção.....	107
Saúde Pública.....	108
Assistência Hospitalar.....	111
Serviços de Águas e Esgotos do Distrito Federal....	112
4 — <i>Cooperação Financeira da União</i>	115
Auxílio Federal aos Estados.....	115
Subvenção Federal às instituições particulares.....	116
5 — <i>Conselhos Técnicos</i>	117

II

1 — <i>Atividades de Direção</i>	120
2 — <i>Educação</i>	120
Plano Nacional de Educação.....	120
Educação escolar.....	121
Educação extra-escolar.....	126
Estatística Educacional.....	128
3 — <i>Saúde</i>	128
Lei Federal de Saúde.....	128
Fundo Nacional de Saúde.....	129
Saúde Pública.....	130
Assistência Hospitalar.....	135
Amparo à Maternidade e à Infância.....	136
4 — <i>Ação Supletiva da União</i>	137
5 — <i>Conselhos Técnicos</i>	137
MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO.....	139
1 — <i>Ação Social</i>	141
2 — <i>Previdência e Economia</i>	144
Seguros Privados e Capitalização.....	148

	PÁGS.
3 — <i>Organização e Defesa do Trabalho</i>	155
Movimento Sindical.....	156
Justiça.....	159
Fiscalização das Leis Sociais.....	166
Povoamento e Imigração.....	168
4 — <i>Industria e Comercio</i>	171
5 — <i>Estatística e Publicidade</i>	185
6 — <i>O Brasil nas Conferencias de Genebra e Santiago</i>	189
MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS.....	193
Recursos Financeiros Extraordinarios.....	196
Novo Edificio para a Secretaria de Estado.....	198
Estradas de Ferro.....	199
Eletrificação dos Transportes Ferroviarios.....	200
Estrada de Ferro Central do Brasil.....	201
Estradas de Rodagem.....	221
Portos, Trafego Maritimo e Navegação.....	225
Obras contra as Secas.....	258
Correios e Telegrafos.....	262
Aeronautica Civil.....	266
Serviço de Iluminação.....	270
MINISTERIO DA AGRICULTURA.....	273

I

1 — <i>Ensino</i>	279
Vulgarização Técnica.....	281
Custo e Eficiência.....	282
2 — <i>Pesquisa e Experimentação</i>	284
3 — <i>Defesa Sanitaria</i>	294
4 — <i>Fomento da Produção</i>	300
Execução dos Serviços de Fomento.....	306
5 — <i>Organização e Defesa da Produção</i>	316
Estatística da Produção.....	317
Defesa da Produção.....	318
Conferencia Nacional Algodoeira.....	320

	PÁGS.
1 — <i>Ensino</i>	327
<i>Vulgarização Técnica</i>	330
2 — <i>Pesquisa e Experimentação</i>	331
3 — <i>Defesa Sanitaria</i>	334
4 — <i>Fomento da Produção</i>	336
5 — <i>Organização e Defesa da Produção</i>	340
MINISTERIO DA FAZENDA.....	351
1 — <i>Situação Economica</i>	353
<i>Comercio Exterior</i>	357
<i>O Comercio Exterior de outros Países</i>	363
<i>Comercio de Cabotagem</i>	368
<i>Café</i>	371
<i>Algodão</i>	380
<i>Frutas de Mesa</i>	384
2 — <i>Situação Financeira</i>	388
<i>Balanço Financeiro</i>	398
<i>Nova Divisão Tributaria</i>	405
<i>Dívida Interna Fundada</i>	408
<i>Dívida Flutuante</i>	409
<i>Dívida Externa da União</i>	411
<i>Dívida Externa dos Estados</i>	415
<i>Politica Cambial</i>	419
<i>Formação do Lastro Ouro</i>	425
3 — <i>Situação Bancaria</i>	427
<i>Banco do Brasil</i>	427
<i>Caixa de Mobilização Bancaria</i>	432
<i>Movimento Bancario Nacional</i>	433
4 — <i>Administração Fazendaria</i>	436
<i>Rendas Internas</i>	438
<i>Rendas Aduaneiras</i>	441
5 — <i>Outros Serviços</i>	443
<i>Conselho Federal do Comercio Exterior</i>	443

	PAGES.
Comissão de Reforma Economico-financeira.....	445
Comissão Central de Compras.....	446
CONCLUSÃO.....	449
Atualidade Política.....	451
Segurança Nacional.....	453
Defesa do Regime.....	457
Ação Educacional.....	460
Organização Economica.....	464
Credito Agrícola.....	465
Amparo á Produção.....	468
Banco de Resseguro.....	470
Serviços Publicos.....	472
Economia e Finança.....	475
Politica Exterior.....	480